

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS**

GUSTAVO GARCIA TONIATO

A IMPRENSA DO RIO DE JANEIRO E O CONCEITO DE REPÚBLICA (1820- 1822)

**FRANCA
2019**

GUSTAVO GARCIA TONIATO

A IMPRENSA DO RIO DE JANEIRO E O CONCEITO DE REPÚBLICA (1820- 1822)

Dissertação apresentada à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, como pré-requisito para obtenção do título de Mestre em História. Área de Concentração: História e Cultura Política.

Orientador: Prof. Dra. Marisa Saenz Leme

**FRANCA
2019**

T665i	<p>Toniato, Gustavo Garcia</p> <p>A Imprensa do Rio de Janeiro e o Conceito de República : 1820-1822 / Gustavo Garcia Toniato. -- Franca, 2019</p> <p>295 p. : tabs.</p> <p>Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Franca</p> <p>Orientadora: Marisa Saenz Leme</p> <p>1. Independência. 2. Imprensa. 3. República. 4. Reverbero Constitucional Fluminense. 5. Panfletos. I. Título.</p>
-------	---

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Franca. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

GUSTAVO GARCIA TONIATO

A IMPRENSA DO RIO DE JANEIRO E O CONCEITO DE REPÚBLICA (1820- 1822)

Dissertação apresentada à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, como pré-requisito para obtenção do título de Mestre em História. Área de Concentração: História e Cultura Política.

BANCA EXAMINADORA

Presidente: _____

Prof. Dra. Marisa Saenz Leme
Universidade Estadual Paulista (UNESP)

1º Examinador: _____

Profa. Dra. Márcia Regina Capelari Naxara
Universidade Estadual Paulista (UNESP)

2º Examinador: _____

Prof. Dr. Flávio Gomes Cabral
Universidade Católica de Pernambuco

1º Suplente: _____

2º Suplente: _____

Franca, ____ de _____ de 2019.

*Dedico este trabalho às minhas duas avós que perdi
ao longo da produção desta dissertação: Maria José
Peres Toniato e Aparecida Garcia. Onde quer que
estejam, saibam que vocês estão sempre em meus
pensamentos...*

AGRADECIMENTOS

Apesar dos trabalhos acadêmicos serem obras autorais, é sempre bom lembrar que todo trabalho que é feito só é possível devido as inúmeras instituições e pessoas que cercam os pesquisadores. Essa é minha pequena, porém sincera, homenagem as que tornaram esse trabalho possível.

No universo de pessoas que me possibilitaram chegar até aqui as primeiras que devem ser agradecidas, sem dúvidas, são meus pais Denival Guilherme Toniato e Neusa Regina Garcia Toniato que ofereceram todo o apoio financeiro e emocional que me permitiram chegar até aqui.

Depois deles, a pessoa mais importante foi minha orientadora a Profa. Dra. Marisa Saenz Leme, que pacientemente me orientou em todas as fases deste longo trabalho, e colocou fé na minha capacidade de realizá-lo.

Meus familiares, Rodrigo Garcia Toniato; Bruna Pastrello; Sandra Garcia; Rita Susana Cordeiro Garcia; Eliane Toniato; Fabrício de Souza Garcia e Ione de Souza Garcia.

Dos amigos que me ajudaram a chegar até aqui são inúmeros, tantos velhos quanto novos, são eles:

Bárbara Schneider de Figueiredo, Fernando Pereira dos Santos e Larissa Biatto de Azevedo, que além de serem ótimos amigos, e que me acompanharam nos momentos mais difíceis, sempre me serviram de inspiração de competência, trabalho e companheirismo.

José Paulo Rodrigues Correa e Daniela Sampaio Alvarez, que sempre me cederam um teto para ficar nos momentos de necessidade, e cuja companhia sempre apreciei.

Abner Neemias Cruz, Vinícius Tadeu Vieira Campelo dos Santos e Marcus Caetano Domingos, meus amigos orientandos. Nesses anos da pós-graduação eles foram valorosos companheiros com quem eu pude trocar minhas experiências e angústias no processo de escrita.

Wagner Antônio dos Santos Correia; Thomas Mendonça Garcia; Rafael Teruo de Barros Nacagawa; Ygor Renato Fernandes; Thales de Assis Pinto. Meus amigos de Bauru e Marília que de tão próximos nessa jornada, muitas vezes eu esquecia as distâncias geográficas que nos separavam.

Aos amigos do Grupo de Pesquisa Historiar, em especial à Júlia Souza e às professoras doutoras Marcia Regina Capelari Naxara e Virgínia Célia Camilotti.

Agradecimento aos meus outros amigos Barbara Aniceto; Levi Yoriyaz; Vinicius Okubara; Vinicius Carlos da Silva; Henrique Makita; Rogério Saraiva; Jonas de Paula Vieira;

Paulo Rollo; Maria Luiza Garcia; Victoria Siqueira Pereira; Guilherme Bagagi; Bianca Mattos; Thiago Torres Tezzon; Henrique Zorzeto Figueiredo de Lima; Katia Lima; Thiago Peres Rodrigues; Allan Felipe Silva; Bruna Baldo; Iris Fabri Paiva; Denis Wan-Dick Corbi; Mayara Brandão Venturini; Tamyres Lucas; Cesar Neves Ortiz; Débora Eduarda Schol; Brenda Karolayne; Rodrigo Santos; Patricia Domene Russo; Fernando Claudio Silva ; Vinicius Soares Lima; Jéssica Capelini; Vinicius Soares Lima; Bruno Pedrosa Carvalho; Raphael S. Vibancos Lisboa; Elane Conceição Anias; Laura Odette Dorta Jardim; Rafael Fernandes e Gabriel Frias.

Por fim gostaria de agradecer os profissionais que me ajudaram a chegar até aqui: minha psicóloga Bettina Menezes, que sem dúvidas foi essencial na minha vida durante os anos do mestrado; Prof. Dr. Marcos Sorrilha Pinheiro que gentilmente participou da minha banca de qualificação; Prof. Dr. Flávio Gomes Cabral pela sua participação em minha banca de defesa; Neide Nakaoka, que tornou possível minha matrícula na pós-graduação; Faculdade de Ciências Humanas e Sociais de Franca, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” e a todos os seus profissionais.

E agradeço à CAPES, pois o presente trabalho só foi concretizado devido o fomento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil.

“[...] Ou trata-se de Monarchia Representativa, ou de Democracia: cumpre que nos entendamos; e toca ao Congresso desenganar-nos: porque nós amamos a liberdade, mas aquella liberdade que reúne as vantagens da virtude, das luzes filantrópicas, dos sentimentos religiosos, da Dignidade Real.” (RCF, XVI, 26 de fevereiro de 1822)

TONIATO, Gustavo Garcia. **A Imprensa do Rio de Janeiro e o Conceito de República (1820-1822)**. 2019. 296 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2019.

RESUMO

Na fase de emancipação do lado brasileiro do Reino Unido de Portuga, Brasil e Algarve e início do Primeiro Reinado, a imprensa se transformou em um importante instrumento de elaboração e veiculação de ideias, projetos e debates públicos. No universo dos impressos da Corte do Rio de Janeiro, um dos grupos políticos que disputou os rumos institucionais da nascente Império do Brasil foi acusado de “tentar mudar a forma de governo”, ou seja, de atentar contra o regime monárquico estabelecido, visando à instauração de uma república. Propomo-nos a analisar o conceito de *república* veiculado por este grupo de periodistas, – responsável pela editoração dos periódicos *Reverbero Constitucional Fluminense*, *Correio do Rio de Janeiro* e *O Sylpho* – seus projetos para a nascente brasileira, bem como sua possível associação a ideais republicanos. Esta busca se pautará pela investigação dos usos e significados dos conceitos de república/republicanismo nos panfletos que circularam na imprensa da Corte do Rio de Janeiro, bem como da análise de um dos periódicos deste grupo o *Reverbero Constitucional Fluminense* de forma a apreender as possíveis linguagens políticas desses publicistas da independência. Conduziremos esta investigação por meio da análise do referido periódico e de panfletos impressos na coleção “Guerra literária - Panfletos da Independência (1820-1823)”, visando a reconstrução das comunidades de linguagem onde esses impressos circularam e os possíveis significados cujos esses escritos poderiam assumir enquanto lances linguísticos dentro dessas comunidades.

Palavras-chave: Independência; Imprensa; República; *Reverbero Constitucional Fluminense*; Panfletos.

ABSTRACT

In the emancipation phase of the Brazilian part of the United Kingdom of Portugal, Brazil and Algarve and the beginning of the Emperor Pedro I reign, the press became an important instrument for the elaboration and dissemination of ideas, projects and public debates. In the Rio de Janeiro court one of the political groups that disputed the institutional directions of the nascent Brazilian Empire, and used the press as one of its instruments of influence the political process, was accused of “trying to change the form of government”, that is, to attack the established monarchical regime, with the objective of establishment of a republic. We propose to analyze the concept of republic conveyed by this group of journalists, - responsible for the publishing of the periodicals *Reverbero Constitucional Fluminense*, *Correio de Rio de Janeiro* and *O Sylpho* - their projects for the rising Brazilian Empire, as well as their possible association with republican ideals. This research was guided by the investigation of the uses and meanings of the concepts of republic / republicanism in the pamphlets that circulated in the press of the Court of Rio de Janeiro, through the *Guerra literária - Panfletos da Independência (1820-1823)*, as well as the analysis of one of the journals of this group, the *Reverbero Constitucional Fluminense*. In order to apprehend the possible political languages of these independence publicists, with the goal at the reconstruction of the *langue* where these printings circulated and the possible meanings whose writings could assume as *paroles* within this *langue*.

Key words: Independence of Brazil; Press; Republic; Reverbero Constitucional Fluminense; pamphlets.

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - Relação dos números, páginas e tipografia do primeiro tomo do R.C.F	132
TABELA 2 - Relação dos números, páginas e tipografia do primeiro tomo do R.C.F. (continuação)	133
TABELA 3 - Relação das referências a “republicanismo” nos panfletos analisados	240

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO 1: FORMAS DE CLASSIFICAÇÃO DOS GRUPOS POLÍTICOS NA INDEPENDÊNCIA	19
1.1 Classificações Binárias	22
1.2 Exaltados e Moderados, um terceiro elemento no debate?	47
1.3 Considerações finais do capítulo.....	73
CAPÍTULO 2: IMPRENSA LIBERAL E REPÚBLICA NA HISTORIOGRAFIA DA INDEPENDÊNCIA	80
CAPÍTULO 3: LINGUAGENS CONSTITUCIONAIS	146
CAPÍTULO 4: LANCES REPUBLICANOS	228
CONSIDERAÇÕES FINAIS	278
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	282

INTRODUÇÃO

Neste trabalho, propõe-se o estudo de como se concebeu a ideia de república na imprensa do Rio de Janeiro, no processo de desintegração do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves e a instituição do Império do Brasil. Nesse período, que compreende os anos de 1820 a 1822, adotamos dois acontecimentos como marco temporal da pesquisa: a Revolução Liberal do Porto de 1820 e o rompimento definitivo com Portugal, ocorrida em finais de 1822. Esse marco foi adotado por abarcar uma conjuntura de profunda instabilidade política no Império Português, e um intenso debate público em torno da forma como o Estado Luso-Brasileiro e, posteriormente, o Estado Brasileiro, deveria se organizar.

O processo de reorganização das relações entre as partes europeia e americana da monarquia Luso-brasileira teve início com a deflagração da Revolução Liberal do Porto, em 24 de agosto de 1820, que objetivava regeneração do Império Português por meio da adoção de um Estado Liberal.¹ Os revolucionários do Porto, a fim de atingir esse objetivo, convocaram as Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa, que se reuniram em 24 de janeiro de 1821, tendo seus membros eleitos por intermédio do sistema estabelecido pela Constituição de Cádiz², grande referência dos liberais vintistas.

Apesar de se prever a participação de deputados das províncias da América Portuguesa nas Cortes, as discussões acerca de como seria organizado o Estado Luso-Brasileiro iniciaram-se sem a presença da deputação “brasiliense”³. As dissonantes posições entre deputados brasileiros e portugueses sobre a relação entre os reinos levaram à ruptura definitiva entre eles no ano 1822, discórdia que se concentrou em como os portugueses dos dois lados do Atlântico entendiam o Império. De um lado, os portugueses europeus o encaravam como um único corpo

¹ COSTA, E. V. **Da Monarquia à República: momentos decisivos**. 9. ed. São Paulo: Ed. UNESP, 2010. p.44.; Cf. NEVES, L. M. B. P. **Corcundas e Constitucionais: a cultura política da Independência (1820-1822)**. Rio de Janeiro: Revan: FAPERJ, 2003.; Cf. BERBEL, M. R. **Independência do Brasil**. São Paulo: Saraiva, 1999.

² “A base para a representação fora fixada em 30.000 cidadãos, dando o excedente de 15.000 direito a um deputado a mais. O Cálculo pelo qual se orçou a população brasileira foi o do ano da chegada da Corte ao Rio de Janeiro, computando-se a população livre em 2.323.386 habitantes, o que dava ao Brasil uns 70 deputados (cerca de 50 chegaram a exercer o mandato) para uns 130 de Portugal. O sistema eleitoral era complicado, abrangendo quatro graus. Os moradores de cada Freguesia elegiam compromissários, que por sua vez designavam um eleitor paroquial, na razão de 11 votantes e 200 fogos. Os eleitores paroquiais, reunidos, na cabeça da comarca, escolhiam em escrutínio secreto os últimos eleitores, que na proporção de 3 para 1 (15 eleitores elegiam 5 representantes) e igualmente por sufrágio secreto, procediam na capital da província à seleção final dos deputados.” LIMA, O. **O movimento da Independência: o Império brasileiro**. 2. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1962. p. 102.

³ DIÁRIO DAS CORTES GERAES E EXTRAORDINÁRIAS DA NAÇÃO PORTUGUEZA. n.1, Lisboa, 1821. p. 2. **Assembleia da República**. Disponível em: <<http://debates.parlamento.pt/catalogo/mc/c1821/01/01/01/001/1821-01-24/>>. Acesso em: 14 jul. 2016.

político indivisível. Já os portugueses americanos, em especial os da província de São Paulo, concebiam-no como formado por dois reinos autônomos: Reino do Brasil e Reino de Portugal e Algarves. Adjacente ao conflito da organização política do Império português regenerado, também se impôs um conflito comercial⁴ entre as partes constituintes do Reino Unido, devido às diferentes visões acerca da forma como seria organizado o comércio exterior do Império.

A ruptura definitiva entre os reinos se deu mediante a união de parte das elites brasileiras com o Príncipe Regente, em reação à intervenção das Cortes nos assuntos do Reino do Brasil. Essa intervenção foi avaliada pelos contemporâneos, ao menos em termos do discurso, como um plano para transformar novamente a parte americana do Reino Unido em uma colônia, retirando-se do solo americano as instituições que haviam sido transferidas de Portugal com a vinda da Corte para o Rio de Janeiro; e, sobretudo, trazendo a perda da autonomia provincial conquistada com a formação de juntas locais após a Revolução do Porto. Uma vez que o projeto do Reino Unido de Portugal Brasil e Algarves faliu com a decisão pela independência, iniciou-se uma nova fase no debate político brasileiro, na qual foi pensada qual a relação das províncias do Império com a corte do Rio de Janeiro.

No contexto da Independência brasileira, a instauração da liberdade de imprensa pelos revolucionários do Porto é ponto fundamental para o nosso estudo, uma vez a mesma possibilitou a criação de diversos periódicos tanto na América Portuguesa quanto em Portugal, iniciando um período de intenso debate acerca de quais seriam os rumos institucionais do Estado Luso-Brasileiro. Desta forma, a imprensa, por meio de seus jornais e panfletos, tornou-se um importante espaço de debate, no qual as decisões tomadas pelas cortes portuguesas, pela regência de D. Pedro e pelas juntas governativas se transformaram em objeto de críticas públicas.⁵

Dessa forma, a Revolução do Porto rompeu a interdição ao debate político público que existia no Império Português, levando à reorganização dos mecanismos de censura. Assim, possibilitou a veiculação de projetos políticos que, até então, estavam confinados a espaços privados e às intrigas palacianas.⁶ Este fato levou a emergência de uma esfera pública de debates e de um tipo de prática política característica da modernidade.⁷ Como é de conhecimento

⁴ Cf. ROCHA, A. P. **A recolonização do Brasil pelas cortes**: história de uma invenção historiográfica. São Paulo: Ed. UNESP, 2009.; Cf. BERBEL, M. R. **Deputados do Brasil nas Cortes Portuguesas de 1821-22**. Novos Estudos. São Paulo: CEBRAP, 1998.

⁵ OLIVEIRA, C. H. L. S. **A Astúcia Liberal**: Relações de mercado e projetos políticas no Rio de Janeiro (1820-1824). Bragança Paulista: EDUSF: Ícone, 1999. p. 109.

⁶ SLEMIAN, A. **Vida política em tempo de crise**: Rio de Janeiro (1808-1824). São Paulo: Hucitec, 2006. p. 138.

⁷ KOSELLECK, R. **Crítica e crise**: uma contribuição a patogênese do mundo burguês. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio: EDUERJ, 1999. p. 108.

comum, o Rio de Janeiro se inseriu no grande movimento de florescimento da produção e circulação de impressos que ocorreu no Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves em decorrência do movimento revolucionário de 1820.⁸

Esse movimento de crescimento da produção de impressos e da constituição de uma arena pública foi típico da Modernidade, sendo uma das marcas do rompimento de práticas políticas associadas a um tipo de organização política tradicional de matriz absolutista. De forma que se observou um processo de modernização da política, conforme descrito por Koselleck, em que o debate político gestado na esfera privada – e que se constituiu com o banimento da discussão pública devido aos conflitos religiosos no mundo cristão-católico posteriores aos movimentos da reforma e contrarreforma – tomou os espaços de manifestação que antes eram reservados apenas ao monarca. O próprio ato de se debater em público sobre os rumos do Estado colocou em curso um movimento que desarticulou os regimes absolutistas.⁹ Portugal, por sua vez, não foi exceção a esse movimento.

É neste grande contexto de ascensão da modernidade, ressignificação do espaço público e do papel da censura na circulação de informação que se inseriram os grandes debates que permearam o período. Com base na documentação que elencamos e, com auxílio da bibliografia e no objetivo traçado, organizamos este trabalho na tentativa de reconstruir os elementos gerais desta comunidade de linguagem constitucionalista e como o conceito república se inseria dentro desta linguagem.

Objetivamos reconstruir aspectos da comunidade de debates que se formou após a eclosão da Revolução do Porto, com base nos apontamentos metodológicos feitos de Pocock¹⁰, a fim de compreender como os escritores do período utilizaram-se do conceito *república* nestes debates. Estes usos estavam inseridos dentro de debates em torno do conteúdo da Constituição Portuguesa e, posteriormente, da Constituição brasileira, feitos pelas Cortes constitucionais em Lisboa e, posteriormente, pela Assembleia Constituinte de 1823.

Achamos, pois, por bem começar analisando as formas como a questão constitucional foi debatida pela imprensa panfletária do período bem como pelo periódico *Reverbero Constitucional Fluminense*, a qual chamamos mais adiante no texto de *linguagens constitucionais*. Nestas linguagens utilizou-se, em alguns momentos, o termo república. Este

⁸ SLEMIAN, A. **Vida política em tempo de crise**: Rio de Janeiro (1808-1824). São Paulo: Hucitec, 2006. p. 24-25.

⁹ KOSELLECK, R. **Crítica e crise**: uma contribuição a patogênese do mundo burguês. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio: EDUERJ, 1999. Cf. Capítulo 2.

¹⁰ POCOCK, J. G. A. **Linguagens do ideário político**, São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, 2013.

termo foi empregado com o objetivo de descrever postulados políticos específicos, bem como ações que foram tomadas por determinados atores na disputa pelo poder. A esses usos do conceito *república* nomeamos de *lances republicanos*, visto que eles só podem ser entendidos se inseridos dentro do debate constitucionalista.

A fim de prosseguir nesta tarefa de reconstruir os elementos de comunicabilidade dos impressos da Independência organizamos um corpus documental que concentrou panfletos e periódicos produzidos na cidade imperial do Rio de Janeiro¹¹. Limitamo-nos à futura capital imperial, devido ao escopo geográfico da pesquisa; contudo, quando necessário recorremos, de maneira complementar, a escritos que circularam nessa cidade, mas que não foram produzidos na mesma, de forma que apreenderemos elementos que são presentes no debate gestado ali.

Para realizar este trabalho de compreensão do conceito república e seus usos, selecionamos o periódico *Reverbero Constitucional Fluminense*.¹² O periódico foi editado pelo grupo político conhecido como o *Grupo do Ledo*¹³, em referência ao publicista Joaquim Gonçalves Ledo, conhecido liberal. Grupo que também editou os periódicos *Correio do Rio de Janeiro*, escrito por de João Soares Lisboa, e o *Shylpho*; sua atuação foi comentada por nós no capítulo que trata sobre a historiografia do período.

O *Reverbero Constitucional Fluminense* foi o principal periódico deste agrupamento. Datando de 1822, o periódico foi selecionado devido às acusações de republicanismo que os seus redatores receberam de seus adversários. Ledo e seus associados foram processados, com acusações como “tentar mudar a forma de governo”; ou seja, foram acusados de serem republicanos. Esse processo ficou conhecido na historiografia como o Processo dos Cidadãos, ou “Bonifácia”.¹⁴ Apesar das perseguições que sofreram por causa deste processo apenas um membro deste grupo foi preso, o editor do *Correio do Rio de Janeiro*, João Soares Lisboa. Posteriormente, Lisboa se juntou a Confederação do Equador, de 1824, vindo a falecer em combate contra as forças imperiais.

Juntamente a este periódico elencamos os panfletos organizados por José Murilo de Carvalho, Lúcia Bastos e Marcello Basile, na coleção *Guerra literária - Panfletos da*

¹¹ Termo utilizado para descrever o Rio de Janeiro por Marco Morel. Cf. MOREL, M. **As transformações dos espaços públicos**: imprensa, atores políticos e sociabilidades na Cidade Imperial, (1820-1840). São Paulo: Hucitec, 2005.

¹² REVERBERO CONSTITUCIONAL FLUMINENSE. Rio de Janeiro. 1821-1822. Disponível em: <<http://hemerotecadigital.bn.br/reverbero-constitucional-fluminense/700223>>. Acesso em: 10 jan. 2019.

¹³ OLIVEIRA, C. H. L. S. **A astúcia liberal**. Relações de mercado e projetos políticas no Rio de Janeiro (1820-1824). Bragança Paulista: EDUSF: Ícone, 1999.

¹⁴ Sobre o processo ver: LEITE, R. L. **Republicanos e libertários**: pensadores radicais no Rio de Janeiro (1822). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

*Independência (1820-1823)*¹⁵ que abarca quase a totalidade dos panfletos que circularam no período da Independência. Abrange uma alargada variedade de textos produzidos nas duas partes do atlântico e que contém neles boa parte do debate público que foi levado a cabo no período¹⁶. Escolhemos essa documentação, pois elas nos permitiram ter acesso a várias formas de mobilização dos conceitos que investigamos. Ao longo do trabalho de leitura desses panfletos também realizamos uma segunda seleção, visto a quantidade de material presente na coleção, priorizando a leitura e a análise de 56 panfletos, em um universo de 318, divididos nos seguintes gêneros por seus editores: 14 Cartas; 16 Análises; 8 Sermões, Orações e Discursos; 8 Diálogos, Catecismos, e Dicionários; 5 Relatos; 5 Manifestos, Proclamações Representações, Protestos, Apelos e Elogios.

Destacamos também duas questões-chave que guiaram a escolha desta documentação: onde estes textos foram produzidos? Por onde estes textos circularam? Levantamos estas questões, visto a explosão da produção de periódicos que se verificou com o decreto que instituiu a liberdade de imprensa, conquistada pelos revolucionários do Porto em 1820 e que criou uma esfera pública de debates.¹⁷ Esfera pública que foi compartilhada por escritores dos dois lados do Atlântico, porque estes panfletos e periódicos que foram produzidos no período não restringiam a sua circulação em seu local de produção. Circulava para além de seu local de origem, tanto por meio da venda quanto por meios indiretos, como a citação de material por outros escritores.

Esse dado nos fez adotar a perspectiva, que também foi adotada por outros trabalhos célebres sobre o período e referenciada no primeiro e segundo capítulo do trabalho, de que tanto a cultura política, quanto a comunidade de linguagem eram compartilhadas pelo conjunto do Império português. É importante lembrar que nosso foco foram às especificidades que encontramos na produção impressa do Rio de Janeiro. Pensando nessa dualidade do que seria uma comunidade de linguagem lusófona e como ela opera em nível local, buscamos analisar esse debate da imprensa dentro do constitucionalismo que estava em circulação no conjunto do Império. Este debate entre o local e geral foi feito com auxílio da bibliografia que trata do

¹⁵ CARVALHO, J. M.; BASTOS, L.; BASILE, M. Introdução geral: A independência dos Brasil narrada pelos panfletos políticos. In: CARVALHO, J. M.; BASTOS, L.; BASILE, M. (Org.). **Guerra literária: panfletos da Independência (1820-1823)**: Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

¹⁶ As únicas ressalvas que trazemos no uso desta coleção é quanto aos panfletos que não se encontram na coleção, entre estes os produzidos por José da Silva Lisboa, pelo volume de material produzido pelo mesmo, o que fez com que os editores considerassem que estes não cabiam na coleção e dos panfletos encontrados na Oliveira Lima Library, da *Catholic University of America*, por dificuldades nas negociações e por isso não foi possível reunir esse material naquela coleção. Para mais informações ver: Ibid., p.22.

¹⁷ MOREL, M. **As transformações dos espaços públicos**: imprensa, atores políticos e sociabilidades na Cidade Imperial, (1820-1840). São Paulo: Hucitec, 2005.

processo de Independência, em conjunto com a documentação local e, pontualmente, por publicações de outras localidades. Estes três instrumentos nos ajudaram a captar os sentidos linguísticos produzidos no Rio de Janeiro em torno do conceito república.

Os panfletos e o periódico que foram analisados nesse trabalho foram produzidos tanto em tipografias que pertenciam aos órgãos de Estado, quanto em estabelecimentos particulares. Os textos que foram produzidos se utilizando de equipamentos controlados pelo governo instalado no Rio de Janeiro aparecem com as seguintes marcações: *Tipografia Regia*; *Imprensa Nacional*; *Tipografia Nacional*; *Real Tipografia do Rio de Janeiro*; *Regia Oficina Tipográfica*; não havendo uma padronização nos termos utilizados para designar a tipografia oficial entre os anos de 1820-1824. Quanto aos materiais produzidos por particulares, encontramos identificações das seguintes tipografias: Impressão de Silva Porto, & Ca; Tipografia de Mor. E Garcez; Tipografia do Diário; Tipografia Morandiana.

Com base na documentação e na bibliografia que levantamos organizamos o trabalho em quatro capítulos: I. Formas de classificação dos grupos políticos na independência; II. Imprensa liberal e república na historiografia da independência; III. Linguagens Constitucionais; IV: Lances Republicanos.

O foco do capítulo I foi recuperar parte dos inúmeros trabalhos que se dedicaram à Independência, visando mostrar as balizas interpretativas desse importante evento histórico, que foi considerado fundador tanto do Estado quanto da nacionalidade brasileira. A partir deste objetivo, nos concentraremos em analisar, na vasta bibliografia disponível sobre a Independência brasileira, os trabalhos que se propuseram a discutir os projetos de Estado e Nação na América portuguesa do começo da década de 1820.

Buscamos, então, no capítulo II apresentar como a bibliografia tratou especificamente os materiais e temas que trabalhamos nesta dissertação, com foco em compreender como os membros do *Grupo do Ledo*, o *Reverbero Constitucional Fluminense*, a imprensa e o republicanismo foram tratados pela historiografia da Independência.

A partir desta análise buscamos entender como os periodistas da Independência foram classificados nos diversos rótulos empregados na Historiografia, tais como: liberal, conservador, republicano, exaltado, moderado etc. Esta retomada da historiografia se fez necessária, pois nos permitiu reavaliar os trabalhos passados e nos fornecem subsídios para a análise documental, juntamente com nossas concepções teórico-metodológicas, permitindo-nos estabelecer nossos próprios parâmetros interpretativos e balizando as linhas gerais de nossa análise.

Com base nos apontamentos feitos nos capítulos I e II iniciamos nossa análise documental. Adotamos como metodologia de trabalho a tentativa de reconstruir os jogos linguísticos entre os lances linguísticos e as comunidades de linguagem que circularam na imprensa fluminense durante os agitados anos que se seguiram a Revolução do Porto. Buscamos compreender os possíveis lances republicanos empregados por aqueles escritores.

Desta forma o foco principal dos capítulos III foi se concentrar na discussão do que seria esta comunidade de linguagem que os escritores da América Portuguesa estavam inseridos. Realizamos esta análise a partir dos usos que encontramos da palavra *constituição* e seu antônimo *despotismo* pelos escritores do *Reverbero Constitucional Fluminense* e dos panfletos que circularam no período.

No capítulo IV, fizemos o mesmo movimento de análise, mas focando-nos especificamente no termo *república* em função destas concepções de constitucionalismo e despotismo que encontramos em nossa análise apresentada no capítulo III. Por fim, nas considerações finais trouxemos nossos apontamentos do conjunto do trabalho.

CAPÍTULO 1: FORMAS DE CLASSIFICAÇÃO DOS GRUPOS POLÍTICOS NA INDEPENDÊNCIA

Não é tarefa fácil classificar as tendências políticas do Brasil da primeira metade do século XIX. Muitos já se aventuraram por este caminho e os resultados nem sempre são afinados entre si. Um conjunto de abordagens, por exemplo, aponta para a homogeneização, na medida em que as elites políticas estariam unificadas e delimitadas, em sua maioria, pela escolha da monarquia, da unidade territorial brasileira e pela manutenção da escravidão. Perspectiva que não se distancia, em suas conclusões, dos que buscam explicar as manifestações políticas como reflexos diretos de uma instância econômica, quando a política aparece sempre e necessariamente como subordinada à lógica de atividades da economia. Numa percepção diametralmente oposta, há os que chegam a confundir grupos ou posições individuais com “correntes de pensamento”, o que gera uma multiplicidade enganosa de posições.

Com a acertada advertência de Marco Morel iniciamos o primeiro ponto a ser explorado neste trabalho: as duas formas – das três disponíveis - de classificação dos grupos políticos da independência encontradas na historiografia. Essas formas classificatórias são divergentes entre si, de forma que identificamos que os autores se dividiram basicamente em três tipos de sistema de classificação. O primeiro que trataremos é o que organiza estes grupos políticos da independência em um quadro de duas forças políticas; um segundo grupo que os organiza em um conjunto de três forças. Sobre o terceiro tipo de classificação, que acaba por negar que haja diferenças significativas entre os grupos políticos da independência, faremos um breve comentário nesta introdução.

Nota-se também que entre os sistemas de classificação binários e “trinários”, na maioria dos casos, não se dedicaram a explicar os motivos que os levaram a classificar esses agentes políticos desta forma específica, apresentando a catalogação, muitas vezes, como algo dado, ao invés de problematizado. Também é importante frisar que esses sistemas classificatórios, além de criarem uma padronização dos autores políticos em rótulos estanques, seguem, em sua maioria, um padrão fixo em sua composição do espectro político da independência.

Desta forma, nos sistemas que se organizaram em eixos binários, as nomenclaturas que encontramos se polarizam nas palavras *conservador* e *liberal*, sendo comumente chamados de conservadores aqueles que se organizaram em torno de pautas que visavam o fortalecimento da Monarquia e miravam a centralização dos poderes em torno do Rio de Janeiro. Os chamados liberais eram os adeptos de um poder descentralizado organizado nas províncias e tinham como pauta o fortalecimento do poder legislativo na forma de uma assembleia. É também interessante notar que esses sistemas classificatórios organizados nos eixos *centralização* e

descentralização não levam em consideração o papel das câmaras no ordenamento Institucional do Império.

Nos sistemas que se organizaram em torno de eixos “trinários”, se preservam as nomenclaturas “conservador” e “liberal”. Esta forma de classificação se diferencia da binária pela inclusão de um terceiro polo político no debate, hora um polo de mediação entre as forças liberais e conservadoras, hora colocado como uma forma radicalizada do pensamento considerado liberal. Não há, nos autores trabalhados, uma radicalização do polo conservador no debate público da independência brasileira. As nomenclaturas utilizadas para categorizar este terceiro grupo fazem referência ao seu posicionamento no espectro político, e as pautas que defendiam têm maior importância na construção das formas de classificação que os historiadores “trinários” elaboraram.

Já nos sistemas classificatórios que não encontraram diferenças significativas entre os grupos políticos da independência brasileira – e que reproduzem o velho ditado dos tempos do Império “*nada mais conservador que um liberal no poder*” – destacamos que os mesmos partem de análises sociológicas e economicistas. Eles identificam, dessa forma, uma elite política homogênea, baseada na grande propriedade da terra e na mão de obra servil, sem qualquer grupo social que pudesse rivalizar o seu poder até o fim do século XIX, que assistiu à emergência de setores urbanos e à entrada do Exército Imperial no cenário político nacional. Sobre estes, há de se destacar o apontamento de José Murilo de Carvalho:

[...] mesmo sem fazer um levantamento exaustivo das várias teses a respeito da origem social e da ideologia dos partidos imperiais, podemos relacionar três posições radicalmente distintas. Há os que negam qualquer diferença entre os partidos, principalmente o Conservador e o Liberal; há os que os distinguem em termos de classe social; há os que os distinguem por outras características, como a origem regional ou a origem rural ou urbana.

Achamos importante destacar o comentário sobre a existência desta forma de classificação, na medida em que ele nega as diferenças entre os grupos, pois acreditamos que os autores que adotaram essa abordagem trazem informações importantes acerca das semelhanças entre estes grupos políticos que disputavam a direção do processo de separação do Reino Unido. Para além de apontar essa semelhança, a negativa das diferenças entre os grupos políticos se encontra nas interpretações clássicas sobre o Brasil. Como exemplo de representantes desta forma classificatória, destacamos os trabalhos de Raimundo Faoro, com

sua obra *Os Donos do Poder*¹, e Caio Prado Junior com a obra *Formação Evolução Política do Brasil*².

Em ambas as obras, os autores elencam fatores extra políticos que determinam todo o funcionamento do sistema político, fazendo com que a política imperial seja apenas uma fachada de um jogo, cujo resultado está decidido de antemão. No primeiro caso, na obra de Faoro, tudo já está decidido pela burocracia estatal, representada pelo estamento burocrático, que em suas dimensões hipertrofiadas não dá margem para o surgimento de uma sociedade civil autônoma que permitiria a disputa política nos moldes liberais. No segundo caso, de Caio Prado, as forças econômicas da grande propriedade rural escravista determinariam o jogo político e a disputa entre liberais e conservadores não passaria de fachada, pois os interesses escravistas estariam assegurados, não importando quem vencesse as eleições.

Admitindo-se a premissa de que a política é determinada por fatores extra políticos tais como, por exemplo, classe social e interesses econômicos, acreditamos que pesquisa aqui empregada se tornaria invalidada e inútil, na medida em que o jogo político da independência estaria condicionado a fatores extra políticos, como a economia ou a formação social, sendo os escritos políticos meros reflexos destes aspectos da sociedade. Contudo, acreditamos que as análises socioeconômicas são fundamentais para entender os processos políticos, e esses clássicos são incontornáveis para entendimento do processo de independência brasileira.

Por fim, é importante frisar que faremos uma apresentação de autor por autor, ressaltando como cada um deles interpretou o período da independência dos “brasis”. No sentido de que a coleção de províncias que compunham a América portuguesa não tinha sua unidade assegurada no período, bem como quais eram os interesses em jogo naquele processo, a fim de compreender como estes criaram seus sistemas classificatórios, uma vez que todos o fazem com referência à sua interpretação geral deste momento histórico. Devido a este objetivo, faremos uso recorrente de citações diretas, com o intuito de alcançar um melhor didatismo e precisão na apresentação destes autores e seus sistemas classificatórios.

Com base nestas considerações iniciais, apresentaremos, agora, os critérios que encontramos em alguns autores que considerados chave na historiografia brasileira os quais nos permitiram apresentar uma visão panorâmica da produção historiográfica dos últimos cinquenta anos, a fim de apreender os seus métodos de classificação que acabaram por produzir essas análises em eixos “trinários”, binários.

¹ FAORO, R. **Os donos do poder**: formação do patronato político brasileiro. 5. ed. São Paulo: Globo Editora, 2012.

² PRADO JUNIOR, C. **Evolução política do Brasil e outros estudos**. 11. ed. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1979.

1.1 Classificações Binárias

Dos dois sistemas classificatórios que apresentados (o binário e o “trinários”), o que se mostra mais comum na historiografia é aquele que separa os grupos políticos na independência de forma binária. Dentro deste sistema binário as nomenclaturas mais comuns encontradas nas obras que analisamos são as que colocam os dois polos do debate político com os nomes *liberal* e *conservador*. Feitas essas considerações, demonstraremos, então, como alguns autores construíram as diversas denominações em suas obras.

Nos trabalhos de José Murilo de Carvalho, os grupos políticos da independência são conceituados na obra *A Construção da Ordem*, que tem como tese central:

[...] sugerir uma explicação alternativa, ou melhor, uma explicação que dê peso maior, embora não exclusivo, a um fator até agora desprezado. Parte-se da ideia de que a decisão de fazer a independência com a monarquia representativa, de manter unida a ex-colônia, de evitar o predomínio militar, de centralizar as rendas públicas, foi uma opção política entre outras possíveis na época.³

Ou seja, Carvalho buscou em sua tese uma explicação eminentemente política como motivo pelo qual as províncias americanas que formavam o Reino do Brasil organizaram-se em uma monarquia imperial e centralizada, com um governo representativo de caráter civil, avesso a militarismos, tomando um caminho totalmente diverso das experiências emancipacionistas da América Latina e dos Estados Unidos da América; com exceção da experiência mexicana, que elegeu um imperador logo após sua independência da Espanha. Desta forma, para Carvalho, a chave interpretativa que explicaria a singularidade brasileira entre os estado-nações do continente se encontraria na existência de “[...] uma elite ideologicamente homogênea devido a sua formação jurídica em Portugal, a seu treinamento no funcionalismo público e ao isolamento ideológico em relação a doutrinas revolucionárias.”³.

A partir destes três elementos, Carvalho interpreta como se formou uma elite que tornou possível, ou construiu a possibilidade da formação de uma monarquia constitucional no processo de desagregação da parte americana do império português. A principal explicação de Carvalho acerca do que teria tornado possível à formação desta elite nos moldes que

³ Ibid., p. 39.

permitissem essa solução monárquica constitucional se encontra em torno de dois conceitos que ele se utiliza a fim de caracterizar esta elite política da América portuguesa da década de 1820. Os conceitos utilizados são: socialização e treinamento social.

Para além de explicar o porquê de essas elites serem homogêneas a ponto de conseguirem manter a unidade da América portuguesa, seguindo o caminho inverso do que aconteceu com a América espanhola, é a partir da ideia de socialização e treinamento social que Carvalho divide os grupos políticos da independência. Aqui cabe um destaque importante, uma vez que para Carvalho: “Até 1837, não se pode falar em partidos políticos no Brasil. As organizações políticas e para políticas que existiram antes da Independência eram do tipo sociedade secreta, a maioria sobre influência maçônica.”⁴. Ou seja, não se pode falar em partidos políticos para o autor no período.

A partir destas premissas, Carvalho aponta que esta elite se distingue por conta do ensino superior, especificamente o recebido na Universidade de Coimbra, e pela circulação da mesma em cargos na burocracia portuguesa, especificamente a carreira no judiciário. Esses dois elementos são a base do que ele chama de socialização e treinamento social, que foram adquiridas ao longo da vida dos componentes que formavam a elite que deu cabo a independência brasileira na forma constitucional monárquica. Desta forma, achamos importante destacarmos o papel que Carvalho atribui ao ensino superior. Segundo o autor:

Elemento poderoso de unificação ideológica da elite imperial foi à educação superior. E isto por três razões. Em primeiro lugar, porque quase toda a elite possuía estudos superiores, o que acontecia com pouca gente fora dela: a elite era uma ilha de letrados num mar de analfabetos. Em segundo lugar, porque a educação superior se concentrava na formação jurídica e fornecia, em consequência, um núcleo homogêneo de conhecimentos e habilidades. Em terceiro lugar, porque se concentrava, até a Independência, na Universidade de Coimbra e, após a Independência, em quatro capitais provinciais, ou duas, se considerarmos apenas a formação jurídica. A concentração temática e geográfica promovia contatos pessoais entre estudantes das várias capitanias e províncias e inculcia neles uma ideologia homogênea dentro do estrito controle a que as escolas superiores eram submetidas pelos governos tanto de Portugal como do Brasil.⁵

Ou seja, no espaço geográfico da Universidade de Coimbra, os membros das elites receberam uma série de habilidades nos estudos jurídicos, que moldaram a sua concepção de Estado em direção a um modelo de organização que tinha respaldo na ilustração portuguesa,

⁴ CARVALHO, J. M. **A construção da ordem**: a elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013. p. 204.

⁵ Ibid., p. 65.

centralizado e absolutista. Para além deste modelo, a centralização dos estudos em Coimbra permitiu, por meio do controle das leituras e dos currículos, que os membros desta elite fossem blindados de ideias revolucionárias que estavam em circulação no ambiente intelectual europeu. Por fim, a convivência neste espaço permitiu estabelecer um senso de identidade único através dos laços que os membros das diversas partes do império português criaram naquela instituição, e é com base na participação, ou não, nesta universidade que Carvalho categoriza os grupos políticos da independência em dois polos distintos, aos quais ele não tem a preocupação em estabelecer nomes.

O autor tenta demonstrar que os advindos desta universidade tiveram um comportamento político homogêneo em comparação ao restante dos atores que ele analisou. Este comportamento se caracterizaria por um conservadorismo político, ou seja, se refere aos que, na historiografia e nos sistemas binários que estamos analisando comumente, são entendidos como o grupo dos conservadores.

Para além da caracterização pelo local de estudo, Carvalho também faz uma análise das profissões que os membros da elite política do império ocupavam, encontrando uma correspondência entre as carreiras do judiciário e da administração pública e os que apresentavam comportamento conservador, com o magistrado como o grande representante ideal deste grupo político. Segundo Carvalho:

Por outro lado, embora a posição centralista dos magistrados coincidissem com os interesses do grande comércio e da grande agricultura de exportação, ela decorria antes de sua formação e posição dentro do Estado do que do fato de se circularem socialmente a esses setores. Os magistrados comportavam-se de maneira mais homogênea do que os padres, independentemente de sua origem. Tanto era centralista e conservador o magistrado do Rio de Janeiro, terra dos grandes cafeicultores, como o era o de Minas, terra de padres libertários. Além disso, a coincidência dos interesses dos magistrados com os proprietários e comerciantes não se dava sempre.

Destaca-se nesta citação, para além do que já havíamos referenciado no parágrafo anterior acerca das características dos magistrados, que a atuação política destes não pode ser entendida em termos de adesão automática aos interesses dos grandes proprietários rurais, escravistas que estavam ligados ao comércio internacional, mesmo que as suas práticas centralizadoras pudessem servir a estes interesses, garantindo o apoio destes estratos sociais a suas políticas que levaram a construção do Estado imperial brasileiro.

Em contraste com os magistrados coimbrãos, há um o segundo grupo político que Carvalho analisa: os que não fazem parte dessa ordem nascida na universidade de Coimbra, e

que realizaram seus estudos em terras brasileiras, que não tiveram acesso ao ensino superior, e os que tiveram acesso à educação superior, mas que a realizaram em outra instituição, que não em Coimbra. Em ambos os casos, Carvalho considera que este grupo de pessoas, de características heterogêneas, ao contrário do primeiro grupo, foram mais permeável a ideias revolucionárias e de contestação da ordem, seja ela a portuguesa, ou a imperial no pós-independência. Sobre este contraste, Carvalho diz:

Esse conservadorismo [dos formados em Coimbra] contrasta com o comportamento político dos que se formaram em outros países europeus, sobretudo na França, e dos que se formaram no Brasil, aos quais, estranhamente, parecia ser mais fácil entrar em contato com o Iluminismo francês. As academias, as sociedades literárias, as sociedades secretas, formadas no Brasil, e as próprias rebeliões que precedem a independência exibem quase que invariavelmente a presença de elementos formados na França ou influenciados por ideias de origem francesa, os primeiros em geral médicos, os segundos, padres.¹⁷

Observar-se-á que se o primeiro grupo foi formado por magistrados, o segundo tem como representantes os médicos e os padres, sendo nesses estratos que Carvalho encontrou os comportamentos políticos que tipicamente são atribuídos aos liberais. Por consequência, esse grupo seria o responsável pelas forças centrípetas que agiriam na construção do estado imperial, na luta pela autonomia provincial e descentralização dos poderes do Estado. É importante destacar que Carvalho não apresenta uma explicação para sua estranheza quanto à penetração de ideias francesas no Brasil, uma vez que não se debruça na socialização e treinamento social específica desses padres e médicos, sendo a principal caracterização dos mesmos a oposição ao grupo coimbrão. Contudo, ao se analisar a origem social dos padres e a dos magistrados, Carvalho conclui:

[...] embora pudesse haver mais padres de origem social modesta do que magistrados, não estava aí a principal causa de seu comportamento diferente. O comportamento dos padres políticos de Minas Gerais, São Paulo e Ceará estava mais próximo do dos fazendeiros dessas áreas e se aproximava do liberalismo que os caracterizava – fundamentalmente de oposição à interferência do governo central em seus domínios. Os de Pernambuco, pelo maior contato com a sociedade urbana, se aproximavam mais de um liberalismo democratizado, sem avançar muito no campo da reforma social.¹⁸

Ou seja, o autor atribui o comportamento liberal dos padres à socialização que eles tinham com os fazendeiros, os quais tinham aversão às interferências governamentais em seus negócios particulares e pleiteavam maior participação política provincial. De certa forma, o

sistema classificatório de Carvalho acabou por criar uma dicotomia entre uma elite que seria nacional, homogênea, centrípeta e conservadora com uma segunda elite, não nacional, mas local, heterogênea, centrífuga e liberal, ambas diferenciadas pelos fatores de socialização e treinamento social, o do primeiro grupo unificado por Coimbra e pela magistratura e o do segundo grupo fragmentado nas províncias, nos seminários e por alguns membros da elite que conseguiram mandar seus filhos às universidades europeias.

Destacamos também que várias personalidades, segundo o sistema classificatório desenvolvido por Carvalho, que seriam incluídas como membros conservadores ou liberais de acordo com os critérios de socialização e treinamento social não se encaixam em seu sistema classificatório. A título de exemplo, poderíamos recorrer a três figuras proeminentes das articulações que levaram a independência brasileira que tiveram marcada atuação liberal: Cipriano Barata, formado na Universidade de Coimbra, mas não no curso jurídico, participante da revolução pernambucana de 1817 e publicista, além de um crítico feroz de Dom Pedro I; José Clemente Pereira, presidente do Senado da Câmara do Rio de Janeiro na época da independência e um dos articuladores da mesma no Rio de Janeiro, também formado em Coimbra e Juiz de fora, envolvido com o grupo de Joaquim Gonçalves Ledo, notório liberal; Joaquim Gonçalves Ledo que frequentou sem concluir o curso de direito na Universidade de Coimbra, publicista e conhecido liberal.

Ou seja, apesar dos fatores de socialização e treinamento social das elites políticas serem reconhecidamente fatores fundamentais a fim de se entender os processos políticos em curso em qualquer sociedade, eles, por si só, não conseguem explicar a totalidade dos comportamentos políticos e, no caso específico da obra de Carvalho, têm muito mais sucesso em explanar certa homogeneização de práticas políticas do grupo dos conservadores e de sua atuação mais coesa na disputa política da América portuguesa recém independente e têm menos sucesso em expor a atuação e prática política da elite que estava apartada deste treinamento social e socialização específica.

Outro viés de estudo que pode ser adotado é o de Cecília Helena L. de Salles Oliveira, apresentado em sua obra *A Astúcia Liberal*⁶, na qual procurou identificar os nexos entre as relações de mercado e as práticas políticas no período da independência, de forma a compreender como os interesses mercantis se articularam a práticas e formulações políticas na defesa de formas institucionais específicas, demonstrando como o jogo de interesses mercantis

⁶ OLIVEIRA, C. H. L. S. **A Astúcia liberal**. Relações de mercado e projetos políticas no Rio de Janeiro (1820-1824). Bragança Paulista: EDUSF: Ícone, 1999.

se manifestou no decorrer dos episódios que desencadearam o processo de independência brasileira.

Para realizar esta tarefa, a autora descreve o processo de mercantilização da terra, que ocorreu nos meados do século XVIII e teve acentuada expansão com a chegada da família real em 1808. Com isso, pretende demonstrar como novas terras foram incorporadas à produção mercantil no entorno do Rio de Janeiro, atendendo aos interesses dos pequenos e médios proprietários de terra. Esse processo levou a um deslocamento da população pobre, composta por posseiros, foreiros, artesãos e rendeiros, que não tinha como comprar terras próximas ao núcleo urbano do Rio de Janeiro⁷, o que causou sua pauperização.

É neste contexto de incorporação de mercados e pauperização de parte da população do Rio de Janeiro que se inscreve, para Salles Oliveira, a produção e reprodução de discursos políticos. Salientamos aqui que essa relação não se constituiu de maneira mecânica como se esses interesses determinassem as demandas em si, de forma que as proposições identificadas como liberalizantes e ocorridas no período estouraram tanto na parte europeia do império português, quanto nas partes americanas de maneira simultânea⁸, não sendo, desta forma, uma importação de ideais estranhos ao contexto brasileiro.

Nesse sentido, o reajustamento dos interesses entre determinados setores da sociedade fluminense e as pretensões dos revolucionários em Portugal constituía **uma das facetas** da complicada movimentação política. O cerne da luta que se tratava no início da década de 1820 encontrava-se no **mercado interno**, no equacionamento de projetos, reivindicações e ambições de grupos proprietários antagônicos radicados no Rio de Janeiro e nas províncias.

Com base nestes apontamentos, Oliveira identificou dois grupos políticos que tinham capacidade de intervenção organizada no processo de independência no Rio de Janeiro e os classificou a partir da associação deles com interesses ligados a questões de disputas pelo controle dos cargos públicos, de acesso a terra e mão de obra.

Desta forma, a autora identifica como liberal o agrupamento ligado a Joaquim Gonçalves Ledo, sendo que este grupo ocupou o centro de sua análise. Para ela, o grupo em sua formação social: “[...] encontrava respaldo junto a atacadistas fluminenses e portugueses e a donos de engenhos e lavouras mercantis do Recôncavo e de Goitacazes [...]”⁹, que haviam

⁷ Ibid., Cf. Capítulo 2.

⁸ Ibid., p. 105.

⁹ OLIVEIRA, C. H. L. S. **A Astúcia liberal**. Relações de mercado e projetos políticas no Rio de Janeiro (1820-1824). Bragança Paulista: EDUSF: Ícone, 1999. p. 107.

conseguido destacada ascensão econômica e buscavam ampliar sua influência na condução dos negócios públicos, como forma de garantir seus interesses.

Em oposição ao grupo do Ledo, se encontrariam outro grupo, definido na seguinte passagem: “O ‘partido’ ao qual Silvestre [Pinheiro Ferreira] se referia era constituído por nobres e empreendedores portugueses emigrados que haviam fixado interesses no mercado fluminense [...]”¹⁰. O grupo já estava encastelado na burocracia estatal criada por D. João VI no Rio de Janeiro e ameaçavam o controle de capitais e mão de obra dos produtores que já estavam a muito ali estabelecidos.

É importante destacar também que ambos os grupos, aquele composto pelos nobres emigrados e o composto por partidários de Joaquim Gonçalves Ledo, possuíam inspirações liberais em sua prática política e em seus projetos de construção do que viria a ser a nova engenharia institucional do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, a partir de uma tradição de reformas que remontam à ilustração portuguesa. Ambos os grupos discordavam sobre a atuação dos liberais em Portugal¹¹, contudo os nobres também partilhavam de uma visão liberal para o novo ordenamento político português. Sobre os nobres emigrados, Salles Oliveira diz:

Não concordavam com a atuação dos liberais em Portugal e muito menos aceitavam a posição assumida pelo grupo de Ledo e pelos setores que lhe davam sustentação. Porém almejavam construir um Império português no Brasil, alicerçado também em práticas liberais, uma vez que propunham “reformas” institucionais que aprofundassem a política desenvolvida no decorrer do governo joanino, acreditando que a exploração dos recursos naturais disponíveis e a “civilização” do “povo” seriam as bases do “progresso material e moral” de uma futura “nação” poderosa.

Há, todavia, um terceiro grupo de pessoas que Salles Oliveira aponta como grupo de interesse e pressão no momento da independência. Contudo, não incluímos a autora dentro do rol de autores que usaram sistemas “trinários” para a classificação dos grupos políticos da independência, pois os interesses deste terceiro grupo, os pauperizados pelo movimento de mercantilização do trabalho e da terra, segundo Salles Oliveira, não apresentam atuação política organizada, mesmo influenciando diretamente em alguns eventos, como na Revolta da Praça do Comércio¹². Eles não conseguiram ter acesso direto à administração do Reino do Brasil e no

¹⁰ Ibid., p. 127.

¹¹ Ibid., p. 127.

¹² OLIVEIRA, C. H. L. S. **A Astúcia liberal**. Relações de mercado e projetos políticas no Rio de Janeiro (1820-1824). Bragança Paulista: EDUSF: Ícone, 1999.

Cf. Capítulo 3. Em 21 de abril de 1821 ocorreu a reunião que iria indicar os deputados que representariam a província do Rio de Janeiro nas Cortes Constituintes de Lisboa e que ocorreu na Praça do Comércio. Originalmente a reunião seria realizada em um local fechado, contudo, por pressão do grupo de Ledo, a mesma foi transferida

processo de separação deste com Portugal foram constantemente mobilizados em favor do grupo de Ledo, os liberais.

O processo de pauperização que atingia rendeiros foreiros, pequenos proprietários, artesãos, jornaleiros e trabalhadores por empreitada, em decorrência do movimento de mercantilização da produção e da terra, viabilizou sua mobilização a favor da movimentação preparada pelo grupo de Ledo.

Essa mobilização dos pauperizados não fazia, nesse caso, que os mesmos se confundissem com o grupo do Ledo, se constituindo em um grupo de interesse à margem dos desdobramentos da briga em torno do controle da burocracia do Reino Unido instalada no Rio de Janeiro e do acesso aos mercados. Essas parcelas da população eram tratadas de maneira semelhante a como os nobres emigrados tratavam os pauperizados, ou seja, como cidadãos de segunda classe. Essa relação de subordinação mostrou-se presente nos desdobramentos à Revolta da Praça do Comércio, onde os liberais planejavam uma junta governativa de província; a reunião terminou em fracasso, sendo violentamente reprimida pelas forças joaninas. O processo que resultou dessa Revolta, que intencionava punir os responsáveis pelo movimento, serviu, segundo Oliveira, para reforçar as clivagens sociais que os liberais mantinham com a plebe. Sobre o processo, a autora afirma:

O processo tornou-se um instrumento político no sentido de preservar a imagem dos homens detentores de riqueza e prestígio na província, além de indicar, com nitidez, as distâncias entre “cidadãos” e “não-cidadãos”. A “plebe amotinada”, a “gente ordinária de veste”, na opinião de pessoas influentes como Nogueira da Gama, José da Silva Lisboa, Mariano José Pereira da Fonseca e José Joaquim de Faro, não era “igual a eles, homens “ilustrados””. Muito menos Ledo, Clemente Pereira e Santos Portugal admitiam a “semelhança”. Uma das práticas desses liberais era fazer alianças fluidas e oportunistas com pequenos proprietários, artesões, soldados e mascates tentando manipular suas reivindicações. Porém, isso não queria dizer que os considerassem “iguais”, pois, no jogo do mercado, esses contendores não possuíam o poder que os proprietários exerciam.¹³

para a Praça do Comércio. Durante a reunião para a indicação dos representantes às cortes, o grupo de Ledo articulou-se com camadas populares, a fim de pressionar os eleitores a indicar não só a deputação que iria a Lisboa, como também eleger uma junta governativa de província conforme os ditames das Cortes de Lisboa. Contudo no decorrer da reunião, o grupo de Ledo perdeu o controle da multidão que à acompanhava. Esta multidão, composta por membros que foram aliados do processo eleitoral passou a fazer reivindicações que fugiam aos interesses do grupo de Ledo, e do grupo dos Nobres emigrados que Oliveira cita ao longo do seu trabalho, o que gerou forte reação do governo real ainda instalado no Rio de Janeiro a fim de dissolver a assembleia que já havia saído do controle.

¹³ OLIVEIRA, C. H. L. S. **A Astúcia liberal**. Relações de mercado e projetos políticas no Rio de Janeiro (1820-1824). Bragança Paulista: EDUSF: Ícone, 1999. p. 147.

Também vale destacar que a autora demonstra que as alianças e agrupamentos políticos não foram fixos no processo de independência, havendo mudanças de postura e realinhamentos ao sabor dos acontecimentos. Além disso, evidencia como os interesses se alinharam e se desalinharam no decorrer dos conflitos que vieram à tona por ocasião da reorganização da monarquia portuguesa, de forma que reafirmavam clivagens sociais preexistentes e buscavam garantir os interesses de seus executores. Esses realinhamentos políticos chamam muita atenção, principalmente pelo trecho que trata diretamente de um dos impressos centrais de nossa análise, o *Reverbero Constitucional Fluminense*. Segundo Salles Oliveira:

De outra parte, abria-se campanha contra a prática exercida pela Junta de governo mineira, a mesma que poucos meses antes os redatores do jornal haviam apoiado (RCF, nº XX e XXV, março/ abril/ 1822, 1º vol.). Seus membros deixavam de ser “constitucionais” para se tornarem “facciosos” e “republicanos” por tentarem construir um governo autônomo em relação à autoridade do Regente¹⁴

Essa breve citação mostra a mudança de posicionamento do periódico frente às posturas que estavam sendo tomadas pelo grupo de Ledo através de seu periódico. A temática girava em torno da Junta Governativa de Província Mineira, a qual teve em sua formação uma postura de autonomia em relação ao governo do Rio de Janeiro e ao governo de Lisboa.¹⁵ Esta postura se modificou quando não era mais conveniente ao grupo de Ledo, uma vez que este se associou ao projeto emancipacionista em torno do príncipe regente, cujo um dos principais objetivos era manter a unidade do Reino do Brasil, unidade que a postura autonomista da junta mineira colocava em risco.

Isso é demonstrativo, mais uma vez, de que o jogo da identificação política dos grupos da independência é um problema de extrema complexidade. Uma vez que a conjuntura política da emancipação se mostra fluida, e que as alianças de ontem se quebram amanhã, dinâmica que desafia os sistemas explicativos produzidos até o momento e nos impõe uma postura crítica frente à bibliografia e aos documentos que serão analisados ao longo do trabalho. Por fim, gostaríamos de destacar que o sistema classificatório de Oliveira se constrói sobre bases pragmáticas, vinculando interesses de mercado a posicionamentos políticos, em um ambiente de ascensão do liberalismo político; apesar disso, isso se desenvolve sem criar uma relação

¹⁴ Ibid., p. 190.

¹⁵ Sobre a junta governativa de província mineira conferir: SILVA, A. R. C. Constitucionalismo, autonomismos e os riscos da "mal-entendida liberdade": a gestação do liberalismo moderado em Minas Gerais, de 1820 a 1822. *Tempo*, Niterói, v. 18, n. 33, p. 243-268, 2012. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1413-77042012000200010>>. Acesso em: 06 jul. 2019.

mecânica entre as demandas materiais e as proposições políticas. A autora também mostra que há uma massa de excluídos que não cabem no seu sistema classificatório, uma vez que essa massa não consegue conduzir uma luta política organizada em torno dos seus interesses difusos.

Continuando nossa explanação sobre os sistemas binários, passamos agora à obra de Ilmar de Mattos. O autor fez, em sua tese denominada *O Tempo Saquarema*¹⁶, uma diferenciação entre os grupos que compunham o cenário político da América Portuguesa no processo de independência, e no período pós-emancipação; seu ponto central é o estudo da formação daquilo que ele define como *classe senhorial* e seu grupo dirigente, os Saquaremas. Mattos define que esta classe senhorial funda sua prática e teoria política em torno da manutenção de dois monopólios: o monopólio mão de obra, ou seja, o controle sobre a massa de escravos existentes no Império, e o monopólio da terra, a manutenção da grande propriedade rural.

O processo de formação desta classe senhorial estaria intimamente ligado ao processo de estruturação do Estado Imperial, sendo impossível dissociá-los. Ambos os procedimentos são vistos por Mattos em uma perspectiva de longa duração, que encontra suas raízes na colonização portuguesa, fundando-se no próprio sentido desta colonização. Apesar de seu trabalho se dedicar, com maior afincio, ao período que ficou conhecido como “as regências”, sua classificação nos serve como parâmetro para o período da independência, uma vez que, a classe senhorial ainda que não estivesse completamente desenvolvida se encontra em processo de formação.

A fim de compreender o processo de formação desta classe senhorial, do Império e, por consequência, dos dois grupos políticos que Mattos aponta para o período, *Luzia e Saquarema*, faz-se necessário aprofundar em como ele define esse processo de formação. Segundo Mattos:

O primeiro deles é compreender os processos de construção do Estado imperial e de constituição da classe senhorial, nos termos de uma restauração e de uma expansão. O segundo consiste na demonstração da relação necessária, embora não natural, entre ambos os processos, relação propiciada pela intervenção consciente e deliberada de uma determinada força social, a qual se forja a si própria como *dirigente* no movimento dessa intervenção: os *Saquaremas*.¹⁷

Como visto neste pequeno trecho, para Mattos, o processo de formação da *classe senhorial* e do estado imperial é engendrado na ideia de restauração e expansão. Expansão e

¹⁶ MATTOS, I. R. *O tempo saquarema*. São Paulo: Hucitec, 2004.

¹⁷ MATTOS, I. R. *O tempo saquarema*. São Paulo: Hucitec, 2004. p.14.

restauração são conceitos que remetem a um objeto específico. O que foi restaurado? O que se procurava expandir? Ambas as forças, expansão e restauração, estavam orientadas e, por consequência, a própria construção que Mattos aponta para o que, ele chama de moeda colonial, ou seja, a construção do Império e de sua classe dirigente estaria orientada para a retomadas dos pactos que estavam, até então, vigentes desde o período colonial, o chamado pacto colonial.

Observar-se-á que essa afirmação gera pelo menos três perguntas: Qual é a natureza deste pacto? Se havia a necessidade de restaurá-lo, quer dizer que ele estava em risco ou havia sido quebrado? O que significa a expansão deste pacto colonial? Outro ponto importante a ser destacado é que Mattos encara o que ele chama de moeda colonial como um conjunto de relações sociais, e não um contrato entre partes. Sobre a natureza do pacto, Mattos diz:

[...] Ora, um pacto é sempre um acordo entre as partes, mesmo que a relação que se estabelece possa distinguir-se por uma assimetria. O pacto colonial que então se restaurava, também o era: a presença dos interesses ingleses predominantemente como um dos contratantes pressupunha a presença de interesses determinados do lado Império do Brasil, não sob a forma de uma justaposição, e sim de modo complementar e contraditório.

O primeiro ponto a ser destacado sobre a natureza deste pacto é que Mattos não encara a independência brasileira como um movimento de rompimento do antigo pacto colonial que estava sendo novamente imposto ao Reino do Brasil pelas Cortes de Lisboa. Pelo contrário, a independência brasileira visava justamente à recomposição desse acordo, agora não mais unido aos interesses da metrópole portuguesa, e sim aos interesses do capital inglês. O que preservava essa relação de subordinação aos interesses britânicos era a forma com a qual o Império se ligaria aos interesses do capital internacionalizado. O desdobramento dessa afirmação é se perguntar a quais interesses e propósitos esse recunhar da moeda colonial atendia. A resposta dessa pergunta, para Mattos, é que ela, a moeda colonial, atendia ao reestabelecimento dos monopólios que estruturariam a relação entre colono e colonizador. Ainda segundo Mattos:

Por ser tanto referência quanto o elemento estruturante desse desdobramento, o monopólio constitui-se no elemento que une as duas faces da moeda colonial, assim como lhe confere o calor. De um lado, a “cara”, ou a face metropolitana, apresentando-se por meio do *Reino* ou do *Estado Moderno*; de outra, a “coroa” ou a face colonial, na forma da *Região*, face geralmente oculta, impossível de ser pensada isoladamente da primeira, mas guardando também existência própria, um processo particular que não se restringe à mera reprodução da História metropolitana ou dos sucessos de outra região qualquer.

Desta forma, os monopólios, além de fundarem essa classe senhorial em formação, que se construiu concomitantemente ao Estado Imperial, servem de liga ao pacto colonial. Sobre os monopólios, o autor afirma: “[...] da relação entre colono e colonizador resultava o monopólio daquele sobre a mão-de-obra, as terras e os meios de trabalho.”¹⁸. Ou seja, são eles que dão sustentação à área de agricultura-mercantil-escravista, de produção orientada para o mercado externo, associada aos grandes capitais internacionais, área esta que se formou desde os primórdios da colonização portuguesa na América. Destacando sempre que esta relação era assimétrica, ao mesmo tempo complementar e, em alguns casos, conflitante.

Esta sociedade que se formara desde a colonização se construiu de maneira hierarquizada. A partir deste pressuposto, Mattos apresenta uma nova dicotomia presente nesta sociedade: entre os colonos e os colonizados. Os colonos são aqueles que detinham os monopólios já citados, além de escravos e terras. Os colonizados eram aqueles que estavam à margem destes monopólios, os que não eram senhores de terra com grande cabedal de escravos. Os primeiros pertenciam às atividades da agricultura de exportação, os segundos eram ligados às atividades de abastecimento interno, por exemplo, a criação de gado. Os colonos:

Na medida em que eram proprietários em condições coloniais; em que ao complementar por meio de uma produção os interesses metropolitanos acabavam por se contrapor a eles por estarem obrigados a um consumo; em que se relacionavam de modo contraditório, por meio da ideologia do favor, com os homens livres e pobres; e em que opunham seu modo de vida e suas concepções aos de outros contingentes sociais; os plantadores escravistas construíam lentamente sua individualização, possibilitavam o recorte de uma região e pareciam mesmo constituir uma classe social.¹⁹

Ou seja, essas diferenciações no seio da sociedade colonial acabaram por forjar uma nova classe social ao longo dos séculos, e a construção do estado imperial é parte deste processo. Essa nova classe social se fundou nos monopólios coloniais e dependia destes para a sua reprodução, fazendo com que a própria independência brasileira, vista como um rompimento com uma metrópole e, em consequência, do pacto colonial, na verdade fosse o contrário, uma restauração deste pacto que vinha sendo ameaçado pela interferência inglesa na proibição do tráfico negreiro e por agitações revolucionárias, a exemplo da revolução de 1817 em Pernambuco.

Desta forma, para Mattos, a independência cumpriu uma função de restauração da moeda colonial, reafirmando as hierarquias existentes no seio da sociedade colonial, ao mesmo

¹⁸ Ibid., p. 39.

tempo em que reforçava as hierarquias entre as diversas partes do império, dentro de uma longa tradição aristocrática difundida pelos séculos de colonização portuguesa. Essa relação explicaria também a adoção do título de Imperador e não de Rei por D. Pedro I ¹⁹ Sem a compreensão de que essa sociedade que deu base à formação da classe senhorial, que é de caráter aristocrático, fica impossível compreender esses agrupamentos políticos que levaram à emancipação e estavam por se constituir enquanto classe no período que é o enfoque de Mattos, o chamado *Tempo Saquarema*. De forma que:

Podemos dizer, por um lado, que este sentimento aristocrático – síntese da visão da política e da sociedade prevalecente à época da Maioridade – expressava um fundo histórico forjado pela colonização, que as forças predominantes na condução do processo de emancipação política não objetivaram alterar: o caráter colonial e escravista dessa sociedade. Anotemos, contudo, que tomar em consideração esse fundo não significa recolher apenas seus aspectos mais estritamente econômicos, mas também evidenciar o papel que as relações pessoais e raciais cumpriam nessa sociedade. E, por outro lado, dizer também que ele reponta como manifestação da importância que o liberalismo possui no duplo movimento que distinguia esta sociedade no momento em questão: a construção do Estado Imperial e a constituição da classe senhorial.²⁰

Foi descrita a sociedade, cuja caracterização foi reproduzida anteriormente em sucintas linhas a fim de uma melhor compreensão do sistema classificatório desenvolvido por Mattos, sendo o sistema baseado em dois conceitos que se referem a 2/3 dos espaços de sociabilidade que existiam no Império do Brasil. Na visão do autor: a casa, a rua e o estado; que também correspondiam a outros três conceitos mobilizados pelos contemporâneos, mas que não se confundiam com estes três espaços: o mundo do governo, do trabalho e da desordem. Sobre estes três mundos, Mattos diz:

Governo, Trabalho e Desordem – os mundos constitutivos do Império do Brasil, mundos que se tangenciavam, por vezes se interpenetravam, mas que não deveriam confundir-se, por meio da diluição de suas fronteiras, mesmo que os componentes da “boa sociedade” fossem obrigados a recorrer à repressão mais sangrenta a fim de evitar que tal acontecesse.²¹

Governo e estado; casa e trabalho; rua e desordem. Esta era a hierarquia dos mundos e dos espaços a se preservar, o que só era possível com a restauração da moeda colonial, que mantinha essa hierarquia através dos monopólios da mão e obra e da terra. É importante também destacarmos a associação entre a *rua* e a *desordem*, visto que era nesse espaço onde se

¹⁹ Ibid., p. 94.

encontravam os elementos que fugiam à ordem que se tentava restaurar. Ou seja, era na rua que estavam os elementos da sociedade que não compunham a classe senhorial em formação e não estavam ligados à agricultura de exportação. Estavam fora da ordem escravista, tanto não se encaixavam nela quanto pressionavam por mudanças. Para Mattos:

[...] Fundar o Império do Brasil, consolidar a instituição monárquica e conservar os mundos distintos que compunham a sociedade faziam parte do longo e tortuoso processo no qual os setores dominantes e detentores de monopólios construía a sua identidade como uma classe social.²⁰

Feito este parêntese, apresentamos duas citações que são centrais para entender o sistema classificatório de Mattos. Uma delas concerne ao que é o Governo da Casa e a outra sobre Governar o Estado. Sobre o Governo da Casa, o autor diz:

Governar a Casa era, sobretudo governar a família, e nesta se incluíam os próprios escravos, pois estes, como lembra S. B. de Holanda, então “constituía uma simples ampliação do círculo familiar, que adquiria com isso todo o seu significado original e integral”. Governar a escravaria consistia em não apenas fiscalizar o trabalho da massa de escravos, ou em escolher com acerto os feitores e saber evitar-lhes as exagerações, mas sobretudo em criar as condições para que as relações de poder inscritas na ordem escravistas fossem vivenciadas e interiorizadas por cada um dos agentes, dominadores ou dominados. Governar a Casa era exercer, em toda a sua latitude, o monopólio da violência no âmbito do que a historiografia de fundo liberal convencionou denominar de poder privado.²⁰

O Governo da Casa é, para Mattos, o domínio do poder privado dos senhores de terra. Não fica claro em sua obra se esses senhores de terra seriam apenas aqueles ligados ao mercado externo, que estariam no topo da hierarquia social descrita por ele, ou a todo o processo produtivo, o que incluiria aqueles que se dedicavam ao tráfico de escravos, ao comércio de grosso trato e à agricultura de abastecimento para o mercado interno. O que é claro é que os membros da casa eram elementos essenciais à ordem e pertenciam ao mundo do trabalho. Antagonizando o Governo da Casa, temos o Governo do Estado, o qual segundo Mattos:

[...] consistia, pois, em não só coibir as exagerações dos que governavam a Casa, tanto no que diz respeito ao mundo do governo, quanto no que tange ao mundo do trabalho, mas em sobretudo empreender as tarefas que eram entendidas como transcendentais às possibilidades daqueles, entre as quais avultava a de propiciar a continuidade dos monopólios que fundavam a classe.

²⁰ MATTOS, I. R. **O tempo saquarema**. São Paulo: Hucitec, 2004. p. 132.

Governar o Estado era, no fundo e no essencial, elevar cada um dos governantes da Casa à concepção de vida estatal.²¹

Ou seja, cabia ao Governo do Estado fazer as mediações necessárias a fim de limitar o poder privado, evitando que ele cometesse abusos em suas atribuições. Assim, não colocaria em risco o processo de recunhar a moeda colonial, que já se encontrava ameaçado com a ingerência inglesa que pressionava o governo português e, consequentemente o brasileiro, a pôr fim ao tráfico escravista. É importante também destacar que no papel de contenção aos possíveis abusos do Governo da Casa, o Governo do Estado acaba por ter um papel civilizador e homogeneizador sobre toda a classe senhorial.

Quanto ao que seria um governo da rua, o espaço da desordem, Mattos não faz uma conceituação, apenas frisa, ao longo de seu trabalho, que os três mundos que compõe o Império estão em constante conflito. Desta forma, excluindo-se a rua, que não apresenta representante no jogo político da classe senhorial e, por consequência, do Império, o embate pelo controle do Estado se organizaria em torno daqueles que privilegiariam o governo da casa em oposição aos que privilegiariam o governo do estado. O que não quer dizer, claramente, que aqueles que privilegiassem um dos dois não pudessem ocupar as duas esferas.

O primeiro agrupamento que trataremos é o que privilegiava o governo da casa e ficou conhecido, na obra de Mattos, por *luzia* ou *liberal*. O segundo é o que privilegia o governo do estado e foi nomeado de *squarema* ou *conservador*. É importante fazer uma pequena ressalva: apesar de nomeá-los como *squaremas* e *luzias*, Mattos deixa bem claro que existem subgrupos dentro desses dois polos que compõem o jogo político imperial. Squaremas e luzias são dois destes subgrupos encontrados e, devido à sua importância para o entendimento do período, acabaram por nomear todo o seu agrupamento correspondente.

Os chamados *luzias*, que privilegiaram o Governo da Casa, têm como principal característica, segundo Mattos, a noção de liberdade que os coloca em oposição ao governo, ou seja, enxergam o Governo do Estado como fonte de arbitrariedades e riscos para sua liberdade de exercer o poder privado. Desta forma, segundo o autor, para entendermos os liberais, precisamos de duas concepções: “[...] de um lado. *Casa = Liberdade* e *Colono* (depois *Cidadão Ativo*) = *Liberal*; de outro, e de modo complementar, *Estado = Ausência de Liberdade* (ou *Autoridade*) e *Colonizador* (ou “Pés-de-chumbo”) = *Não Liberal*.”²². Essa primeira proposição, que segundo o autor é largamente difundida pela historiografia, não basta para entender os

²¹ Ibid., p. 132-133.

²² MATTOS, I. R. **O tempo squarema**. São Paulo: Hucitec, 2004. p. 146.

liberais, uma vez que a Casa não disputava supremacia apenas com o Estado, mas também com a Rua. Para Mattos “O que era entendido como “triunfo” do princípio democrático fazia repontar as contradições da Liberdade, estabelecendo as clivagens entre os primeiros Liberais: a Casa não se opõe apenas ao Estado; ela se opõe também à Rua.”²³.

Poderíamos então, a partir dessas premissas, de que Casa representava a Liberdade, o Estado a sua ausência e a Rua a desordem, discutir se Mattos pode ser classificado entre os autores que consideram que existem mais de duas facções políticas no período da independência. Isso seria possível devido seu trabalho de identificação de um terceiro espaço social que compunha a política imperial, a rua, a qual era vista pelos membros da classe senhorial em formação como inimiga do Estado e da Casa. Outro indício que aponta nesse sentido é que Mattos, ao longo de sua descrição sobre os liberais, acaba por citar um grupo que ele nomeia de “exaltados”, que estariam no seio dos luzias. Este foi tratado, ao longo de toda a obra, como um grupo heterogêneo que, segundo Mattos, não demonstrou capacidade de organizar as diversas facções que o compunham.

Apesar destes dois indícios, acreditamos que é mais acertada a visão de que este trabalho deva ser classificado dentro dos sistemas binários. Isso porque os possíveis agentes que comporiam uma terceira força, representante da Rua, estariam à margem do jogo político imperial e não apresentaram, segundo Mattos, capacidade de articular uma oposição organizada à chamada classe senhorial, fazendo com que o jogo político ficasse confinado nas disputas que ocorriam no interior desta classe. O que não quer dizer também que o jogo político estar confinado a elite excluía a disputa de projetos de Estado que acontecia dentro dela; muitas vezes, como, por exemplo, na Confederação do Equador ou na Rebelião Liberal de 1842 em São Paulo e Minas Gerais, essas divergências e projetos tenham entrado em choque de forma violenta.

Feita mais esta ressalva e retornando às características que distinguiam os *luzias*, precisaremos retomar a questão da relação entre autoridade e liberdade para Mattos. Isso se faz necessário, uma vez que, para o autor, a relação que os liberais faziam entre esses dois conceitos não pode ser entendida de maneira dicotômica; ou seja, não é uma oposição pura e simples entre liberdade e autoridade, conforme mostrada anteriormente. Ao contrário, deve ser entendida dentro de uma relação de dialética.²⁴ Desta forma, Mattos afirma: “Neste ponto, podemos estabelecer uma primeira conclusão, a qual nos conduz ao abandono de nossa proposição

²³ Ibid., p. 147.

²⁴ MATTOS, I. R. **O tempo saquarema**. São Paulo: Hucitec, 2004. p. 151.

inicial: os Liberais – ou para *garantir a Liberdade da Casa ou para assegurar a Igualdade entre o Povo* – devem estar no governo do Estado”.²⁵

Esta relação entre liberdade e autoridade é muito importante para entender os meandros do processo classificatório desenvolvido por Mattos. Esta relação se encontra no cerne da diferenciação entre *luzias* e *saquaremas*, ajudando a explicar o motivo pelo qual se formou uma hierarquia entre os grupos políticos do Brasil imperial, cujo topo os luzias não conseguiram ocupar. Segundo o autor:

Porque a Câmara dos Deputados, como Representação nacional, aparecia como a expressão de um contrato que se de um lado implicava a perda de uma liberdade natural que distinguiria cada indivíduo e cada Casa, de outro significava a garantia de um mecanismo que permitia neutralizar o Poder, sempre entendido como despótico, quanto o ganho de “liberdade civil e da propriedade de tudo que possui”, na formulação de Rousseau. Não obstante, justamente aí residia uma das razões de sua fraqueza. A sua concepção de Liberdade não deixava de implicar uma Igualdade [...].²⁶

Por conter uma implicação de igualdade, a concepção de liberdade seguida pelos *luzias*, calcada na supremacia da representação nacional na câmara dos deputados, colocava em risco a sociedade hierarquizada que as elites buscavam preservar recunhando a moeda colonial. Essa posição colocava em risco a própria existência da classe senhorial ao mobilizar um conceito de liberdade que dava aos elementos da rua, que estavam fora da ordem, ou no campo da desordem, a possibilidade de se igualarem ao topo da sociedade, dissolvendo, assim, as hierarquias sociais. Ainda segundo Mattos:

Assim, a desigualdade na política correspondia à desigualdade na sociedade. Importava não confundir a Liberdade com a Igualdade, mesmo que por vezes desta pudessem servir-se para a consecução de seus propósitos e a manutenção dos privilégios sociais. A Casa deveria permanecer distinta da Rua e da Praça Pública, embora nelas pudesse derramar-se em determinadas circunstâncias como recurso para alcançar seus objetivos.²⁷

Isto é, era essencial para os luzias que a Casa não se confundisse com a Rua e que a liberdade não se confundisse com a igualdade. Feito este último apontamento quanto aos luzias, passemos agora a tratar sobre grupo que fazia oposição a esses liberais, os chamados conservadores ou *saquaremas*. Se o primeiro grupo, luzia, se caracterizava pela supremacia do

²⁵ Ibid., p. 150.

²⁶ Ibid., p. 154.

²⁷ MATTOS, I. R. **O tempo saquarema**. São Paulo: Hucitec, 2004. p. 155.

governo da Casa e do mundo do Trabalho, os saquaremas seguiam um caminho inverso, no qual a supremacia se encontraria no Governo do Estado.

O princípio fundador da prática saquarema não estava ligado à liberdade, e sim à autoridade. Isso era possível por conta da articulação de um conceito de liberdade diverso do dos luzias, o que lhes permitiu articular a questão da liberdade e autoridade em uma relação que não daria margem aos desejos de igualdade que poderiam ser expressos por membros que pertenciam ao mundo da rua, ou que àqueles que pertenciam a Rua e eram mobilizados pelo mundo da Casa. Desta forma, quando eles estivessem em posição de ocupar o Governo do Estado, não se sentiriam constrangidos politicamente por usar todos os meios necessários à manutenção da ordem, condição básica de reprodução da moeda colonial em restauração. Ainda segundo Mattos:

Ora, tal inspiração era tão mais significativa quanto nos recordamos do peso até então representado pelo conceito moderno ou negativo de liberdade e das discussões propiciadas pelas divergências entre os teóricos que o sustentavam quanto à amplitude da área de não interferência, pois se, de um lado, os partidários do livre-arbítrio, como Locke, Mill, Constant e Tocqueville, defendiam certa área mínima de liberdade pessoal que não devia ser absolutamente violada, sob risco de o despotismo se instalar, de outro se apresentavam os que argumentavam ser necessário ampliar a área de controle centralizado e reduzir a do indivíduo, como condição da própria preservação deste.²⁸

A concepção de liberdade então trazida pelos saquaremas, que também mobilizaram um instrumental teórico liberal, subordina liberdade a legítima autoridade estatal, como condição *sine quo non*²⁹ da existência desta. Se os saquaremas são liberais e seu princípio fundador é o da autoridade, impõe-se a pergunta: a qual autoridade os saquaremas se referiam quando discutiam esse princípio? A resposta para essa pergunta está diretamente ligada ao conteúdo liberal do grupo conservador, quer dizer, se pregava a supremacia da autoridade da razão. Mattos discorre:

Se se desejava a supremacia da Razão Nacional [...] tornava-se necessário reforçar o Poder, pondo-o acima dos interesses partidários, “porque – como frisava Bernardo Pereira de Vasconcelos – discussões entre partidos são infrutuosas”. Retomava-se Hobbes, para quem a Razão exigia e reclamava a existência do Estado, mas somente a partir da existência deste a Razão tornava-se tanto política quanto moral. “É a autoridade, não a verdade, que faz a lei [...]”.³⁰

²⁸ Ibid., p. 159.

²⁹ Expressão em latim que pode ser traduzida por “sem a/o qual não pode ser”.

³⁰ MATTOS, I. R. **O tempo saquarema**. São Paulo: Hucitec, 2004. p. 160-161.

Ao afirmarem o princípio da razão através da autoridade, os saquaremas se colocam em oposição ao valor da liberdade. Estes estavam em posição de melhor reproduzir as hierarquias sociais que estavam subjacentes à ordem que buscavam preservar e, por consequência, criavam as condições indispensáveis para a manutenção dos monopólios que fundavam a Classe Senhorial. Suas concepções de liberdade não os constrangiam a assumir um discurso de igualdade que colocasse em risco a ordem estabelecida, problema enfrentado pelos *luzias* quando assumiram o Governo do Estado; pelo contrário, os saquaremas reafirmavam as diferenças entre os homens e, segundo Mattos:

Ao afirmarem seres os homens desiguais , em seus dotes naturais e habilidades, até o mais profundo cerne de seus seres, o conceito de Liberdade adotado pelos Regressistas lhes permitia não apenas se desembaraçar da noção de igualdade que tanto confundia os Liberais; também permitia que a desigualdade natural entre os homens se desdobrasse em desigualdade na sociedade, reservando a cada indivíduo um lugar distinto.³¹

Com a noção de hierarquia e autoridade firmadas em seus princípios, os saquaremas conseguiram colocar-se no topo da hierarquia política do Império brasileiro, reproduzindo a desigualdade natural que pregavam em uma efetiva desigualdade social. Nela, cada um dos mundos que compunham o Império tinha o seu lugar bem definido na hierarquia, com o Estado no topo, seguido pela Casa e, por fim, a Rua. Como conseguiram essa supremacia, os saquaremas construíram uma direção da classe senhorial como o próprio formato que a ex-colônia portuguesa assumiu desde sua emancipação. De acordo com Mattos:

Assim, os Saquaremas eram dirigentes – diríamos melhor, intelectuais da classe senhorial em constituição – porque, estando no governo do Estado, não se limitaram ao exercício de uma dominação. Por meio da “difusão das luzes” e da promoção do “espírito de associação”, puderam estar no governo da Casa. Não deixaram de estar também, quase que por decorrência, nas ruas e na praça pública. Processo crucial em cujo decorrer os Saquaremas, intimamente ligados ao Estado, a si próprios se elaboravam, ampliando seus quadros e suas perspectivas, por meio de uma operação que consiste na transformação dos nascidos na esfera da vida econômica e, até então, a ela ligados de modo quase exclusivo, fazendo de cada qual um elemento qualificado, em seu respectivo lugar, para uma direção uma organização que estão pressupostos no desenvolvimento de uma sociedade que faz parte do conjunto das “Nações Civilizadas”.³²

³¹ Ibid., p. 162.

³² MATTOS, I. R. **O tempo saquarema**. São Paulo: Hucitec, 2004. p. 170.

Ou seja, os conservadores assumiram um papel civilizatório frente aos outros mundos e espaços daquela sociedade em formação, reforçando as hierarquias herdadas do período colonial. Conseguiram, assim, estar ao mesmo tempo no Governo do Estado e no Governo da Casa, consolidando, sua supremacia no mundo do trabalho, pois disciplinavam o poder privado, e no mundo do governo, já que ocuparam efetivamente os aparelhos estatais, garantindo seu domínio sobre a classe senhorial em um movimento inverso do desejado pelos seus adversários luzias, que fracassaram em manter domínio sobre o Estado. Segundo Mattos, isso produz a seguinte consequência:

Afirmar que os Liberais não conseguem estar no governo do Estado significa afirmar também – por meio de uma complementaridade que se constitui a partir da consideração do Estado imperial consolidado - que os Saquaremas nele estão, assim como os demais Conservadores que a estes se mantêm unidos. Significa dizer ainda mais: *os Saquaremas para exercerem uma Autoridade, isto é, para estar no governo do Estado, devem estar no governo da Casa. E, efetivamente, o conseguiram.*³³

Como vimos ao longo da exposição, Mattos versa sobre a sociedade da América portuguesa que se fez independente na forma de um Império. Mostrando como a elite política daquela sociedade garantiu seus interesses econômicos - os monopólios da terra e mão de obra escrava - e se inseriu no mercado capitalista mundial, hostil aos seus interesses escravistas. De forma que a institucionalidade imperial se formou em conjunto com sua classe dirigente, a classe senhorial. Para o autor, é no seio desta classe que ocorre toda a disputa política, e estava à margem desse jogo todos os que não tinham os requisitos necessários para integrar esse restrito clube.

Para descrever as diferenciações desta classe. Mattos não se utiliza de uma clivagem econômica, visto que isto a separava do resto da sociedade imperial em formação. Mas sim em uma divisão que tem origem em percepções de mundo diferentes, calcadas em concepções de liberdade conflitantes. Essas percepções colocavam o mundo do Governo e do Trabalho em choque, ambos buscando a supremacia no novo estado a se construir, de forma a preservar os monopólios que fundavam a classe senhorial e estavam ameaçados pelas pressões externas daquela sociedade, e que colocavam toda a hierarquia social, construída nos séculos de colonização, em risco. Ou seja, as clivagens políticas dentro desta classe em formação se deram, para Mattos, por razões de caráter político, não de natureza social ou econômica.

³³ Ibid., p. 169. (grifo do autor)

O próximo estudo que iremos expor é o de Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves, *Corcundas e Constitucionais: A cultura política da independência (1820 – 1822)*, que tem como objeto de estudo a cultura política nos tumultuados anos do processo que começou com a Revolução Liberal do Porto, em 1820, e culminou com a independência brasileira, em 1822. Seu objetivo foi compreender a formação dessa cultura política,³⁴ seus referenciais intelectuais, bem como as práticas de sociabilidade que deram origem a mesma, procurando, assim, compreender como se desenrolou o processo de independência brasileira.

É na primeira parte de sua obra que Neves se concentrou em delimitar quais personagens tiveram relevância durante o processo político que teve como consequência a independência brasileira. Neves busca essas informações com o objetivo de analisar a trajetória de formação e socialização das personagens proeminentes da independência e traça as linhas gerais que balizavam a cultura política dessa independência. Com esse foco, ela acabou por formar dois grupos de pessoas. Um deles foi denominado *elite política* e outro de *elite intelectual*. A partir da caracterização desses grupos, ela traçou as linhas gerais da cultura política da independência. A autora se utilizou de análises de origem socioeconômica a fim de caracterizar essas elites (política e intelectual), e os resultados de sua pesquisa apontam no sentido da falta de homogeneidade social que as definia. Segundo Neves: “Em primeiro lugar não se pode falar de uma homogeneidade social, em relação aos membros das elites, embora parte substancial deles fosse recrutada entre os setores sociais dominantes”³⁵.

Sob essa premissa, o primeiro grupo que apresenta é a chamada *elite política* que, segundo a autora, se constituía de membros da burocracia portuguesa, que circulavam em postos administrativos e judiciários em todo o Império Português. Também é importante destacar que a grande maioria teve acesso a Universidade de Coimbra, o que demonstra que os mesmos, para a autora, vinham de estratos sociais com influência e riqueza bem estabelecida e “[...] verificou-se que a maior parte originava-se do meio rural e do ambiente urbano das atividades mercantis, como também, no decorrer de suas vidas, tornaram-se proprietários de terra, principalmente donos de engenhos e negociantes.”³⁶ Também se destaca que seus quadros prestaram serviços ao Estado português dentro da lógica da ilustração portuguesa. Segundo Neves:

³⁴ NEVES, L. M. B. P. **Corcundas e Constitucionais: a cultura política da Independência (1820-1822)**. Rio de Janeiro: Revan: FAPERJ, 2003.

³⁵ NEVES, L. M. B. P. **Corcundas e Constitucionais: a cultura política da Independência (1820-1822)**. Rio de Janeiro: Revan: FAPERJ, 2003. p. 85.

³⁶ Ibid., p. 85.

Do primeiro, participavam predominantemente individuais graduados por Coimbra, quase sempre em leis e cânones, e que tinham servido ao Estado, tanto em Portugal – onde alguns nasceram quanto no Brasil. Nomes como José da Silva Lisboa, José Bonifácio de Andrada e Silva, Manuel Ferreira da Câmara Bittencourt e Sá, o famoso intendente da Câmara, Francisco Vilela Barbosa, José Feliciano Fernandes Pinheiro e Hipólito José da Costa, entre outros, faziam parte dessa elite propriamente coimbrã, pois fora lá que tinham adquirida as Luzes mitigadas com que procuravam adaptar a Ilustração europeia às condições do meio.³⁷

O segundo grupo tratado pela autora é a chamada *elite intelectual*, que se caracterizou pelas personalidades que não tiveram acesso ao mesmo tipo de sociabilidade da elite política e, por consequência, tinham uma origem social mais diversificada, sendo composta por membros da sociedade colonial, ou seja, locais, e não descendiam de famílias que ocupavam o topo da hierarquia social, apresentando “[...] uma proporção menor daqueles que provinham de famílias proprietárias de terras ou ligadas às atividades mercantis.”³⁸ e eram compostos por “[...] professores, funcionários públicos, padres sem grande projeção na carreira eclesiástica e alguns advogados.”³⁹ Neste grupo não se encontra nenhuma pessoa formada na Universidade de Coimbra, apesar de existirem membros que passaram por lá, estes acabaram por não se formar, tendo sua formação realizada principalmente em terras brasileiras. Além disso, alguns desses membros “[...] recorrendo ao aparato burocrático do governo, muitas vezes acabavam por integrar as camadas mais altas da sociedade”⁴⁰. Segundo Neves:

Este grupo, composto pelos autores de folhetos e redatores de jornais, era bastante ilustrativo da elite intelectual, e diferenciava-se do outro recortado como elite política, por constituir um conjunto de indivíduos mais jovens. Em sua maioria, estes membros da elite intelectual concentravam-se na faixa etária entre 20 e 50 anos e constituíam uma geração que compunha uma boa parcela da *elite brasiliense*, defensora das ideias separatistas, nos meados de 1822.⁴¹

É importante ressaltar que os grupos políticos da independência, para Neves, não se diferenciam entre a *elite intelectual* e a *elite política*. Porém, ambas as elites foram identificadas a fim de se fazer um recorte de base sociológica, do qual a autora se utilizou para determinar quais pessoas deveria analisar com o intuito de apreender a cultura política do período. Ou seja,

³⁷ Ibid., p. 51.

³⁸ Ibid., p. 85.

³⁹ Ibid., p. 85.

⁴⁰ NEVES, L. M. B. P. **Corcundas e Constitucionais**: a cultura política da Independência (1820-1822). Rio de Janeiro: Revan: FAPERJ, 2003. p. 85.

⁴¹ Ibid., p. 76.

Neves encontrou expoentes das duas elites em ambos os agrupamentos políticos que ela analisou em sua obra, estes divididos pela autora entre *elite coimbrã* e *elite brasiliense*.

A partir desta caracterização, Neves utilizou uma vasta documentação, fazendo o cruzamento de dados acerca de personalidades que ela considerou proeminente nestas duas categorias. Vale destacar que, para além do estudo socioeconômico, a autora usou a extensa produção de impressos existentes no período a fim de ter acesso a essa cultura política, destacando como as folhas impressas assumiram um papel de agente pedagógico dentro de uma estratégia de mobilização da opinião pública pelos grupos que disputavam a primazia dentro do processo político em curso.

Para a autora, um ponto muito importante para se entender esta cultura política é a liberdade de imprensa, dado esse caráter de mobilização via panfletos e jornais. Essa liberdade permitiu a circulação de uma variedade de escritos carregando uma série de conceitos que mobilizaram a nascente opinião pública que se gestava com a Revolução Liberal do Porto. Segundo Neves:

Além disso, após a proclamação da liberdade de imprensa, a referência a autores ligados à Ilustração europeia tornou-se uma constante nos periódicos. De um lado, nos escritos redigidos por indivíduos mais moderados, imbuídos do modelo das mitigadas Luzes portuguesas, citavam-se aqueles autores considerados sábios que, por suas ideias, haviam iluminado o mundo civilizado, como Edmund Burke, Montesquieu, Jeremias Bentham e Benjamim Constant. De outro, nas folhas mais radicais, cujos redatores se deixavam levar por seu imaginário revolucionário, assimilavam-se as ideias dos filósofos franceses, até então proibidos no mundo português, como Voltaire Rousseau, Marbly, Condocet, o abade Raynal e De Pradt.⁴²

A partir desta citação, é possível traçar os primeiros parâmetros utilizados por Neves a fim de caracterizar os grupos políticos que ela encontra dentro dessa cultura política. Observa-se que ela considera a existência de dois grupos, um deles moderado, que corresponderia a *elite coimbrã* e um segundo, que a autora considera ter pautas mais radicalizadas, a *elite brasiliense*. “Através destas características de todo esse universo de políticos e de intelectuais luso-brasileiros, tornou-se possível reagrupá-los em dois blocos com relação a sua cultura política: aquele da elite coimbrã e o da elite brasiliense.”⁴³

Neves coloca em sua obra que a cultura política do período da independência foi compartilhada por todo o Império português, sendo sua grande matriz intelectual o chamado

⁴² NEVES, L. M. B. P. **Corcundas e Constitucionais**: a cultura política da Independência (1820-1822). Rio de Janeiro: Revan: FAPERJ, 2003. p. 37.

⁴³ Ibid., p. 86.

liberalismo vintista, aliado a uma formação e socialização na universidade de Coimbra⁴⁴. A autora coloca como ponto central em seu sistema classificatório, para os grupos políticos da independência, a participação, ou não, nos bancos desta universidade. Para além dessa formação e socialização, Neves também destacou que a cultura política do período é fortemente marcada pela religiosidade católica e herdeira do que ela chama de Iluminismo mitigado. Neste aspecto é importante destacar que os escritos da independência assumem formas de se escrever ligadas ao discurso religioso.⁴⁵

Ainda segundo a autora, esta cultura política da independência se organizou em torno de um diagnóstico comum, que já era gestado no período da ilustração portuguesa. O Império português se encontrava em estado de decadência frente às potências europeias, o que fez com que o debate político do mesmo se organizasse em torno da ideia de regeneração, ou seja, nas formas de devolver à nação portuguesa sua antiga glória e *status* de potência que havia sido perdido.⁴⁶

A ideia de regeneração teve varia interpretações. Neves destaca que os grupos que se organizam nessa cultura política tiveram uma apropriação *sui generis* deste projeto regenerador, ambos expressos a partir das formas do liberalismo vintista e da ilustração mitigada de Portugal. Nos sistemas binários que estamos analisando, os dois grupos em disputa no período, a *elite coimbrã* e a *elite brasiliense*, são, respectivamente, as mesmas personagens que, anteriormente, foram consideradas adeptas das ideias conservadoras e liberais pelos sistemas classificatórios até então analisados.⁴⁷ Ou seja, as formas de expressão política e o conteúdo regenerador garantiam certa unidade à cultura política do período, mesmo que expressos em projetos divergentes.

Partindo desta premissa, o primeiro grupo individualizado pela autora é a *elite coimbrã*, cuja principal característica é a formação e socialização na Universidade de Coimbra. Entre os seus membros, predominavam aqueles que ela caracterizou como *elite política*, que apresentaram, em linhas gerais, todas as características que foram elencadas para a mesma. O grupo dos coimbrãos é, então, composto por membros “[...] que compunham a elite política, não só por seus estudos na Universidade de Coimbra, mas também por agruparem os indivíduos cuja situação familiar era beneficiada, tanto em termos de capital econômico quanto capital

⁴⁴ Ibid., p. 29.

⁴⁵ Ibid., p. 41.

⁴⁶ Ibid., Cf. Capítulo 8.

⁴⁷ NEVES, L. M. B. P. **Corcundas e Constitucionais: a cultura política da Independência (1820-1822)**. Rio de Janeiro: Revan: FAPERJ, 2003. p. 28.

social e cultural [...]”⁴⁸ e que tiveram acesso ao centro do Império português antes da transmigração da família real portuguesa para a América.

Os coimbrões carregaram consigo os ideais da ilustração portuguesa, sendo que este grupo “[...] assumia uma postura de crítica em face da estrutura do poder estabelecido, o Antigo Regime, sem traduzir, porém, sua proposta de uma ordem nova por meios revolucionários.”⁴⁹ Ou seja, se pautavam por “[...] um ideal reformista, de cunho pedagógico, compatível com as luzes portuguesas.”⁵⁰ Segundo Neves, essa elite coimbrã vai tencionar o processo político em direção a uma monarquia dupla, ou seja, por um arranjo político que preservasse a forma de um reino luso-brasileiro em detrimento de um projeto separatista.

O segundo grupo identificado por Neves, à *elite brasiliense*, foi composto por aqueles que, apesar de se encontrarem em situação econômica privilegiada, porém sem grande poder aquisitivo,⁵¹ não conseguiam estar no topo da hierarquia social, confundindo-se, assim, com a chamada *elite intelectual*. Segundo Neves, este era composto “[...] quase exclusivamente pelos que haviam sido nascidos no Brasil, e que, quase sempre, tinham na palavra impressa o único contato com o mundo estrangeiro.”⁵², destacando-se também que, entre seus membros, havia várias pessoas que formadas pelos Seminários instalados na América portuguesa.

Os *brasilienses* se compõem, então, por membros da elite americana que não tiveram contato com o mundo da ilustração portuguesa a partir da universidade de Coimbra, e “De um modo geral, não possuíam estudos universitários, embora, em alguns poucos casos, houvessem frequentado universidades francesas.”⁵³ tendo acesso a textos de natureza subversiva, aos olhos dos censores reinóis, sendo “[...] abertos às novas ideias do pensamento francês assimilado com a leitura dos livros proibidos, porque menos doutrinados por vias formais, defendiam posturas mais radicais [...]”⁵⁴ e, segundo a autora, foram os grandes responsáveis por pensar a parte americana do Império português como uma nação independente.

Observar-se-á que, para Neves, os agrupamentos políticos dentro da cultura política da independência são claramente divididos entre aqueles que fazem parte da *elite política* e aqueles componentes da *elite intelectual*. Em termos sociais, estes dois grupos se confundem no que ela chama de *elite coimbrã* e *elite brasiliense*. A elite intelectual predominava entre a elite

⁴⁸ Ibid., p. 86-87.

⁴⁹ Ibid., p. 86-87.

⁵⁰ Ibid., p. 86-87.

⁵¹ Ibid., p. 87.

⁵² Ibid., p. 51.

⁵³ NEVES, L. M. B. P. **Corcundas e Constitucionais**: a cultura política da Independência (1820-1822). Rio de Janeiro: Revan: FAPERJ, 2003. p. 51.

⁵⁴ Ibid., p. 51.

brasileira, já a elite política predominava entre a elite coimbrã. Contudo, reforçando que ambos os agrupamentos políticos contêm membro de ambas as elites, compondo dois campos, de certa forma, homogêneos, mesmo que, em sua composição social, essa homogeneidade não seja tão perceptível, inclusive sendo negada pela autora. Apesar disso, sua apresentação destes grupos transparece certa homogeneidade.

Destacamos também que a autora, apesar de montar todo esse esquema interpretativo e classificatório destes dois grupos, não considera que esta categorização deva ser encarada de maneira rígida, uma vez que o alinhamento político destas personagens se mostra fluido neste período, já que elas que agem como coimbrãos na independência, mas passam a agir como brasilienses no período posterior e ela.⁵⁵

Por fim, gostaríamos de observar que Neves demonstra um caminho para conceber a sua forma de classificar as personalidades da independência, caminho este parecido com o desenvolvido por José Murilo de Carvalho, já foi exposto neste capítulo. Contudo, difere do mesmo por adotar mais elementos determinantes na caracterização do pertencimento de certas personalidades a um dos grupos. Seu principal corte quanto à participação em um dos agrupamentos políticos reproduz a ideia de socialização e treinamento social já levantada por Carvalho, uma vez que a participação na Universidade de Coimbra figurou como elemento central em sua forma de classificação dos grupos, e as pautas específicas que cada um deles apresenta aparecem como consequência desta formação específica, e não como elemento central que os diferenciariam.

1.2 Exaltados e Moderados, um terceiro elemento no debate?

A segunda forma de classificação a ser analisada é a que divide os grupos políticos da independência em três polos, mais ou menos definidos nos eixos: Conservadores e Liberais, em conjunto com a inclusão de um terceiro elemento no debate, que é nomeado em referência ao lugar que este grupo ocuparia no espectro político. Essa segunda forma se mostrou menos difundida na historiografia brasileira sobre a independência, e incorpora vários dos pressupostos dos exames das formas binárias, contudo se distingue por considerar a existência de um terceiro participante do jogo político da independência. Outro ponto que é digno de nota, é que nos estudos que tratam do período pós-independência, Primeiro Reinado e Regências, os

⁵⁵ Ibid., p. 88.

trabalhos que consideram a existência de um terceiro polo político, que contesta a monarquia, se tornam predominantes frente às análises binárias que permeiam o período da independência.

Este terceiro polo político que mencionamos, e que analisaremos adiante, se encontra em dois lugares nessas formas de classificação dos grupos políticos da independência. Em geral, o terceiro polo é apresentado: ou como um elemento que faria a mediação entre os posicionamentos conservador e liberal; ou como um elemento de radicalização dos posicionamentos liberais. Os autores não apresentaram nenhum exemplo de grupo que demonstrou uma radicalização dos posicionamentos considerados conservadores, sejam eles favoráveis a formação de um sistema que comportasse quatro forças políticas, seja para a construção de uma forma de classificação onde existiram liberais, conservadores e “conservadores exaltados”.

A primeira autora que nos debruçaremos a fim de compreender como se organizaram algumas das formas classificatórias “trinárias” é Emília Viotti da Costa. Para compreender como ela caracterizava os diversos grupos políticos que produziram projetos para a América portuguesa no processo de independência, recorremos ao livro *Da Monarquia à República: momentos decisivos*⁵⁶. O que nos chamou atenção nesta obra, que é uma coletânea de artigos produzido ao longo da carreira da pesquisadora, foi o artigo *Liberalismo: Teoria e Prática*⁵⁷, em que ela cita as diferenças encontradas entre os liberais brasileiros no momento da independência. Este destaque deve ser feito, uma vez que a autora, em um artigo da mesma coletânea⁵⁸, advoga a não existência de diferenças significativas entre os grupos políticos da independência, o que nos parece ser seu entendimento geral sobre o processo político do período.

Feito este destaque e ressalva inicial, observa-se que, para Costa, o liberalismo no Brasil só pode ser entendido se inserido dentro do contexto econômico e social que se encontrava a parte americana do império português. Ou seja, só pode ser entendido à luz de uma prática política que encontrava seus limites nas necessidades econômicas de uma economia “agrário-exportadora” com base na grande propriedade rural, com uso em larga escala da mão de obra escrava africana e que correspondesse aos anseios da classe que controlava essa empreitada “agrário-escravista-exportadora”⁵⁹.

⁵⁶ COSTA, E. V. **Da Monarquia à República: momentos decisivos**. 9. ed. São Paulo: Ed. UNESP, 2010.

⁵⁷ COSTA, E. V. Liberalismo teoria e prática. In: _____. **Da Monarquia à República: momentos decisivos**. 9. ed. São Paulo: Ed. UNESP, 2010. p. 133-170.

⁵⁸ Cf. COSTA, E. V. Introdução ao estudo da emancipação política do Brasil. In: _____. **Da Monarquia à República: momentos decisivos**. 9. ed. São Paulo: Ed. UNESP, 2010.

⁵⁹ COSTA, E. V. Liberalismo teoria e prática. In: _____. **Da Monarquia à República: momentos decisivos**. 9. ed. São Paulo: Ed. UNESP, 2010. p. 134.

Os liberais brasileiros importaram princípios e fórmulas políticas, mas as ajustaram às suas próprias necessidades. Considerando que as mesmas palavras podem ter significados diferentes em contextos distintos, devemos ir além de uma análise formal do discurso liberal e relacionar a retórica com a prática liberal, de modo que possamos definir a especificidade do liberalismo brasileiro. Em outras palavras é preciso desconstruir o discurso liberal.⁶⁰

Ou seja, para Costa, ser liberal no Brasil não expressava os mesmos valores políticos e sociais que essa ideologia expressou no continente europeu e nos Estados Unidos. Dessa forma, a autora defende que não havia um liberalismo no Brasil que externasse o mesmo caráter de contestação da ordem que caracterizou o liberalismo europeu, e que os pesquisadores deveriam buscar os significados próprios desta ideologia aqui em terras brasileiras. Ainda segundo a autora, o liberalismo serviu apenas como instrumento de contestação do pacto colonial, esvaziado de seu caráter de objeção à ordem social vigente, além de buscar a preservação da instituição escravidão e das hierarquias sociais constituídas desde os tempos coloniais; ou seja, era socialmente conservador.

“As camadas senhoriais empenhadas em conquistar e garantir a liberdade de comércio e a autonomia administrativa e judiciária não estavam, no entanto, dispostas a renunciar ao latifúndio ou à propriedade escrava. A escravidão constituiria o limite do liberalismo no Brasil.”

⁶¹ Este fato se demonstrava nos movimentos contestatórios ao domínio metropolitano durante o período colonial e joanino, uma vez que os movimentos emancipacionistas de inspiração liberal não romperam com o escravismo; “Em todos os movimentos revolucionários levantou-se o problema da escravidão. Apesar das eventuais divergências de pontos de vista entre os participantes, acabou prevalecendo sempre a opinião dos que eram contrários à emancipação dos escravos.” ⁶²

Para além da questão escravista, Costa enxergou outros empecilhos para o desenvolvimento de um ‘liberalismo à europeia’ no Brasil, tais como “[...] (analfabetismo, marginalização do povo da vida política, deficiência dos meios de comunicação), o maior entrave advinha, no entanto, da própria essência dessas ideias, incompatíveis, sob muitos aspectos, com a realidade brasileira. [...]” ⁶³ e, por eles se forjarem uma classe social que não era burguesa, sendo que os ideais liberais “Foram importados da Europa. Não existia no Brasil

⁶⁰ Ibid., p. 134.

⁶¹ COSTA, E.V. Introdução ao estudo da emancipação política do Brasil. In: _____. **Da Monarquia à República: momentos decisivos**. 9. ed. São Paulo: Ed. UNESP, 2010. p. 32.

⁶² Ibid., p. 32.

⁶³ Ibid., p. 32.

da época uma burguesia dinâmica e ativa que pudesse servir de suporte a essas ideias. Os adeptos das ideias liberais pertenciam às categorias rurais e a sua clientela.”⁶⁴

Com base nestas premissas apresentadas, Costa considera que, apesar das coincidências no plano do discurso entre os liberais brasileiros e europeus, encontrar-se-ia um tipo de liberalismo totalmente diverso do encontrado na Europa. Isto foi interpretado a partir do estudo das práticas cotidianas desta elite colonial, que eram pautadas por relações patrimonialistas e clientelistas, uma vez que foi este *modus operante do país*. Essa característica patrimonialista, evidentemente, inviabilizou o surgimento, no Brasil, de um liberalismo nos moldes europeus.

Segundo Costa, o liberalismo verdadeiro, europeu, era pautado pela “valorização do trabalho, poupança, apego às formas representativas de governo, supremacia da lei e respeito pelas Cortes de justiça, valorização do indivíduo e da sua autonomia, a crença na universalidade dos direitos do homem e do cidadão [...]”⁶⁵. Estes valores, que não haviam se enraizado devido à formação escravista da sociedade brasileira, que valorizava o ócio [dos cidadãos ricos e brancos] em detrimento do trabalho, estaria na base da rejeição destes valores liberais, fazendo com que a prática liberal brasileira, segundo a autora, se mostrasse de fachada, o que fez com que os liberais brasileiros atribuíssem essas práticas não liberais ao chamado atraso da sociedade brasileira frente às potências europeias “As elites brasileiras não podiam ignorar que o liberalismo nada tinha a ver com a realidade vivida por milhões de brasileiros. Mas atribuíam essa deficiência ao atraso. Imaginavam que nos países “civilizados” as práticas liberais seguiam de perto a teoria.”⁶⁶. Ou seja, para autora, vivíamos um liberalismo só de teoria, no limite falso.

Apesar de todas estas ponderações sobre o caráter excludente e elitista da práxis liberal brasileira, que era antiliberal em essência, e dos limites de ordem material que esta prática encontrou no processo de independência brasileira, Costa admite que na consolidação das oligarquias comandantes deste Estado excludente houve um grande espaço para o florescimento de facções e conflitos, os quais caracterizaram o jogo político do Império. Segundo a autora:

Se bem que as estruturas políticas, sociais e econômicas favorecessem a criação de uma oligarquia política, sua consolidação não se fez sem lutas. Insufladas pelas facções que disputavam o poder, as massas vencidas em 1822

⁶⁴ Ibid., p. 32.

⁶⁵ COSTA, E. V. Liberalismo teoria e prática. In: _____. **Da Monarquia à República: momentos decisivos**. 9. ed. São Paulo: Ed. UNESP, 2010. p.168.

⁶⁶ COSTA, E. V. Liberalismo teoria e prática. In: _____. **Da Monarquia à República: momentos decisivos**. 9. ed. São Paulo: Ed. UNESP, 2010. p.168.

seria fator de agitação durante todo o Primeiro Reinado e Regência e veria, por fim, suas aspirações frustradas.⁶⁷

Observa-se que, para Costa, a diferenciação entre os grupos políticos da independência se dá por base nas lutas da elite pelo controle do Estado, “Por isso, os debates mais sérios e o conflito mais grave se ocorreram nas discussões sobre a delimitação dos poderes”⁶⁸. Das lutas pelo controle do Estado imperial surgiram as três facções que compunham o jogo político do Império, sendo elas, segundo a autora: 1. uma de tendência conservadora, com pautas que visavam à centralização do poder na figura do imperador; 2. uma segunda de matriz liberal com caráter descentralizador do poder, priorizando um parlamento como principal centro decisório do Império; 3. por fim uma terceira facção de caráter democrático, que pretendia expandir a cidadania política pelas camadas inferiores da hierarquia social.⁶⁹

Ou seja, de acordo com Costa, as diferenciações entre esses grupos políticos se dá com base na análise de suas pautas e propostas, sendo que o centro decisório deste sistema se encontraria a elite agrária escravista, organizada no parlamento em liberais e conservadores. Há também uma massa de excluídos e alguns indivíduos “excêntricos”⁷⁰, que defendiam uma maior participação popular e o fim da escravidão, mas eram marginalizados do sistema político, uma vez que não conseguiam ter acesso ao parlamento e, quando conseguiam, eram relegados ao ostracismo político, já que as elites eram avessas a qualquer forma de democracia. Costa ainda destaca que, apesar dessas divisões no parlamento é difícil encontrar uma coerência total dentro destes grupos. Destacando o caso de José Bonifácio, a autora afirma que os parlamentares no geral eram “[...] liberais em sua visão dos problemas sociais e econômicos, mas conservadores quanto à organização política [...]”⁷¹.

Para a autora, no geral, o conflito essencial que se opera nesse momento da independência e da pós-independência é o da afirmação do controle do Estado pelas elites escravocratas. Estas tinham o liberalismo como instrumento retórico e de ação prática, seja no enfrentamento ao poder do imperador, que negava a supremacia a esta classe apesar de aliado a elas, seja contra indivíduos que viam no liberalismo uma maneira de expressar um desejo de ruptura com a dominação que estes grupos exerciam. Esses último defendiam pautas que alterassem a estrutura social, e expressavam um liberalismo mais parecido com o europeu.

⁶⁷ Ibid., p.146.

⁶⁸ Ibid., p. 140.

⁶⁹ Ibid., p. 146.

⁷⁰ Ibid., p. 139.

⁷¹ COSTA, E. V. Liberalismo teoria e prática. In: _____. **Da Monarquia à República: momentos decisivos**. 9. ed. São Paulo: Ed. UNESP, 2010. p. 142.

O próximo autor que utilizamos, a fim de compreender os sistemas classificatórios “trinários”, foi Marco Morel, através de seu livro *As transformações dos espaços públicos: Imprensa, atores políticos e sociabilidades na cidade Imperial (1820-1840)* ⁷². Neste livro o autor busca compreender a formação e transformação dos espaços públicos na cidade do Rio de Janeiro nas primeiras décadas do Império brasileiro. O autor trabalha o conceito *espaços públicos* em três dimensões:

Gostaria de alertar para a polissemia da expressão “espaço público” que indica neste trabalho, três possibilidades: a cena ou esfera pública, onde interagem diferentes atores, e que não se confunde com o Estado; a esfera literária e cultural, que não é isolada do restante da sociedade e resulta da expressão letrada ou oral de agentes históricos diversificados; e os espaços físicos ou locais onde se configuram essas cenas e esferas.⁷³

Ou seja, compreende-se o espaço público a partir de um amálgama de espaços onde é possível se fazer política fora do âmbito estritamente estatal, como na ocupação de cargos da burocracia e do parlamento. Desta forma correspondia a chamada república das letras, ou seja, os debates escritos nas inúmeras publicações que circulavam no período, com chancela oficial ou não; os discursos públicos, manifestos, discussões nos locais de sociabilidade e, por fim, os próprios espaços físicos de sociabilidade, como, por exemplo, a praça do comércio, o teatro e a rua.

A partir desta perspectiva que analisa como se transformaram esses espaços públicos nas décadas de 1820 e 1830, período de intensa instabilidade política que levou à separação do Brasil do restante do Reino Português, e que se iniciou a construção de um novo Império na antiga colônia, é que são pensadas as atuações dos grupos políticos nesses espaços em transformação. Essa análise acontece nas três dimensões expostas pelo autor, com destaque essencial a como esse processo aconteceu na capital imperial. O autor identifica três agrupamentos políticos, mais ou menos bem definidos, a partir das abordagens estabelecidas por ele para identificar as transformações no espaço público. Isso resulta em: Um primeiro grupo, que ele chama de “exaltado”; um segundo, que é chamado de “moderado” e, finalmente, um terceiro, o “restaurador”.⁷⁴

Observa-se que Morel, ao identificar os agrupamentos políticos da independência, os associa a um tipo de soberania específica. Os chamados de exaltados são associados ao que o

⁷² MOREL, M. **As transformações dos espaços públicos**: imprensa, atores políticos e sociabilidades na Cidade Imperial (1820-1840). São Paulo: Hucitec, 2005.

⁷³ Ibid., p. 12.

⁷⁴ MOREL, M. **As transformações dos espaços públicos**: imprensa, atores políticos e sociabilidades na Cidade Imperial (1820-1840). São Paulo: Hucitec, 2005. p. 65.

autor conceitua como soberania popular; os moderados seriam representantes de um tipo de soberania que exemplificada como nacional; e os restauradores teriam como cerne de sua atuação a chamada soberania monárquica⁷⁵. Observa-se, então, que a base de divisão destes grupos, o cerne de uma diferenciação entre os mesmos, está na questão de como eles concebem a soberania dentro do novo Império, como veremos adiante. Também é importante salientar que Morel não considerou essas concepções de soberania de maneira estática. De forma a ser mais precisos sobre a concepção de soberania traçada pelo autor, separamos a seguinte citação:

Nessa perspectiva, as lógicas que estruturam as divisões políticas fundamentais se expressam na tripartição de soberanias corrente em princípios do século XIX: a soberania do rei, a soberania do povo e a soberania da nação. Não se trata de uma visão estanque e rígida entre três realidades distintas, mas da compreensão do conceito de soberania além do “poder de decisão”, ou seja, como relações de poder, onde as decisões são resultado de uma tensão entre o governo e as forças políticas e sociais.⁷⁶

Enxerga-se que, para Morel, a soberania não é conceituada a partir da perspectiva que engloba apenas os atos tipicamente “de soberania”, como por exemplo, a legitimidade da produção das leis, ou quem legitimamente pode fazer o uso da violência. O autor pensa a soberania no sentido de determinar qual entidade possui a legitimidade de fiador das relações sociais e de poder que se estabelecem na sociedade, de maneira que estas relações sociais pudessem encontrar pontos de equilíbrio entre os seus diversos interesses que entravam conflito, e, por fim, caso esse equilíbrio alcançado pela atuação da soberania fosse rompido novamente e ocorresse um novo conflito, ser responsável por determinar quem seria o encarregado de arbitrar estes embates entre os diversos corpos sociais.

Morel faz ainda uma segunda ressalva antes de tratar especificamente dos agrupamentos políticos que tem como referência as três soberanias já citadas. Segundo ele, estes grupos não se constituíram em partidos no sentido atribuído posteriormente aos partidos no século XX; estes partidos se organizaram de maneira típica a outros agrupamentos do período, a exemplo do que acontecia nos estados europeus e americanos que compartilhavam a modernidade política ocidental com o nascente Império do Brasil. Sobre as características dos partidos Morel diz:

Um partido político, na primeira metade do século XIX, era mais do que tomar um partido e construía-se em formas de agrupamento em torno de um líder,

⁷⁵ MOREL, M. **As transformações dos espaços públicos**: imprensa, atores políticos e sociabilidades na Cidade Imperial (1820-1840). São Paulo: Hucitec, 2005.

⁷⁶ Ibid., p. 72.

através de palavras de ordem e da imprensa, em determinados espaços associativos ou de sociabilidade e a partir de interesses ou motivações específicas, além de se delimitarem por lealdades ou afinidades (intelectuais, econômicas, culturais, etc.) entre seus participantes. Tais agrupamentos eram identificados por rótulos ou nomeações, pejorativos ou não.⁷⁷

Para além destes dois apontamentos iniciais colocados pelo autor, achamos necessário realizar um terceiro apontamento, que concerne diretamente à execução desta dissertação, acerca da utilização desta obra para fins de classificação dos atores políticos da independência. Observamos que Morel se utiliza de documentações que concernem a questões da década de 1830 ao longo da execução de sua tese, deixando de apresentar citações, ou mesmo referências, aos documentos da década de 1820 na maior parte das construções do seu sistema classificatório; relega, portanto, aos jornais e panfletos desta década a um papel secundário em sua análise⁷⁸. Como os autores e personagens que analisaremos nos próximos capítulos não encerraram suas carreiras no momento da independência, com exceção de algumas figuras (como Frei Caneca, que teve destaque, mas foi executado), e que essas identidades também fazem referência aos processos políticos que levaram à independência do Brasil, consideramos suas informações úteis e válidas para a execução do nosso trabalho.

Após fazer os apontamentos expostos, Morel apresenta a forma pela qual ele caracterizou os grupos políticos identificados em seu trabalho. Para esta tarefa, o autor se utiliza de três abordagens: a forma como se articularam os vocabulários políticos da época⁷⁹; o relato dos diplomatas franceses sobre as forças políticas que disputavam o poder; e, por fim, a forma como as associações que estes grupos faziam entre si, utilizando-se de figuras animais.⁸⁰

Quanto ao vocabulário político empregado na época, cabe destacar que Morel usa palavras que geralmente são utilizadas para descrever as tendências partidárias da época das regências para se referir a todo o período que vai de 1820 a 1840. É a partir deste vocabulário que o autor deriva as nomenclaturas, criadas e utilizadas por ele para denominar os grupos políticos do período. Deriva daí os nomes “exaltados”, “moderados” e “restauradores”.

No uso dos relatos dos diplomatas franceses, no que concerne à identificação dos grupos políticos do período estudado, a informação mais importante para o nosso fim é que ali

⁷⁷ MOREL, M. **As transformações dos espaços públicos**: imprensa, atores políticos e sociabilidades na Cidade Imperial (1820-1840). São Paulo: Hucitec, 2005. p. 72.

⁷⁸ Ao todo foram referenciados cento e oito vezes periódicos e panfletos durante o segundo capítulo da obra *As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na Cidade Imperial*. Destas cento e oito notas, apenas vinte e uma fazem referências a produções do período da independência.

⁷⁹ MOREL, M. **As transformações dos espaços públicos**: imprensa, atores políticos e sociabilidades na Cidade Imperial (1820-1840). São Paulo: Hucitec, 2005.p. 67.

⁸⁰ Ibid., p. 64.

encontramos as descrições, desde o começo da década de 1820, sobre posicionamentos políticos que dividiam esses grupos de maneira trinária. Sobre os posicionamentos dos diplomatas franceses Morel diz:

Retomando, pois, os traços gerais das percepções dos diplomatas franceses sobre as identidades políticas no Rio de Janeiro entre 1821 e 1840, pode-se perceber, de forma mais constante, uma divisão tríplice. Em 1821 era o “partido Lisboa”, cujo chefe parecia ser o antigo vice-rei, conde dos Arcos, oposto a um “partido de d. Pedro”, aliado a outro grupo, o “liberal brasileiro”. Em seguida, após a independência, via-se a contradição entre um “partido democrático” ou “anarquista” e outro identificado como o do “Liberalismo do Imperador” e os chamados moderados não aparecem.⁸¹

Mostra-se aqui uma visão tripartida dos grupos políticos na independência, mesmo que estejam aglutinados nos blocos pró-príncipe e pró-Lisboa, o que poderia reforçar uma visão binária e não “trinária” dos agrupamentos e visões políticas em disputa. Com o fim do Reino Unido, essa aliança entre os partidários de D. Pedro e os liberais brasileiros dissolveu-se, tendo como consequência a consolidação de uma disputa política entre os três polos políticos que Morel apresenta na sua forma classificatória. O que demonstra, em nossa visão, mais uma vez, que o jogo político da independência se constitui em matéria de extrema complexidade.

O terceiro elemento levado em consideração por Morel para a caracterização dos agrupamentos políticos é a questão da identificação dos adversários através da comparação com animais. O autor se utiliza disso, pois os agrupamentos se auto referenciavam em figuras mitológicas ou animais, de forma que estes partidos caracterizavam seus adversários com estas figuras, a fim de depreciá-los. Este ponto se demonstra muito importante, uma vez que nesta análise sobre as caracterizações se sobressai não uma diferenciação dos grupos de maneira “trinária”, como no resto da obra, mas sim um tipo de classificação binária dos grupos políticos da independência. Neste binarismo, repete-se a divisão anteriormente comentada entre conservadores e liberais, aqui travestidos de feras e monstros.⁸²

Neste panteão de *feras*, as acusações que eram dirigidas aos liberais se concentraram em torno da ideia de irracionalidade, desqualificando-os enquanto interlocutores capazes do uso da razão. Argumentavam que suas condutas levariam o Estado e a monarquia à ruína, colocando o Novo Império americano em estado de anarquia. Desta forma, estes eram

⁸¹ Ibid., p. 90.

⁸² MOREL, M. **As transformações dos espaços públicos**: imprensa, atores políticos e sociabilidades na Cidade Imperial (1820-1840). São Paulo: Hucitec, 2005. p. 94.

associados a animais ferozes e perigosos, que refletiam essa irracionalidade. Sobre o campo dos ferozes, Morel afirma:

Havia, de maneira mais intensa, uma tentativa de animalização, através de metáforas que visavam desqualificar o adversário, apresentando-o como irracional, isto é, sem razão que legitimasse suas condutas políticas. A voz (enquanto expressão pública) e a linguagem eram associadas aos gritos, à ferocidade. Essas apreciações eram dirigidas, sobretudo a um campo político e social vasto e diferenciado, englobando republicanos, liberais exaltados, escravos, mestiços livres, entre outros. Alguns destes, por sua vez, tentavam revidar tais ataques incorporando-se à mesma lógica, elaborando também comparações animalizadas.⁸³

No campo contrário ao das *feras* estava o campo dos *monstros*, que representavam a servidão e a antiga ordem despótica. As acusações contra esse grupo centravam-se, principalmente, na deformação de caráter que se manifestava nos corpos destes adeptos das ideias de conteúdo despótico. Destacamos, também nesse rol de ofensas e comparações com monstros, à denominação que foi dada aos adversários dos liberais: *corcunda*. Denominação esta que se deu em decorrência do gesto de se curvar aos governantes despóticos. Sobre os monstros e deformados de caráter, Morel aponta:

Os monarquistas vistos como partidários do despotismo, por sua vez, eram associados aos monstros, aos seres humanos deformados e menos frequentemente aos animais. As imagens de monstruosidade, do corpo humano desfigurado, aparecem em profusão no contexto estudado. Como já foi dito anteriormente, os “despóticos” posavam ao mesmo tempo de modelo de civilização - já que os brasileiros preferiam os modos de vida semelhantes aos do colonizador português e não aos das tribos indígenas, por exemplo. Seria, pois, incoerente atribuir ao adversário “despótico” características animais. Os patriotas-brasileiros, entretanto, não podiam se conceber como semelhantes aos antipatriotas, aos que apareciam agora como antigos dominadores. Diante dessa ambivalência, o olhar desses brasileiros enxergava nos seus adversários uma deformação do que deveria ser o rosto do novo homem, do homem moderno.⁸⁴

Depois de estabelecer todas as formas como os agrupamentos denominavam uns aos outros, Morel se dedicou a demonstrar como esses diversos grupos políticos se organizavam. Organização que ele funda a partir de qual da ideia de soberania eles defendiam. Apontando então que no período se formaram três grupos políticos: os que defendiam a soberania popular; a nacional; e a soberania monárquica. De forma que ele divide os grupos políticos em

⁸³ Ibid., p. 108-109.

⁸⁴ MOREL, M. **As transformações dos espaços públicos**: imprensa, atores políticos e sociabilidades na Cidade Imperial (1820-1840). São Paulo: Hucitec, 2005. p. 109.

“exaltados”, “moderados” e “restauradores”. Observar-se-á que apesar de Morel ressaltar que essas divisões não devem ser levadas a cabo de maneira muito rígida, ele estabelece firmemente a questão da soberania com o crivo de diferenciação destes grupos.⁸⁵

Apresentaremos, então, estes três tipos de soberania, associados aos seus três agrupamentos respectivos, a fim de melhor compreender seu sistema classificatório. Seguindo a própria ordem do trabalho de Morel, começaremos apresentando o que ele chama do grupo dos exaltados, os que se definiriam por um apelo ao tipo de soberania que ele classifica como soberania popular. Segundo Morel:

Os exaltados da Espanha (também chamados “*liberales no respectables*” pelos adversários), majoritariamente, aceitavam monarquia, pelo menos até 1833. O que fazia a diferença com os moderados eram as tentativas de impor limites mais precisos ao poder do monarca. Para eles, o Parlamento (e não o rei) é que deveria controlar o governo.⁸⁶

O primeiro apontamento que o autor faz sobre os exaltados é sua existência dentro de um contexto político que transcende a cultura política do Império Português e alcança uma perspectiva Ibérica. Essa perspectiva ibérica é bem conhecida da historiografia brasileira, principalmente no que concerne às influências da constituição de Cádiz, de 1812, sobre os revolucionários do porto em 1820, e é destes *exaltados* da Espanha que Morel empresta a denominação que cabe a seus semelhantes em Portugal. Para além da nomenclatura, a principal característica dos exaltados ibéricos é a disposição em traçar limites precisos ao poder real, bem como submetê-lo ao controle do parlamento. Tratando-se especificamente do caso português na ocasião do período da independência, Morel aponta:

A Constituição de Lisboa de 1822 estabeleceu o sufrágio direto e bem ampliado para a época recusando o veto absoluto do rei que, por sua vez, não tinha nenhuma iniciativa legislativa. Esta pertencia ao Parlamento unicameral (uma Câmara, sem Senado). A soberania nacional, expressa pelo Parlamento, se sobrepunha à soberania monárquica, que se encontrou então bastante limitada. [...] **Os exaltados ibéricos, nos anos 1820, aceitavam em sua maioria a monarquia – da mesma forma que os brasileiros.**⁸⁷

Deste pequeno trecho extraímos as principais características das formas pelas quais os exaltados conceberam um arcabouço institucional que permitia que o povo, detentor da soberania, exercesse controle de todo o Estado. Seriam os seguintes: a recusa do veto absoluto,

⁸⁵ Ibid., p. 65

⁸⁶ Ibid., p. 110.

⁸⁷ MOREL, M. **As transformações dos espaços públicos**: imprensa, atores políticos e sociabilidades na Cidade Imperial (1820-1840). São Paulo: Hucitec, 2005. p. 111. (grifo nosso)

a impossibilidade de iniciativa legislativa pelo monarca e parlamento unicameral. Essas três características se articulam no sentido de que a soberania nacional se encontrava nos cidadãos, só estes eram autorizados a fazer e revogar as leis, negando, assim, as prerrogativas reais e, por consequência, a soberania monárquica.

É importante ressaltar também (e por isso o grifo na citação), que apesar de negar a soberania do rei no novo arcabouço institucional que se criava com a Revolução do Porto, os exaltados não romperam com a monarquia, ou seja, não eram republicanos na perspectiva adotada por Morel. Para além da questão das limitações do poder real, expressas pelos exaltados, faz-se necessário mais alguns apontamentos a fim de diferenciá-los dos chamados *moderados*, uma vez que estes também adotaram posicionamentos políticos que visavam à limitação do poder Real. Neste sentido, é importante recuperar na obra de Morel a concepção que os exaltados tinham de povo, o que faz com que o autor atribua um sentido diferente de soberania da que ele atribui aos moderados. Sobre *povo*, Morel diz:

Ainda que a palavra “povo” tivesse sentidos diferentes, entre os exaltados ela tendia a tomar uma conotação social, em relação às camadas pobres, em geral urbanas e livres ou libertas. Essa proximidade com as *classes dangereuses* alarmava alguns adversários. Mesmo se não estava em jogo a democracia direta (enquanto interferência das “massas” na administração, numa perspectiva jacobina) ou a abolição da escravidão, tratava-se de envolver uma parte da população cuja posição na hierarquia social não se distanciava muito dos escravos e de insurreições urbanas. Indo além da afirmação de que as elites seriam os únicos atores políticos, pode-se perguntar como se dava a intersecção entre setores liberais exaltados e camadas pobres.⁸⁸

Observam-se, então, que os sentidos de Povo que os exaltados exprimiam, apesar de não irem em direção a formas radicalizadas de participação dos estratos subalternos da hierarquia social herdada da sociedade de antigo regime (os quais pretendiam destruir), faziam um aceno às demandas dessas camadas. Entretanto, esta identificação com setores subalternos não deve ser confundida como um pertencimento destes exaltados a essas mesmas classes de desprivilegiados, uma vez que Morel também aponta que não há grande diferenciação social entre o grupo político dos exaltados com os grupos dos moderados e restauradores.⁸⁹

Outro ponto interessante a ser destacado na caracterização dos exaltados é que, para Morel, eles nunca ocuparam o poder do governo central durante o período de 1820-1840 no Brasil. Contrastam, assim, com o domínio que estes elementos conseguiram em Portugal por

⁸⁸ MOREL, M. **As transformações dos espaços públicos**: imprensa, atores políticos e sociabilidades na Cidade Imperial (1820-1840). São Paulo: Hucitec, 2005. p. 120.

⁸⁹ Ibid., p. 122.

ocasião da Revolução portenha. Desta forma, o autor caracteriza, ainda, os exaltados do Brasil como agentes políticos que compartilhavam uma homogeneidade semântica e que eram defensores de uma soberania categorizada por eles como popular, e que suas tentativas de alcançar o poder se deram por movimentações de contestação ao sistema vigente.

Tal homogeneidade semântica não se correspondia de maneira simétrica com unidade programática ou doutrinária, mas concretizava-se em redes de (contra) poder que em determinados momentos abrangiam diversas províncias do território nacional, sem chegar, como já foi dita, a ocupar o poder central. Os laços que formavam essa teia exprimiam-se na imprensa (onde a repetição de determinadas palavras de ordem é fácil de distinguir), em maçonarias e associações políticas secretas ou não. Transbordavam para as ruas protestos, motins e rebeliões.⁹⁰

Por fim, Morel realiza um último apontamento no sentido de reafirmar que o grupo dos exaltados era heterogêneo e não pode ser compreendido à luz das organizações partidárias típicas do século XX. Qualquer tentativa de caracterizá-los neste sentido – das organizações partidárias - seria inócua, mesmo contendo uma heterogeneidade de projetos, pois há elementos suficientes para tratá-los a partir de um único guarda-chuva conceitual. Morel diz:

Afinal de contas os liberais exaltados não formaram um *partido único revolucionário* nos moldes marxistas do século XX e seria inócua tentar compreendê-lo a partir de tal premissa. Mas podemos dizer que eles estavam à esquerda da cena pública brasileira, segundo a divisão surgida na Assembleia Nacional francesa em 1789.⁹¹

Seguindo a ordem da obra, trataremos do segundo grupo identificado por Morel no período de 1820-1840, o qual ele denominou de *grupo dos moderados*. O autor atribui a eles pautas que indicam que estes se associaram a um tipo de soberania que ele chama de Soberania nacional. Observar-se-á que Morel também começa sua descrição a partir da perspectiva Ibérica:

O que caracterizava os moderados espanhóis (também conhecidos por “constitucionais históricos”) era determinada concepção de organização do Estado. Essa identidade política começa a se desenhar na primeira vigência da Constituição de Cádiz (1812-1814) e torna-se mais clara na segunda fase constitucional na Espanha (1820-1823), após o período absolutista. Tratava-se de um modelo inspirado nos Girondinos de 1791 (a revolução com o rei) e no Parlamentarismo inglês saído da “Gloriosa Revolução” de 1688; buscava-

⁹⁰ Ibid., p. 128.

⁹¹ MOREL, M. **As transformações dos espaços públicos**: imprensa, atores políticos e sociabilidades na Cidade Imperial (1820-1840). São Paulo: Hucitec, 2005. p. 132.

se um equilíbrio entre a autoridade monárquica e o Parlamento (enquanto representante da soberania nacional); discutia-se sobre o alcance das prerrogativas monárquicas e a divisão de atribuições entre os Poderes: o rei controlaria os ministros e as Câmaras fariam as leis. Liam Benjamin Constant, Jeremy Bentham, abade Sieyès, Montesquieu e Locke.⁹²

Partindo-se da experiência espanhola para traçar as identidades políticas no Brasil, Morel começa caracterizando o grupo dos chamados *moderados* a partir da sua disposição de encontrar um meio termo entre a antiga ordem absolutista, representada aqui pela ideia da soberania monárquica, e a nova ordem liberal, representada pela ideia de soberania popular. O modelo de sociedade que estes homens moderados procuravam se inspirar, a fim de justificar seus posicionamentos é a fórmula do governo representativo inglês, no qual existiu a figura do Rei no Parlamento, em um tipo de soberania dividido entre as duas figuras, a real e a nacional.

Neste sentido, os moderados buscaram a transformação do arcabouço institucional do antigo regime, mas sem correr os riscos que os exaltados estavam dispostos a correr. Ou seja, uma total subversão da hierarquia social, o que poderia resultar em uma tomada de poder com uma retórica mais radicalizada em torno da ideia de soberania popular e de submissão total do elemento monárquico ao parlamento. Procurava-se, desta forma, evitar que os eventos de 1789 se repetissem, o que explicaria a centralidade da ideia de *moderação* entre os moderados. Ainda segundo Morel:

Há um aspecto peculiar na noção de Moderação: ela é frequentemente apresentada (pelos protagonistas) mais como um comportamento do que uma posição política demarcada. Moderação seria assim uma espécie de visão de mundo que permitiria posicionar-se sobre qualquer assunto, um critério para distinguir o que é sábio e civilizado, em harmonia com os costumes e o bom senso. Como se não estivessem em jogo ganhos políticos bem precisos. A Moderação, enfim, era apresentada como sinônimo de razão. E como o liberalismo pode ser explicado como expressão da “soberania da razão”, ele só poderia ser... moderado.⁹³

Coloca-se, então, a associação do ideal de racionalidade e moderação em uma amálgama do que garantiria a soberania da razão. Esta iria contra o despotismo representado pela soberania monárquica, bem como contra o despotismo das massas representadas pela soberania popular. Desta forma, os moderados construíram um projeto de Estado em que vigorava um equilíbrio entre a monarquia e o povo, mediado por um parlamento de notáveis, representantes da vontade

⁹² Ibid., p. 133.

⁹³ MOREL, M. **As transformações dos espaços públicos**: imprensa, atores políticos e sociabilidades na Cidade Imperial (1820-1840). São Paulo: Hucitec, 2005. p. 135.

nacional, conseguindo, assim, evitar os excessos da democracia, os quais levariam à anarquia, bem como evitar os excessos do poder monárquico, o que acabaria no despotismo. Morel também coloca que não é possível identificar um grupo coeso de moderados durante o processo de independência brasileira, mesmo havendo alguns apelos difusos à moderação e ao que ele chama de sensibilidade moderada. Ainda segundo Morel:

Nos anos de 1821-1823, mesmo não existindo a Moderação enquanto tendência política, havia já uma forte sensibilidade moderada que implicava na busca de um equilíbrio entre o antigo e o novo, entre o monárquico e o democrático (no sentido de Montesquieu) – efetivado na escolha de um príncipe da antiga dinastia portuguesa para reger o novo Império brasileiro embasado num liberalismo de conteúdos modernos.⁹⁴

Ou seja, toda a tônica do pensamento moderado se organizará em torno da ideia de equilíbrio, seja este entre as soberanias monárquicas e populares, entre os poderes do Estado organizados nas formas do legislativo, executivo e judiciário, seja entre as diversas classes que compunham a monarquia. O princípio básico era garantir o progresso trazido pelo liberalismo e pela razão, evitando os males e convulsões do Jacobinismo, preservando a monarquia com um “Bragança” à frente, mas na forma de um monarca constitucional e um governo representativo. Modernidade e tradição se combinam na corrente moderada.

Outro ponto que deve ser explorado nessa amálgama entre tradição e modernidade que deu o tom, segundo o autor, do grupo moderado é a questão dos limites da liberdade. Ou seja, assim como os poderes do Estado deveriam ser limitados, a liberdade também deveria ser limitada, mais uma vez na perspectiva de evitar os horrores revolucionários. Segundo Morel:

A partir de exemplo relativo à França de 1791 (momento paradigmático para os futuros moderados) o redator brasileiro chegava à conclusão de que os excessos pediam limites. Os adversários eram, ao mesmo tempo, os jacobinos e os despóticos. Logo, para opor-se a eles, era preciso uma política conservadora e liberal. Tal discussão é significativa na medida em que é comum encontrar-se definições de liberalismo baseadas em critérios positivos de liberdade: de expressão, de associação, etc. Porém, a definição de liberalismo passa pela preocupação de fixar os limites da liberdade – inclusive de expressão da parte de redatores de jornais.⁹⁵

Esta limitação da liberdade, sempre em torno da ideia de equilíbrio, era condição necessária para se garantir o tipo de soberania apregoado pelos moderados: a chamada

⁹⁴ Ibid., p. 136.

⁹⁵ MOREL, M. **As transformações dos espaços públicos**: imprensa, atores políticos e sociabilidades na Cidade Imperial (1820-1840). São Paulo: Hucitec, 2005. p. 137.

soberania da razão, tipo de soberania que nos parece híbrida entre os componentes monárquicos e populares. Outro ponto importante sobre essa ideia de equilíbrio é que ela se constitui como uma ideia fluida, ou seja, a posição moderada variava conforme as circunstâncias políticas do momento, não sendo um tipo de posicionamento fixo em torno de um projeto, a exemplo da intransigência dos exaltados na limitação do poder real, ou na dos restauradores na afirmação deste mesmo poder. A fim de acompanhar como essa posição moderada se metamorfoseou durante o período da independência, destacamos a seguinte citação:

Se acompanharmos historicamente a noção de *juste milieu* nos debates políticos, percebemos como ela se transforma de acordo com o contexto: em 1821 indicava guardar a unidade entre Brasil e Portugal; após 1822 colocava-se como a defesa da independência do Brasil associada ao imperador, durante o Primeiro Reinado a preocupação era distanciar-se dos absolutistas e exaltados.⁹⁶

É importante, também, destacar nesta citação que Morel parece contradizer sua afirmação de que não haveria no Brasil, a época da independência, uma tendência moderada, apesar de identificar certo projeto desta matriz na manutenção da monarquia dual que existia entre os reinos do Brasil e de Portugal. Por fim, o último destaque que faremos acerca dos moderados é a questão de como eles encaravam o elemento democrático dentro de sua concepção de soberania mista. Segundo Morel:

Os adeptos de uma identidade política moderada faziam largo uso da defesa dessa supremacia da razão contra a chamada ditadura da maioria, sobretudo num país onde predominava a escravidão. [...]. A razão era assim apresentada como o império das leis e do regime constitucional em contraponto às paixões exaltadas. E no cerne desse equilíbrio *juste milieu* estava à valorização das capacidades. Nessa linha, a cidadania não tinha relação direta com a democracia: o papel do processo eleitoral era selecionar os homens mais capazes de conduzir os negócios públicos, os que detinham o poder e o saber. A representatividade da nação, assim, era atributo de grupamentos restritos, embora mais abertos que a nobreza hereditária e mesma a fortuna econômica.⁹⁷

Como vemos nesta citação, o grupo político dos moderados - apesar de fazer apelos em nome de uma soberania que parecia incluir um maior número de pessoas, que poderia fazer com que os confundíssemos com os exaltados - segundo Morel, é orientada não em direção a um governo democrático, descartado pelos moderados por significar o despotismo da plebe, e

⁹⁶ Ibid., p. 141.

⁹⁷ MOREL, M. **As transformações dos espaços públicos**: imprensa, atores políticos e sociabilidades na Cidade Imperial (1820-1840). São Paulo: Hucitec, 2005. p. 142-143.

sim em um sentido de limitações dos poderes reais, que em sua forma absolutista causaria o despotismo do Rei. O que eles buscavam era a supremacia Razão e a condução dos negócios do Estado por membros capacitados e ilustrados, que representassem a soberania nacional. Atingir esse fim só era possível com posições que buscavam um equilíbrio preciso entre povo e rei, ou seja, uma posição moderada.

O último grupo que Morel caracteriza é o chamado grupo dos *caramurus*, ou restauradores, os que seriam defensores do que ele chama de soberania monárquica, de características marcadamente antiliberais e que buscavam preservar as prerrogativas reais. Sobre os *caramurus*, Morel diz:

Havia agentes históricos empenhados em tais tentativas e pode-se assinalar a existência de certa corrente política com suas respectivas (e às vezes contraditórias) concepções. As bandeiras podiam modificar-se em cada circunstância, mas trata-se de caracterizar uma tendência constitucional com forte matiz antiliberal (embora sem negar totalmente o liberalismo) no Brasil das décadas de 1820 e 1830, que colocava em destaque a soberania monárquica diante das noções de soberania nacional ou popular. E nem por isso essa tendência pode ser caracterizada dentro da dicotomia revolucionários e contrarrevolucionários que marcou as disputas da França revolucionária, divisão que permaneceria residualmente no vocabulário do século XIX, embora já não correspondesse mais à complexidade dos agentes políticos e sociais da época pós-revolucionária. Restauração, portanto, é palavra polissêmica e será tratada aqui como constitutiva de um campo político historicamente situado.⁹⁸

O primeiro grande apontamento realizado por Morel sobre os *caramurus* é o seu caráter constitucionalista, apoiado em um tipo de constitucionalismo que iria à contramão das tendências exaltadas e moderadas. Visava uma repactuação entre rei e povo, mas de forma a reforçar a soberania do monarca. Outro ponto interessante a se destacar é que esta nova repactuação não descarta completamente as ideias liberais, pensando-se aqui principalmente na ideia de progresso, apesar de colocá-las como subalternas ao valor principal que os *caramurus* visavam a preservar: a chamada tradição. Neste sentido, é muito importante a seguinte observação de Morel:

Em termos mais precisos, uma das questões que se coloca é perceber em que medida o restauracionismo indicava demandas de fortalecimento de um Estado centralizar nos moldes da modernidade absolutista ou, então, apontava

⁹⁸ MOREL, M. **As transformações dos espaços públicos**: imprensa, atores políticos e sociabilidades na Cidade Imperial (1820-1840). São Paulo: Hucitec, 2005. p. 146-147.

para o reforço do poder de antigos corpos sociais, como senhores locais, oligarquias, clero e suas clientelas.⁹⁹

As aspirações dos restauradores poderiam indicar dois sentidos políticos completamente diferentes: o fortalecimento do poder monárquico em moldes do absolutismo ilustrado, recuperando toda uma tradição do século XVIII - que tem como seu maior representante Marques de Pombal, no reinado de D. José -, ou justamente o desmonte de todo este Estado com a recuperação das prerrogativas tradicionais que organizavam a monarquia portuguesa antes da ascensão absolutista, o que fortalecia antigas relações feudais e de Corporações de Ofício. Para o caso brasileiro, Morel afirma que o traço distintivo de nossos restauradores é “[...] ao longo de diferentes conjunturas: a valorização da supremacia monárquica e aproximação com o tradicionalismo português.”¹⁰⁰

Esse apelo ao tradicionalismo português é uma chave interpretativa importante na medida em que ajuda a compreender o porquê dos restauradores portugueses, dos dois lados do atlântico, aderirem de forma contundente a um apelo em torno da ideia de constituição, visto que a nova forma constitucional poderia propiciar a revisitação de velhos pactos que sustentavam a monarquia portuguesa e, por ação despótica, haviam sido abandonados. Segundo Morel, a ação dos restauradores:

Trata-se, no mínimo, de uma posição híbrida entre o moderno constitucionalismo e o pactismo tradicional: a Constituição liberal, mas outorgada pela soberania monárquica, renovando, à maneira das antigas monarquias europeias, o pacto entre o monarca e o povo, ainda que ajustado às propaladas ideias do século. O liberalismo, desse modo, ficava devidamente enquadrado.¹⁰¹

Desta forma, os caramurus resgataram uma forma de constitucionalismo que remetia à sociedade de antigo regime e às tradições do reino, na forma de um contrato entre povo e rei. Isso lhes permitia reafirmar a soberania do monarca, agora não mais em termos tradicionais, mas com a própria retórica de origem liberal, visando, justamente, preservar essas tradições que os liberais, sejam os exaltados ou os moderados, visavam superar, se não destruir, em nome da supremacia do povo (ou da razão). Ainda segundo Morel:

⁹⁹ Ibid., p. 147.

¹⁰⁰ Ibid., p. 150.

¹⁰¹ MOREL, M. **As transformações dos espaços públicos**: imprensa, atores políticos e sociabilidades na Cidade Imperial (1820-1840). São Paulo: Hucitec, 2005. p. 153.

Esse distanciamento entre liberalismo e constitucionalismo era assinado pelo jornal moderado *Astréa*, que chamava atenção para esse ponto, sintetizando: “*os antiliberais se tinham tornado Constitucionais*”. Esse constitucionalismo que oscilava entre a negação do liberalismo ou sua aceitação, desde que com reforço do poder do monarca, é uma das chaves para compreender a tendência restauradora no Brasil pós-independência.¹⁰²

Para além da questão da ambiguidade com a qual os caramurus tratavam a questão liberal, também é importante destacar outro ponto acerca de sua atuação política, que normalmente é associada a esse grupo nos sistemas classificatórios até aqui estudados. Os caramurus, ou restauradores, são geralmente identificados como os grandes responsáveis pela unidade nacional brasileira, uma vez que eles foram os grandes propulsores das ideias de centralização que vigoraram na condução do estado brasileiro durante o período imperial. Esta afirmação é problematizada por Morel, uma vez que:

Em primeiro lugar, verifica-se que o consenso entre as diferentes elites quanto à unidade nacional possuía brechas e poderia ser repensado ainda nos anos 1830 no Brasil. Em consequência, é possível afirmar que o separatismo não era atributo exclusivo dos liberais exaltados ou de tendências republicanas, como em geral a historiografia aponta. Havia, pois, uma tendência separatista caramuru – e aí a palavra partido tomava uma de suas acepções mais diretas.¹⁰³

Especificamente sobre essas brechas *intra elites*, a questão da unidade do novo estado imperial que também atingia a unidade dos caramurus, é muito interessante o projeto que colocaria D. Januária, irmã mais velha de D. Pedro II, como Imperatriz de um novo império. Esse chamado de Império do Amazonas corresponderia às províncias do norte do Império do Brasil. Chama-nos a atenção este projeto, uma vez que mostra que, em nome da tradição e da preservação das prerrogativas monárquicas, parte dos Caramurus estaria disposta a romper com a unidade imperial. Sobre este novo império, Morel diz:

Desta forma, fica difícil qualificar o projetado Império do Amazonas ou do Equador, se assim podemos chamá-lo, de federalista. O que se pretendia, ao que parece, era a criação de outra monarquia centralizadora de feições aristocráticas, onde o poder estivesse sob controle direto, sem maiores mediações, dos grandes senhores locais. E mais uma vez a manutenção da dinastia aparecendo como fiadora da ordem social.¹⁰⁴

¹⁰² Ibid., p. 154.

¹⁰³ Ibid., p. 162.

¹⁰⁴ MOREL, M. **As transformações dos espaços públicos**: imprensa, atores políticos e sociabilidades na Cidade Imperial (1820-1840). São Paulo: Hucitec, 2005. p. 163.

Este projeto de um novo Império demonstra-se importante, uma vez que nos mostra que os caramurus não são únicos e exclusivamente os responsáveis pela unidade do Império brasileiro. Comportam em seu seio, inclusive, projetos separatistas que normalmente são atribuídos às figuras de um liberalismo exaltado em torno da autonomia provincial. Isso também demonstra uma possível diferenciação entre projetos que propagam a descentralização e os que defendem a separação do Império. Essa informação, de certa forma, se não contraria as visões estabelecidas na historiografia sobre estes projetos, pelo menos nos força a procurar novas perspectivas a fim de analisar estes grupos.

Por fim, Morel faz uma breve análise dos componentes sociais do grupo restaurador ou caramuru. Buscou, portanto, informações sobre que grupos sociais formaram a facção que visava o fortalecimento do poder central e afirmava, com maior firmeza, a supremacia do poder monárquico, bem como os que fizeram parte da vertente que teve um maior enfoque na afirmação dos poderes tradicionais dos oligárquicos do campo. Segundo Morel:

Nesses dois perfis recoloca-se a questão do projeto de nação do partido caramuru: uma centralização de moldes neoabsolutistas, ainda que *ilustrados*, representando reforço de um Estado autoritário ou, então, um fortalecimento das oligarquias e do poder agrário com suas redes de clientela e de mando entre a população rural. Ainda que encarnando segmentos sociais diferenciados, José Bonifácio e Holanda Cavalcanti aliavam-se politicamente.¹⁰⁵

O primeiro perfil de neoabsolutista e de fortalecimento do poder centralizador da monarquia é encarnado em José Bonifácio, ligado às camadas urbanas e ao fortalecimento das oligarquias rurais em Holanda Cavalcanti, ambos em uma aliança tácita de preservação das tradições. Contudo, Morel chama atenção para um terceiro grupo de pessoas que poderiam ser incluídas como pertencentes ao grupo político dos restauradores: o das classes subalternas, que viam nos avanços dos moderados e dos exaltados um ataque também às suas prerrogativas tradicionais, mesmo que essas os inserissem de forma subalterna na hierarquia social em vigor e, também, e em ameaça pelas perspectivas reformadoras da sociedade. De acordo com Morel:

Atribuir, como parte da historiografia fez, um caráter de manipulação como determinante no comportamento dessas parcelas socialmente oprimidas da população, como se fossem pobres-diabos fanatizados e totalmente controlados por padres, militares e fazendeiros perversos, empobrece a compreensão desses episódios históricos. Reproduziram-se assim, na historiografia, formas de dominação e desqualificação daquelas pessoas e grupos, sem considerá-los agentes históricos em sua plenitude, na medida em

¹⁰⁵ Ibid., p. 165.

que não se encaixam nos parâmetros do que deve ser o “popular”. Assim, a opinião caramuru e restauradora extrapolou os círculos palacianos e restritos setores dos militares, do clero e da administração, indo além dos centros urbanos. Havia, está claro, relações socialmente verticais entre senhores de terra e essas parcelas pobres da população que assumiam as bandeiras caramurus.¹⁰⁶

Este dado coloca também mais um elemento a ser pensando na caracterização dos grupos políticos da independência, uma vez que não se pode atribuir exclusivamente aos moderados e aos exaltados o monopólio da defesa das chamadas “camadas populares”. Visto que, o autor encontrou os posicionamentos destes grupos tradicionalistas das elites políticas, tanto nos extratos urbanos quanto rurais, em grupos subalternos, de forma que aquelas posições encontravam capilaridade social, visto que, essas camadas eram receosas de perder redes de proteção social baseadas em relações tradicionais. Por fim, destacamos um último apontamento de Marco Morel:

Sob o manto semântico de Restauração colocavam-se questões distintas: fosse à volta ao poder autoritário relativizado (mas mantido) pelo constitucionalismo liberal; fosse o reencontro das antigas liberdades dos senhores locais e da população rural a eles vinculada, como também as tentativas insurrecionais destas camadas pobres atacando a desigualdade social em que viviam. Buscava-se recompor um pacto tradicional abalado pela centralização do Estado Nacional que se construía. Uniam-se pelo retorno, mas para onde se retornaria era uma questão nem sempre uniforme no interior desses grupos restauradores. Sem esquecer outro uso do vocábulo, como forma de dar legitimidade aos que pretendiam ir “para frente”, mas cujo temor ou impossibilidade de rupturas fazia com que invocassem a Restauração que ao mesmo tempo renova e regenera, como no dicionário de Moraes e Silva.¹⁰⁷

Ou seja, a fim de compreendermos o que foi o grupo político dos restauradores ou caramurus, precisamos entender um complexo posicionamento político que uniu elementos de centralização do poder monárquico, características do absolutismo ilustrado, e interesses das oligarquias locais receosas da perda de seu poder frente a um estado que interferisse em suas redes de poder local. Estes grupos buscavam reafirmar prerrogativas tradicionais, sejam as que pertenciam ao rei, que eram defendidas pelos elementos absolutistas, ou as que pertenciam aos senhores de terras. Vale também destacar a defesa da tradição feita pelos grupos que tinham

¹⁰⁶ MOREL, M. **As transformações dos espaços públicos**: imprensa, atores políticos e sociabilidades na Cidade Imperial (1820-1840). São Paulo: Hucitec, 2005. p. 167.

¹⁰⁷ MOREL, M. **As transformações dos espaços públicos**: imprensa, atores políticos e sociabilidades na Cidade Imperial (1820-1840). São Paulo: Hucitec, 2005. p. 170.

uma relação de submissão aos senhores da terra, por encontrarem nessa relação de sujeição uma rede de proteção social.

Esta junção de interesses se expressara na forma de um moderno vocabulário constitucionalista. Ao invés de negar o liberalismo em nome da tradição, apropriou-se de sua retórica da defesa de uma repactuação da sociedade com o estado, a fim de combater o despotismo, aqui representado pela usurpação dos poderes tradicionais da monarquia e das oligarquias, de forma que eles fizeram apelos aos antigos pactos que fundaram o reino português. Os restauradores partiam de uma retórica cara ao liberalismo, mesmo que a utilizassem de maneira a tornar esse liberalismo subalterno ao principal valor expressado pelos caramurus, a tradição.

O próximo autor que analisaremos a fim de compreender como se organizaram os sistemas classificatórios de matriz “trinária” é Christian Edward Cyril Lynch. Apresentaremos a forma como Lynch concebe os grupos políticos da independência em dois de seus livros; um que versa sobre o Marques de Caravelas, *Monarquia sem despotismo e liberdade sem anarquia: O pensamento político do Marquês de Caravelas*¹⁰⁸, e um segundo, a obra *Da monarquia a oligarquia: história institucional e pensamento político brasileiro (1822-1930)*¹⁰⁹.

O trabalho em que Lynch se dedica a produzir um sistema classificatório dos grupos políticos do Brasil é o livro *Da Monarquia a oligarquia*. Esta obra não trata especificamente sobre o período da independência brasileira, e sim procura analisar a evolução do arcabouço institucional brasileiro em uma perspectiva temporal de mais de 100 anos, de forma a demonstrar o caminho percorrido pelo Estado brasileiro a fim de se construir enquanto um Estado de matriz democrática. Esse caminho vai de uma fase em que a monarquia é o elemento predominante no Estado, passando por uma segunda fase, na qual o elemento oligárquico toma conta do mesmo e culmina em uma terceira, cujo controle estatal é assumido pelo elemento democrático.

Observar-se-á que este movimento de transição da monarquia à democracia retoma os tipos de ideias de governo que remontam à análise aristotélica.¹¹⁰ Ou seja, ele trata a fase monárquica do Estado em termos de um poder executivo forte, autocrático, que teria condições de iniciar a construção do Estado, colocando o mesmo como árbitro dos conflitos sociais. Esta primeira fase autocrática não estaria presente apenas no estado brasileiro e seria condição

¹⁰⁸ LYNCH, C. E. C. **Monarquia sem despotismo e liberdade sem anarquia**: O pensamento político do Marquês de Caravelas. Belo Horizonte: Editora UFMG. 2014.

¹⁰⁹ Ibid.

¹¹⁰ LYNCH, C. E. C. **Monarquia sem despotismo e liberdade sem anarquia**: O pensamento político do Marquês de Caravelas. Belo Horizonte: Editora UFMG. 2014. p. 23-24.

fundamental na solidificação do Estado que acabava de se constituir, em que a disputa oligárquica descambaria em guerra civil.

A segunda fase da construção do Estado se deu quando o perigo da guerra civil foi superado, uma vez que autoridade estatal estava estabelecida e foi reconhecida por todos os atores sociais. Nesta fase, as elites locais captariam o Estado e empregariam o deslocamento do poder da esfera executiva para a esfera legislativa. Essa fase se caracterizaria pela descentralização das decisões estatais com o fortalecimento das elites locais, que fariam seus interesses particulares serem representados no Estado; abriria espaço para a disputa política pelo controle deste Estado de maneira não violenta, abrindo caminho para o alargamento das bases sociais que se representariam neste.

Por fim, a última fase, a democrática. Nesta os novos atores sociais emergiriam por conta do progresso econômico e a urbanização das sociedades ocidentais, que não tinham acesso à representação política, e fariam a denúncia do caráter excludente deste sistema oligárquico, forçando o mesmo a ampliar as possibilidades de representação política pelos grupos subalternos, seja por meios pacíficos ou por meios revolucionários. É importante notar que, neste estágio, as massas passariam a ter influência sobre o processo político estatal.

É importante também destacar que essas fases aconteceram independentemente da adoção de uma forma de governo de aparência monárquica ou republicana. Lynch coloca essas fases como necessárias à constituição dos estados democráticos. Logo, houve também nos países europeus e nos Estados Unidos da América uma fase de características autocráticas ou monárquicas e a subsequente fase oligárquica antes da construção da institucionalidade democrática. Ou seja, houve uma fase em que os Estados Unidos da América, para Lynch, foram uma monarquia republicana ou, em outras palavras, um estado republicano com características autocráticas na figura do presidente da república.¹¹¹

Desta forma, o autor está buscando nesse movimento de transição da monarquia à oligarquia, as bases institucionais do Estado democrático brasileiro. Esse Estado tem suas origens em sua forma monárquica constitucional, originada no arranjo político da independência, na qual se consolidou um Estado de características monárquicas, tanto na forma quanto no conteúdo autocrático, e que só com a queda da monarquia dos Bragança entrou em sua fase oligárquica na forma da primeira república brasileira.

Observa-se, também, que a fase da independência seria a primeira etapa da construção desse arcabouço institucional, que desembocaria em um governo representativo de

¹¹¹ LYNCH, C. E. C. **Monarquia sem despotismo e liberdade sem anarquia**: O pensamento político do Marquês de Caravelas. Belo Horizonte: Editora UFMG. 2014. p. 45-48.

características democráticas. Salienta-se, contudo, que o autor não enxerga esse movimento de maneira teleológica, ou encadeia essas mudanças institucionais na forma de uma evolução a partir da forma anterior.¹¹² O que ele aponta é que os estados com características democráticas realizaram, no ocidente, esta trajetória, em que cada qual desenvolvia uma institucionalidade específica, mas realizaram esse movimento de transição da monarquia à democracia.

Esta reorganização institucional em torno da formação de um governo representativo não foi exclusividade do caso brasileiro. Outras ex-colônias europeias na América também passaram por esse processo, inclusive as treze colônias britânicas que formaram os Estados Unidos da América. Entretanto, Lynch destaca que esse processo nos países de formação ibérica foi diverso, periférico, visto que buscaram as experiências americana e europeias, que haviam passado anteriormente por este processo de construção de governos representativos após a falência do absolutismo monárquico, a fim de construir suas institucionalidades.

Dentro desta perspectiva, a primeira fase dos novos Estados, que surgiram das ex-colônias, seria consolidar a própria unidade estatal. Isso passaria pela organização de um poder executivo forte e legítimo, que conseguisse colocar o novo Estado como árbitro dos conflitos sociais. Estas construções de unidades nacionais, contudo, entraram em conflito com os poderes locais, fortalecidos na luta anticolonial e pelo desejo de exercer o seu poder sem a interferência de um novo poder central, que colocasse em xeque seus interesses. A formação do Estado brasileiro também repete esse conflito.

Transparece nesta obra uma forma de organização das forças políticas da independência do Brasil, que as divide de uma maneira binária em torno de suas posições e da forma de se organizar institucionalmente a América portuguesa recém-independente. Forma esta que faria referência às divergências em torno do equilíbrio entre os elementos do novo governo representativo que estava sendo criado em terras brasileiras, especificamente se o elemento monárquico, ou o aristocrático, predominasse na organização institucional do Império criado.

Apesar da tese apresentada na obra *Monarquia a Oligarquia* inicialmente nos levar a acreditar que Lynch faz parte do grupo de autores que classifica os grupos políticos da independência de maneira binária, a leitura de outros trabalhos do autor nos leva a crer que o mesmo deva ser colocado junto àqueles de classificação “trinária”. Observando seu livro que trata sobre o Carneiro de Campos, o Marques de Caravelas, *Monarquia sem despotismo e liberdade sem anarquia*, o autor não expressa uma preocupação específica em criar uma forma de classificação dos grupos políticos do período da independência, o que nos leva a afirmação

¹¹² Ibid., p. 18-19.

de que sua concepção, quanto ao espectro político da independência, comportaria mais de dois grupos políticos.

Neste livro, no qual Lynch atribui ao Marquês o papel de principal formulador da constituição imperial, é que nos baseamos para afirmar que o historiador não considera que o jogo político foi organizado de forma binária. Ao analisar o referido Marquês, ele se utiliza de colocá-lo em uma espécie de centro político em que os outros atores do jogo político da independência se encontrariam à direita ou à esquerda daquela personalidade; à direita estariam os monarquistas e à esquerda os oligarquistas. Desta forma, o autor acaba tratando os posicionamentos políticos como lugares a serem ocupados no tempo e no espaço (fluidos), e não como pontos fixos e imutáveis no tempo.

O Marques de Caravelas assume esse papel de centro político, apesar de suas claras preferências por um modelo institucional que privilegiasse os elementos monárquicos na constituição brasileira, considerando a monarquia no sentido expresso pela obra anterior, uma vez que, segundo Lynch, o Marques cumpriu o papel de mediador entre os posicionamentos políticos dos que desejavam uma maior autonomia provincial, os oligárquicos, já os posicionamentos monarquistas, como ele, desejavam a construção de um Estado centralizado na figura do Imperador.¹¹³ Ou seja, há espaço para um posicionamento de compromisso entre as partes.

Já o projeto político de Carneiro de Campos era o de um governo conservador moderado, que conciliasse as duas tendências mais extremas em que o espectro político nacional se dividia, em benefício da estabilização da monarquia constitucional. Suas ideias representavam um meio termo entre aqueles que tendiam a sacrificar a liberdade em nome da autoridade ou da ordem, como os Andradas e Maciel da Costa, e aqueles *brasilienses* que como os Alencar, Custódio Dias e Henriques de Resende, preferiam uma organização política que, em nome da liberdade, enfraquecesse o governo central e favorecesse as oligarquias regionais.¹¹⁴

Outro ponto importante a ser destacado nesta obra é que Lynch parte de uma metodologia diversa da usada no livro *Da monarquia a oligarquia*, buscando, aqui, não as formações de longa duração do estado brasileiro, mas sim tentando entender, especificamente, o pensamento de Caravelas. Para este fim, ele recorre à metodologia empregada por J.G. Pocock em conjunto com Reinhart Koselleck, buscando um tratamento metodológico que coloque as

¹¹³ LYNCH, C. E. C. **Monarquia sem despotismo e liberdade sem anarquia**: O pensamento político do Marquês de Caravelas. Belo Horizonte: Editora UFMG. 2014. p. 75.

¹¹⁴ LYNCH, C. E. C. **Monarquia sem despotismo e liberdade sem anarquia**: O pensamento político do Marquês de Caravelas. Belo Horizonte: Editora UFMG. 2014. p. 104.

palavras do Marques no mesmo nível de seriedade que os pesquisadores atribuíram aos teóricos do mundo europeu.¹¹⁵

Dada essa perspectiva espacial dos agrupamentos políticos, acreditamos que Lynch não pode ser enquadrado com como um autor que vê o jogo político da independência em termos binários. Ainda é importante frisar que o autor retoma algumas formas de categorização destes grupos, os quais retornam aos trabalhos de Lúcia Bastos Pereira das Neves, se utilizando das nomenclaturas “coimbrão” e “brasiliense” para definir os grupos que estavam à direita e à esquerda do Marques de Caravelas, mesmo que o próprio Marques seja entendido como membro dos coimbrãos.

É também interessante notar que, apesar de retomar essas nomenclaturas, elas são atribuídas em bases diversas da de Neves, sendo elas organizadas em um padrão de esquerda e direita, herdada da revolução francesa, em que ambos os grupos são liberais. Um à direita no espectro político, chamados conservadores, e um à esquerda, chamado de liberais. No campo da direita, também se encontraria o chamado “legitimismo”, reacionários à modernidade e que não tiveram capilaridade no Brasil devido à associação entre independência e liberalismo.¹¹⁶ Os liberais de esquerda, segundo o autor, seriam os que se pautariam pelo racionalismo do iluminismo francês, contratualista e jusnaturalista.¹¹⁷

Gostaríamos de fazer um último destaque acerca da obra sobre o Marques. Segundo Lynch:

Caravelas foi o principal introdutor do discurso político monarquiano entre nós; daí a importâncias desses autores relativamente esquecidos para se compreender a concepção de Constituição da Inglaterra vigente na época, e que conformou tanto o arcabouço jurídico da Carta brasileira de 1824 como a linguagem da elite coimbrã brasileira à época da independência e ainda por muito tempo depois quando ela se fundiu na opinião dita conservadora. [...] o discurso monarquiano coimbrão se inseria no quadro de um liberalismo setecentista, **cheio de elementos republicanos clássicos**, em que o próprio monarca fazia às vezes de defensor por excelência de um bem público ameaçado pela corrupção das facções.¹¹⁸

É necessário fazer esse destaque, uma vez que o autor expressa o conteúdo de republicanismo clássico presente no pensamento dos coimbrãos, traço distintivo de um

¹¹⁵ Ibid., p. 24-25.

¹¹⁶ Ibid., p. 28.

¹¹⁷ Ibid., p. 29.

¹¹⁸ LYNCH, C. E. C. **Monarquia sem despotismo e liberdade sem anarquia**: O pensamento político do Marquês de Caravelas. Belo Horizonte: Editora UFMG. 2014. p. 14-15. (grifo nosso)

pensamento republicano.¹¹⁹ Também destacamos esse trecho para deixar bem explícitas duas características interessantes na classificação montada por Lynch. A primeira delas é que não se encontra, em seu trabalho, a oposição entre monarquia e república, sendo as duas formas de governo compatíveis tanto a coimbrãos quanto a brasilienses. A segunda é que a grande questão em disputa era o grau de centralização do novo Estado a ser criado, no que toca a divisão dos poderes, ou seja, o quanto de autoridade seria delegada ao chefe do executivo e a assembleia eleita.

1.3 Considerações finais do capítulo

Por fim, vejamos um exemplo de como estas interpretações do jogo político da independência e seus atores incidem diretamente sobre outro trabalho historiográfico. Faremos uso do trabalho de Ana Rosa Cloquet da Silva¹²⁰, *Inventando a Nação: Intelectuais Ilustrados e Estadistas Luso-Brasileiros na Crise do Antigo Regime Português (1750 – 1822)*, que tem como ponto central a formação dos estadistas que levaram a cabo o processo de estruturação do Estado-Nacional brasileiro em uma perspectiva de longa duração, iniciada com as reformas de D. José I, e que culminou no processo de dissolução da monarquia Luso-Brasileira dentro de uma perspectiva de retomada da dialética entre tradição e modernidade presente neste processo.¹²¹

A autora, em seu estudo, destaca a longa trajetória que formou o projeto imperial luso-brasileiro, partido de sua fundamentação, que seria o diagnóstico de atraso feito pela intelectualidade portuguesa, no que ficou conhecido como ilustração portuguesa. Desta análise ela busca compreender a transformação deste projeto de império luso-brasileiro em um projeto de império exclusivamente brasileiro. A autora traça como marco destas transformações a transmigração da corte portuguesa para o Brasil em 1808, mostrando como os realinhamentos dos interesses brasileiros fizeram com que o projeto de união imperial luso-brasileiro se tornasse inviável.

Ao contrário dos outros trabalhos até aqui analisados, Silva não faz uma grande reflexão acerca de como se organizavam os agrupamentos políticos da independência. A escolha da

¹¹⁹ Cf. LEITE, R. L. **Republicanos e libertários**: pensadores radicais no Rio de Janeiro (1822). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

¹²⁰ SILVA, A. R. C. **Inventando a nação**: intelectuais ilustrados e estadistas luso-brasileiros na crise do antigo regime português: 1750-1822. São Paulo: Hucitec, 2006.

¹²¹ SILVA, A. R. C. **Inventando a nação**: intelectuais ilustrados e estadistas luso-brasileiros na crise do antigo regime português: 1750-1822. São Paulo: Hucitec, 2006. Cf. Introdução.

exposição deste trabalho pode causar estranheza ao leitor, contudo, se justifica na medida em que o mesmo é um exemplo importante de como as formas de classificação política da independência são apropriadas por outros trabalhos historiográficos que, ao não terem essa problemática como foco, acabam por reproduzir sistemas classificatórios, ou fazer combinações deles, de forma diluída, mesmo que vê isso acabe por causar incongruências no trabalho.

Como dito no parágrafo anterior, ao longo de sua obra, Silva não se preocupa em estabelecer um sistema classificatório dos posicionamentos das elites brasileiras. A autora apresenta algo neste sentido apenas nas partes finais de sua tese, quando descreve a forma como as tensões entre portugueses dos dois lados do Atlântico ganharam escala no decorrer dos debates que se seguiam ao problema da definição da sede da monarquia luso-brasileira. Os posicionamentos nesta escalada de tensão se concentraram em torno da partida, ou não, do príncipe regente Pedro de Alcântara para Portugal. Segundo Silva¹²²:

Nesse intercurso, as tensões centralizaram-se, fundamentalmente, no eixo Rio-Lisboa, radicalizando-se, sobretudo, a partir de dezembro de 1821, momento em que, em face da chegada das determinações das Cortes de 29 de setembro de 1º de outubro de 1821, abriu-se uma mais acirrada fricção entre os interesses divergentes de cada uma das porções imperiais, em torno das possibilidades de manutenção *da coesão do Reino Unido*, sob o novo modelo político instalado. É no calor desse debate – internamente polarizado entre as posturas pró e contra a permanência de D. Pedro, mais ou menos aferradas ao constitucionalismo ou às prerrogativas tradicionais da Monarquia – que emerge a atuação da junta paulista, para obter o consenso entre os representantes das províncias brasileiras, relativamente às questões acima assinaladas.¹²³

Para além da questão em torno da permanência do regente, também se destaca o ponto da diferença entre as formas com as quais os representantes das províncias do Sul e do Norte encararam a questão da unidade do Reino do Brasil. De forma que a autora destaca que havia um posicionamento sulista em torno do reino enquanto unidade política centralizada no Rio de Janeiro e outra, nortista, organizada em torno de uma visão de autonomia provincial.

Esses ideais influenciaram as demais deputações sulistas, conformando um comum sentimento do *Reino como unidade*, em contraposição à defesa intransigente das autonomias provinciais pelos deputados nordestinos. Nesse sentido, os representantes de São Paulo, Rio e Minas – estes últimos nem sequer enviados às Cortes – passaram, crescentemente, a alinhar o *projeto*

¹²² Nesta citação, Silva parte da análise realizada por Marcia Berbel sobre a atuação da junta governativa de província na independência. Cf. BERBEL, M. R. **A Nação Como Artefato**. São Paulo: Hucitec. 1999.

¹²³ SILVA, A. R. C. **Inventando a nação**: intelectuais ilustrados e estadistas luso-brasileiros na crise do antigo regime português: 1750-1822. São Paulo: Hucitec, 2006. p. 295.

*de Reino coeso e autônomo em torno da figura do príncipe regente, visto como “centro de governo e união” indispensável à dissipação dos planos para tornar o Brasil “dependente de Lisboa em todas as suas relações e negócios, qual vil Colônia sem contemplação”.*¹²⁴

Também destacamos o sistema classificatório que a autora adota para diferenciar os grupos políticos da independência. Apesar de isso não ser um ponto central em sua tese, Silva retoma a organização feita por Cecília Helena de Salles Oliveira¹²⁵, apresentada anteriormente, com base nisso, coloca as posições dissonantes da elite brasileira no processo de falência do projeto imperial luso-brasileiro. Com base em Oliveira, Silva afirma:

O decreto, por sua vez, precipitara-se em função da necessidade sentida por José Bonifácio de barrar a proposta encabeçada pelo grupo de Gonçalves Ledo, pela convocação de uma assembleia legislativa do Brasil. Nesse ponto, externava-se um dos principais conflitos ideológicos da Independência: a disputa entre um projeto nacional com base numa representação popular, defendido pelo primeiro grupo, e o andradino, fundado na legitimidade dinástica e consagrador da soberania do monarca e da nação, então identificados¹²⁶

Destacamos também que, além de Cecília Helena de Salles Oliveira, a autora também cita em seu trabalho, a fim de entender como esses grupos se organizavam, o trabalho de Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves, que também foi anteriormente trabalhado aqui. Fazemos este destaque, pois é importante apontar que as obras de Oliveira e Neves tem uma visão contrastante acerca do papel das forças políticas capitaneadas por José Bonifácio e Joaquim Gonçalves Ledo, no que toca ao episódio conhecido como Dia do Fico, em 9 de janeiro de 1822. Para Oliveira, as forças de Ledo pressionaram pela partida de D. Pedro a Portugal, jogando peso, assim, no projeto de união entre Brasil e Portugal. Já para Neves, as forças de Ledo foram responsáveis por articularem ideologicamente o projeto de separação entre os reinos.

Observar-se-á que há um padrão geral nestas interpretações que chamamos de binárias acerca da independência brasileira. Esse padrão predomina tanto no que toca as causas desse processo sobre a falência do projeto imperial gestado na tradição intelectual portuguesa, com base em um diagnóstico geral de decadência do reino português, quanto ao papel dos atores políticos na construção posterior do Império do Brasil. Destacando que as classificações binárias têm como importante fundamento a questão educacional, para os casos de Neves e Carvalho, e a questão econômica, para o caso de Oliveira. A questão estritamente política se

¹²⁴ Ibid., p. 329.

¹²⁵ Ibid., p. 308.

¹²⁶ Ibid., p. 386-387.

expressa com mais clareza em Mattos que, apesar de fazer uma conceituação da classe senhorial em função da economia, diferencia os membros desta classe em termos políticos através de concepções de liberdade divergentes.

Contudo, as diversas formas de classificação dos grupos políticos colocam em oposição um grupo formado por altos burocratas do Estado. De um lado estão os políticos formados no ambiente das chamadas “*Luzes Portuguesas*” e que tiveram passagem pela Universidade de Coimbra e do outro aqueles formados em terras brasileiras, que não tiveram essa formação específica, composta por estratos de destacada ascensão social, mas que não formavam a elite da elite do Império português. Há de se destacar também que os sistemas de Mattos e Oliveira apresentam explicitamente um agrupamento político dos excluídos, os quais não tinham capacidade de formulação política organizada. Esses últimos não aparecem nos trabalhos de outros autores.

Os sistemas de classificação destes agrupamentos colocaram os agentes políticos analisados por esses autores em um processo de padronização e de relativa homogeneização, o que faz com que o leitor dessas obras encaixe os atores políticos da independência em um dos grupos dos que compõem o eixo binário dessas obras. Destacamos, contudo, que encontramos personalidades que escapam a estas formas classificatórias binárias. A título de exemplo, se nos perguntarmos em qual grupo Cipriano Barata deveria ser catalogado, pelo modelo explicativo adotado por José Murilo de Carvalho, este deveria ter um comportamento político associado aos ideais conservadores; porém toda historiografia verifica que Barata foi um dos mais notáveis liberais do período, o que foge aos modelos explicativos até aqui apresentados.

Adjacentes a essas justificativas de cunho de formação político-cultural, também observamos o foco dos historiadores na questão econômica para efetivarem a diferenciação destes grupos. Isso por que a independência desafiou estes atores políticos a produzirem um arranjo político que, ao mesmo tempo em que gestavam a separação da parte americana do império português, realizassem essa ruptura com a manutenção da sociedade escravista, das hierarquias e das clivagens sociais estabelecidas com a vinda da família real portuguesa ao Brasil, em 1808; evitam, assim, saídas políticas de caráter revolucionário e que pudessem colocar em risco todo este sistema.

Concomitantemente a esta preservação, havia os autores que, por estarem subalternos ao sistema, buscavam alcançar o topo dele, invertendo as hierarquias sociais presentes na pirâmide social, mas sempre colocando barreiras aos que estavam à margem do sistema político. Isso demonstra que o processo de independência brasileira, e a forma como os grupos políticos da independência foram classificados, é um problema extremamente complexo, complexidade

tal à altura do intrincado jogo político e econômico que levou ao processo de dissolução do Império português e, posteriormente, impediu a dissolução da colônia americana em uma série de repúblicas, como ocorreu nos processos de emancipação da América espanhola.

Também é importante destacar que, apesar de os chamados *liberais* comumente serem considerados os que queriam uma forma de organização do poder de caráter descentralizado, e os conservadores os que preferiam uma forma centralizada, essas características não aparecem como determinantes nos trabalhos analisados. Estes sempre aparecem como atributos secundários e como consequências de outros fatores, que seriam os verdadeiramente determinantes no sistema classificatório; seguindo o exemplo de José Murilo, já citado, foi à questão da socialização e treinamento que explicou as diferenças entre os projetos. Contudo, as diferenças entre eles não foram usadas a fim de classificar os atores políticos da independência, de forma que estes posicionamentos foram homogeneizados pelas classificações.

Destacamos também que nas interpretações que adotam o padrão binário de organização dos grupos políticos da independência, não encontramos argumentos significativos que demonstrem a presença de ideais, ideologias, facções ou grupos que expressassem anseios republicanos no momento da independência. A principal pauta que compunha as aspirações liberais, para estes autores, seria a questão da autonomia provincial e uma visão de monarquia que privilegiasse o poder dos representantes das províncias, além de um sistema unicameral no poder legislativo, que limitasse o poder do imperador; não se autonomizando, assim, uma posição política que se propôs a romper com o modelo monárquico vigente, tanto na parte americana quanto na parte europeia do Império Português em desagregação.

Quanto aos autores que consideram a existência de mais de dois polos de poder, o autor que aponta com mais clareza uma forma de classificação política que supera o binarismo é Marco Morel. Os trabalhos de Lynch e Costa apresentam essa classificação em mais de dois polos políticos de maneira mais velada, procurando analisar esses grupos em função de grandes embates. Costa, no limite, pode ser considerada uma autora que não admite diferenças entre os grupos políticos na independência, uma vez o liberalismo da independência estaria condicionado à suas bases materiais. Lynch, por sua vez, insere um terceiro campo político no debate da independência ao apontar os posicionamentos políticos que serviriam de mediadores entre os campos que ele chama de *monarquistas* e *oligarquistas*. Nesse sentido, os autores apontados por ele buscavam esse compromisso entre as partes, o que Morel chamou, em seu trabalho sobre os espaços públicos, de *Espírito da Moderação*, ou a busca do justo meio. Já Costa apresenta um polo de um liberalismo democratizante, que estaria ligado às demandas das

camadas populares, mas que não conseguiu ser expressivo no debate público e exercer poder, se aproximando muito das posições binárias.

Observa-se, então, que, no geral, os posicionamentos que apresentam mais de dois polos políticos, o fazem dando maior importância às pautas políticas dos atores da independência do que foi observado nas formas binárias de análise. Tanto Costa quanto Lynch, que beiram o binarismo, só apresentaram um terceiro polo quando levaram em consideração essas diferenças. Enxerga-se, também, que nos introdutores de um terceiro polo, só Lynch coloca esse terceiro polo como adepto de um discurso moderador. Morel e Costa, por outro lado, apresentam discursos tidos como radicais e perceptíveis no processo político. Todos estes autores, contudo, têm algo em comum: a política em si. Esse é o centro de suas análises, no que concerne às formas de classificação dos grupos políticos da independência.

Por fim, vale ressaltar que os autores construíram suas formas de classificação política em função de seus objetos de estudo, criando formas de agrupar esses indivíduos de destacada atuação política em bases diversas. Destaca-se que todos os autores colocam o processo de independência brasileira como algo indesejado pelos seus construtores, não sendo assim um projeto, mas um fruto dos conflitos que surgiram a Revolução Liberal do Porto em 1820 e a reorganização da monarquia dos Bragança em bases constitucionais. Também observamos que entre os autores que analisamos há um consenso: a ausência de um polo político que se caracterizasse por defender ideais republicanos no debate público dos primeiros anos da década de 1820. Exceção a esse consenso é Emília Viotti da Costa, se consideramos o liberalismo heroico que ela apresenta como uma expressão de republicanism, devido ao seu caráter democratizante.

Quanto aos critérios de classificação, apenas no trabalho de Lynch e de Costa encontramos as pautas dos grupos políticos como elemento central no sistema classificatório. Lynch os classifica em função da defesa de uma monarquia em oposição a um sistema oligárquico. Costa apoia-se na defesa de um Estado centralizado em oposição a um descentralizado. Morel os classifica em função de suas concepções de soberania. Os outros autores atribuem os posicionamentos políticos a outros fatores, como sua posição no mercado, no caso de Oliveira; seu treinamento social e socialização, no trabalho de Carvalho; afirmação do princípio da razão, da autoridade ou o da liberdade, no caso de Mattos; pertencimento à elite coimbrã ou brasiliense, em que o pertencimento a uma dessas elites é determinado por um amálgama do posicionamento social e método de acesso à cultura, na obra Neves; um aglomerado das formas de classificação de Carvalho, Oliveira e Neves no livro de Silva.

CAPÍTULO 2: IMPRENSA LIBERAL E REPÚBLICA NA HISTORIOGRAFIA DA INDEPENDÊNCIA

Como observamos ao tratar das formas de classificação do político nos tópicos anteriores, não foram poucos os trabalhos que se debruçaram sobre as personalidades que construíram a independência brasileira, buscando compreender os projetos gestados na desagregação do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves. Essa grande produção nos permitiu ter um panorama geral do período estudado. Contudo, além da apresentação geral de como esses grupos políticos se organizaram no processo de independência, é necessário à identificação de como os materiais e temas que elencamos neste trabalho foram apresentados na historiografia que trataram do período.

Ledo e seu grupo político, descrito por Cecília Helena de Salles Oliveira como o *Grupo do Ledo*¹, foi trabalhado por grande parte dos historiadores que se debruçaram sobre a independência. Todavia, seu periódico, o *Reverbero Constitucional Fluminense*, nem sempre é citado. De forma que os estudos que levam em consideração o papel do periódico na independência se concentram especificamente na questão da imprensa ou do papel dele no processo de independência. Também é importante pontuar que não encontramos nenhuma análise sistemática dos panfletos que analisamos nesta pesquisa para além da feita na própria introdução da coleção que os reuniu, já citada na introdução, e do trabalho Lucia Maria Bastos Pereira das Neves.²

Retomando-se os trabalhos que já apresentamos, em *A construção da ordem*³, não há grandes considerações sobre a imprensa da independência, nem sobre o Ledo e o *Reverbero Constitucional Fluminense*. O autor concentrou-se em fazer considerações gerais sobre o período, visto que dentro de sua análise os anos que correspondem à independência têm um papel importante, embora menor dentro do escopo de sua análise, em perceber os processos de socialização e treinamento social do grupo que ele definiu como *conservadores*.⁴ Grupo responsável, em sua visão, por possibilitar a formação de um Estado monárquico e centralizado

¹ OLIVEIRA, C. H. L. S. **A astúcia liberal**. Relações de mercado e projetos políticas no Rio de Janeiro (1820-1824). Bragança Paulista: EDUSF: Ícone, 1999. p. 6.

² NEVES, L. M. B. P. **Corcundas e Constitucionais: a cultura política da Independência** (1820-1822). Rio de Janeiro: Revan: FAPERJ, 2003.

³ CARVALHO, J. M. **A construção da ordem**: a elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

⁴ Carvalho dividiu o Império em cinco períodos distintos: 1. Primeiro Reinado, 1822-1831; 2. Regência, 1831-1840; 3. Consolidação, 1840-1853; 4. Apogeu, 1853-1871; 5. Declínio e Queda, 1871 – 1889. Ver: CARVALHO, J. M. **A construção da ordem**: a elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013. p. 59.

no processo de rompimento com Portugal, bem como pela manutenção da integridade territorial do Império do Brasil.

Isso foi possível, pelo processo de homogeneização desta elite conservadora na Universidade de Coimbra e na ocupação de postos na máquina burocrática do Império português.⁵ Os liberais, por outro lado, não fizeram parte deste processo de socialização e treinamento, representando, para Carvalho as tendências desagregadoras no processo de independência e manutenção da integridade territorial do Império do Brasil. Como não fez parte deste processo de homogeneização,⁶ já que não participou do circuito de socialização e treinamento dos conservadores, Ledo foi visto como liberal pela obra de Carvalho. Por consequência, foi atribuído a ele o conjunto de ideias características dos liberais.

Por fim, precisamos fazer mais dois curtos apontamentos sobre a obra de Carvalho. Apesar não se propor a estudar a imprensa neste trabalho, ele pontuou sobre sua importância na luta política do período, afirmando que foi no Império que a imprensa contou com maior liberdade e influência na história brasileira;⁷ o autor não encontrou elementos que pudessem sustentar a afirmação de que entre os liberais havia sido gestado um projeto republicano na independência.⁸

No trabalho de Emília Viotti da Costa, *Da Monarquia a república*, há referências tanto ao *Reverbero Constitucional Fluminense*, quanto a Joaquim Gonçalves Ledo. A autora não se aprofunda no debate da imprensa, contudo reconhece a importância dela para a circulação de ideias. Citando que, apesar da censura, projetos revolucionários conseguiram circular em terras brasileiras.⁹ Costa, no geral, não se atentou em estudar casos individuais do liberalismo no Brasil nesta obra, se concentrando em pensar a questão liberal de maneira sistêmica, mencionando conforme a necessidade as revoltas e revoluções que aconteceram no período pré e pós independência a fim de ilustrar tipo de liberalismo que se formou no Brasil.

O cerne da discussão de Costa está em apontar que a ideologia liberal foi uma ideia importada, desprovida de seu conteúdo revolucionário original, sendo social e economicamente conservadora.¹⁰ A autora faz essa afirmação ao apontar que as revoltas ditas revolucionárias, como a Conjuração Baiana e a Revolução Pernambucana, não mexiam em instituições

⁵ CARVALHO, J. M. **A construção da ordem**: a elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013. p. 39.

⁶ Joaquim Gonçalves Ledo chegou a cursar direito na Universidade de Coimbra, mas por motivos de falecimento de seu pai precisou interromper os estudos e regressar ao Rio de Janeiro.

⁷ CARVALHO, J. M. **A construção da ordem**: a elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013. p. 54.

⁸ Ibid., p. 138.

⁹ COSTA, E. V. **Da Monarquia à República**: momentos decisivos. 9. ed. São Paulo: Ed. UNESP, 2010. p. 29.

¹⁰ Ibid., p. 32-33.

fundamentais da vida econômica-social no Brasil, ou seja, não rompiam com o escravismo.¹¹ Assim, considera ambos os movimentos ideologicamente vazios, servindo apenas como contestação ao poder da coroa e do absolutismo, no que ela chama de luta anticolonial. Apesar disto, para Costa a incorporação do discurso liberal pelas elites brasileiras não era apenas uma ideia de fachada a fim de manter intactas as estruturas econômicas e sociais, como já expusemos anteriormente.

Dentro deste contexto é que a autora aponta as características gerais do liberalismo no Brasil, cujo limite prático estaria representado no manifesto de Dom Pedro aos povos do Brasil, de 1º de agosto de 1821 escrito por Joaquim Gonçalves Ledo.¹² Segundo Costa, Ledo foi uma figura proeminente no movimento da independência e considerado por seus contemporâneos como “liberal autêntico”¹³. Costa descreveu esse liberalismo autêntico como: defensor da emancipação brasileira frente às tentativas recolonizadoras de Portugal; escravista contra a tentativa portuguesa de tentar liberar os escravos a fim de subjugar seus senhores; patrono de uma legislação adequada às realidades locais; advogado de um código penal baseado na razão e na humanidade; projetista de um sistema fiscal que favorecesse a produção; propulsor das ciências e das letras.¹⁴

É importante também retomar que a apesar de descrever o liberalismo brasileiro como ideologicamente homogêneo havia uma disputa política intra-elites entorno da organização do Estado, onde se formaram três facções: conservadora; liberal; democrática.¹⁵ O interessante desta classificação tripartida é que Costa é uma das poucas autoras que levantam a possibilidade de existência de um pensamento republicano no período da independência, associando-o a ideia de democracia. A autora também destaca que estes democratas apresentavam como projeto político à implantação do sufrágio universal, a descentralização político-administrativa e a nacionalização do comércio. Este republicanismo encontrou sua primeira grande expressão nos conflitos que levaram ao fechamento da Assembleia Constituinte de 1823, que teve como reação dos republicanos a eclosão da Confederação do Equador, em 1824.

Por fim, é importante destacar que o grupo social que daria fundamentação a esse pensamento republicano, democratizante, no momento da independência, seria o das camadas urbanas compostos por: “[...] farmacêuticos, jornalistas, ourives, médicos, professores,

¹¹ COSTA, E. V. **Da Monarquia à República: momentos decisivos**. 9. ed. São Paulo: Ed. UNESP, 2010. p. 32.

¹² *Ibid.*, p. 139.

¹³ *Ibid.*, p. 139.

¹⁴ *Ibid.*, p. 139-140.

¹⁵ *Ibid.*, p. 146.

pequenos comerciantes e padres.”¹⁶ Os mesmos grupos sociais que Carvalho atribui aos liberais. Na independência estes grupos teriam se reunido em torno de Joaquim Gonçalves Ledo e Januário da Cunha Barbosa, na maçonaria. Contudo, ao surgir à possibilidade de se realizar a independência em torno do príncipe regente o conteúdo republicano desta corrente acabou enfraquecido, e este enfraquecimento pode ser percebido na adesão de Ledo e Barbosa à Dom Pedro I através da publicação de uma saudação ao episódio do *Fico*¹⁷ em seu periódico o *Reverbero Constitucional Fluminense*.¹⁸

Ilmar de Mattos, no *Tempo saquarema*¹⁹, parte de uma interpretação semelhante a que afirma que o Liberalismo no Brasil parte de bases socialmente conservadoras. Isso fica perceptível quando o autor afirma que o cerne da questão do movimento da independência e da ação política durante o império, para a classe senhorial, tem como objetivo a manutenção do monopólio da terra e do monopólio da mão de obra. Também cabe o destaque que o trabalho de Mattos não faz considerações sobre o trabalho da imprensa no momento da independência, nem se foca na atuação particular das personagens do rompimento, adotando uma perspectiva de longa duração, que tem como foco explicar a formação da classe senhorial e dos sentidos que guiavam sua ação política durante o império.

Desta forma, observamos que há apenas uma pequena menção à Ledo e seu grupo político no processo da independência. Ela aparece quando o autor descreve os conflitos entre as cortes de Lisboa e os brasileiros, mencionando que a ideia de emancipação política do Brasil já penetrava tanto o Apostolado quando o grupo de Gonçalves Ledo.²⁰ Por fim, vale também citar que o autor fez uma breve referência a ideia de república no período regencial, logo após a abdicação de Dom Pedro I, na qual o princípio democrático foi descrito como triunfante pelos contemporâneos.²¹

Neste momento de supremacia do sistema democrático o autor afirma que os liberais haviam assumido o governo, o que dentro do sistema classificatório dele, significou que o Governo da Casa havia assumido a direção do Estado. O episódio da abdicação, entendida pelo auto como um momento de supremacia do sistema democrático, significou para ele o triunfo também dos liberais, representantes do governo da Casa, que assumiram a direção do Estado. Na descrição do que seria esse *Governo da Casa* no começo das regências, Mattos afirma que

¹⁶ COSTA, E. V. **Da Monarquia à República**: momentos decisivos. 9. ed. São Paulo: Ed. UNESP, 2010. p. 51.

¹⁷ 09 de janeiro de 1822, dia em que D. Pedro anunciou que ficaria no Brasil, contrariando as ordens das Cortes.

¹⁸ COSTA, E. V. **Da Monarquia à República**: momentos decisivos. 9. ed. São Paulo: Ed. UNESP, 2010. p. 51.

¹⁹ MATTOS, I. R. **O tempo saquarema**. São Paulo: Hucitec, 2004.

²⁰ Ibid., p. 65.

²¹ Ibid., p. 146-147.

os liberais retomaram os modelos de uma república, nos moldes romanos, como haviam feitos os revolucionários de 1789 na França, ao afirmar “[...] encontrar no povo o princípio legislador”²².

Esta retomada republicana da concepção de Estado daria outro caráter ao princípio democrático, visto que implicaria na manutenção das hierarquias sociais, na forma da diferenciação social entre *Povo* e *Plebe*. Assim, o segundo poderia expressar suas demandas, sem, todavia, assumir a direção do processo político.²³ De forma que, a manutenção dessas clivagens entre *Povo* e *Plebe* transmutaria este princípio - que estaria em triunfo na regência - em um princípio republicano “[...] - fosse o soberano um monarca constitucional ou uma assembleia popular -, nos termos em que ela era defendida por Rousseau; todavia, tal princípio não se confundia, necessariamente, com a forma republicana de governo.”²⁴ Ou seja, para Mattos existe uma diferença sensível, embora importante, entre os princípios democráticos e republicanos, de forma que ambos não se confundem.

Ao contrário dos citados anteriormente, a obra de Cecília Helena de Salles Oliveira fez um largo uso da imprensa na construção de sua obra *A Astúcia Liberal*.²⁵ Como já mencionado anteriormente, o trabalho teve como foco a tentativa de relacionar os interesses de mercado com as práticas políticas dos grupos da independência, tendo como personagem central em sua análise o que ela denominou de o *Grupo do Ledo*,²⁶ cujas principais expressões no debate periódico foram os jornais: *Reverbero Constitucional Fluminense*; *Correio do Rio de Janeiro*²⁷

O Grupo do Ledo, segundo a autora, teve por principais personagens: Joaquim Gonçalves Ledo, Januário da Cunha Barbosa e José Clemente Pereira.²⁸ No processo de independência, esse grupo representava o campo político que ela identificou como liberal, e estaria ligado aos interesses da produção do mercado interno, especificamente dos produtores do chamado Campos dos Goitacazes e do Recôncavo.²⁹ É importante destacar que a autora também faz um grande balanço sobre a representação do *Reverbero Constitucional Fluminense*, e da imprensa, na historiografia que a precedeu.

A autora afirmou ainda, que, no geral, estes panfletos e periódicos não haviam, até então, sido utilizados de maneira expressiva, sistemática, que revelasse sua riqueza enquanto fonte

²² MATTOS, I. R. **O tempo saquarema**. São Paulo: Hucitec, 2004. p 148.

²³ Ibid., p. 147-148.

²⁴ Ibid., p. 149.

²⁵ OLIVEIRA, C. H. L. S. **A astúcia liberal**. Relações de mercado e projetos políticas no Rio de Janeiro (1820-1824). Bragança Paulista: EDUSF: Ícone, 1999.

²⁶ Ibid., p. 107.

²⁷ Ibid., p. 106.

²⁸ Ibid., p. 6.

²⁹ Ibid., p. 67.

para o estudo do processo histórico da independência.³⁰ De forma que, quando usados, serviram mais como exemplos para formulações que foram feitas previamente do que para compor de fato as análises, o que fez com que o mesmo periódico ou panfleto tenha sido usado para fundamentar situações incoerentes entre si.³¹

Depois de fazer essa ponderação à autora retoma os exemplos de como essa documentação foi apresentada pelos autores que trataram da Independência. Começa, portanto, por Varnhagem, que fez uso dessa documentação no intuito de compor D. Pedro como um herói,³² qualificando-o como patriota liberal e monarquista constitucional a partir do *Reverbero*.³³ Também é interessante notar que Varnhagem atribuiu a João Soares Lisboa, através do *Correio do Rio de Janeiro*, a pecha de democrata;³⁴ Sodré, que trataremos ainda nesse tópico, caracterizou o jornal como de esquerda, democrático e defensor de uma independência autêntica;³⁵ Armitage os definiu liberais, partidaristas da independência que apresentavam tendências democráticas ao defender a soberania da assembleia constituinte³⁶; Oliveira Lima, chamou Ledo e seu grupo de facção ultraliberal demagoga e republicana, ligada à maçonaria, que teria se expressado no debate público através do *Revérbero Constitucional Fluminense* e o *Correio do Rio de Janeiro*³⁷; Caio Prado Junior os associou a posições populares, libertárias e democráticas³⁸; Emilia Viotti da Costa e Maria Odila da Silva Dias não apresentaram considerações sobre a imprensa, nem sobre o *Reverbero*, nem sobre Ledo³⁹; José Honório Rodrigues qualificou Ledo como central dentro do movimento da independência e líder popular; já Clemente Pereira foi tido como defensor das ideias liberais e líder da população portuguesa.⁴⁰

Por fim, Oliveira destacou que nenhuma das leituras que ela levantou deixou de tratar direta ou indiretamente do Grupo de Joaquim Gonçalves Ledo e de seus periódicos, no que toca ao peso decisivo que eles tiveram no processo de separação do Brasil do conjunto da Monarquia portuguesa.⁴¹ Em resumo, essas foram às considerações que Oliveira trouxe sobre as diversas

³⁰ OLIVEIRA, C. H. L. S. **A astúcia liberal**. Relações de mercado e projetos políticas no Rio de Janeiro (1820-1824). Bragança Paulista: EDUSF: Ícone, 1999. p. 14.

³¹ Ibid., p. 15.

³² Ibid., p. 31.

³³ Ibid., p. 15.

³⁴ Ibid., p. 33.

³⁵ Ibid., p. 15.

³⁶ Ibid., p. 26.

³⁷ Ibid., p. 39.

³⁸ Ibid., p. 46.

³⁹ Ibid., p. 47-53.

⁴⁰ Ibid., p. 57.

⁴¹ OLIVEIRA, C. H. L. S. **A astúcia liberal**. Relações de mercado e projetos políticas no Rio de Janeiro (1820-1824). Bragança Paulista: EDUSF: Ícone, 1999. p. 59.

representações que o grupo do Joaquim Gonçalves Ledo e seus periódicos, apontando ainda que eles foram representados de maneiras multifacetadas:

[...] ora como apontado como “liberal”, ora como “republicano e democrata” ora como “monarquista” ou ainda como porta-voz das aspirações “populares”. Além disso, projetou-se como vencedor e derrotado, o que recoloca, em outros termos, a interrogação acerca da complexidade dos conflitos políticos e sociais nos quais a Independência se inscreveu.⁴²

Como exposto, pela autora, as denominações que o grupo de Ledo recebeu na historiografia foram diversos, e muitas vezes conflitantes. Depois de realizar este balanço historiográfico a autora se dedicou a demonstrar como o grupo de Ledo se movimentou na sociedade portuguesa antes do processo de independência brasileira, mostrando as suas conexões de negócios e de família na Província e no Reino Unido.⁴³ Tais conexões e interesses estariam presentes em suas articulações políticas, tendo sido, portanto, forjadas ao longo de anos de relações familiares e de negócios. Assim, quando eclodiu o movimento revolucionário do Porto, o grupo de Ledo já estava articulado politicamente com os liberais de Portugal,⁴⁴ e em uma posição privilegiada nas articulações do tabuleiro político do Rio de Janeiro. Não vamos, todavia, nos aprofundar nas caracterizações específicas de cada um dos membros do Grupo de Ledo, visto que esse trabalho já foi profundamente realizado pela autora, embora ressaltamos a sua importância no entendimento da questão. As definições gerais do que havia sido o grupo dos liberais do qual Ledo foi uma das principais lideranças foi apresentado em tópico anterior. O foco, nesse momento de nosso texto, será explicitar como esses liberais atuaram nos momentos decisivos da independência brasileira.

Oliveira atribuiu ao grupo do Ledo a responsabilidade pela articulação dos movimentos que levaram a partida de Dom João VI⁴⁵; tramar a transformação da Junta Eleitoral que avaliaria a regência de Dom Pedro⁴⁶ em uma Assembleia Legislativa, tomando assim o controle do governo. Essa tomada de controle do governo, no entanto, fracassou.⁴⁷ Depois de expressar essas duas tramas, Oliveira descreve a atuação de Ledo e de seus partidários através do *Reverbero Constitucional Fluminense* que, para a autora, foi um dos meios que eles se

⁴² Ibid., p. 59.

⁴³ Ibid., p. 107.

⁴⁴ Ibid., p. 109.

⁴⁵ Ibid., p. 130.

⁴⁶ Ibid., p. 139.

⁴⁷ Ibid., p. 140-142.

utilizaram “Na consecução de seus projetos e ambições, [...] como forma de arregimentação dos segmentos de homens livres considerados aptos para o exercício do direito de voto.”⁴⁸.

A fim de investigar a atuação do *Reverbero* ela divide a atuação do jornal em duas partes, “a) Governo representativo e processo “civilizatório”⁴⁹ e “b) O movimento do fico”⁵⁰, no tópico que ela nomeou “3”. As manobras e as palavras arditas.”⁵¹. No primeiro ela descreve a produção do periódico, e as pessoas envolvidas,⁵² destacando, por exemplo, que a edição de folhetos e periódicos, pelas tipografias, envolvia uma dose de risco político, visto que eles poderiam ser processados e perseguidos pelas ideias divulgadas nos escritos anônimos.⁵³ Quanto aos posicionamentos veiculados, a autora destaca as ideias de civilização e controle social, na defesa de uma Monarquia Constitucional, com supremacia do legislativo⁵⁴, de forma a preservar progresso que havia sido conseguido desde 1808⁵⁵, e as questões econômicas, mostrando como a partir do governo representativo planejavam mudar as formas de distribuição de poder no mercado,⁵⁶ a partir do fortalecimento do mercado interno.⁵⁷

No segundo tópico, que se dedica ao dia do Fico, a autora buscou demonstrar que o periódico veiculou um discurso que afirmava que o Reino do Brasil possuía uma trajetória histórica própria, que o diferenciava das outras nações, ao mesmo tempo em que o colocava em pé de igualdade com elas.⁵⁸ A autora também afirma que é no imediatismo que é possível entender os números do *Reverbero*.⁵⁹ O cerne da questão, contudo, é apresentar neste tópico como a relação do *Reverbero* para com os liberais vintistas foi se transformando no processo de luta política.

Se no começo da circulação do jornal, em setembro de 1821, eles se apresentavam como aliados das cortes,⁶⁰ em uma postura de apoio a partida de Dom Pedro,⁶¹ ao longo da disputa política no Rio de Janeiro eles assumiram uma postura de ambiguidade para com a partida do

⁴⁸ OLIVEIRA, C. H. L. S. **A astúcia liberal**. Relações de mercado e projetos políticas no Rio de Janeiro (1820-1824). Bragança Paulista: EDUSF: Ícone, 1999. p. 149.

⁴⁹ Ibid., p. 148.

⁵⁰ Ibid., p. 170.

⁵¹ Ibid., p. 148.

⁵² Ibid., p. 149.

⁵³ Ibid., p. 150.

⁵⁴ Ibid., p. 155.

⁵⁵ Ibid., p.151-152.

⁵⁶ Ibid., p. 154.

⁵⁷ Ibid., p. 155.

⁵⁸ Ibid., p. 172.

⁵⁹ Ibid., p. 172.

⁶⁰ Ibid., p. 174.

⁶¹ Ibid., p. 182.

príncipe.⁶² Transmutando, inclusive, sua posição de apoio as cortes em uma em favor da regência de Dom Pedro, quando suas tentativas de formar uma junta que o substituísse fracassaram.⁶³ Por fim, a autora ainda destaca que ao mesmo tempo em que o *Reverbero* apoiava a constituição das juntas provinciais eleitas, eles defendiam o papel do Rio de Janeiro como o centro de um Brasil unificado,⁶⁴ e que em finais de maio de 1822, a luta política do grupo do Ledo migrou do *Reverbero* ao *Correio do Rio de Janeiro* devido às alianças que fizeram com os conservadores na sequência da adesão ao Fico.⁶⁵

Com a migração da luta política do grupo de Ledo para o *Correio do Rio de Janeiro* o *Reverbero Constitucional Fluminense* amansou suas críticas ao governo de Dom Pedro, e entrou em uma nova fase de publicação na tipografia nacional.⁶⁶ Dessa forma, Oliveira reduziu seu foco no periódico, dividindo-o com as publicações do correio, realizando o mesmo movimento de análise em que traçava as ligações dos posicionamentos políticos do grupo de Ledo com seus interesses de mercado. Nesta nova fase da análise, que se encontra em seu último capítulo, a autora buscou compreender a atuação do grupo de Ledo em basicamente três temas: A propriedade como fundadora da Cidadania⁶⁷; o sistema eleitoral⁶⁸; o fracasso da conspiração.⁶⁹

Na questão da cidadania, Oliveira descreve a Campanha pela adoção de uma Assembleia Constituinte que permitisse reorganizar o governo e garantir a supremacia de uma assembleia eleita.⁷⁰ Descreve a sua campanha pela manutenção da união com Portugal, mostrando que naquele momento a palavra “independência” não se convertia em uma declaração de separação de Portugal, mas em uma afirmação da autonomia dentro do Reino Unido.⁷¹ Foi o desenvolvimento do processo político ao longo de 1822 que transformou essa posição de união em uma de rompimento entre os reinos.⁷² Aponta também que o grupo do Ledo realizou críticas às ordens religiosas, por elas deterem terras que os periodistas consideravam “ociosas”. A

⁶² OLIVEIRA, C. H. L. S. **A astúcia liberal**. Relações de mercado e projetos políticas no Rio de Janeiro (1820-1824). Bragança Paulista: EDUSF: Ícone, 1999. p. 185.

⁶³ Ibid., p. 185.

⁶⁴ Ibid., p. 179-180.

⁶⁵ Ibid., p. 196.

⁶⁶ Ibid., p. 196.

⁶⁷ Ibid., p. 197-233.

⁶⁸ Ibid., p. 233-271.

⁶⁹ Ibid., p. 271-300.

⁷⁰ Ibid., p. 197.

⁷¹ Ibid., p. 198.

⁷² Ibid., p. 202.

autora afirma que essa crítica é essencial para a compreensão das clivagens sociais, entre os cidadãos e não cidadãos, que foram veiculados pelos periódicos de Ledo.⁷³

Essas clivagens sociais dentro do povo, entre cidadãos e não cidadãos, precisa ser entendida para que possamos dar continuidade na análise. Elas, as clivagens, foram baseadas na ideia de que por contra da “igualdade natural entre todos os homens” nem todos poderiam fazer parte do corpo de decisões da nação; portanto, somente aqueles que tivessem condições de superarem a subsistência material teriam capacidade de livremente tomar as melhores decisões para o conjunto da sociedade.⁷⁴ De forma que a abolição de proteções tradicionais que as populações mais pobres gozavam dentro da sociedade era a condição necessária para que estes se liberassem e participassem da sociedades civil, visto que a dependência dessas proteções os transformavam em escravos das necessidades da vida.⁷⁵ A revogação dessas instituições tradicionais, além de fornecer uma liberalização da terra, liberaria também contingentes populacionais que seriam integrados as forças produtivas.⁷⁶

O principal local aonde este processo de clivagens sociais veio a se expressar, e acabou por definir a vitória ou derrota no controle do processo político de 1822 foi nas definições em torno do sistema eleitoral. Neste Ledo e seu partido se posicionaram na defesa da implantação do voto direto como forma de garantir o controle da assembleia constituinte que havia sido convocada.⁷⁷ Reivindicaram um modelo eleitoral de base proporcional, que incluísse o recenseamento das províncias⁷⁸, que acabaria por alargar a base de eleitores. De forma que os pequenos negociantes, lavradores, proprietários de terra e recém-imigrados que diziam representar lhes garantisse a supremacia do controle do governo e, por consequência, os possibilitaria colocar em prática os seus planos republicanos.⁷⁹ Com essa base eleitoral alargada, e o controle da assembleia, eles pretendiam domar o príncipe e colocá-lo sob seu controle.⁸⁰ Contudo, o grupo de Ledo não teve forças para implantar tal sistema, de forma que prevaleceu o posicionamento dos ministros ligados a José Bonifácio e Nogueira Gama, que implantaram um sistema de votação indireto, que atingia em cheio as bases de sustentação do

⁷³ OLIVEIRA, C. H. L. S. **A astúcia liberal**. Relações de mercado e projetos políticas no Rio de Janeiro (1820-1824). Bragança Paulista: EDUSF: Ícone, 1999. p. 209-210.

⁷⁴ Ibid., p. 209-210.

⁷⁵ Ibid., p. 210.

⁷⁶ Ibid., p. 210.

⁷⁷ Ibid., p. 233.

⁷⁸ Ibid., p. 234-235.

⁷⁹ Ibid., p. 250.

⁸⁰ Ibid., p. 243-244.

grupo de Ledo. Ou seja, por ação dos ministros foi imposto um sistema que marginalizou esses grupos do processo eleitoral.⁸¹

Por fim, na última parte do capítulo, Oliveira descreve a reação do partido de Ledo à derrota sofrida em torno das definições do sistema eleitoral, quando não mais publicavam o *Reverbero* e limitavam sua atuação na imprensa ao *Correio do Rio de Janeiro*.⁸² Não realocavam mais seus esforços na tentativa de conseguir maioria na assembleia a ser instaurada em 1823, já que isso havia se tornado impossível devido à instalação das eleições indiretas, mas sim no conflito aberto com o “partido ministerial”⁸³. Contudo, a via militar também fracassou, visto que as articulações pelo enfrentamento armado foram reveladas ao ministério de José Bonifácio antes que elas se concretizassem.⁸⁴

A reação do ministério foi dura. Reorganizou-se as tropas, a fim de impedir que elas se unissem a conspiração dos liberais, bem como o ministério de forma a excluir os liberais.⁸⁵ Por fim, organizou-se Devassa em 2 de novembro de 1822.⁸⁶ A autora afirma ainda que é provável que o plano de reação à conspiração de Ledo havia sido planejado com antecedência, visto que as reações aos liberais foram desencadeadas de maneira rápida e articulada.⁸⁷ Na imprensa recorreram à edição de folhetos a fim de minar as influência de suas posições entre os seus representados.⁸⁸ É interessante notar que no momento em que Oliveira debate estes enfrentamentos entre os partidários de Ledo e de Bonifácio, ela faz uma consideração bastante pertinente para o nosso trabalho, acerca do vocabulário que estava sendo empregado pelos dois grupos em disputa. Afirmando que:

No entanto, em outubro e novembro de 1822, as manifestações discursivas construídas pelos contendores da luta política aniquilaram a emergência de interesses contraditórios. A guerra e a disputa pelo poder exteriorizaram-se através da representação de um embate entre dois grupos antagônicos, que se acusavam mutuamente de “traidores” do Império. Ambos qualificavam a si próprios como “monarquistas constitucionais”, defensores da autoridade do Imperador e representantes da “vontade geral do povo” e suas palavras faziam crer que a nova autoridade pública achava-se constituída, como se naquele momento, de fato e de direito, a “unidade da nação”. A questão é a que as versões produzidas por eles **exprimiam a disposição de construir os fundamentos jurídicos do Império** e a vontade política de que D. Pedro

⁸¹ OLIVEIRA, C. H. L. S. **A astúcia liberal**. Relações de mercado e projetos políticas no Rio de Janeiro (1820-1824). Bragança Paulista: EDUSF: Ícone, 1999. p. 255.

⁸² Ibid., p. 271-272.

⁸³ Ibid., p. 273.

⁸⁴ Ibid., p. 274.

⁸⁵ Ibid., p. 275-276.

⁸⁶ Ibid., p. 279.

⁸⁷ Ibid., p. 280.

⁸⁸ Ibid., p. 286.

viesse a representar a “nação unificada”. No momento em que se verificava a luta armada na Corte, o Império e a autoridade pública de D. Pedro estavam em processo de delineamento e o movimento de “constituição da sociedade civil” e de conformação das leis que deveriam regê-la permanecia indefinido e indeterminado.⁸⁹

Para Oliveira, é neste contexto que se inserem as acusações de republicanismo que o grupo dos Andrada dirigiam ao grupo do Ledo.⁹⁰ A resposta do grupo de Ledo era chamar os Andrada de servis, afirmando que jamais seriam republicanos, visto que havia trabalhado incessantemente pela forma de governo Monárquico Constitucional.⁹¹ Ou seja, Oliveira enxerga que o vocabulário político foi usado, neste momento, de forma a mascarar estes conflitos de concepção do que seria o Império e de desejo de domínio do Estado que estava se construindo. A autora aponta ainda que entre o final de outubro e começo de novembro de 1822, os principais conspiradores de Ledo já haviam se refugiado do Rio.⁹²

O saldo do desmantelamento da conspiração foi o racha do grupo de Ledo, com José Clemente Pereira negando sua vinculação, depois de perder a posição de presidente do Senado da Câmara no mês de novembro;⁹³ para Ledo significou a vitória dos absolutistas contra os verdadeiros liberais, e a perda de sua posição como Procurador-Geral da província;⁹⁴ para os conservadores a derrota de uma facção de anarquistas, demagogos e republicanos⁹⁵ e a reintegração dos Andrada ao ministério.⁹⁶

Segundo Oliveira, este conflito de finais de 1822 foi tratado pela imprensa como um conflito entre José Bonifácio e Gonçalves Ledo.⁹⁷ Essa interpretação foi retomada por João Soares Lisboa em julho de 1823,⁹⁸ invertendo-se as qualificações que haviam sido dadas as personagens do conflito, fazendo um elogio à atuação de Ledo, e denunciando a atuação de Bonifácio, levantando ainda que essa versão invertida acerca dos acontecimentos de novembro foi veiculada quando os Andrada não mais estavam no ministério.⁹⁹ Ou seja, ela aponta a mudança da representação dessas personagens na cena periódica com a mudança na correlação em um momento onde as forças políticas da corte já haviam se rearranjando e os Andrada já

⁸⁹ OLIVEIRA, C. H. L. S. **A astúcia liberal**. Relações de mercado e projetos políticas no Rio de Janeiro (1820-1824). Bragança Paulista: EDUSF: Ícone, 1999. p. 283. (grifo nosso)

⁹⁰ Ibid., p. 283.

⁹¹ Ibid., p. 284.

⁹² Ibid., p. 284.

⁹³ Ibid., p. 284-285.

⁹⁴ Ibid., p. 285.

⁹⁵ Ibid., p. 285.

⁹⁶ Ibid., p. 288.

⁹⁷ Ibid., p. 288.

⁹⁸ Ibid., p. 289.

⁹⁹ Ibid., p. 290-291.

não ocupavam o centro do poder do Império, e que as forças de Ledo haviam conseguido recuperar algum protagonismo na cena pública.¹⁰⁰

A retomada desta versão sobre os acontecimentos por Oliveira nos é importante na medida em que ela também comenta a memória que vai ser produzida sobre este episódio por José da Silva Lisboa, o Visconde de Cairu. Nesta versão, produzida entre 1827 e 1830¹⁰¹, autora recupera que o Visconde reproduziu a memória de Soares Lisboa, atacando a atuação dos Andrada nos conflitos do fim de outubro e começo de novembro, e retira as acusações que havia proferido contra Ledo e seu grupo de que seria: “[...]‘demagogo’ e ‘republicano’[...]”¹⁰², de forma a criticar “[...] de modo muito mais veemente os Andrada do que qualquer outro protagonista e fazendo crer que, apesar de ‘patriotas’, nutriam ‘rancor aos portugueses’ e um ‘exagerado amor pelo mando’, que teria degenerado em absolutismo”¹⁰³. Isso nos mostra que esses qualificantes de republicanismo e absolutismo tiveram diversas acepções ao longo do tempo.

Por fim, cabe destacar que a autora tenta explicar a mudança de posição de Ledo e seu grupo após as derrotas sofridas em no final de 1822, uma vez que essas acabaram por provocar o realinhamento deles ao grupo de Nogueira Gama, ex-aliado de José Bonifácio.¹⁰⁴ A aliança foi feita de forma a preservar as posições de Ledo no mercado e preservar alguma parcela de poder, o que fez que eles negassem, segundo a autora, neste momento, sua disposição de implantar um governo republicano.¹⁰⁵ Essa nova aliança com os antigos inimigos, fez com que Soares Lisboa se deligasse do grupo de Ledo, se associando então aos liberais do Norte, como Cipriano Barata e Frei Caneca, ainda em busca da implantação de um governo republicano.¹⁰⁶ Devido ao realinhamento, todos os envolvidos nos processos de fim de 1822 foram absolvidos, com exceção de João Soares Lisboa.¹⁰⁷

Vejamos então como os materiais e temas que estamos trabalhando no período aparecem na obra de Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves, *Corcundas e Constitucionais: A cultura política da independência (1820 – 1822)*.¹⁰⁸ Como já comentamos no primeiro capítulo, a autora teve como objetivo reconstruir a cultura política do momento da independência

¹⁰⁰ OLIVEIRA, C. H. L. S. **A astúcia liberal**. Relações de mercado e projetos políticas no Rio de Janeiro (1820-1824). Bragança Paulista: EDUSF: Ícone, 1999. p. 291-292

¹⁰¹ Ibid., p. 292.

¹⁰² Ibid., p. 293.

¹⁰³ Ibid., p. 293.

¹⁰⁴ Ibid., p. 295-296.

¹⁰⁵ Ibid., p. 295.

¹⁰⁶ Ibid., p. 296.

¹⁰⁷ Ibid., p. 299-300.

¹⁰⁸ NEVES, L. M. B. P. **Corcundas e Constitucionais: a cultura política da Independência (1820-1822)**. Rio de Janeiro: Revan: FAPERJ, 2003.

brasileira, e tem um amplo trabalho de avaliação tanto sobre os personagens, quanto dos impressos daquele período; impressos estes que colocaram como fundamentais na emergência da cultura política do período. Para além do que já apontamos anteriormente, seria importante retomar como a autora descreve alguns conceitos que analisamos nos capítulos III e IV, que se centram nos vocábulos constitucional, despótico e república.

A autora começa sua análise sobre ele fazendo mais um apontamento acerca da importância dos impressos na disseminação da nova cultura política que estava se formando por consequência da Revolução do Porto. Cultura Política que teria como fundamento os “[...] princípios básicos da Ilustração portuguesa”¹⁰⁹ e que teve como importante veículo de disseminação os panfletos e periódicos que circularam no período. Ainda segundo a autora, esses impressos, e por consequência a cultura política do período, teriam se pautado pelo uso de dois conceitos que eram opostos, mas organizariam o debate: Constitucional/liberalismo e Despotismo.¹¹⁰ Nos escritos selecionados por nós, organizados no capítulo III e IV, encontramos essa dualidade entre despóticos e constitucionais, mas apresentamos uma interpretação que discorda da apresentada pela autora. De toda forma, vejamos como Neves tratou de três conceitos que buscamos em nossa pesquisa: Despotismo; Constituição; República.

O primeiro dos conceitos que ela tratou foi o *despotismo*. A autora o caracteriza como a “[...] principal palavra negadora da liberdade que os veículos da cultura política luso-brasileira tentaram divulgar.”¹¹¹, o que concordamos, e “O conceito exprimia a ideia de um poder ilimitado baseado **exclusivamente** na vontade de **um** soberano.”¹¹², o que concordamos em partes, como pode ser observado nas considerações que fizemos sobre o jogo linguístico entre constitucional e despótico também no capítulo III, visto que o conceito também foi direcionado aos arbítrios que poderiam vir dos povos. Para além desta conceituação básica também é importante salientar que a autora aponta que este conceito manteve relações com outros termos, em especial: “[...] tirania, arbitrariedade, poder absoluto, Antigo Regime, opressão, servilismo e escravidão.”¹¹³; destacamos aqui que a autora não levantou a associação que foi feita da palavra despotismo com a palavra anarquia.

¹⁰⁹ NEVES, L. M. B. P. **Corcundas e Constitucionais**: a cultura política da Independência (1820-1822). Rio de Janeiro: Revan: FAPERJ, 2003. p. 119.

¹¹⁰ Ibid., p. 119.

¹¹¹ Ibid., p. 119.

¹¹² Ibid., p. 120. (grifo nosso)

¹¹³ Ibid., p. 121.

Na imprensa, tanto a periódica quanto a panfletária, Neves afirma que o conceito foi veiculado largamente. De forma que teria sido usado para descrever um governo que gozaria de autoridade ilimitada, e poderia dispor livremente da vida e dos bens dos cidadãos.¹¹⁴ Na forma de apresentação ele teria sido usado por essa imprensa de maneira figurada, com o uso recorrente de metáforas.¹¹⁵ A autora também salienta que o conceito foi usado para descrever as causas para todos os males o qual o Reino Unido estaria passando, e foi o principal inimigo a ser combatido pelos impressos do período.¹¹⁶

Neves também pontua que há uma diferença entre as mobilizações que foram feitas do conceito entre os escritos brasileiros e portugueses. Em Portugal esse conceito teria se direcionado sempre como referência ao antigo regime, utilizado para fazer a crítica aos governos anteriores à Revolução¹¹⁷. No Brasil, o conceito teria sido direcionado contra os Áulicos, em 1821, e em 1822 com o acirramento entre os posicionamentos entre brasileiros e portugueses no congresso de Lisboa, se direcionando diretamente as Cortes Constitucionais, a fim de descrever sua tentativa de reestabelecer o sistema colonial, o que deu origem no Brasil ao termo despostas constitucionais.¹¹⁸

Sobre a Constituição, que seria o outro ponto de debate que teria se organizado a cultura política, Neves afirma que ela foi pautada nos três princípios: Liberdade, igualdade e fraternidade.¹¹⁹ Cada um deles relacionado a um aspecto específico do novo governo constitucional que estava em vias de implantação depois da Revolução Constitucionalista. A liberdade, sendo a mais importante delas, estava diretamente ligada ao trunfo da Revolução e era símbolo dos novos tempos;¹²⁰ a igualdade seria a segunda mais importante, e se ligaria a noção de igualdade jurídica entre os cidadãos;¹²¹ a fraternidade seria a mais rara entre as três, e se referia à nova era de tolerância que a Revolução veio a inaugurar.¹²²

Das três, a que Neves mais se dedicou a mostrar é, sem dúvidas, a liberdade. Visto que a liberdade foi elemento central dentro dos impressos que ela analisou. Ela ainda afirma que: “O triunfo do liberalismo ganhou forma nos jornais e folhetos, por meio de um instrumento que realizava, na prática, esse ideário político: **A Constituição**.”¹²³ Observamos também que

¹¹⁴ NEVES, L. M. B. P. **Corcundas e Constitucionais: a cultura política da Independência (1820-1822)**. Rio de Janeiro: Revan: FAPERJ, 2003. p. 121.

¹¹⁵ Ibid., p. 121.

¹¹⁶ Ibid., p. 121.

¹¹⁷ Ibid., p. 125.

¹¹⁸ Ibid., p. 125-126.

¹¹⁹ Ibid., p. 141.

¹²⁰ Ibid., p. 141-143.

¹²¹ Ibid., p. 141.

¹²² Ibid., p. 141.

¹²³ Ibid., p. 148.

autora afirma que a Constituição foi o elemento central da disputa política, sendo o centro dos debates que foram realizados por meios dos periódicos e panfletos, uma vez que essa palavra exprimia: “[...] o anseio político de todos os membros das elites política e intelectual, tanto do Brasil, quanto de Portugal. “Cortes e Constituição” foi o “grito dos portugueses” que ecoou por todo o mundo luso e retumbou em terras brasileiras”.¹²⁴

Assim, a autora aponta que este foi um conceito que teve usos inclusive excessivos durante os debates impressos, dando como exemplo que o *Reverbero Constitucional Fluminense*, que teria usado o termo 34 vezes em seus primeiros 5 números.¹²⁵ Este uso exaustivo do conceito, seria devido a uma preocupação da imprensa em explicar e difundir aos seus leitores o seu significado político, direcionando, segundo Neves, às classes mais baixas da sociedade portuguesa e trazendo diversos exemplos de autores que tratavam sobre um governo constitucional, como Benjamin Constant.¹²⁶

Outra pontuação importante que ela faz é a de que a elite coimbrã e a elite brasiliense não compartilhavam o mesmo tipo de constitucionalismo,¹²⁷ visto que em torno do conceito teriam se organizado os direitos e deveres de cada uma das partes constituintes da monarquia. Isto se referiria tanto em termos sociais, ou seja, como se daria a ordem social do novo regime, quanto em termos políticos, delimitando quais eram as atribuições dos diferentes entes que a compunham, como se daria sua administração interna e qual seria o seu grau de autonomia.¹²⁸ De forma que foi visto pela autora como a palavra que “[...] reunia em si todos os atributos capazes de solucionar os principais problemas que conhecia o mundo luso-brasileiro, até o início dos oitocentos.”¹²⁹

Sobre a Constituição, é necessário ainda fazer um último apontamento, uma vez que a autora faz uma síntese do que considera os valores que dominam na cultura política do mundo luso-brasileiro a partir do conceito e que transcrevemos:

Os principais valores da cultura política do mundo luso-brasileiro eram aí definidos: uma monarquia constitucional, que continuava aliada à Igreja, colocada doravante inteiramente a seu serviço, pois ainda se fazia necessária à doutrina cristã para maior controle dos cidadãos; uma sociedade em que reinavam os homens ilustrados cujo papel consistia em orientar a opinião do povo; uma liberdade que não ultrapassasse os direitos alheios e uma

¹²⁴ NEVES, L. M. B. P. **Corcundas e Constitucionais: a cultura política da Independência (1820-1822)**. Rio de Janeiro: Revan: FAPERJ, 2003. p. 148.

¹²⁵ Ibid., p. 148.

¹²⁶ Ibid., p. 149.

¹²⁷ Ibid., p. 150.

¹²⁸ Ibid., p. 150-151.

¹²⁹ Ibid., p. 151.

igualdade restrita ao plano da lei. Era a visão de um mundo em que a secularização ainda estava incompleta [...].¹³⁰

Ou seja, para Neves, toda a Cultura Política do período se organizava em torno de como implantar uma monarquia constitucional. Dada essa concepção, de que o cerne do debate era a questão constitucionalista, vejamos então como o termo *república* se mobilizou dentro desta Cultura Política que a autora descreve.

República, para Neves, foi um conceito utilizado em conjunto com a palavra democracia, e manteria com ela um sentido quase indistinguível.¹³¹ Ambas representavam formas de enfrentamento às instituições as quais ela chamou de “tradicionais”. Assim, democracia e república descreveriam um regime político de caráter representativo extremado¹³², divergente da monarquia, de forma que os periodistas as teriam representado como um regime tão ruim quanto o Antigo Regime, pois também se degeneraria em tirania.¹³³ A autora também destaca que, tanto a democracia quanto a república, seriam um espécie de espectro que aterrorizava o espectro político da independência, sempre mobilizado como risco iminente a ser combatido para que se preservasse a ordem.¹³⁴ Apresentando também um sentido distinto “[...] daquele relacionado à longa tradição republicana características do pensamento europeu do século XVI e XVIII”¹³⁵. Por fim, a autora destaca que um grupo de periodistas que pertenciam a Elite Brasiliense, foi perseguido no final de 1822, acusados de republicanismo.¹³⁶

Falemos então do trabalho de Renato Lopes Leite, *Republicanos e libertários*¹³⁷, que escreve especificamente deste grupo que foi acusado de republicanismo. São eles os mesmos que Oliveira chamou de *Grupo do Ledo*, e que Leite afirmou defenderem de fato a implantação de uma república. O estudo de Lopes está fortemente baseado no uso de impressos, e tem uma leitura dos fatos em torno do dia do Fico semelhante à de Oliveira, apresentando também que o grupo de Ledo planejava despachar o regente Dom Pedro a Portugal, em cumprimento as determinações das cortes de Lisboa. Sua abordagem difere de Oliveira na medida em que não se concentra em tentar estabelecer nexos entre interesses de mercado e atuação política. O trabalho também tem uma mudança de enfoque quanto aos personagens, visto que a principal

¹³⁰ NEVES, L. M. B. P. **Corcundas e Constitucionais: a cultura política da Independência (1820-1822)**. Rio de Janeiro: Revan: FAPERJ, 2003. p. 151.

¹³¹ Ibid., p. 192.

¹³² Ibid., p. 192.

¹³³ Ibid., p. 192.

¹³⁴ Ibid., p. 193.

¹³⁵ Ibid., p. 193.

¹³⁶ Ibid., p. 194.

¹³⁷ LEITE, R. L. **Republicanos e libertários: pensadores radicais no Rio de Janeiro (1822)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

figura em que se concentra em toda a obra é a de João Soares Lisboa, redator do *Correio de Rio de Janeiro*, personagem que o autor afirma ter sido ignorado pela história e pela historiografia oficial.¹³⁸

Também é importante destacar, como o próprio nome da obra afirma, que o principal enfoque do livro é demonstrar os conteúdos de republicanismo que estariam em circulação nos debates políticos do Rio de Janeiro nos anos da independência, em especial no ano de 1822, visto que o autor considerou este o ano em que a documentação se mostrou mais rica.¹³⁹ Demonstrou também o porquê ele considera aqueles escritores que elencou como projetores deste republicanismo.

Leite inicia sua obra com uma breve narração dos eventos que também foram descritos por Oliveira, mostrando a atuação de João Soares Lisboa, e do grupo de Ledo em prol da convocação de uma Assembleia Constituinte por meio do voto direto. Não entra aqui nos méritos desta convocação, apenas pontua a importância de João Soares Lisboa para a convocação da assembleia por meio do texto da *Representação do Povo do Rio de Janeiro*, e mostra aqueles que haviam assinado a representação junto com Lisboa. Segundo Leite, por meio do *Correio do Rio de Janeiro*, nº62, página 254, assinaram a representação:

[...] primeiramente, o jornalista Joaquim Gonçalves Ledo; em segundo lugar, o desembargador e Presidente do Senado da Câmara do Rio de Janeiro, José Clemente Pereira; em terceiro lugar, o padre, jornalista e professor de filosofia Januário da Cunha Barbosa; em quarto, o padre Antônio João Lessa; em quinto, o jornalista libertário já referido, João Soares Lisboa; e em sexto lugar, o desembargador Bernardo José da Gama. Essa revelação, em ordem de importância, é publicamente divulgada pelo próprio João Soares Lisboa, que, naquela noite, se encontravam também na Tipografia “(...) vários assistentes que não quiseram tomar parte ativa da empresa, que muita gente julgava arriscada e de tristes consequências”.¹⁴⁰

Ele fez essa apresentação a fim de traçar um perfil das pessoas que se relacionavam com tal personagem e exprimiam tal projeto republicano. Também é importante salientar que logo no começo ele traz uma definição do que quer dizer por libertário ao descrever João Soares Lisboa com tal termo. Segundo Leite o uso do termo *libertário* estaria relacionado a uma das

¹³⁸ LEITE, R. L. **Republicanos e libertários: pensadores radicais no Rio de Janeiro (1822)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. p. 12.

¹³⁹ Ibid., p. 11.

¹⁴⁰ Ibid., p. 19.

principais características que ele vai atribuir ao pensamento republicano do momento da independência, a chamada liberdade como “não dominação”, da qual falaremos adiante.¹⁴¹

Os resultados da união destas pessoas para a convocação de uma Assembleia Constituinte a partir do voto direto já foram descritos por Oliveira, não havendo grandes diferenças na interpretação dos episódios entre os dois autores. O grupo de Ledo, e nele João Soares Lisboa, que pretendia que essa Assembleia fosse eleita a partir do voto direto, não conseguiu fazer esse pleito ser efetivado e foram perseguidos por isto. A novidade trazida no trabalho de Leite é afirmar que as autoridades deram grande importância à associação de Lisboa e Ledo para que a convocação da Assembleia se efetivasse,¹⁴² e traz a tona com mais firmeza a acusação de que essas personalidades sofreram de republicanismo: “Ele [João Soares Lisboa], Ledo, José Clemente Pereira e os outros *republicanos* foram acusados em 30 de outubro [1822], de conspiração para mudar a forma de governo.”¹⁴³

Como foi dito, neste processo, no qual Ledo e seus partidários foram acusados de republicanismo, todos foram absolvidos, com exceção de João Soares Lisboa.¹⁴⁴ Ele se exilou em Buenos Aires desde o desmantelamento da conspiração, e foi preso em 1823 quando retornou ao Rio de Janeiro; Lisboa publicou seu jornal de dentro da cadeia. Após a condenação foi oferecida a ele a absolvição em troca de um novo exílio, João Soares Lisboa aceitou a proposta e teria partido do Brasil caso não tivesse descumprido sua parte na barganha e ido a Pernambuco aderir à revolta da Confederação do Equador, na qual foi morto em combate no dia 1º de outubro de 1824.¹⁴⁵

Para traçar o perfil dos republicanos da independência, Leite se utilizou do expediente de confronto entre os escritos de Frei Caneca, José da Natividade Saldanha, Cipriano Barata e João Soares Lisboa.¹⁴⁶ O autor abriu as discussões sobre o tema se perguntando se Frei Caneca teria sido de fato republicano, visto que em seus escritos o Frei nunca se arrogou tal denominação. O autor chama ainda a atenção para vários momentos da trajetória do Frei como publicista, na qual ele fez elogios a Monarquia Constitucional, bem como ao Príncipe Regente, Dom Pedro; tais feitos dificultariam, segundo o autor, a percepção do que seria o republicanismo de Caneca.¹⁴⁷

¹⁴¹ LEITE, R. L. **Republicanos e libertários: pensadores radicais no Rio de Janeiro (1822)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. p.18.

¹⁴² Ibid., p. 25.

¹⁴³ Ibid., p. 26.

¹⁴⁴ Ibid., p. 27.

¹⁴⁵ Ibid., p. 27.

¹⁴⁶ Ibid., p. 12.

¹⁴⁷ Ibid., p. 32.

Ao fazer este perfil, o autor afirma que o uso do termo república raramente aparece nos jornais do período da independência, sendo que foi nos escritos de Frei Caneca onde tal conceito teve um uso mais definido.¹⁴⁸ Afirma ainda que o termo república carregava em si uma acepção negativa dentro do debate público empregado no período, de forma a ser associado a termos como anarquista e carbonário, fazendo com que em alguns momentos o termo república, cru, fosse usado como ofensa.¹⁴⁹

Lopes vê na defesa da Monarquia Constitucional por Frei Caneca como uma forma de mascarar sua defesa de um regime republicano. Isso por que por meio deste sistema de governo, seria possível a garantia dos principais valores que eram caros à Caneca. E quais valores seriam esses? os direitos individuais; a representatividade e a separação de poderes; um sistema de pesos e contrapesos no estilo Montesquieu. Não se atinha, portanto, ao rótulo de uma república.¹⁵⁰

A república seria para o personagem, segundo Lopes, o regime de governo mais livre possível.¹⁵¹ A disposição de rompimento com a monarquia, com a proclamação de uma república só teria vindo após a dissolução da Assembleia Constituinte, em novembro de 1823.¹⁵² No essencial estava a preservação do pacto constitucional que havia sido formado pela Assembleia, na qual se mantinha a unidade do Império. Dissolvendo-se a Assembleia, dissolvia-se o pacto, e as províncias estariam livres para decidirem individualmente seus caminhos.¹⁵³ A partir desses dois postulados, Leite afirma que Caneca definia o regime republicano essencialmente como um regime das leis, em comparação ao outro regime possível, o do despotismo, o sem leis.¹⁵⁴

Leite ainda afirma que Caneca difundia seu pensamento republicano, após a dissolução da Assembleia Constituinte, sem precisar anunciar o sistema em si, focando-se em veicular um vocabulário federalista.¹⁵⁵ Caneca também incorporaria em seu conceito de república a ideia de ela seria sinônimo da defesa de um sistema democrático, removendo deste, em 1824, as acusações de que a defesa da democracia significaria a defesa de uma revolução - que pela memória política do período invocava os exemplos da França e do Haiti. Utilizou-se de

¹⁴⁸ LEITE, R. L. **Republicanos e libertários: pensadores radicais no Rio de Janeiro (1822)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. p. 32.

¹⁴⁹ Ibid., p. 33.

¹⁵⁰ Ibid., p. 34.

¹⁵¹ Ibid., p. 34-35.

¹⁵² Ibid., p. 37.

¹⁵³ Ibid., p. 36.

¹⁵⁴ Ibid., p. 37.

¹⁵⁵ Ibid., p. 38.

exemplos como o dos Estados Unidos, país considerado civilizado, para elogiar tanto a democracia, quanto o republicanismo.¹⁵⁶

Ao fazer essa associação entre *república* e *democracia* o autor buscou entender o que seria então um regime democrático para Caneca. Afirmou, contudo, não conseguir encontrar detalhes para além da discussão de que o poder deveria se fundamentar de maneira constitucional e representativa.¹⁵⁷ Não encontrando maiores detalhes de como seriam reguladas as relações entre os cidadãos e as instituições, recorreu às concepções de Soares Lisboa, Natividade Saldanha e Barata para afirmar que Caneca provavelmente defenderia a adoção do modelo de voto direto e não censitário.¹⁵⁸ A partir desta concepção de Caneca, o autor passou a descrever os posicionamentos de seus companheiros.

Sobre João Soares Lisboa, Leite afirma que ele teria defendido modelo de governo representativo, que buscava a preservação dos direitos do cidadão e do monarca. Contudo, a defesa dele da adoção de uma monarquia não seria incondicional, visto que em 1824 ele estaria com os republicanos em Pernambuco;¹⁵⁹ sobre Cipriano Barata, o autor destacou que o conteúdo federalista de seu discurso, afirmando que ele era republicano; sobre os autores como um todo, o autor destaca que a forma de governo republicana se tornou uma opção viável após o fechamento da Assembleia Constituinte de 1823.¹⁶⁰

Depois de apresentar o que seriam essas concepções das suas personagens republicanas, o autor se dedica a problematizar o termo república do período. Para isso, recuperou a tradição do republicanismo que foi desenvolvida no século XVIII, que retomava o republicanismo da antiguidade clássica.¹⁶¹ Afirma que, no Brasil, o entendimento desta tradição passaria por três problemas fundamentais:

(1º) Porque os movimentos que expressam uma influencia do republicanismo [...] se manifestam historicamente por meio espasmos de fluxo e refluxo, aparentemente esporádicos e territorialmente desconexos?”¹⁶²; “(2º) Por que há, em 1822, um compromisso monárquico-constitucional dos republicanos para com o príncipe regente?”¹⁶³; “(3º) Por que os intelectuais brasileiros negligenciam a existência do republicanismo da Independência, duvidando de sua importância e eficácia histórica?”¹⁶⁴.

¹⁵⁶ LEITE, R. L. **Republicanos e libertários: pensadores radicais no Rio de Janeiro (1822)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. p. 39.

¹⁵⁷ Ibid., p. 40.

¹⁵⁸ Ibid., p. 41.

¹⁵⁹ Ibid., p. 42-43.

¹⁶⁰ Ibid., p. 45.

¹⁶¹ Ibid., p. 49.

¹⁶² Ibid., p. 49-50.

¹⁶³ Ibid., p. 51.

¹⁶⁴ Ibid., p. 52.

A primeira das três perguntas o autor não se propõe a responder. Ele afirma apenas que o republicanismo aparece na história brasileira de maneira esporádica e esparsa em revoltas, podendo ser usada como chave de leitura das revoltas anticoloniais. Lançando ainda mais uma pergunta em cima da primeira: “[...] o Sete de Setembro deveria ser visto como um movimento contrário ao republicanismo. Ou como uma tentativa de calar e neutralizar os movimentos de manifestação mais popular, e não como ‘a’ Independência?”¹⁶⁵.

Em relação à segunda pergunta o autor afirma que isso é um falso problema, retomando a interpretação de Oliveira, embora sem citá-la, de que o Fico não foi uma unanimidade entre as forças políticas brasileiras.¹⁶⁶ Afirma também que o republicanismo do século XX é diferente do republicanismo dos séculos XVIII e XIX. De forma que para os pensadores do XVIII e XIX a república era basicamente um tipo de governo que misturava elementos da monarquia inglesa com elementos do republicanismo da antiguidade clássica, não havendo então contradição entre a defesa de uma monarquia constitucional e uma república concomitantemente, desde que se preservassem os instrumentos de representação política.¹⁶⁷ Como exemplo ele cita que os pensadores americanos misturavam princípios federalista com instituições como: “[...] juízes eleitos, poder aos distritos, separação de poderes complementada por um sistema de balanços, checagens e contrapesos supervisionado por corpos de magistrados [...]”¹⁶⁸.

A terceira pergunta é respondida afirmando-se que a historiografia ignorou a importância do republicanismo devido à visão monolítica que apresentava sobre os momentos da independência. Essa visão reproduz uma história oficial que tinha o 7 de setembro como fundante da nacionalidade brasileira. Isto, combina-se com o fato de que os próprios textos usados como fontes para pesquisa evitarem o uso do termo.¹⁶⁹ Afirmando por fim, que a partir das 3 perguntas seria possível traçar as bases de entendimento sobre o conceito república que estaria em circulação no período. Dessa forma, traça que os pensadores radicais do período fizeram forte campanha antimonárquica, mesmo escondendo seus postulados republicanos, atrás de ideias de governo misto e governo representativo.¹⁷⁰ Só em momentos de extrema

¹⁶⁵ LEITE, R. L. **Republicanos e libertários: pensadores radicais no Rio de Janeiro (1822)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. p. 50.

¹⁶⁶ Ibid., p. 51.

¹⁶⁷ Ibid., p. 51-52.

¹⁶⁸ Ibid., p. 51.

¹⁶⁹ Ibid., p. 52.

¹⁷⁰ Ibid., p. 53.

tensão, para Leite, os republicanos deixariam essa máscara monárquico-constitucional cair e assumiriam publicamente seu republicanismo.¹⁷¹

Depois destas considerações sobre a república o autor retoma a questão da cidadania, apresentado o conceito veiculado pelo seu grupo de republicanos. Afirma que o grupo apresentava uma formulação de cidadania que distinguia o republicanismo brasileiro dos seus pares americanos, visto que se expandia a possibilidade de participação política.¹⁷² Afirma ainda que estes escritores brasileiros, ao defenderem esse alargamento da cidadania, com a inclusão de ex-escravos no processo político, estariam agindo de maneira extremamente radical para o período.¹⁷³

Leite dedicou-se, após findar as discussões sobre os conceitos de república e cidadania, a mostrar como as personalidades que ele elencou como republicanos vão se movimentar no jogo político da independência. Para isso, ele elencou alguns cenários chaves da definição do processo de independência, especificamente descrevendo: O clima geral da época; a revolta da praça do comércio; a insubordinação do batalhão português em 5 de julho; o jantar dos redatores do *Reverbero*; a recepção dos decretos pedindo a partida de Dom Pedro; o debate sobre o envio de tropas ao Brasil; o Fico. No geral essas interpretações não apresentam resultados muito diferentes dos apresentados por Oliveira, mas partem de documentação diversa, sendo a maior parte dos relatos construídos a partir de depoimentos e da bibliografia que elencou.

Leite destacou em sua primeira apresentação factual que o que considera de mais notável na década de 1820 foi o que chamou de revolucionarismo. Conceito esse emprestado de Eric Hobsbwan, destacando o ambiente de ideias que circularam por meio da imprensa que considerou revolucionária, e que levou a desagregação do colonialismo ibérico.¹⁷⁴ Cita ainda o exemplo das Revoluções Pernambucana¹⁷⁵ e Espanhola¹⁷⁶ para definir o clima geral de antiabsolutismo que estaria em circulação. Depois desta brevíssima descrição do que considerou o clima da época, o autor se dedicou a apresentar a Revolta da Praça do Comércio, que denominou de massacre,¹⁷⁷ fazendo de maneira geral uma retomada da memória dos personagens que considerava republicanos naquele evento.

¹⁷¹ LEITE, R. L. **Republicanos e libertários: pensadores radicais no Rio de Janeiro (1822)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. p. 54.

¹⁷² Ibid., p. 54-55.

¹⁷³ Ibid., p. 57.

¹⁷⁴ Ibid., p. 64.

¹⁷⁵ Ibid., p. 65.

¹⁷⁶ Ibid., p. 66.

¹⁷⁷ Ibid., p. 68.

Sobre José Clemente Pereira, o autor afirmou que sua participação no episódio da praça havia lhe rendido uma acusação de republicanismo, invocando os testemunhos ouvidos no processo dos cidadãos. Essa devassa fora criada por José Bonifácio contra o grupo de Ledo no final de 1822, e que Lopes considera uma devassa especificamente contrária aos republicanos.¹⁷⁸ O testemunho invocado pelo autor para demonstrar o republicanismo de Clemente Pereira foi o de José Joaquim da Rocha, um eleitor presente no dia da revolta, onde que afirma que: “Contra os acusados, argumentou, ‘tem muito peso’ o fato de terem ‘figurado grandemente na cena da Praça do Comércio, onde se pediu a Constituição espanhola e a nomeação de uma junta de governo”¹⁷⁹

Sobre Soares Lisboa, afirmou que o mesmo em 1822 rememorou o primeiro ano da Revolta da Praça do Comércio através de publicação no Correio do Rio de Janeiro de 22 de abril de 1822, afirmando que as tropas haviam espalhado a confusão, e que havia sido o próprio Dom João VI que havia convocado a reunião dos eleitores com base no princípio da vontade geral.¹⁸⁰ Sobre Cipriano Barata, afirmou que os republicanos jamais perdoaram o príncipe pelo conflito da praça, visto que ele participou diretamente do movimento de repressão.¹⁸¹

Sobre o 5 de junho de 1821, o autor faz um brevíssimo comentário acerca de José Clemente Pereira, afirmando que foi contra a sublevação da tropa que objetivava a criação de uma junta governativa de província no Rio de Janeiro, mas que não se opunha a reinvidicação dos amotinados em jurar as bases da constituição portuguesa.¹⁸² Não entra na atuação de nenhuma outra personalidade, acerca deste pequeno episódio.

Depois dessas discussões, Leite descreveu um jantar que teria ocorrido em 19 de setembro de 1821, entre Joaquim Gonçalves Ledo e Januário da Cunha Barbosa, ambos os redatores do *Reverbero Constitucional Fluminense*. Juntou-se a eles Antônio Carlos Ribeiro de Andrade Machado, revolucionário de 1817 em Pernambuco e irmão de José Bonifácio. Esse relato foi recuperado através dos depoimentos de Antônio Vieira da Solenidade, que pretendia “[...] provar o ‘infernado sistema’ do grupo de Ledo, argumentando que tais ‘facciosos’ eram inimigos do Trono por pretenderem fazer cumprir os decretos das Cortes de Lisboa, e retirar o príncipe do Brasil”¹⁸³; Antônio Telles da Silva que teria dito que Antônio de Menezes, “[...] ‘dissera’ que Ledo festejara com um brinde especial, em um jantar, a pretendida partida do

¹⁷⁸ LEITE, R. L. **Republicanos e libertários: pensadores radicais no Rio de Janeiro (1822)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. p. 70.

¹⁷⁹ Ibid., p. 70.

¹⁸⁰ Ibid., p. 71.

¹⁸¹ Ibid., p. 72.

¹⁸² Ibid., p. 72-74.

¹⁸³ Ibid., p. 74.

príncipe. Ledo ainda acrescentou que era conveniente que se efetuasse o quanto antes a saída do Leãozinho.”¹⁸⁴. José Joaquim da Rocha, que havia ouvido de Felipe José Ribeiro que as três personagens Ledo, Barbosa e Andrada haviam jantado na casa de Barbosa e que “Ambos, então, rogaram que as Cortes retirassem o regente da cidade, pois se tratava de ‘um tigre filho de outro tigre’”;¹⁸⁵ Luiz Menezes de Vasconcellos de Drummond, afirmou que Felipe José Ribeiro havia lhe contado que:

[...] Ledo dera um jantar, e havia pedido ao, e havia pedido ao padre José Cupertino para conseguir a presença do deputado Antônio Carlos. No Jantar, Ledo então pediu ao deputado para fazer tudo por tirar do Brasil. “o quanto antes a este tigre filho de outro tigre, porque só assim o Brasil teria sossego e seria feliz”.¹⁸⁶

A testemunha José Cupertino de Jesus teria dito, segundo Lopes, que assistiu o jantar e afirmou que lá teria se debatido sobre a forma de governo que mais era adequada ao Brasil. O conteúdo da conversa teria sido: “por ora não convinha outro Governo que não fosse o monárquico constitucional, e que só depois de aclarado o Povo poderia admitir-se o Governo federativo à imitação Do d’America setentrional, atenta a mínima distância entre umas e outras províncias (...)”;¹⁸⁷ Antônio de Menezes de Vasconcellos teria dito que Felipe José Ribeiro afirmou: que lhe parecia “(...) *que convinha ao Brasil era o federativo, vista a prosperidade da América Inglesa*”¹⁸⁸; Antonio Carlos Ribeiro de Andrada, que participou do jantar, teria afirmado que havia se tratado ali sobre a organização da constituição e do governo do Brasil. Salienta que os participantes se posicionaram a favor de uma monarquia, apesar dos temores que tinham de que o príncipe regente reestabelecesse o regime absolutista. A predileção pela monarquia seria devida as atuais circunstâncias em que se encontrava o Brasil, que tornariam o estabelecimento de uma república inviável, mas sua predileção era pela adoção de um governo federal.¹⁸⁹

Por fim o autor cita o testemunho do advogado de defesa de Ledo, Joaquim Gaspar de Almeida. Segundo Leite, o advogado teria dito que essas palavras proferidas pelos seus clientes haviam sido proferidas com boa fé.¹⁹⁰ Em suma, o autor reúne todos estes testemunhos do

¹⁸⁴ LEITE, R. L. **Republicanos e libertários: pensadores radicais no Rio de Janeiro (1822)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. p. 75.

¹⁸⁵ Ibid., p. 75.

¹⁸⁶ Ibid., p. 75.

¹⁸⁷ Ibid., p. 75-76.

¹⁸⁸ Ibid., p. 76.

¹⁸⁹ Ibid., p. 76-77.

¹⁹⁰ Ibid., p. 77.

processo dos cidadãos a fim de provar que suas personagens desejaram e trabalharam pela adoção de um governo republicano no Brasil. O autor repete este expediente para os eventos da recepção dos decretos de Lisboa que pediram a partida do príncipe,¹⁹¹ invocando novamente as testemunhas do processo dos cidadãos.

Leite retomara o debate se utilizando do *Revérbero* por ocasião do debate sobre o envio de tropas ao Brasil pelas cortes de Lisboa. Esse debate havia sido veiculado no número nove de 8 de janeiro de 1822¹⁹², para informar que o General Avilez teria feito uma agitação das tropas, não entrando no mérito da questão. Nesta edição também foi comentada uma carta de um leitor que se referia as tensões militares do começo de janeiro de 1822, na qual o leitor afirmou que a partida do príncipe deixaria o Brasil a mercê dos que desejavam a independência.¹⁹³ O interessante em torno da discussão desta carta é que Leite afirmou que ela expressava que, já naquele momento, se veiculava publicamente a ideia de separação do Brasil de Portugal. E, em conjunto com o trecho do Diário do Governo de Portugal, a ideia de independência é vinculada a ideia de república e democracia.¹⁹⁴

Ao mesmo tempo, Leite atribuiu as ações de Ledo e seu grupo ao seu projeto republicano. Parte deste plano estava diretamente ligada à retirada do príncipe do Rio de Janeiro e ao estabelecimento, em seu lugar, de uma Junta Governativa de Província. Também atribuiu a eles o apoio à permanência do príncipe, se sua retirada significasse o uso de força militar, visto que considerou que: “Mas é perceptível que os republicanos não desejavam o poder pelo poder.”¹⁹⁵ Também é traçado neste episódio uma diferença de posições entre Ledo, Barbosa e Lisboa sobre o dia do Fico; os dois primeiros, Ledo e Barbosa, via *Reverbero*, aplaudiram ao Fico publicamente, enquanto o redator do Correio, Lisboa, condenou o Fico do príncipe, visto por ele como um fortalecimento de seus poderes.¹⁹⁶

Esta discordância em relação ao Fico é interessante, na medida em que o autor apresenta que se em finais de 1821, a permanência do príncipe no Brasil significava uma derrota dos republicanos e uma disparidade entre os Reinos do Brasil e Portugal. Após o Fico, o posicionamento deles seria o de apoiar a permanência do príncipe como condição necessária para a preservação da igualdade entre os dois Reinos. Essa igualdade se daria pela convocação

¹⁹¹ LEITE, R. L. **Republicanos e libertários: pensadores radicais no Rio de Janeiro (1822)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. p. 78.

¹⁹² Ibid., p. 87.

¹⁹³ Ibid., p. 91.

¹⁹⁴ Ibid., p. 88-89.

¹⁹⁵ Ibid., p. 92.

¹⁹⁶ Ibid., p. 93.

de uma Assembleia Constituinte no Brasil, e a ação dos republicanos seria direcionada em garantir esta convocação.¹⁹⁷

Para Leite, consumado o Fico de Dom Pedro, a atividade política dos republicanos foi toda direcionada a tencionar o debate público em torno da convocação de uma assembleia constituinte que consagrasse os princípios de soberania popular¹⁹⁸, bem como preservasse a união do Brasil com Portugal¹⁹⁹. Ele faz estes apontamentos principalmente através do *Correio do Rio de Janeiro* a partir das perspectivas de João Soares Lisboa, não entrando nos detalhes de como o *Reverbero Constitucional Fluminense* atuou por essa constituinte.

Sobre a questão da preservação da união entre os Reinos, importa-nos dois destaques: João Soares Lisboa veiculou no *Correio do Rio de Janeiro*, nº 21 de 3 de maio de 1822, a ideia de que bastaria que as cortes definissem, com a morte de Dom João VI, que o Brasil passaria a ser a sede da monarquia, alterando a constituição portuguesa que determinava a sede do Reino Unido em Lisboa-Portugal, que os riscos separatistas seriam dissipados;²⁰⁰ o segundo destaque é que o afastamento do regente era, segundo Lopes, a partir da análise do número 25 de 8 de maio de 1822 do *Correio do Rio de Janeiro*:

[...] desejo de ‘um infame partido Anarquista, que se dizem republicanos, e que espalhado pelo Brasil’ procura difundir a desconfiança recíproca. Querem levantar o “grito de *independência Democrática*, contra a vontade geral de todos os sensatos portugueses, que só querem a monarquia constitucional, com igualdade de Direitos, Regalias e Representações”²⁰¹

O interessante destas duas afirmações do autor é que elas mostram a mudança com que ele trata os posicionamentos políticos de João Soares Lisboa antes e após o Fico. Veiculando que no período de se pressionar a adoção de Cortes do Brasil os republicanos estavam agindo como aliados da regência de Dom Pedro e atacando aqueles que ainda pressionavam a sua partida a Portugal. Mais interessante ainda é o uso dos qualificantes anarquistas e democratas aos que defendiam a partida do príncipe, visto que este primeiro, o de anarquista, foi justamente o insulto dispensado aos republicanos no processo descrito por Leite, e o segundo termo, democratas, foi usado por ele para descrever o pensamento dos republicanos ao longo de toda a obra.

¹⁹⁷ LEITE, R. L. **Republicanos e libertários**: pensadores radicais no Rio de Janeiro (1822). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. p. 95

¹⁹⁸ Ibid., p. 109.

¹⁹⁹ Ibid., p. 111.

²⁰⁰ Ibid., p. 112.

²⁰¹ Ibid., p. 114-115.

Lopes, partindo dessas qualificações -de que os que desejavam a independência do Brasil eram anarquistas ou democratas - atribuiu a João Soares Lisboa a afirmação de que o responsável por iniciar o processo de regeneração em Portugal foi o chamado Partido Democrático, contra aqueles que chamou de oligarquia passada, representantes da aristocracia.²⁰² Dessa forma, os brasileiros estariam em dívida com os legisladores de Cádiz, por estes terem lançado as bases do que seria o constitucionalismo em Portugal. Afirmar ainda, a partir do número 27 de 10 de maio de 1822 do *Correio do Rio de Janeiro*, que: “a ‘monarquia constitucional Hereditária com leis fundamentais Decretadas pela Nação’ era o melhor sistema de governo”²⁰³.

Voltando-se a questão do sistema eleitoral vale o destaque acerca da associação que Lopes mostrou entre a ideia de republicanismo e constitucionalismo. Como comentamos anteriormente, tanto ele quanto Oliveira afirmam que o grupo de Ledo teve como pauta a adoção do sistema eleitoral direto para a formação da Assembleia Constituinte no Brasil dentro de uma lógica de implantação do republicanismo. Uma das principais pautas deste republicanismo levantado seria justamente a adoção deste voto direto, em vias de ampliação das bases eleitorais. O que nos é trazido de novo por Leite nesta questão, é a afirmação de que João Soares Lisboa entendia que o republicanismo era um movimento de reação ao absolutismo, e não à monarquia constitucional, como podemos ver no trecho do número 54 de 17 de junho de 1822, do *Correio do Rio de Janeiro*: “Qualquer medida contrária ao sistema eleitoral direto ampliaria o vigor do ‘partido republicano’. Para João Soares Lisboa, os amantes da liberdade só trocam a república por ‘constitucionais’”²⁰⁴.

Dentro deste tema do sistema eleitoral, Leite traz outra acusação de republicanismo contra Joaquim Gonçalves Ledo, através de testemunho prestado por Theodoro Fernandes Gama no processo dos cidadãos.²⁰⁵ Esse testemunho trouxe a informação de que Ledo havia sido acusado de “*refinado republicanismo*”²⁰⁶ por ter expressado reclamações contra José Bonifácio, tentando desacreditá-lo. Leite relaciona essa tentativa de desacreditar Bonifácio às disputas em torno do sistema eleitoral. Visto que a testemunha, Theodoro Fernandes Gama falou que José Clemente Pereira, identificado por ela como amigo íntimo de Ledo, havia reclamado

²⁰² LEITE, R. L. **Republicanos e libertários: pensadores radicais no Rio de Janeiro (1822)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. p. 118-119.

²⁰³ Ibid., p. 119.

²⁰⁴ Ibid., p. 146.

²⁰⁵ Ibid., p. 146.

²⁰⁶ Ibid., p. 147.

do ministro por conta da edição das instruções eleitorais que estabeleciam o voto indireto.²⁰⁷ De forma que a crítica ao ministro foi usada como indício de republicanismo pela testemunha.

Lisboa teria continuado sua crítica ao grupo dos Andrada, os quais considerava absolutistas, denunciando algumas instituições que eles pretendiam implantar na organização política do Império do Brasil. A crítica se concentrou em denunciar três pontos da proposta dos absolutistas, que descaracterizariam a monarquia constitucional e trariam de volta o despotismo: “a) veto absoluto, b) uma Câmara de nobres formada pela “oligarquia dos grandes” e c) arbitrariedade ministerial com a iniciativa das leis no Poder executivo”²⁰⁸. Estes três pontos foram problemáticos na medida em que subvertiam a representação da vontade geral nas instituições. O veto absoluto daria ao monarca a possibilidade de atropelar a vontade geral dos representantes; uma segunda câmara legislativa criaria uma casta de cidadãos à parte, o que quebraria a igualdade entre eles; a iniciativa legislativa do poder executivo faria da Assembleia refém dos mandos do ministério.

Leite, recorrendo aos escritos de José Bonifácio, traz também traz a visão daqueles que chama de “absolutistas” sobre os pensadores republicanos. Essa comparação entre os pensamentos de José Bonifácio com o dos republicanos é importante na medida em que nos permite melhor entender como Leite concebe as forças em disputa pelo controle do Estado no momento de ruptura entre os reinos do Brasil e Portugal. Bonifácio foi visto pelo autor como representante de um dos dois grandes projetos políticos do período como podemos ver a seguir:

Do ponto de vista da presente pesquisa, o “manifesto” é importante por evidenciar a complexidade do debate política da época, pela demonstração de confronto entre pelo menos dois grandes projetos de governo: um absolutismo monárquico e um republicanismo. Isso transparece quando José Bonifácio e o príncipe regente dizem “que, superando talvez desejos, e propensões republicanas” as “Províncias coligadas” do Sul pretendiam preservar a “preciosa Liberdade” do país. Pois “quem poderia sob’estar os males d’anarquia a desmembração das suas províncias, e os furores da democracia?, senão um “centro comum”, um “governo forte”?²⁰⁹

Isso também demonstrou, para Leite, que os próprios atores do jogo político da independência estariam cientes da divisão entre absolutistas e republicanos. O autor descreveu então as ações do José Bonifácio e do príncipe regente durante a independência a fim de se

²⁰⁷ LEITE, R. L. **Republicanos e libertários: pensadores radicais no Rio de Janeiro (1822)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. p. 147.

²⁰⁸ Ibid., p. 154.

²⁰⁹ Ibid., p. 164.

preservar o absolutismo e derrotar os republicanos, sendo o cerne de sua atuação a tentativa de se destruir os trabalhos da Constituinte em Lisboa.

A necessidade de se destruir a Constituinte foi justificada invocando os temores de que haveria republicanos espalhados pelas províncias do Brasil; para isso, só uma ação forte da monarquia poderia impedir que esses republicanos, que eram incentivados pelas Cortes de Lisboa, se apossassem do governo.²¹⁰ Para os absolutistas, a consequência da vitória destes republicanos resultaria na dissolução, não só do Reino Unido bem como de todo o Império Português, em pequenas repúblicas.²¹¹ Leite considerava que o foco em se combater os constituintes, e por consequência os republicanos, evidenciava que: “Ou seja, ao criticar exacerbadamente a Constituinte, o “Manifesto”²¹² implicitamente defende uma forma de governo *não* constitucional”.²¹³

Depois destas considerações sobre José Bonifácio, o autor voltou a tratar sobre os republicanos. Afirmou que o *Correio do Rio de Janeiro*, por meio dos depoimentos de Antônio Telles da Silva ao processo dos cidadãos, serviria como um jornal “testa de ferro”²¹⁴ dos ideários republicanos de Ledo e seu grupo político. Ideais estes que estariam sendo mascarados embaixo de uma capa de liberalismo.²¹⁵ É interessante notar aqui, pelas referências que são feitas tanto ao grupo de Bonifácio quanto ao grupo de Ledo, que Leite considerava que ambos os grupos se mascarariam de defensores de uma monarquia constitucional, mas agiriam por meio de agendas secretas em favor da reinstalação do absolutismo, ou pela implantação de uma república.

Por fim, o último período que o autor vai comentar a atuação dos republicanos é o referente à sua participação na campanha da aclamação do príncipe regente em Imperador. O cerne da discussão neste ponto é tratar sobre a proposta dos republicanos em garantir que Dom Pedro realizasse um juramento prévio a Constituição que seria elaborada pela Assembleia Constituinte e Legislativa do Brasil. Essa querela se daria em torno das datas que marcariam a manifestação da soberania popular em torno da adoção do novo governo. Dessa forma, os absolutistas estariam ventilando a ideia de que o momento da manifestação da soberania se

²¹⁰ LEITE, R. L. **Republicanos e libertários**: pensadores radicais no Rio de Janeiro (1822). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. p. 167.

²¹¹ Ibid., p. 165-166.

²¹² Lopes está tratando aqui de Manifesto de 1º de agosto de 1822.

²¹³ LEITE, loc. cit.

²¹⁴ LEITE, R. L. **Republicanos e libertários**: pensadores radicais no Rio de Janeiro (1822). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. p. 231.

²¹⁵ Ibid., p. 231.

daria com a aclamação de Dom Pedro por ocasião da ruptura com Portugal, como podemos ver no trecho a seguir:

Longe de ser mera querela de datas, ou uma questão de ordem jurídica sobre a manifestação da soberania popular, trata-se do principal problema de legitimação da autodeterminação soberana de um povo que estabelece um governo. Ou seja, a existência do novo governo independente carece da necessária justificação que, pelo pacto de associação do povo em sociedade, estabeleça um governo. Longe de ser mera retórica, o esforço do testemunha Antônio Telles da Silva em demonstrar que em São Paulo o príncipe regente “publicamente foi aclamado”, sublinha que no final de 1822 o que surgia como fundamental não era a ruptura separatista do Reino luso-brasileiro, mas o ato fundador do pacto associativo, o contrato social.²¹⁶

A questão ganha dimensão, segundo Leite, porque a inclusão por José Clemente Pereira no edital que convocava os povos a aclamação a prestação de juramento prévio a Constituição (que ainda seria feita), colocaria o Imperador como refém de quaisquer ditames que a Assembleia viesse a produzir.²¹⁷ Este fato, juntamente com a acusação de que esta inclusão foi feita de maneira velada, ampliou as pressões dos absolutistas contra os republicanos bem como destruiria a máscara de liberalismo que eles estavam usando para enganar o seu público.²¹⁸ De toda forma, os conflitos em torno da aclamação de Dom Pedro acabaram por levar o fechamento do *Reverbero Constitucional Fluminense*, e a atuação do republicanismo ficou restrita ao Correio do Rio de Janeiro, que anunciou o fechamento do *Reverbero* dia 19 de outubro de 1822.²¹⁹

Em finais de 1822 os últimos assuntos que Leite debate refere-se à defesa feita pelos republicanos de uma Constituição que garantisse a Unidade do Império²²⁰ e a possibilidade de que os republicanos estivessem tramando a derrubada do gabinete de José Bonifácio.²²¹ A reação de Bonifácio foi, primeiro, pedir demissão e, depois, ao ser reincorporado como Ministro por Dom Pedro, voltou fortalecido e enterrou de vez os planos dos republicanos, iniciando o processo que foi usado durante toda a obra de Leite como fonte de pesquisa em 2 de novembro de 1822.²²²

²¹⁶ LEITE, R. L. **Republicanos e libertários: pensadores radicais no Rio de Janeiro (1822)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. p. 251.

²¹⁷ Ibid., p. 256.

²¹⁸ Ibid., p. 253.

²¹⁹ Ibid., p. 273.

²²⁰ Ibid., p. 275.

²²¹ Ibid., p. 291.

²²² Ibid., p. 292.

Depois de realizar toda a descrição do processo dos cidadãos e da atuação do respectivos periódicos, Leite se dedicou a estabelecer quais seriam os ideais dos republicanos. Estes ideais foram resumidos em itens bem definidos: “1. O antimonarquismo; 2. O império da lei; 3. A Constituição mista; 4. O regime de virtude cívica 5. A liberdade como não-dominação.”²²³ O antimonarquismo faria uma referência à tradição do republicanismo clássico e às revoluções francesas e inglesas, e se expressaria em uma desconfiança para com o monarca, visto que ele sempre tenderia a buscar poderes absolutos²²⁴, o que faria com que estes pensadores fossem ardorosos defensores de uma monarquia constitucional;²²⁵ O império da lei se referia à noção de igualdade dentro da cidadania; A constituição mista se referia à ideia de que o governo era composto por várias instituições que se contraporiam.²²⁶ O regime de virtude cívica seria a disposição dos cidadãos a servir honradamente nos cargos públicos.²²⁷ A caracteriza “liberdade como não dominação” se referiu à forma como os republicanos conceituariam a liberdade. Visto que ela se apresentou de uma maneira distinta, pois os republicanos afirmavam que ela só se seria livre quando fosse destruída toda forma de poder arbitrário, no sentido de que apenas o copo social teria legitimidade na produção das leis.²²⁸

Outro trabalho que fala especificamente do grupo do Ledo foi o feito por Virgínia Rodrigues da Silva, *O Reverbero Constitucional Fluminense, Constitucionalismo na Imprensa do Rio de Janeiro à época da independência*²²⁹, dissertação apresentada ao programa de pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense em 2010. Nela, a autora traz como contribuição a avaliação do discurso constitucionalista presente no periódico anunciado no título, bem como uma série de comparações com o constitucionalismo que estaria vinculado tanto nas Cortes de Lisboa quanto em outros impressos do período. Ao fazer esta análise, a autora parte de muito dos princípios que também levantamos em nosso trabalho sobre a avaliação do papel da imprensa em nosso recorte temporal²³⁰. Contudo, apesar de nossas considerações partirem do princípio de que os periódicos e panfletos foram fundamentais no processo político de 1820-1822, Silva tem uma visão mais otimista quanto à capacidade de controle do governo sobre os meios impressos. O ponto de partida da análise de Silva foi à

²²³ LEITE, R. L. **Republicanos e libertários: pensadores radicais no Rio de Janeiro (1822)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. p. 300.

²²⁴ Ibid., p. 298-299.

²²⁵ Ibid., p. 299.

²²⁶ Ibid., p. 301.

²²⁷ Ibid., p. 301.

²²⁸ Ibid., p. 302-303.

²²⁹ SILVA, V. R. **Revérbero Constitucional Fluminense, constitucionalismo na imprensa do Rio de Janeiro à época da Independência**. 2010. 215 f. Dissertação (mestrado em História Social) Instituto de Ciências Humanas e Filosofia Universidade Federal Fluminense. Niterói. 2010.

²³⁰ Ibid., p. 9.

análise da bibliografia referente ao antigo regime português e as reformas pombalinas. Buscando naquele processo não as origens, mas o que permaneceu dele no processo de constitucionalização do Reino Unido, onde estas diversas tradições constitucionais pré-ilustração portuguesa, da ilustração portuguesa e do ideário liberal se encontraram. no movimento do Porto em 1820. De forma a relacionar esta tradição com o periódico que tem como foco, bem com os outros autores que trata no período da independência.²³¹

Também é importante salientar que logo na introdução a autora faz uma avaliação completa do que pensa tanto sobre o *Reverbero Constitucional Fluminense*, quanto das classificações dos grupos políticos da Independência na historiografia, que a autora considera de extrema complexidade²³². Retomando as posições que a historiografia de seu tempo já tinha levantada em seu tempo sobre o periódico afirmando que:

Parte da historiografia da Independência incutiu a partir de uma leitura dicotômica que contrapôs “conservadores” e “radicais”, a imagem de que os redatores do *Revérbero*, assim como outros de seu grupo possuíram tendências manifestamente republicanas em detrimento da forma de governo monárquica, sendo integrante de forças “radicais” ligadas às demandas populares que se situavam no Rio de Janeiro.²³³

Com isso a autora mostrou que adota uma perspectiva diversa de parte da historiografia da Independência. Afirmou, portanto, que não considera que o *Reverbero* tenha feito parte de linhas radicais do pensamento político do período, nem que ele teria adotado em suas páginas posicionamentos que poderiam ser confundidos com republicanismo²³⁴. De forma a caracterizar que o jornal teria assumido durante seu período de circulação uma posição firmada nos mesmos princípios que guiavam os liberais do vintismo português, ou seja, pela defesa da unidade do Império Português, bem como na defesa de uma transformação da monarquia absoluta em uma monarquia constitucional, evitando-se qualquer tipo de furor revolucionário.²³⁵

A autora chega nesta caracterização do *Reverbero* a partir de análise dos projetos de reforma do Estado colocados em prática pelo antigo regime português. Assim, é importante retomar a avaliação geral que autora tem deste absolutismo. Em linhas gerais, para Silva, as reformas feitas no antigo regime português tiveram como foco a centralização do Estado, bem

²³¹ SILVA, V. R. *Revérbero Constitucional Fluminense, constitucionalismo na imprensa do Rio de Janeiro à época da Independência*. 2010. 215 f. Dissertação (mestrado em História Social) Instituto de Ciências Humanas e Filosofia Universidade Federal Fluminense. Niterói. 2010. p. 10.

²³² *Ibid.*, p. 11.

²³³ *Ibid.*, p. 10-11.

²³⁴ *Ibid.*, p. 11.

²³⁵ *Ibid.*, p. 11.

como a racionalização administrativa²³⁶. Destas reformas se produziu um pensamento em torno do direito, que tinha com fundamento o jusracionalismo²³⁷.

Este jusracionalismo teria servido de base para que os liberais vintistas assentassem seu projeto constitucionalista. Contudo, também é importante pontuar, que ela não considera que estas bases signifiquem a ideia de que os movimentos de reforma do Estado pelos iluministas portugueses foi uma espécie de prelúdio do que viria a ser o liberalismo vintista, buscando assim uma perspectiva de análise que identifica as continuidades e diferenças entre os dois processos. Dessa forma, a principal diferença entre os dois processos, para a autora, é de que enquanto o reformismo ilustrado apresentava uma perspectiva apenas de reforma do Estado, com a sua racionalização, o liberalismo vintista trazia consigo a ideia de se regeneração²³⁸. Regeneração estaria direcionada não ao Estado, mas sim a nação, de maneira que os revolucionários do Porto tinham como objetivo a retomada dos direitos que haviam sido usurpados da Nação.

A partir desta premissa a autora vai descrevendo todo o processo de Independência, também a partir do uso da bibliografia, e começa pontualmente a mostrar como os redatores do *Reverbero* se inseriam dentro do debate político do período. Mostrando como o periódico e seus redatores se movimentam naquele processo, como eles fundamentaram seus posicionamentos, e os porquês de eles mudarem uma postura de apoio aos liberais vintistas no ano de 1821 para uma de confronto com eles, culminando com sua articulação com o príncipe regente em torno da ideia de se construir um Império separado no Brasil.

Por fim, cabe pontuar que apesar da autora rechaçar qualquer associação do pensamento do *Reverbero* ao republicanismo, ela não entra nos pormenores do que seria república no período. Silva, no geral, adota uma postura que é comum à historiografia que ela trata de associação da ideia de república à ideia de democracia, apesar de em alguns momentos ela usar os dois vocábulos para descrever as acusações que o *Reverbero* recebia de seus adversários. Isso não é feito com o *Correio do Rio de Janeiro*. Na breve avaliação que a autora faz do periódico, ela é mais reticente em negar o possível conteúdo republicano deste jornal, invocando que seu redator, João Soares Lisboa, aderiu a Confederação do Equador. Nota-se também que, ao tratar da questão, a autora não faz nenhuma análise dos trabalhos de Renato Lopes Leite sobre o assunto.

²³⁶ SILVA, V. R. **Reverbero Constitucional Fluminense, constitucionalismo na imprensa do Rio de Janeiro à época da Independência**. 2010. 215 f. Dissertação (mestrado em História Social) Instituto de Ciências Humanas e Filosofia Universidade Federal Fluminense. Niterói. 2010. p. 51.

²³⁷ Ibid., p. 50

²³⁸ Ibid., p. 51-52.

Por fim, acerca dos trabalhos que tratam das personagens da independência, cabe apresentarmos a Tese de Paula Botafogo Caribucchio Ferreira, *Negócios, Impresses e política: a trajetória pública de João Soares Lisboa (1800-1824)*.²³⁹ Apresentado em 2017 ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, esse trabalho consiste em uma análise da trajetória pública de João Soares Lisboa, e de uma reavaliação de como ele foi representado pela historiografia que posteriormente avaliou o seu papel durante o período da Independência.²⁴⁰

A autora inicia seu trabalho fazendo uma crítica à memória que foi construída em torno da personagem de João Soares Lisboa. Afirmando que no geral ele sempre foi colocado como um personagem secundário nas análises historiográficas, de forma que a historiografia no geral não lhe deu o devido tratamento²⁴¹. Utilizando de seus escritos e sua biografia apenas como suporte a construção de outras personalidades da Independência, de maneira que também a memória que foi construída sobre Lisboa, pelos historiadores e pelos espaços institucionais de construção da memória sobre a Independência como IHGB e o Museu Paulista, também o colocou como uma personalidade secundária no período.²⁴²

No geral a autora descreve a trajetória de Lisboa da seguinte maneira:

Natural do Porto, imigrou para a América portuguesa ainda jovem (1800), foi comerciante em Porto Alegre, *vivandeiro* das tropas do império de Portugal na Cisplatina (1810-1812) e negociante de *grosso trato* do Rio de Janeiro (1818). A despeito disso, graças à redação do *Correio do Rio de Janeiro* (1822-1823), sua trajetória pública é reconhecida e sintetizada tal como o redator mais radical e, por vezes republicano, da província fluminense a participar do processo de “Independência” do Brasil.²⁴³

Mesmo que Ferreira reconheça que Lisboa recebeu a denominação de republicano, ela considerou esta denominação insuficiente para compreender a complexa trajetória do redator do *Correio do Rio de Janeiro*²⁴⁴. A autora ainda destaca que foi por meio deste jornal que Lisboa participou do debate sobre a constituição da monarquia portuguesa e, posteriormente, a fundação do Brasil²⁴⁵. Assim, a autora considera que foi em sua atuação no debate periódico na

²³⁹ FERREIRA, P. B. C. **Negócios, impressos e política: a trajetória pública de João Soares Lisboa (1800-1824)**. 2017. 426 f. Tese. (Doutorado em História) Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP. 2017.

²⁴⁰ Ibid., p. 14-15.

²⁴¹ Ibid., p. 26.

²⁴² Ibid., 29-30

²⁴³ Ibid., p. 14.

²⁴⁴ Ibid., p. 43.

²⁴⁵ Ibid., p. 15.

Independência que grande parte dos trabalhos historiográficos se dedicou a analisar João Soares Lisboa.

Isso foi ocasionado, segundo Ferreira, pelo destaque que o periódico alcançou no debate da imprensa do período., visto que houve uma percepção de que o periódico de Lisboa foi protagonista nos processos de politização da imprensa durante o período da independência. Além disso, o redator do *Correio* foi “[...] réu nos processos judiciais movidos pelo governo da Corte, quando pela primeira vez se judicializava a questão da política, justamente gerando uma noção de adversários políticos a serem combatidos ou não”²⁴⁶. Pesando, também, o fato de o redator ter sido o único dos processados, no processo dos cidadãos, que acabou efetivamente condenado sob a acusação de republicanismo.

Como exemplo da centralidade defendida pela autora, ela destacou diversos trabalhos, dentre os quais estava o de Renato Lopes Leite, *Republicanos e Libertários*²⁴⁷, já trabalhado por nós neste capítulo. O cerne do comentário que a autora faz ao Leite é que o autor acabou por reproduzir o discurso que foi veiculado no próprio processo contra João Soares Lisboa, chamando-o de republicando, sem fazer as devidas mediações. Ferreira afirma, ainda, que Leite fez sua análise sem:

[...] indagar a sua radicalidade a partir da complexidade das práticas políticas e culturais da época que envolviam a disseminação pública da política pela imprensa fluminense, a sua formação letrada mercantil ou mesmo a polissemia das noções de monarquia constitucional e de república nos escritos políticos dessas experiências, em Pernambuco e Rio de Janeiro.²⁴⁸

Também é importante pontuar que, apesar de ela considerar a denominação de republicano certo exagero para com o redator no ano de 1822, isso não quer dizer que a autora não reconheça nas ideias de Soares Lisboa um elemento de radicalidade - por exemplo, na defesa de princípios como soberania popular e da restrição do poder do monarca²⁴⁹. Contudo, segundo Ferreira, a defesa destes princípios deve ser colocada dentro de um contexto em que Lisboa defende uma monarquia constitucional; ou seja, para a autora a radicalidade do periodista não está na negação da monarquia, mas em uma maneira diversa de concebê-la.²⁵⁰

²⁴⁶ FERREIRA, P. B. C. **Negócios, impressos e política: a trajetória pública de João Soares Lisboa (1800-1824)**. 2017. 426 f. Tese. (Doutorado em História) Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP. 2017. p. 15.

²⁴⁷ Ibid., p. 32.

²⁴⁸ Ibid., p. 19.

²⁴⁹ Ibid., p. 55.

²⁵⁰ Ibid., p. 355.

Ela atribuiu essa concepção singular de Lisboa sobre a monarquia à sua trajetória pública, que teve início no começo do século XIX. Dessa forma, estabelece como parâmetros sua atuação como publicista, a partir de sua experiência como mercador na província do Rio Grande do Sul, na qual teria adquirido uma cultura de leitura e escrita típica daquela profissão e localidade²⁵¹. Sendo assim, essas concepções foram traduzidas em seu periódico no contexto de transformações políticas de seu tempo.

Por fim, vale destacar mais um ponto acerca da caracterização que a autora faz de João Soares Lisboa. Ela afirma que o periodista dominava um vocabulário de origem mercantil, de forma que o “[...] entendimento de como a virtude era um assunto central de si e do coletivo da monarquia constitucional, evidenciado como a discussão política se misturava ao debate sobre as virtudes e os vícios e evocava uma conduta correlata à formação do governo, [...]”²⁵². É com base nestes parâmetros de moralidade que se deu, para a autora, a discussão política empregada no periódico do correio, e que foi questão central em nosso terceiro capítulo. Isto permitiu à autora auferir que João Soares Lisboa não era um republicano, visto que para Lisboa “[...] um governo de liberdade era independente de um rei ou presidente, dependendo muito mais de um arranjo que resguardasse as liberdades e direitos naturais dos cidadãos e a soberania popular na lei, contra qualquer poder executivo, legislativo, ou dos magistrados.”²⁵³

Para além dos estudos historiográficos sobre a independência brasileira, buscamos nos estudos específicos sobre a história da imprensa como nossos periódicos e panfletos foram trabalhados. Assim, começaremos nossa exposição por um dos trabalhos fundamentais que trataram da imprensa no Brasil, o *História da imprensa no Brasil*²⁵⁴ de Nelson Werneck Sodré. Neste estudo o autor pretendeu demonstrar que o desenvolvimento da imprensa esteve intimamente ligado ao processo de desenvolvimento do capitalismo.²⁵⁵ Portanto, logo na introdução do trabalho o autor traçou o histórico deste desenvolvimento, partindo da prensa de Gutenberg rumo ao desenvolvimento da imprensa nos Estados Unidos - lugar que categoriza como o principal espaço de desenvolvimento de uma imprensa livre. Ressaltamos que o entendimento de “imprensa livre” é, pois, como imprensa controlada pela burguesia capitalista.²⁵⁶

²⁵¹ FERREIRA, P. B. C. **Negócios, impressos e política: a trajetória pública de João Soares Lisboa (1800-1824)**. 2017. 426 f. Tese. (Doutorado em História) Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP. 2017. p. 55.

²⁵² Ibid., p. 353.

²⁵³ Ibid., p. 356.

²⁵⁴ SODRÉ, N. W. **História da imprensa no Brasil**. 3.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

²⁵⁵ Ibid., p. 1.

²⁵⁶ Ibid., p. 2.

No geral Sodré afirma que a divisão histórica que se deveria adotar para o estudo da imprensa seria a entre a imprensa artesanal e industrial.²⁵⁷ Contudo, por fins de didatismo e devido a recente fase industrial da imprensa brasileira²⁵⁸ – lembrando que a primeira edição desta obra foi editada em 1966 – Sodré, divide a obra a partir de alguns períodos históricos brasileiros. Para nós, devido ao objeto de estudo, a mais importante dessas divisões é a que vamos comentar nessa dissertação é a chamada *A imprensa da Independência*, onde o autor se preocupou em analisar especificamente o que considerou uma fase de transição entre a imprensa colonial e a imprensa pós independência.

Nesta parte do trabalho, Sodré preocupou-se em estabelecer quais eram as condições políticas do processo de independência brasileira. De antemão o autor faz um alerta aos leitores: não se deve encarar os acontecimentos históricos como instantâneos e estáticos.²⁵⁹ Relembrou que o processo de independência foi resultado de longo processo político que não poderia ser restrito aos episódios em si, levantando, ainda, a ideia de que não havia sido naquele momento em que se pensara na separação do Brasil enquanto entidade política independente.²⁶⁰ É interessante notar como as pesquisas mais recentes que apresentamos vão na direção contrária, demonstrando que o ideal separatista, de um Brasil unificado e separado de Portugal, foi construído ao longo do acirramento do conflito entre os brasileiros e as cortes de Lisboa.

Sodré tem uma leitura de que a imprensa no período colonial era restrita devido aos interesses de classe. Contudo, ele não enxerga esses interesses como únicos, de forma que estas restrições à liberdade de imprensa no período colonial interessariam “[...] às forças feudais europeias, à metrópole lusa e seu governo”²⁶¹. Em oposição a essas forças e, portanto, a favor de uma liberalização da imprensa eram a “[...] burguesia europeia e às forças internas que, aqui, lutavam contra o colonialismo”.²⁶² Ainda para o autor, o processo de liberação na produção de impressos não significaria necessariamente um ganho na liberdade de imprensa. Seu exemplo neste capítulo de diferenciação foram às mudanças ocorridas com a chegada de D. João VI ao Brasil.

O autor lê que, nessa transmigração da corte para o Brasil, as elites metropolitanas haviam concedido a implantação da liberdade de comércio, com a abertura dos portos, e a introdução da imprensa oficial como forma de conter as insatisfações das elites coloniais.²⁶³

²⁵⁷ SODRÉ, N. W. **História da imprensa no Brasil**. 3.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1983. p. 6.

²⁵⁸ Ibid., p. 6.

²⁵⁹ Ibid., p. 43.

²⁶⁰ Ibid., p. 43.

²⁶¹ Ibid., p. 44.

²⁶² Ibid., p. 44.

²⁶³ Ibid., p. 45.

Sodré caracteriza a particularidade deste momento da transferência das cortes para o Brasil como uma dádiva, pois não foi resultado de um processo de luta, mas de um eventualidade totalmente externa a realidade colonial.²⁶⁴ Assim, Sodré enxerga nessa eventualidade o motivo pelo qual houve um enfraquecimento da luta anticolonial, e por as elites locais não conseguiram se unificar naquele momento para lutar pela liberdade de imprensa, nem tampouco pela independência. Este quadro só vai ser revertido, para o autor, com a partida da Corte a Portugal, quando a ameaça da volta do regime de monopólio se torna urgente.²⁶⁵

Desencadeado o processo de acirramento das tensões entre os dois polos da monarquia portuguesa Sodré afirma que se formaram, no seio do conflito, duas forças políticas expressivas. Uma delas, à direita, que “[...] abrange desde os que desejam a separação entre os dois países àqueles que aceitariam uma união deles em pé de igualdade, todos aceitando, entretanto, a manutenção da e a monarquia [...]”²⁶⁶ e a outra, à esquerda, “[...] que abrange desde os que desejam a separação sem condições àqueles que pretendiam ir adiante, e pregam alterações na estrutura colonial e mudança no regime político, batendo-se pela república.”²⁶⁷

O processo de independência, para o autor, envolveria politicamente dois problemas separados, mas que naquele contexto se entrelaçavam. O problema da independência e o da liberdade, sem entrar, todavia, nos meandros do que caracterizaria cada um destes problemas.²⁶⁸ Apenas pontua que a luta contra o absolutismo, ou pela liberdade, só passou a ter peso no Brasil quando essa passou a se confundir com a luta contra o próprio sistema colonial, ou seja, a luta pela independência.²⁶⁹ É com essa visão do contexto político que o autor realiza sua análise dos materiais que elencamos.

O ponto onde essas duas lutas se encontraram foi à sublevação do Porto em 1820, abrindo um vasto terreno para o surgimento de inúmeros periódicos no Brasil. É importante pontuar também que Sodré não faz análise dos folhetos e panfletos que circularam no período, apenas dos impressos periódicos, fazendo vasta descrição e análise dos periódicos que surgiram naquele período. Para a nossa análise importa aquilo que Sodré escreveu sobre o *Reverbero Constitucional Fluminense*, o *Correio do Rio de Janeiro* e sobre Cipriano Barata. Os dois primeiros por serem periódicos do grupo do Ledo, e o segundo pelo papel que Sodré atribui à personalidade: um dos maiores republicanos da era da independência.

²⁶⁴ SODRÉ, N. W. **História da imprensa no Brasil**. 3.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1983. p. 45.

²⁶⁵ Ibid., p. 45.

²⁶⁶ Ibid., p. 45-46.

²⁶⁷ Ibid., p. 46.

²⁶⁸ Ibid., p. 47.

²⁶⁹ Ibid., p. 47-48.

O autor destaca o *Reverbero* como o órgão doutrinador da independência brasileira,²⁷⁰ e descreve seus autores, seu período de publicação e seus dados editoriais. Também descreve suas rivalidades, que defendiam os interesses lusos, destacando as querelas com o *Semanário Cívico da Bahia*. Além disso, destaca que as maiores contribuições do jornal à imprensa brasileira foram no campo dos artigos doutrinários.²⁷¹

Sua atuação teria se pautado, no início, pela defesa de um governo liberal, com leis baseadas na noção do direito natural, bem como na defesa dos interesses brasileiros frente às investidas recolonizadoras. De forma que de seus redatores partiu a ideia de se convocar o conselho de procuradores do Reino do Brasil, o que Sodré considera “[...] primeira e rudimentar forma de delegação eleitoral a vigorar no Brasil, no nível geral, e decisão que a que o Governo de Lisboa não poderia considerar senão como de rebeldia.”²⁷² Para Sodré, contudo, o momento mais importante da atuação do jornal teria sido na defesa da convocação de uma Assembleia Constituinte no Brasil, ideia que teria sido inicialmente formulada pelo *Correio do Rio de Janeiro*.²⁷³

Sodré destaca essa atuação pela convocação de uma Assembleia Constituinte na medida em que isso representou um salto de qualidade na luta política da independência. Deslocando-se, pois, do conteúdo meramente separatista para uma mescla dos dois, fazendo com que o conteúdo da defesa da liberdade se destacasse no processo. Dessa forma, caracteriza a convocação dessa Assembleia como um passo de sentido democrático, cujo mais sagazes teriam percebido.²⁷⁴ Descreve, portanto, todo o processo de convocação da Assembleia, desde a concessão do título de Defensor perpétuo do Brasil à representação ao Regente para que a convocasse como um movimento articulado deste grupo político.²⁷⁵

Sodré, como outros o fizeram depois dele, também descreveu o processo de reação à convocação da Assembleia Constituinte, categorizando essa reação oriunda da direita conservadora. A reação teria sido capitaneada na imprensa por José da Silva da Lisboa através do texto da *Reclamação do Brasil*,²⁷⁶ de forma que o futuro Visconde de Cairu teria atacado tanto o pedido de convocação da Assembleia quanto os escritores do *Reverbero*. Este seria para

²⁷⁰ SODRÉ, N. W. **História da imprensa no Brasil**. 3.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1983. p. 53.

²⁷¹ Ibid., p. 54.

²⁷² Ibid., p. 54.

²⁷³ Ibid., p. 54-55.

²⁷⁴ Ibid., p. 55.

²⁷⁵ Ibid., p. 55.

²⁷⁶ Ibid., p. 55.

o autor o momento em que a aliança entre a esquerda e a direita pela independência começara a ruir e suas contradições os levariam ao conflito.²⁷⁷

Depois desta breve descrição da reação da direita, o Sodré continuou descrevendo a atuação da esquerda durante o processo de independência, salientando a reunião da maçonaria de 20 de agosto, na qual Ledo teria proposto a Proclamação da Independência;²⁷⁸ cita o fato do dia 7 de setembro não ter tido relevância dentro do *Reverbero*, afirmando que isso significava que, para o jornal, aquela data foi inexpressiva, visto que a independência já estava efetivada;²⁷⁹ da inclusão do juramento prévio à Constituição na circular da aclamação de Dom Pedro I Imperador do Brasil.²⁸⁰

Sodré também comenta que em 15 de outubro de 1822 o *Reverbero* já não mais circulara, como consequência do acirramento do conflito entre os campos da direita e da esquerda do processo de independência. Sua morte fora descrita ao público leitor através do *Correio de Rio de Janeiro*, anunciando que o jornal fechara devido ao cumprimento do objetivo básico do periódico: proclamar a Independência do Brasil.²⁸¹ O autor discordou dessa avaliação do periódico, visto que considerou que nação livre era nação independente, afirmando que muito ainda deveria se fazer para tornar o Brasil uma nação independente. Descreveu, então, que os lutadores da liberdade tinham um longo percurso a cumprir para que esse objetivo fosse alcançado, e também descrevendo sua perseguição cujo último ato foi à censura da imprensa e o fechamento da Constituinte em 1823.²⁸²

Por fim, o autor faz a seguinte avaliação sobre o *Reverbero Constitucional Fluminense*: “O *Revérbero Constitucional Fluminense* foi, sem dúvida, o órgão doutrinário da facção democrática, na fase da proclamação da Independência: preparou-a, com a sua doutrinação, e desapareceu com ela.”²⁸³ Sodré desdobra essa fase da imprensa da independência em uma segunda, onde descreve com mais detalhes o processo de perseguição política do governo de Dom Pedro. Nela é que encontramos a análise que o autor faz sobre o *Correio do Rio de Janeiro* e Cipriano Barata, bem como o que ele considera como semelhanças e diferenças entre os grupos políticos que estavam em conflito que transcrevemos a seguir:

As forças presentes no palco da política brasileira, ao alvorecer da existência autônoma, assim como se haviam unido na repulsa ao regime de monopólio

²⁷⁷ SODRÉ, N. W. **História da imprensa no Brasil**. 3.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1983. p. 56.

²⁷⁸ Ibid., p. 56.

²⁷⁹ Ibid., p. 57.

²⁸⁰ Ibid., p. 57.

²⁸¹ Ibid., p. 57.

²⁸² Ibid., p. 57.

²⁸³ Ibid., p. 58-59.

de comércio, permaneceriam unidas quanto ao papel do príncipe D. Pedro, aclamado imperador. Mas divergiam quanto à Constituinte: a direita colocava o governo acima da Assembleia, que era o poder popular; a esquerda colocava a Assembleia acima do governante. Para aqueles, ao executivo caberia moldar as instituições, no essencial; para estes, caberia à Constituinte traçar os rumos. Havia no fundo o temor de que a Assembleia, refletindo velhas tendências, jamais extintas, se inclinasse mesmo a decisões extremadas: a adoção da República, por exemplo.²⁸⁴

O medo com a possível radicalidade da Assembleia fez com a direita apoiasse o Imperador, de forma a restringir a atuação da Assembleia no movimento de repressão que o autor aprofunda na descrição deste tópico. É neste contexto de repressão que ele inicia a descrição Cipriano Barata, autor de inúmeras folhas e jornais do período, entre eles a *Sentinela da Liberdade na Guarita de Pernambuco*, lançada em nove de abril de 1822.²⁸⁵

Cipriano Barata foi caracterizado por Sodré como um autor de tendências republicanas. Além disso, o autor creditou a ele a fundação do primeiro jornal republicano do Brasil e pioneiro da imprensa libertária, jornal que, por sua radicalidade, levou Barata à prisão em diversas ocasiões.²⁸⁶ Por fim, o autor destaca que Barata foi ignorado pela historiografia de sua época, afirmando que ele fora vítima da história oficial brasileira.²⁸⁷

Depois de tecer essas considerações sobre Barata, Sodré se dedicou a mostrar o papel do *Correio do Rio de Janeiro* no processo político da independência. O periódico, segundo o autor, disputou a primazia no processo de independência brasileira com o *Reverbero* e que, enquanto ele se dedicou ao problema da independência, o *Correio* se dedicou ao problema da liberdade.²⁸⁸ Também foi feita uma descrição dos componentes materiais do mesmo, como o número de folhas média (4), o seu valor de venda (80 réis), e dos seus componentes redacionais, entre outras questões.²⁸⁹ Afirmou que ele trazia artigos de seu redator, João Soares Lisboa; correspondências; noticiários; polêmicas; e ataques aos seus adversários da direita, descritos por Sodré como imprensa Áulica.²⁹⁰

Quanto ao conteúdo das matérias do *Correio do Rio de Janeiro*, o periódico seguiu o mesmo expediente do *Reverbero*, fazendo coro ao chamado a reunião dos procuradores das províncias do Brasil como forma de servir de poder legislativo provisório a Regência de Dom Pedro; foi o primeiro que pediu a convocação de uma Assembleia Constituinte e legislativa ao

²⁸⁴ SODRÉ, N. W. **História da imprensa no Brasil**. 3.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1983. p. 60.

²⁸⁵ Ibid., p. 66.

²⁸⁶ Ibid., p. 67.

²⁸⁷ Ibid., p. 68.

²⁸⁸ Ibid., p. 69.

²⁸⁹ Ibid., p. 69.

²⁹⁰ Ibid., p. 69.

Brasil, e foi responsável pela coleta das assinaturas da representação ao regente que pedia tal reunião; defendeu o juramento prévio de Dom Pedro a Constituição a ser criada.²⁹¹ Sodré também destaca sobre o autor que ele manteve uma coerência de pensamento em um momento de extrema dificuldade como foi o da ruptura do Brasil com Portugal, e que o conjunto dos seus posicionamentos acabou por lhe render a prisão.²⁹²

É, pois, ao comentar a prisão de Lisboa que se revela a importância da avaliação geral que Sodré faz sobre a Independência. Pois o principal motivo que teria levado o autor do *Correio* à cadeia foi sua atuação em torno do juramento prévio a Constituição que seria feita pela Assembleia por Dom Pedro.²⁹³ Nesta ocasião o redator do *Correio* entrou em conflito direto com o Imperador, visto que era de seu interesse que a Assembleia Constituinte ficasse sob seu guarda-chuva, se colocando como fiador da ordem constitucional que estava sendo criada. Lisboa defendia o princípio oposto e jamais admitira que a vontade popular, que era soberana, fosse colocada sob tutela do monarca.²⁹⁴ Ao criticar publicamente a postura de Dom Pedro para com a Assembleia ele foi processado e preso por abuso da liberdade de imprensa, mas ainda publicaria seu jornal da cadeia até o fechamento da Constituinte em finais de 1823.²⁹⁵

Tratando ainda sobre imprensa, apresentaremos o estudo realizado por Isabel Lustosa, *Insultos impressos*²⁹⁶, no qual a autora buscou compreender o universo dos periódicos que circularam nos anos da Independência. Observa-se que autora deu grande destaque aos periódicos do grupo liberal do Rio de Janeiro, *Correio do Rio de Janeiro* e o *Reverbero Constitucional Fluminense* em seu trabalho, dedicando-se quase que exclusivamente à análise de periódicos, não incluindo em seu estudo sistemático da imprensa os panfletos que circularam no período, apesar de pontualmente recorrer a alguns deles. Também não detectamos nesta obra nada que indique a existência um pensamento republicano no período.

Nesta obra a autora teve como foco descrever o processo de independência em paralelo com o do surgimento da imprensa, tentando mostrar o processo de transição do Brasil de Reino Unido a Império do Brasil.²⁹⁷ No prefácio a autora também apresenta sua visão geral sobre a imprensa do período, que ela caracteriza como vibrante, e dá expressivo peso ao impacto que o processo de liberalização da imprensa teve nesses escritos, bem como a caracteriza como parte

²⁹¹ SODRÉ, N. W. **História da imprensa no Brasil**. 3.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1983. p. 69.

²⁹² Ibid., p. 70.

²⁹³ Ibid., p. 71.

²⁹⁴ Ibid., p. 71.

²⁹⁵ Ibid., p. 71-73.

²⁹⁶ LUSTOSA, I. **Insultos impressos: a guerra dos jornalistas na Independência (1821-1823)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

²⁹⁷ Ibid., p. 16.

integrante do processo de desenlace do Reino Unido e não como expectadora dos acontecimentos.²⁹⁸

Este processo de liberalização da imprensa produziu um debate que a autora classifica como democrático, onde “Cada um escrevia e assinava o que bem entendia.”²⁹⁹, e trazia elementos do debate popular e da oralidade. Isso fez com que as discussões produzidas neste período de liberalização abrupto da imprensa se expressassem de maneira violenta, incluindo o uso de “[...] palavirão, os ataques pessoais, as descrições deturpadas de aspectos morais ou físicos e até a agressão corporal, enunciada ou levada à prática; [...]”.³⁰⁰ Quanto aos conteúdos, à autora destaca ao longo de seu texto os projetos de organização do Estado, a radicalidade do que era veiculado e a variedade nos estilos.³⁰¹ Estilos que classificou como “[...] ricos, variados e originais”³⁰².

Lustosa, como outros autores que trabalhamos neste capítulo, preocupou-se em traçar um perfil geral do ambiente em que foram produzidos os documentos que ela trata em sua análise. Dessa forma, a autora deu central destaque a questão da importância dos impactos da Revolução do Porto na construção deste ambiente político, descrito por ela como altamente instável, e que apresentou novos desafios de ação para os membros do corpo político da monarquia bragantina no Rio de Janeiro. Afirma ainda que, ao mesmo tempo em que se invocava um ideário liberal que a monarquia teve que aderir para se sustentar, a Europa vivia um período de refluxo do liberalismo. Ou seja, se por um lado era um imperativo interno a adesão ao liberalismo, no plano externo essa adesão poderia significar uma intervenção da Santa Aliança, que ao menor sinal de ameaça ao regime absolutista se mobilizava em reavivar os horrores da Revolução Francesa.³⁰³

Foi neste intrincado processo político, tanto interno quanto externo, que nasceu a imprensa no Brasil. Para além de destacar este processo político a autora também destaca o público alvo desses periódicos, bem como o tempo médio de duração deles. Quanto ao público alvo, a autora afirma que eram principalmente dois: os outros escritores do período e o príncipe regente Dom Pedro.³⁰⁴ Ela indica que há indícios também que estes periódicos possam ter também como público alvo “donos de escravos fugidos; pequenos proprietários e negociantes;

²⁹⁸ LUSTOSA, I. **Insultos impressos: a guerra dos jornalistas na Independência (1821-1823)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p. 16.

²⁹⁹ Ibid., p. 16.

³⁰⁰ Ibid., p. 16.

³⁰¹ Ibid., p. 16-17.

³⁰² Ibid., p. 17.

³⁰³ Ibid., p. 24-25.

³⁰⁴ Ibid., p. 26-27.

a gente que frequentava o teatro; professores de primeiras letras; enfim, uma pequena classe média.”³⁰⁵ Quanto ao tempo de duração, a autora destaca que todos esses periódicos tiveram vida efêmera, não sobrevivendo para além do fechamento da constituinte em 1823.³⁰⁶

Lustosa também destaca, como característica geral desses periódicos, que eles se aproximaram das linguagens populares, se utilizando “[...] aforismos e das gírias.”³⁰⁷ Dessa forma, a autora afirma que foi nesse período de grande fertilidade da imprensa que se começou a diminuir a distância entre uma cultura de elite, que se pautaria pela linguagem literária, e a cultural popular que se expressou por meio de uma linguagem popular.³⁰⁸ Dessa maneira, esses escritos tinham um alcance alargado, para além dos espaços urbanos do Rio de Janeiro, e com a expansão dos escritos se expandiam as novas práticas políticas, chegando por exemplo, no Campo dos Goitacazes.³⁰⁹

Quanto aos conteúdos destes periódicos, a autora afirmou que variaram ao longo do tempo, mas sempre mantendo o tom de folha política, e durante a obra descreve a atuação deles durante o processo de independência, ao mesmo tempo em que vai pontuando os contextos de enunciação destes periódicos. Uma questão importante que autora levanta sobre estes contextos é a diferença do tempo de chegada das notícias entre os dois hemisférios (cerca de dois meses) e como isso causou um desencontro de informações na tomada de decisões entre as cortes de Lisboa e o governo da regência, bem como a demora em que os periódicos reagissem às políticas vindo das Cortes.³¹⁰

Outra característica importante que foi levantada pela autora, no que se refere aos conteúdos, foi que ao longo de todo o período que estudou ela não identificou ataques contra a figura de Dom Pedro. De forma que “Ele nunca será diretamente acusado da autoria de qualquer das tantas ações arbitrárias que o governo promoveu. Mesmo quando for evidente a sua atuação [...]”³¹¹ Os debates em torno de Dom Pedro se concentraram em torno dos seus poderes e suas funções constitucionais.³¹² Esse fato teria acontecido devido à percepção das elites locais de que o príncipe era a única fonte de estabilidade política que restara no Brasil, e que com as investidas das Cortes contra sua autonomia seria o único esteio de sua unidade.³¹³

³⁰⁵ LUSTOSA, I. **Insultos impressos: a guerra dos jornalistas na Independência (1821-1823)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p. 27.

³⁰⁶ Ibid., p. 28.

³⁰⁷ Ibid., p. 35.

³⁰⁸ Ibid., p. 35-36.

³⁰⁹ Ibid., p. 44.

³¹⁰ Ibid., p. 117.

³¹¹ Ibid., p. 60.

³¹² Ibid., p. 62.

³¹³ Ibid., p. 61.

De forma que, para Lustosa, os avanços das cortes contra essas prerrogativas da regência teriam passado para esses autores a ideia de que o liberalismo que teria se desenvolvido em Lisboa serviria apenas para o Reino de Portugal, fazendo com que os liberais do Brasil aderissem a Dom Pedro.³¹⁴ O interessante dessa afirmação é que Lustosa coloca a imprensa como a grande responsável pela campanha que criticou os decretos das cortes, e o resultado dessa campanha teria produzido o Fico. Todavia, não matiza toda uma trama que teria existido dos liberais que estariam tentando forçar a saída de Dom Pedro do Brasil e que foi exposta aqui na exploração da pesquisa de Oliveira.

Entrando especificamente nos materiais que usamos, a autora caracteriza o *Reverbero Constitucional Fluminense* como “[...] o primeiro jornal politicamente independente que se publicava no Rio”³¹⁵. A base desta caracterização seria por esse jornal, em seu período de existência, não ter tido qualquer veiculação com o governo da regência³¹⁶. É interessante notar também que, após essa caracterização, a autora descreve o tempo de vida e as tipografias as quais o periódico foi produzido. Há duas questões curiosas nessa descrição, como podemos ver a seguir:

O *Reverbero* durou treze meses, de 15 de setembro de 1821 a 8 de outubro de 1822, passando de quinzenal a semana em janeiro de 1822. Circularam do *Reverbero* 48 números ordinários e três extraordinários, impressos, os primeiros na oficina de Moreira e Garzes, e os dez últimos na Tipografia Nacional.³¹⁷

A primeira delas é que o fato de o periódico ter sido produzido na tipografia nacional não caracterizou, para a autora, uma vinculação do periódico para com o governo da regência. A segunda, que está ligada a primeira, é que a autora deixou de constatar que (possivelmente um erro) que depois de passar pela tipografia nacional, onde iniciou a publicação do segundo volume do *Reverbero*, o periódico foi para a Tipografia de Silva Porto & Cia. em sua XI edição sendo publicado até o seu encerramento no XX número em 8 de outubro de 1822.

Lustosa afirma que Ledo teria sido o responsável pela orientação que levou José Clemente Pereira a indagar Dom Pedro se ele ficaria no Brasil, de forma que se a resposta fosse positiva, eles iniciariam uma campanha pela permanência do príncipe.³¹⁸ Como a resposta foi

³¹⁴ LUSTOSA, I. **Insultos impressos**: a guerra dos jornalistas na Independência (1821-1823). São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p. 118.

³¹⁵ Ibid., p. 122.

³¹⁶ Ibid., p. 122.

³¹⁷ Ibid., p. 122.

³¹⁸ Ibid., p. 130.

afirmativa, Ledo e Pereira teriam enviado cartas às províncias pedindo apoio a permanência dele no Brasil, de forma que a autora enxerga uma ação coordenada dos atores políticos da independência no Rio de Janeiro em torno da construção do Fico.³¹⁹

A reação aos decretos das Cortes, entre eles o que determinava a volta de Dom Pedro a Portugal, foi para a autora o primeiro grande momento da imprensa brasileira, e teria sido o momento de união das diversas forças políticas presentes no Brasil. Afirma também que ela foi responsável por dar alguma retaguarda à atuação dos deputados brasileiros em Lisboa.³²⁰ Como exemplo desta retaguarda ela retoma que o *Correio do Rio de Janeiro* foi um dos periódicos que mais se dedicou a analisar os andamentos dos trabalhos em Lisboa e suas consequências no Brasil.³²¹

Neste contexto de conflito, tanto o *Correio* quanto o *Reverbero* teriam reagido mal ao parecer da Comissão Especial dos Negócios Políticos do Brasil, de 18 de março de 1822, recebido no Rio de Janeiro em 4 de maio de 1822. Com o *Correio* lamentando que o povo do Rio havia recebido bem um documento que atentava contra os seus direitos, e o *Reverbero* afirmando que o parecer era “[...] “inverídico, insultante, caviloso e desleal, mais digno de Jesuítas do que de sisudos Deputados do Congresso Nacional.”³²² Também é importante retomar que as Cortes de Lisboa estavam reagindo às críticas da imprensa, bem como do governo da regência.

Quanto à imprensa, ela passou a ser acusada de venalidade, o que para o *Reverbero* teria sido uma tentativa de “[...] inflamar os povos contra a verdade e contra todos os que a apresentavam [...]”³²³. Quanto ao governo da regência, o *Correio* teria reproduzido uma mensagem do deputado Custódio Gonçalves Ledo, em que o deputado afirmava que as Cortes teriam anulado a convocação de uma Assembleia Constituinte e Legislativa do Brasil, bem como retirados os poderes do príncipe.³²⁴ De forma que Lustosa descreve que “Seu governo deveria ser só de fato, mas não de direito e os que lhe obedecessem seriam considerados traidores e criminosos. O príncipe deveria regressar a Portugal em quatro meses, sob pena de incidir nos dispositivos constitucionais, perdendo os direitos a Coroa”³²⁵, elevando as tensões entre os dois reinos.

³¹⁹ LUSTOSA, I. **Insultos impressos: a guerra dos jornalistas na Independência (1821-1823)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p. 131.

³²⁰ Ibid., p. 134.

³²¹ Ibid., p. 135.

³²² Ibid., p. 136.

³²³ Ibid., p. 136.

³²⁴ Ibid., p. 141-142.

³²⁵ Ibid., p. 142.

Mesmo havendo essa unidade em torno da defesa da permanência do príncipe, a imprensa do período não ficou imune a brigas internas. Para demonstrar esses conflitos a autora elenca três periódicos e explora suas polêmicas. Foram estes: *Reverbero Constitucional Fluminense*; *Espelho*; e a *Malagueta*. O que estes três periódicos teriam em comum, afora a polêmica entre eles, era que os três surgiram em finais de 1821, e seriam diferentes de todos os outros que os precederam visto que “[...] cada um deles foi publicado por conta de seus redatores e representavam opiniões divergentes sobre a condução do processo político”³²⁶. Destes o mais importante teria sido o *Reverbero*.³²⁷

A autora explorou tais polêmicas. A primeira delas, que afirma ser a primeira grande polêmica da imprensa brasileira, foi o conflito entre o *Reverbero* e o *Espelho*.³²⁸ Esta polêmica se deu em torno de uma publicação do *Reverbero* tratando do caráter generalista que um panfleto de André Raposo teria veiculado. A resposta veio alguns dias depois no 13º número do *Espelho* e atacava o *Reverbero* acusando a carta publicada que fazia esta crítica de “aranzel de injúrias e impropérios”³²⁹, a polêmica duraria algumas edições e seriam trocadas várias farpas ao longo dela. A segunda polêmica foi a do *Malagueta* contra o *Reverbero*, que teria acontecido em abril de 1822 e teve como foco a discordância quanto à primazia do combate as medidas da Corte, com os dois periódicos a reivindicando.³³⁰ Outra polêmica citada foi entre o *Reverbero* e o Visconde de Cairu.

Além do *Reverbero*, a autora também trata especificamente o *Correio do Rio de Janeiro*, escrito por João Soares Lisboa, e de suas polêmicas. Lustosa caracterizou este jornal como o mais “claramente radical do Rio”³³¹, e afirmou que o seu estilo popular se revelara desde o primeiro número, de 10 de abril de 1822.³³² A autora também destacou que uma característica marcante do periódico era a tentativa que o mesmo fez de dar sentido democrático aos episódios políticos do período, colocando Dom Pedro como realizador da vontade popular.³³³ Ou seja, para Lisboa o povo teria sido o grande protagonista dos processos políticos que estavam transformando o Reino do Brasil no período.³³⁴ Lustosa também aponta que Lisboa teria escrito no *Correio* com um estilo impetuoso, o que teria lhe rendido várias acusações, até mesmo a de

³²⁶ LUSTOSA, I. **Insultos impressos: a guerra dos jornalistas na Independência (1821-1823)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p. 172.

³²⁷ Ibid., p. 172.

³²⁸ Ibid., p. 149.

³²⁹ Ibid., p. 149.

³³⁰ Ibid., p. 162.

³³¹ Ibid., p. 174.

³³² Ibid., p. 174.

³³³ Ibid., p. 175.

³³⁴ Ibid., p. 175.

defensor da volta do antigo despotismo³³⁵, e que pecava em seus escritos por um excesso de sinceridade que beirava a inocência.³³⁶

Como no caso do *Reverbero*, Lustosa apresenta várias polêmicas que o *Correio* foi envolvido. Entre elas a de João Soares Lisboa e José da Silva Lisboa, em torno da Representação aos povos do Rio de Janeiro, tema sobre o qual Silva Lisboa havia se insurgido;³³⁷ a do *Espelho*, por conta de críticas que o jornalista teria veiculado contra o Apostolado;³³⁸ do *Regulador*, situação que foi acusado de mudar de posicionamento político quando passou a fazer críticas a Dom Pedro I.³³⁹

Também foi no *Correio do Rio de Janeiro* onde a autora identificou os primeiros indícios de fechamento do regime de Dom Pedro. Eles teriam surgido quando Lisboa relatou, em 10 de julho de 1822, o caso do padre José Pinto da Costa Macedo, jornalista que atendia pelo pseudônimo de “Filodermo” preso, segundo o periódico, há 35 dias naquela data.³⁴⁰ Não muito tempo depois de relatar essa prisão, que considerou injusta, o próprio redator do correio foi alvo de intriga, que teria sido armada por Berquó e Gordilho³⁴¹, com o objetivo de prendê-lo, mas que não obteve sucesso.³⁴²

A polêmica que acabaria levando não só Soares Lisboa à prisão, mas dispersando todo o campo liberal, ocorreu em torno dos debates acerca do sistema eleitoral que se adotaria para preencher a deputação da Assembleia Constituinte e Legislativa do Brasil. Basicamente, como já vimos descrito em outros autores aqui trabalhados, haviam duas propostas concorrentes, uma que estabelecia a eleição direta para os cargos de deputados, defendida pelo grupo liberal, e uma segunda de eleição indireta, defendida pelo grupo que genericamente chama-se de conservadores. Tanto o *Correio* quanto o *Reverbero* se colocaram nesta batalha como fervorosos defensores do sistema eleitoral direto. Contudo, Lisboa foi quem mais atacou o Regente quando este se decidiu pela eleição indireta³⁴³, o que teria lhe rendido à acusação criminal por abusar da liberdade de imprensa.³⁴⁴

³³⁵ LUSTOSA, I. **Insultos impressos: a guerra dos jornalistas na Independência (1821-1823)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p. 176-177.

³³⁶ Ibid., p. 179.

³³⁷ Ibid., p. 181.

³³⁸ Ibid., p. 203.

³³⁹ Ibid., p. 248.

³⁴⁰ Ibid., p. 194.

³⁴¹ Para uma análise detalhada desta intriga ver: LEITE, R. L. **Republicanos e libertários: pensadores radicais no Rio de Janeiro (1822)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

³⁴² LUSTOSA, I. **Insultos impressos: a guerra dos jornalistas na Independência (1821-1823)**. São Paulo: Companhia das Letras. 2000. p. 200.

³⁴³ Ibid., p. 216.

³⁴⁴ Ibid., p. 216-217.

Para além dos problemas com o sistema eleitoral da constituinte, o Correio teria se envolvido em outra polêmica com o governo da regência, o que o colocou na mira direta da repressão que os liberais sofreriam no começo de novembro daquele ano. A polêmica da vez foi a de que Lisboa teria se envolvido, segundo Lustosa, na questão da transparência do gasto público, acusando o Ministério da Fazenda, ocupado desde começo de agosto por seu irmão Martin Francisco, de não ter dado informações acerca de um empréstimo aos comerciantes no Rio.³⁴⁵

Por fim, a última grande polêmica do periodista ocorreu em 1822, em torno da aclamação do Imperador, que naquela ocasião não se havia distribuído títulos de nobreza, o que teria sido, segundo Soares Lisboa, uma prova de que o príncipe nutria sentimentos democráticos.³⁴⁶ A autora afirma que, nesse louvor ao príncipe, Lisboa ainda teria afirmado que Dom Pedro só desejava a felicidade dos brasileiros, e que se esses quisessem ser republicanos, não encontrariam nele um obstáculo; para piorar a situação, a autora ainda afirma que Lisboa teria dito: “[...] ‘Eis o homem singular! Eis o Pedro 1º sem 2º!, Eis o puro democrata!!!’ [...] 1º sem 2º (no sentido de que depois dele viria a República)”³⁴⁷. As declarações lhe renderam a assinatura de um termo de que não mais publicaria seu jornal, bem como foi convidado a se retirar do Brasil.³⁴⁸ Ainda segundo a autora esse último processo em 1822 teria sido:

[...] só a coroação de um processo de enfrentamento que se iniciara desde que surgira o Correio do Rio de Janeiro. Processo que se tornara explícito a partir das críticas do jornal ao Apostolado e que atingira o ápice com os protestos de Soares Lisboa contra as eleições indiretas (o que já lhe valera um processo). No contexto em que o jornalista estava sendo intimado a deixar o país pesavam também sua intransigência e a do grupo que estava ligado nas questões interdependentes do juramento prévio do imperado à Constituição e do direito ou não de veto deste sobre as leis.³⁴⁹

O epílogo desta fase da imprensa brasileira foi o processo de perseguição deflagrado em 29 de outubro de 1822, e que ficou conhecido como a Bonifácia. Na ocasião, segundo Lustosa, circulou proclamação anônima, e atribuída a Martim Francisco, que afirmava: “[...]’vis carbonários que pugnavam pelo republicanismo, abusando da boa fé do Imperador, haviam (pérfidos!) ousado derramar a discórdia e desgostar os anjos tutelares Andradas, para os fazer

³⁴⁵ LUSTOSA, I. **Insultos impressos**: a guerra dos jornalistas na Independência (1821-1823). São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p. 251.

³⁴⁶ Ibid., p. 252.

³⁴⁷ Ibid., p. 252.

³⁴⁸ Ibid., p. 253.

³⁴⁹ Ibid., p. 253.

retirar do ministério””³⁵⁰. Nele todo o grupo liberal que participara da independência seria disperso. Ledo fugiu para Buenos Aires e teve seus bens confiscados.³⁵¹ José Clemente Pereira e Januário da Cunha Barbosa foram presos.³⁵² João Soares Lisboa acabou partindo também para Buenos Aires.³⁵³

Em 1823 esses jornalistas estavam de volta na cena pública, visto que foram absolvidos no processo da devassa de José Bonifácio, com a notável exceção de João Soares Lisboa. Contudo, mesmo preso o periodista publicou o *Correio do Rio de Janeiro*, comentando as sessões da Assembleia Constituinte e Legislativa do Brasil, em coerência com o que tinha escrito no ano anterior³⁵⁴. Já Ledo retomou seu trabalho enquanto periodista através da publicação de *O Shypho*, jornal de pouca expressão no debate.

Por fim, vale destacar que autora buscou o que aconteceu com esses periodistas da independência após esses conturbados anos. Destacamos o destino de João Soares Lisboa, que morreu lutando pela Confederação do Equador, em 30 de novembro de 1824;³⁵⁵ Joaquim Gonçalves Ledo sobreviveu aos tempos da independência, morrendo no ostracismo político, internado em sua fazenda;³⁵⁶ Januário da Cunha Barbosa continuou proeminente no Império, tendo sido diretor da Biblioteca Nacional e fundador do IHGB, falecendo como deputado em 1846.³⁵⁷

Também interessa-nos citar outro trabalho relativo aos estudos de imprensa, mas que tiveram como foco específico o grupo Ledo e seus escritos, produzido por Marcello de Ipanema e Cybelle de Ipanema. Ambos trabalharam na confecção da edição fac-similar do *Reverbero Constitucional Fluminense* que usamos ao longo deste trabalho,³⁵⁸ e realizaram farto estudo hemerográfico sobre o periódico. Nesse estudo foi feito um levantamento de outras leituras e catálogos sobre o *Reverbero Constitucional Fluminense*; posição política que o periódico ocupava no momento da independência; responsabilidade editorial; um sumário dos dois redatores Januário da Cunha Barbos e Joaquim Gonçalves Ledo; descrição geral da coleção; o período de existência; os indicadores ideológicos do Jornal; identificação dos elementos físicos do mesmo; tipografias impressoras; identificação das matérias e comportamentos redacionais;

³⁵⁰ LUSTOSA, I. **Insultos impressos: a guerra dos jornalistas na Independência (1821-1823)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p. 257.

³⁵¹ Ibid., p. 260.

³⁵² Ibid., p. 260.

³⁵³ Ibid., p. 261.

³⁵⁴ Ibid., p. 296.

³⁵⁵ Ibid., p. 414.

³⁵⁶ Ibid., p. 417.

³⁵⁷ Ibid., p. 417.

³⁵⁸ IPANEMA, C., IPANEMA, M. **Reverbero Constitucional Fluminense – 1821-1822: texto, estudo hemerográfico e indexação**. Rio de Janeiro, Edições Biblioteca Nacional, 2005.

comercialização; coleção e números avulsos conhecidos. Há também um conjunto de mapas e quadros estatísticos do periódico, bem como índice Onomástico, Toponímico, Hemerográfico e Analítico do material.³⁵⁹

O que mais nos foi interessante deste estudo foram: a posição política do *Reverbero* durante o processo de independência;³⁶⁰ Também incluímos os índices produzidos, em especial, o índice analítico que nos ajudou a identificar em quais números do periódico foi mobilizado o conceito república. No geral, como pode ser visto nas notas 342, 343 e 344 de seu texto, os autores não dedicaram longas páginas a apresentação destes três temas que nos são caros em seu estudo.

No item 3 de seu estudo “a posição política do mesmo durante o processo de independência”³⁶¹, os Ipanema fizeram uma breve descrição do posicionamento do jornal no período. Ambos os autores iniciam sua apresentação do *Reverbero* afirmando que, em épocas de transformação política, há uma maior atenção do público em geral as notícias e pelas ideias que estão sendo divulgadas nos meios de transmissão dessas informações e, no geral, os veículos de comunicação que surgem nesses períodos mais atribulados tendem a desaparecer junto com as comoções do tempo.³⁶² Segundo os Ipanema, o Brasil não escaparia a tal padrão. Os autores demonstram esse padrão afirmando que nos estudos hemerográficos existentes há “[...] acentuados crescimentos de títulos em 1821 e 1822, em 1823, de 1827 a 1833, em 1840, no período que antecede a Abolição, após a Proclamação da República, nos anos que se seguem à Revolução de 30, com a redemocratização em 1845 e nos dias atuais.”³⁶³

Marcello de Ipanema e Cybelle de Ipanema também afirmam que esses ciclos da imprensa necessitam necessariamente de meios editoriais para existirem, ou seja, de capacidade gráfica que absorva a necessidade de produção destes impressos. Caso contrário há um ressurgimento das folhas manuscritas.³⁶⁴ No caso específico do nosso arco temporal, é narrado que a expansão da demanda gráfica após a Revolução do Porto, em 1820, fez com que se instalassem mais gráficas em Portugal e no Brasil. E descreve que no Rio de Janeiro foram inauguradas mais cinco tipografias durante o período de 1821 e 1822, servindo a todo tipo de público.³⁶⁵

³⁵⁹ IPANEMA, C., IPANEMA, M. **Reverbero Constitucional Fluminense – 1821-1822: texto, estudo hemerográfico e indexação**. Rio de Janeiro, Edições Biblioteca Nacional, 2005. p. 6.

³⁶⁰ Ibid., p. 23-33.

³⁶¹ Ibid., p. 23.

³⁶² Ibid., p. 23.

³⁶³ Ibid., p. 24.

³⁶⁴ Ibid., p. 24.

³⁶⁵ Ibid., p. 25.

O *Reverbero* nasceu dentro deste movimento de expansão tipográfica no Rio de Janeiro, na Tipografia de Moreira e Garcez.³⁶⁶ Nessa tipografia foram editados 352 das 652 páginas que tem todo o conjunto do periódico, correspondendo 53,9% do *Reverbero*.³⁶⁷ Para além do *Reverbero* a Moreira e Garcez também imprimiu os periódicos *A Malagueta*, e *O Papagaio*.³⁶⁸ A segunda tipografia que trabalhou com o *Reverbero* foi a Nacional, de propriedade do governo; nela foram editadas 168 páginas, que correspondem a 25,7% do total do *Reverbero*, editando também o periódico *O Espelho*.³⁶⁹ A terceira tipografia a trabalhar com o periódico foi a Silva Porto e Companhia, responsável pela edição de 132 páginas do *Reverbero*, correspondendo 20% do total das páginas³⁷⁰, sendo descrita como a tipografia dos periódicos liberais mais avançados do período, dando o exemplo do *A Malagueta* e o *Correio do Rio de Janeiro* entre os periódicos que foram produzidos ali.³⁷¹ A fim de visualização dessas informações reproduzimos o quadro de impressão do periódico contido no Estudo.

TABELA 1 – Relação dos números, páginas e tipografia do primeiro tomo do R.C.F.

Nº	Data	Dia da semana	Páginas Numeração	Nº de páginas	Tipografia
I	15/09/1821	Sab	1-12	12	Tip. De Moreira e Garcez
II	01/10/1821	2ª	13-24	12	Tip. De Moreira e Garcez
I supl. Ao nº II	08/10/1821	2ª	1-12	12	Tip. De Moreira e Garcez
III	15/10/1821	2ª	25-36	12	Tip. De Moreira e Garcez
IV e V	01/11/1821;15/11/1821	5ª	37-60	12	Tip. De Moreira e Garcez
VI e VII	01/12/1821;15/12/1821	Sab	61-84	12	Tip. De Moreira e Garcez
VIII	01/01/1822	3ª	85-96	12	Tip. De Moreira e Garcez
IX	08/01/1822	3ª	97-112	16	Tip. De Moreira e Garcez
X à XXVI	15/01/1822 à 07/05/1822	3ª	113-316	12	Tip. De Moreira e Garcez
1º ext.	12/05/1822	3ª	1-12	12	Tip. De Moreira e Garcez
XVII	14/05/1822	3ª	317-328	12	Tip. De Moreira e Garcez
2º ext.	18/05/1822	3ª	1-24	24	Tip. De Moreira e Garcez
XXVIII	21/05/1822	3ª	329-340	12	Tip. De Moreira e Garcez

Fonte: *Reverbero Constitucional Fluminense* – 1821-1822: texto, estudo hemerográfico e indexação.³⁷²

³⁶⁶ IPANEMA, C., IPANEMA, M. **Reverbero Constitucional Fluminense – 1821-1822: texto, estudo hemerográfico e indexação.** Rio de Janeiro, Edições Biblioteca Nacional, 2005. p. 88.

³⁶⁷ Ibid., p. 90.

³⁶⁸ Ibid., p. 90.

³⁶⁹ Ibid., p. 91.

³⁷⁰ Ibid., p. 93.

³⁷¹ Ibid., p. 91.

³⁷² Ibid., p. 128-129.

TABELA 2 – Relação dos números, páginas e tipografia do primeiro tomo do R.C.F. (continuação).

Nº	Data	Dia da semana	Páginas Numeração	Nº de páginas	Tipografia
I à IV	28/05/1822 à 18/06/1822	3ª	1-48	12	Tip. Nacional
V	25/06/1822	3ª	49-64	16	Tip. Nacional
VI à VIII	02/06/1822 à 16/07/1822	3ª	65-100	12	Tip. Nacional
IX	23/07/1822	3ª	101-112	16	Tip. Nacional
X	30/07/1822	3ª	113-124	12	Tip. Nacional
XI à XIII	06/08/1822 à 20/08/1822	3ª	125-160	12	Tip. de Silva Porto & Cia.
XIV à XVI	27/08/1822 à 10/09/1822	3ª	161-208	16	Tip. de Silva Porto & Cia.
XVII à XX	17/09/1822 à 08/10/1822	3ª	209-256	12	Tip. de Silva Porto & Cia.

Fonte: *Reverbero Constitucional Fluminense* – 1821-1822: texto, estudo hemerográfico e indexação³⁷³

Ao longo da análise da documentação nos capítulos II e III, tentamos procurar diferenças na veiculação dos conceitos conforme houve a troca de tipografias. Não encontramos, pois, nenhuma mudança significativa no modo de veiculação dos conceitos resultante dessa mudança. Retomando, então, a caracterização que o estudo faz acerca do *Reverbero*, separamos a seguinte citação que sintetiza a visão dos Ipanema: “O Reverbero Constitucional Fluminense é o órgão no Rio – o maior centro de decisões do Brasil -, programado para desfraldar a bandeira nacionalista e aglutinar e fortalecer a corrente separatista dentro dos princípios constitucionalistas”³⁷⁴. Como vemos, eles consideraram o *Reverbero* como um periódico que tinha por objetivo congregar as ideias nacionalistas e separatistas dentro de princípios constitucionalistas. O que contrasta com os escritos de Oliveira e Leite, que colocam os personagens que editoravam o *Reverbero* como os pilares que mantinham a união entre os dois reinos, só se decidindo por romper com Portugal quando se mostrou impossível uma conciliação com as Cortes de Lisboa.

É importante pontuar também, que os Ipanema fazem um breve comentário acerca da liberdade de imprensa, afirmando que por conta da Revolução do Porto o governo tinha perdido boa parte de seu controle sobre os impressos, mas que ainda preservava uma boa capacidade de

³⁷³ IPANEMA, C., IPANEMA, M. **Reverbero Constitucional Fluminense – 1821-1822: texto, estudo hemerográfico e indexação**. Rio de Janeiro, Edições Biblioteca Nacional, 2005. p. 130.

³⁷⁴ Ibid., p. 25.

reação aos movimentos políticos dos liberais. Dão, como exemplo disso, o caso que ficou conhecido como a Revolta da Praça do Comércio³⁷⁵. O *Reverbero* teria, segundo os autores, nascido no momento de maior fraqueza dessa rede de censura, no ocaso do governo joanino no Brasil e com o estabelecimento da regência de Dom Pedro. Os Ipanema atribuem essa fraqueza da censura durante o nascimento do *Reverbero* ao juramento feito por D. Pedro às Bases Constitucionais, em 5 de junho, e à aplicação dos decretos de 8 de maio, que permitiam a entrada de livros sem que se passasse pela censura; e, por último, o decreto de 28 de agosto que acabava com a censura prévia dos textos produzidos no Brasil.³⁷⁶

Os Ipanema também chamam a atenção para o fato do periódico ter sido lançado no dia 15 de setembro a fim de comemorar o primeiro ano da Revolução do Porto, e atribuem aos editores do *Reverbero* a criação do primeiro periódico da corte de tom nacionalista, categorizando seus escritos como “vigorosos”. Dessa forma, em meio às dificuldades de lançar um jornal liberal na sede da regência, ou seja, sob os olhares do governo regencial de D. Pedro, os redatores se lançaram a tentar conduzir a opinião pública, e do príncipe regente, em direção às ideias do século, de forma resoluta, sem retrocessos, mas mantendo a prudência e se aproveitando dos momentos de tensão que eram criados com as Cortes.³⁷⁷

É também interessante notar que os autores, apesar de serem breves na apresentação, mostram uma concepção do jogo político da independência. Colocam que, entre janeiro e junho de 1822, os conflitos entre os dois reinos levaram a união de duas correntes que eles chamam de nacionalistas. Como podemos ver no trecho a seguir: “a popular, liderada por Ledo, Januário, Clemente Pereira, Nóbrega, e orientada pelo *Reverbero*, e a elitista, de caráter autoritário, chefiada por José Bonifácio.”³⁷⁸ Observa-se também que os Ipanema tomam nota da aliança entre o *Reverbero* e o *Correio do Rio de Janeiro* datando-a no dia 10 de abril de 1822. Também afirmam que a tipografia em que ele era editado, a Tip. de Silva Porto & Cia., passou a integrar essa aliança, de forma que este jornal e tipografia que identificaram como republicanas passarem a integrar corrente nacionalista-popular do *Reverbero*.³⁷⁹ É interessante notar que, apesar do *Reverbero* ter feito uma aliança com esses republicanos segundo os Ipanema, ele só vai se transferir para esta tipografia Silva e Porto em 6 de agosto de 1822, após período na tipografia nacional que havia sido iniciado em 28 de maio de 1822.

³⁷⁵ IPANEMA, C., IPANEMA, M. **Reverbero Constitucional Fluminense – 1821-1822**: texto, estudo hemerográfico e indexação. Rio de Janeiro, Edições Biblioteca Nacional, 2005. p. 26.

³⁷⁶ Ibid., p. 26.

³⁷⁷ Ibid., p. 27.

³⁷⁸ Ibid., p. 28.

³⁷⁹ Ibid., p. 29.

Os autores descrevem o fim do *Reverbero* como uma consequência dos acirramentos entre essas correntes autoritárias e populares dos nacionalistas. Isso, pois, o desfecho dessa briga entre os dois grupos teria se dado nos meses de setembro a novembro, e ocorreu pela adesão de Dom Pedro aos grupos dos autoritários. Como os liberais perderam a disputa política, passaram a ser perseguidos pelos seus opositores, tirando então de cena seus ideais do embate público.³⁸⁰

Em auxílio a bibliografia que tratou sobre especificamente sobre a imprensa e sobre a independência buscamos também compreender como tem se colocado nos trabalhos mais recentes a forma pela qual circularam essas ideias. Mas não de quaisquer espaços, e sim naqueles de formação das esferas públicas de debate, espaço que a imprensa sempre ocupou lugar privilegiado. Para pensar em como esses escritos foram lidos e como se relacionavam com essa esfera pública elencamos o trabalho de Marco Morel: *As transformações dos espaços públicos*³⁸¹.

Além de toda a discussão apresentada, é importante pontuar que para a definição destes grupos políticos atuantes na Independência e regência a maioria dos materiais utilizados como referência no trabalho mencionavam periódicos do período posterior ao período da independência. Assim, o autor não se dedicou exclusivamente aos esses escritos do começo da década de 20 ao categorizar estes grupos. Também é importante destacar a notável ausência do *Reverbero Constitucional Fluminense* em sua tese, jornal que foi amplamente estudado pelos historiadores que tratam do período da Independência. Ledo, tal como seu jornal, e Januário da Cunha Barbosa não têm destaque na obra do autor.

Então, para além da questão de como os grupos políticos da independência se organizaram, a contribuição deste trabalho foi nos auxiliar a localizar como os periódicos e panfletos se relacionavam na cena pública - neste momento de formação de um espaço público de debates. De forma que, para o período, Morel afirma que estava ocorrendo um profundo processo de transformações, entre as quais o surgimento da imprensa periódica de opinião e as associações leigas que não estavam ligadas ao governo.³⁸² Ambos os instrumentos são descritos como elementos importantes nas delimitações da liberdade expressão e reunião, tanto na forma

³⁸⁰ IPANEMA, C., IPANEMA, M. **Reverbero Constitucional Fluminense – 1821-1822**: texto, estudo hemerográfico e indexação. Rio de Janeiro, Edições Biblioteca Nacional, 2005. p. 31.

³⁸¹ MOREL, M. **As transformações dos espaços públicos**: imprensa, atores políticos e sociabilidades na Cidade Imperial 1820-1840. São Paulo: Hucitec, 2005.

³⁸² Ibid., p. 260-261.

positiva, mostrando que havia mais espaço para gozar destas duas liberdades, quanto da negativa para mostrar que ainda eram restritas.³⁸³

Essas novas formas de circulação da informação são tidas, pelo autor, como novos elementos dentro de uma velha sociedade. Assim, considera que neste momento de transformações do espaço público do Rio de Janeiro era possível encontrar um tipo de formação sociocultural híbrida, unindo-se valores das sociedades de antigo regime e valores que se pretendiam modernos, ou seja, liberais.³⁸⁴ O interessante dessa exposição é a ênfase que o autor dá em como os outros elementos de difusão do debate público, como por exemplo os manuscritos, nos ajudam a dimensionar o papel que os impressos ocupavam na cena pública, visto que eram apenas um dos espaços onde os debates ocorriam.

A importância dos impressos é evidente, principalmente porque, segundo Morel, as expressões de pensamento que não podiam ser expressas através dos periódicos, por terem conteúdos subversivos, ou grosseiros acabavam por se expressar por meio desses meios informais.³⁸⁵ Seriam estas expressões: manuscritos, palavras e gestos.³⁸⁶ Para demonstrar como estes materiais eram ricos, o autor recuperou um relato do embaixador francês no Brasil, coronel Maler, no qual o mesmo indica que havia visto um papel fixado na porta de uma casa, em que estariam escritas “[...] ameaças impossíveis de encontrar em papéis regularmente impressos.”³⁸⁷, completando o relato de que os transeuntes além de lerem o papel indecoro ainda o copiavam publicamente, difundindo o seu conteúdo.³⁸⁸

Ou seja, nos traz a informação que havia uma rede de difusão de informações que fazia com que os conteúdos dos periódicos e dos manuscritos expostos em praça, circulavam para além dos públicos letrados, e além dos circuitos de elite que formavam a chamada república das letras. Assim, Morel afirma que houve, neste período, uma quebra do monopólio de informações do regime absolutista que estava instalado no Rio de Janeiro.³⁸⁹ Essa rede de circulação informal de informações teria entrado em ação com mais força concomitante ao aumento da censura no Brasil, com a onda de prisões e exílios que se seguiram a aclamação de Dom Pedro como Imperador do Brasil; isso se devia à polêmica do juramento prévio a Constituição, bem como dos conflitos que se seguiram a Assembleia Constituinte de 1823.³⁹⁰

³⁸³ MOREL, M. **As transformações dos espaços públicos**: imprensa, atores políticos e sociabilidades na Cidade Imperial 1820-1840. São Paulo: Hucitec, 2005. p. 261.

³⁸⁴ Ibid., p. 261.

³⁸⁵ Ibid., p. 262.

³⁸⁶ Ibid., p. 262.

³⁸⁷ Ibid., p. 263.

³⁸⁸ Ibid., p. 263.

³⁸⁹ Ibid., p. 265.

³⁹⁰ Ibid., p. 265-266.

O autor relata que, neste período de repressão política, foram encontrados materiais no Rio de Janeiro que “[...] chamavam d. Pedro I de traidor, articulava-se, num ideário semelhante, a Confederação do Equador que teria força no Ceará Pernambuco e Paraíba [...]”³⁹¹. Essas folhas incendiárias, nas palavras de Morel, foram acompanhadas também de uma difusão de caricaturas, em especial denunciando o caso extraconjugal de Dom Pedro com Domitila de Castro para apontar que esse foi um elemento importante para a corrosão do antigo regime na França.³⁹²

Por fim, além destes breves destaques é importante pontuar que autor também tratou do relacionamento que estes papéis, que seriam manuscritos, com os produzidos pela imprensa, seja ela a periódica, seja ela a panfletária. Segundo Morel esses manuscritos não podem ser considerados antagônicos aos impressos, visto que eles partem de uma mesma mentalidade de produção que condicionava a produção de ambos os materiais. Afirma ainda que seria um equívoco tratar estes materiais como uma:

[...] mera reprodução, distorcida ou empobrecida, da imprensa regular (incluindo livros, brochuras, almanaques, etc.), na medida em que possuíam, como parece indicado, especificidade: linguagem, estilo, conteúdo, identificação de autoria, forma material e modo de circulação que se distinguem da galáxia impressa.³⁹³

O autor indica que o ideal seria a adoção de uma perspectiva na qual os materiais fossem trabalhados de maneira complementar, buscando como uns influenciaram os outros.³⁹⁴ Infelizmente o escopo da nossa pesquisa não alcança tal grau de complexidade, a ponto de conseguir fazer essas relações, mas fazemos este apontamento como premissa teórico-metodológica ao colocar em diálogo a imprensa periódica, que são matérias perenes que se estendem por várias edições, e panfletos que são mais limitados, não criando uma hierarquia entre eles ao longo da análise que realizamos nos capítulos III e IV.

Outro trabalho que utilizamos para melhor entender a circulação de impressos no período foi o estudo de Andréa Slemian *A vida política em tempo de crise*³⁹⁵. A autora busca compreender, em sua pesquisa, a vida política no Rio de Janeiro de 1808 à 1824 (da chegada de Dom João VI às transformações sofridas com a Revolução do Porto em 1820) e o processo

³⁹¹ MOREL, M. **As transformações dos espaços públicos**: imprensa, atores políticos e sociabilidades na Cidade Imperial 1820-1840. São Paulo: Hucitec, 2005. p. 266.

³⁹² Ibid., p. 266-267.

³⁹³ Ibid., p. 269.

³⁹⁴ Ibid., p. 269.

³⁹⁵ SLEMIAN, A. **Vida política em tempo de crise**: Rio de Janeiro (1808-1824). São Paulo: Hucitec, 2006.

de independência do Brasil. Assim como Morel, Slemian não tem como foco o *Reverbero Constitucional Fluminense*, nem seus autores, bem como não trata dos panfletos em circulação de modo particular, mas nos ajuda a entender como impressos e projetos políticos circularam naquele contexto.

Um dos primeiros apontamentos que precisamos fazer da obra da autora é no que se refere a chamada “cultura do segredo”, um dos pilares fundantes da modernidade ocidental, segundo Reinhart Koselleck³⁹⁶. Segundo Slemian, essa cultura do segredo não teria se desenvolvido aqui da mesma maneira que se desenvolvera na Europa, visto que existiu na América portuguesa um tipo de formação social que impossibilitava o cultivo do segredo, de forma a impossibilitar a formação de um espaço privado totalmente separada do espaço público. Esse elemento *sui generis* brasileiro seria a existência da escravidão.³⁹⁷

A escravidão traria um elemento diferente a essa cultura do segredo, visto que o intenso uso de escravos nas sociedades portuguesas na América, fez com que estes circulassem em todos os espaços sociais, incluindo aqui os espaços que foram entendidos pela autora como espaços íntimos, o que teria impedido a criação de espaços realmente restritos. De forma que o espaço privado não conseguiu se autonomizar como se autonomizou como na Europa, visto que “[...] o que se discutia em intimidade sempre podia ser ouvido por alguém”³⁹⁸. Isso explicaria, para a autora, o porquê das autoridades do Rio de Janeiro enxergarem como potencialmente subversivas todas as conversas que os protagonistas se fechassem em segredo.³⁹⁹

Já Renato Lopes Leite, não trata do assunto, mas seria importante descobrir como a questão do segredo apareceu no processo dos cidadãos, principalmente se levando em consideração que as testemunhas do processo acusaram eles, Joaquim Gonçalves Ledo e Januário da Cunha Barbosa, de republicanismo por conta de um jantar na casa de Barbosa em que eles teriam brindado a partida do príncipe à Europa, fato que acabou não acontecendo por conta da decisão de desobediência às Cortes.

De toda forma, retomando-se o trabalho de Slemian, a autora fez uma caracterização do período que estudamos, na qual descreve a chegada das notícias da Revolução Liberal do Porto no Rio de Janeiro. Ela mostra que, desde antes da chegada das notícias da Revolução, a sede da monarquia portuguesa se encontrava em estado de agitação político-social.⁴⁰⁰ A chegada da

³⁹⁶ Cf. Crítica e Crise.

³⁹⁷ SLEMIAN, A. **Vida política em tempo de crise**: Rio de Janeiro (1808-1824). São Paulo: Hucitec, 2006. p. 101.

³⁹⁸ Ibid., p. 101.

³⁹⁹ Ibid., p. 101.

⁴⁰⁰ Ibid., p. 113-114.

Revolução só teria, portanto, agravado este quadro já não estável, fazendo com que viesse à tona um conjunto de projetos políticos alternativos para se debelar a crise aberta pelo movimento do Porto. Assim um dos elementos que autora destaca na crise foi a ascensão de novos grupos políticos na cena fluminense, em especial os analisados por Cecília Helena de Salles Oliveira, comentando via bibliografia sua atuação nesse período de crise.⁴⁰¹

Segundo a autora, esse grupo em ascensão se caracterizava pelo desejo de maior participação no governo e ampliação dos direitos políticos para a sociedade civil. Afirma também que no jogo político da independência, os nominando como liberais⁴⁰², se comportaram de maneira fluída, com alto grau de pragmatismo, em vias de preservar quaisquer posições de poder alcançadas⁴⁰³. Depois de fazer essa caracterização, a autora comentou o desenrolar dos eventos que levaram a partida de Dom João VI do Brasil, em especial a mobilização do povo e tropa pela adoção da Constituição Portuguesa e pela eleição dos deputados fluminenses às Cortes.

Também é destacado que a monarquia pouco teve papel no desenrolar dos acontecimentos que levaram a aderir as cortes de forma que, naquela ocasião, só teria lhes restado a opção de aderir ao movimento do Porto e ao constitucionalismo, assumindo na hora da adesão um “[...] discurso constitucional moderno que incorporava ostensivamente – ao menos no discurso elementos de novidade em relação à antiga ordem”⁴⁰⁴. Apesar deste destaque, não parece que autora faça uma cisão entre teoria e prática política como foi feito por autores clássicos que trataram da independência.

Neste momento, a autora coloca que foi a primeira vez que Dom Pedro teve destaque na cena pública. Além disso, argumenta que existem indícios, fazendo este apontamento através dos trabalhos de Oliveira, da participação deste grupo liberal na articulação da partida do Rei a Europa, pois sua presença em terras americanas poderia colocar em risco o desejo liberal de controle dos negócios e cargos na província do Rio de Janeiro, bem como do processo de constitucionalização do reino, visto que a monarquia interferiria diretamente nos negócios da cidade.⁴⁰⁵

Ela utiliza o exemplo da interferência dos liberais no processo de partida de Dom João VI a fim de demonstrar que a participação deste setor social nos episódios políticos do Reino

⁴⁰¹ SLEMIAN, A. **Vida política em tempo de crise**: Rio de Janeiro (1808-1824). São Paulo: Hucitec, 2006. p. 115.

⁴⁰² Ibid., p. 115.

⁴⁰³ Ibid., p. 115-116.

⁴⁰⁴ Ibid., p. 117.

⁴⁰⁵ Ibid., p. 118.

de Portugal não era uma novidade, e que antecederiam a movimentação do Porto⁴⁰⁶. Retoma episódios em que a tropa havia sido parte presente do embate político português desde o reinado de D. José I (1750-1777), quando as reformas militares teriam feito com que esse corpo começasse a ganhar autonomia e relação à nobreza. Descreve, então, que esse corpo teve um papel destacado em vários desdobramentos da revolução, como na organização das juntas governativas de província.

O clima de tensão que estaria instalado na cidade, inclusive com receios de indisciplina da tropa e ação direta do povo, teria preocupado a ação dos ministros do Rei. Havia, ainda, a preocupação de que ocorressem manifestações de descontentamento para com o regime, de forma que a ação do ministério foi no sentido de tentar diluir essas tensões e não perder o total controle do processo político em curso. Após o episódio do juramento a Constituição Portuguesa, a autora destacou a Revolta da Praça do Comércio.

A Revolta da Praça do Comércio foi resultado da ação dos liberais, que tentaram trabalhar com a pressão do povo e da tropa do Rio de Janeiro, a fim de controlar a formação da regência que ficaria a cargo de Dom Pedro. Contudo, a reunião que foi feita na Praça do Comércio, local público, saiu de controle quando populares exigiram a adoção imediata da Constituição de Cádiz, o imediato retorno da família real à Portugal, e a formação de uma Junta de Governo. José Clemente Pereira teria participado dessa reunião como eleitor e teria feito o termo de juramento da Constituição Espanhola.⁴⁰⁷

O fracasso da reunião, que acabou por força das armas na medida em que se convertia em revolta, teria levado a derrota das posições liberais e à preservação da prerrogativa de indicação dos ministros pela monarquia. Contudo a recém instalada regência não teria gozado de estabilidade depois de debelada a Revolta da Praça, não contando com apoio consolidado no Rio de Janeiro, nem com as províncias do norte, e ainda tendo que lidar com a situação delicada da Cisplatina.⁴⁰⁸

A autora, então, cita o conflito com a divisão auxiliadora em cinco de julho, que pressionava o príncipe regente a adoção das bases constitucionais e pela demissão do Conde dos Arcos⁴⁰⁹. Tais demandas foram aceitas mostrando, para a autora, a fragilidade da regência naquele momento, ao mesmo tempo em que reforça o papel que ela atribuiu às tropas no processo político de constitucionalização do Brasil. Afirma também que as definições em torno

⁴⁰⁶ SLEMIAN, A. **Vida política em tempo de crise**: Rio de Janeiro (1808-1824). São Paulo: Hucitec, 2006. p. 119.

⁴⁰⁷ Ibid., p. 121-122.

⁴⁰⁸ Ibid., p. 123.

⁴⁰⁹ Ibid., p. 123.

dos poderes da Junta de Governo continuavam indefinidas, o que teria levado a uma campanha dos liberais em torno da constituição de um Governo Provisório, que fora instalado em 20 de outubro.⁴¹⁰

Neste cenário conturbado de definições dos poderes da regência houve a ascensão dos grupos liberais na cena pública, cujo um dos exemplos foi Clemente Pereira, que teria conseguido a posição de Presidente do Senado da Câmara, mesmo tendo se envolvido na Revolta da Praça do Comércio⁴¹¹. O que manteria a unidade destes grupos liberais, e os que suportavam a regência neste período seria a ideia de que o governo do Rio de Janeiro não deveria se submeter às Cortes de Lisboa, ou seja, estavam brigando pela manutenção de um centro comum no Reino do Brasil, de forma que os dois Reinos preservassem a condição de igualdade que fora conquistada em 1815⁴¹².

A autora também dispensa a ideia de que naquele momento se estivesse gestando a separação entre os dois Reinos, visto que as relações de pertencimento ao Reino Unido e a nação portuguesa eram largamente difundidos. E que a separação poderia até mesmo acarretar uma volta do despotismo. Dessa forma, a ligação entre as duas partes do reino serve como parapeito aos interesses tanto de elementos conservadores quanto liberais⁴¹³. Esta situação só teria mudado com a ação das Cortes de Lisboa, em tentar limitar a atuação dos poderes da regência, submetendo-a aos seus ditames. Isto teria ocorrido, pois os liberais de Portugal veriam com desconfiança a regência de Dom Pedro, visto que ela teria sido estabelecida à revelia das Cortes.⁴¹⁴ Esta tentativa de controle por parte das cortes, a partir dos decretos que exigia a volta do príncipe e extinguiu os tribunais, foi pessimamente recebida no Rio de Janeiro, elevando a tensão política que estaria presente desde antes da Revolução do Porto.⁴¹⁵

A reação a estes decretos acabou por rachar o grupo brasileiro em torno do partido do príncipe, e devolveu a ele a capacidade de iniciativa no processo político. O grupo de Ledo, liberal, teria se movimentado para garantir sua partida, de forma que pudessem ocupar os cargos que ficariam vagos e assumir o governo do Brasil⁴¹⁶. O grupo de apoio a Dom Pedro, que contava com apoio de Minas Gerais e São Paulo, reagiu aos decretos prestando apoio ao regente e lançando-se numa campanha na imprensa, tanto a periódica quanto a panfletaria, em prol da

⁴¹⁰ SLEMIAN, A. **Vida política em tempo de crise: Rio de Janeiro (1808-1824)**. São Paulo: Hucitec, 2006. p. 124.

⁴¹¹ Ibid., p. 124.

⁴¹² Ibid., p. 124-125.

⁴¹³ Ibid., p. 125.

⁴¹⁴ Ibid., p. 126.

⁴¹⁵ Ibid., p. 126.

⁴¹⁶ Ibid., p. 126.

permanência do regente.⁴¹⁷ É neste ponto da análise que a autora passa a dar maior importância à imprensa no processo político da independência.

O cerne da propaganda pela permanência do regente se daria em torno da ideia de que as cortes tentavam recolonizar o Brasil. Relativamente a essa hipótese, além de rechaçar, a autora afirma que por um bom tempo foi aceita pela historiografia de maneira acrítica como principal explicação para o movimento de ruptura entre os Reinos do Brasil e de Portugal.⁴¹⁸ A aceitação da tese recolonizadora pela opinião pública teria feito com que os liberais que, inicialmente defendiam a partida do príncipe, passassem a apoiá-lo.

Assim, a imprensa liberal, e aí a autora invoca o exemplo do *Reverbero Constitucional Fluminense*, passou a vincular uma narrativa de louvor a Dom Pedro e a decisão dele de desobedecer às Cortes de Lisboa permanecendo no Brasil, a um discurso de que as cortes estariam agindo de maneira despótica⁴¹⁹. Neste conflito a reação veio na sublevação das tropas do General Alvilez, em 11 de janeiro de 1822; contudo, por estar mais articulado com elites locais Dom Pedro teve condições de resistir às pressões das tropas e saiu vitorioso.⁴²⁰

Ou seja, o Rio de Janeiro do período foi caracterizado pela autora como um campo de batalha político extremamente complexo que envolvia a atuação de inúmeros atores de maneira ora coordenada, ora descoordenada. Local onde interesses e alianças políticas entre os diversos setores sociais se entrecruzavam e mudavam conforme a conveniência; um ambiente de alta tensão política, de forma que práticas políticas do antigo regime conviveram com práticas, ditas, modernas. Esse processo de tensão vai perdurar durante todo o período da independência até a outorga da constituição de 1824.

Além da caracterização do clima político que foi feito pela autora do Rio de Janeiro da época da independência, é importante também retomarmos a caracterização específica que a autora faz da imprensa nesse ambiente de conflito. Para Slemian, a participação da imprensa no jogo político do Rio de Janeiro foi uma novidade devido à adoção de uma postura pelos revolucionários do porto de liberarem a imprensa da censura prévia⁴²¹. Isso teria permitido a quebra do monopólio dos impressos que gozava a imprensa régia, abrindo mercado para que se surgisse prensas particulares, bem como viabilizou, pelo aumento do volume das publicações, que estas alcançassem maior número de leitores.⁴²² A fim de ilustrarmos a expansão da

⁴¹⁷ SLEMIAN, A. **Vida política em tempo de crise: Rio de Janeiro (1808-1824)**. São Paulo: Hucitec, 2006. p. 127.

⁴¹⁸ Ibid., p. 128.

⁴¹⁹ Ibid., p. 128-129.

⁴²⁰ Ibid., p. 129.

⁴²¹ Ibid., p. 138.

⁴²² Ibid., p. 138.

circulação de periódicos no período reproduziremos o exemplo que autora apresentou sobre o Correio do Rio de Janeiro:

Veja-se o caso do *Correio do Rio de Janeiro*, periódico que não possuía nenhum auxílio de caráter oficial, mas que, fechado em outubro de 1822 por força do governo, voltou a ser publicado no ano seguinte com a mesma periodicidade de três números por semana, afora os números extraordinários.⁴²³

Assim, houve uma percepção geral de que com a liberação da imprensa debates que antes estavam restritos ao ambiente privado, e eram vistos como subversivos, passaram a ocupar uma nascente esfera pública de debates e, por consequência, pode-se afirmar que ali se encontra a gênese da opinião pública. Isso só foi possível, porque além dos decretos das cortes em prol da liberdade de imprensa e do constitucionalismo houve, por parte da monarquia, um discurso de adesão ao novo sistema constitucional, de forma que essa adesão do monarca ao novo sistema incentivou a proliferação dos impressos e, por consequência, o debate público.⁴²⁴

Esse aumento na circulação e produção dos impressos, bem como da ampliação dos assuntos que poderiam ser publicados, foi um fenômeno importante para se entender o debate empregado no período. Essas mudanças no mundo dos impressos não se restringiram a palavra escrita, havendo também a expansão das discussões, realizadas nos periódicos e jornais, para as praças públicas; dessa forma, a autora detectou que as livrarias e comerciantes, em geral, passaram a ocupar os mesmos espaços geográficos dentro da configuração urbana do Rio de Janeiro.⁴²⁵

A autora também chamou a atenção para a introdução de um novo vocabulário liberal no período, trazendo inúmeras expressões “[...] para a luta contra o ‘despotismo’ e o ‘absolutismo’, assim como os elogios a qualidades da Constituição, estavam na ordem do dia”⁴²⁶. Slemian aponta também que, além de um vocabulário novo, se observa a transformação de antigos vocabulários ao sabor dos acontecimentos políticos, trazendo aqui o exemplo da palavra *independência*, que teria se transformado de *autonomia* a *separatismo*, conforme o conflito entre Portugal e Brasil foi se acirrando.⁴²⁷

Sobre o vocabulário também vale o destaque que a autora faz acerca da mobilização do termo *despótico* pelos periódicos. Isto, pois, ela identifica que muitos dos periódicos do período

⁴²³ SLEMIAN, A. **Vida política em tempo de crise: Rio de Janeiro (1808-1824)**. São Paulo: Hucitec, 2006. p. 140-141.

⁴²⁴ Ibid., p. 138-139.

⁴²⁵ Ibid., p. 142.

⁴²⁶ Ibid., p. 142.

⁴²⁷ Ibid., p. 143.

se arrogaram a tarefa de combater tal mal, colocando o despotismo como sinônimo de arbitrariedade. De toda forma, o termo foi veiculado nas folhas do período a fim de descrever “[...] qualquer tipo de injustiça política cometida contra alguém ou contra o povo”⁴²⁸. Em nossa análise acerca da linguagem constitucionalista, trabalhada a fundo no capítulo III, a questão do vocabulário despótico foi central nos impressos do período.

Por fim, a última questão que precisamos levantar sobre o trabalho da autora é que ao mesmo tempo em que afirma que houve uma liberalização da imprensa, houve também uma sofisticação dos mecanismos de controle por parte do Estado sobre esta mesma imprensa. Assim, ocorreu um jogo duplo, com a liberação da imprensa por um lado, e repressão por outro, tentando fazer com que essa imprensa não colocasse o novo regime em risco⁴²⁹. Isso foi observado pela autora através das repetidas reclamações acerca dos abusos que estavam se cometendo na imprensa, em torno da ideia de que a liberdade deveria ser acompanhada de seu uso responsável, bem como pela discussão, tanto em Portugal quanto no Brasil, da necessidade de se estabelecer uma nova lei de imprensa que substituísse os antigos mecanismos de censura que vigoravam no Antigo Regime.⁴³⁰

Para demonstrar essa questão para além da ação estatal a autora também mostrou como se desenvolveu esse debate na imprensa periódica, usando de exemplo dois periódicos do grupo do Ledo. Tanto *O Reverbero Constitucional Fluminense* quanto o *Correio do Rio de Janeiro* entraram na questão a partir da perspectiva que a própria ação da imprensa seria responsável por coibir os eventuais abusos que decorreriam de tal liberdade. Contudo, o *Reverbero* teria apresentado em meados de 1822 uma postura um pouco mais restritiva na questão devido às repetidas vezes que tais abusos estariam acontecendo, manchando a reputação de “homens honrados”⁴³¹. Já o *Correio* teria mantido a postura de defesa intransigente da liberdade de imprensa durante todo o período de sua publicação, minimizando, na ocasião, os impactos negativos que potenciais abusos poderiam ter na cena pública⁴³².

Como vimos ao longo do capítulo foram inúmeras as publicações que trataram sobre a questão da independência, bem como quem foram os seus atores, e quais os projetos políticos estavam em jogo naquele processo. O grupo liberal ao qual pertenciam, Joaquim Gonçalves Ledo, Januário da Cunha Barbosa, José Clemente Pereira, e João Soares Lisboa aparece em

⁴²⁸ SLEMIAN, A. **Vida política em tempo de crise: Rio de Janeiro (1808-1824)**. São Paulo: Hucitec, 2006. p. 145.

⁴²⁹ Ibid., p. 142.

⁴³⁰ Ibid., p. 148.

⁴³¹ Ibid., p. 148-149.

⁴³² Ibid., p. 149.

todas as publicações. Contudo, o conteúdo do seu posicionamento liberal varia de publicação a publicação. Uma das discordâncias mais marcantes é em relação ao seu posicionamento em torno do episódio do Dia do Fico, sobre o qual autores como Cecília Helena de Salles Oliveira e Renato Lopes Leite afirmam que eles trabalharam ativamente pela partida do príncipe, enquanto autoras como Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves e Isabel Lustosa afirmam que estas personagens trabalharam pela permanência do príncipe. Como se essa campanha fosse uma unanimidade dentro das elites brasileiras.

Também salientamos que, apesar de Lopes e os Ipanemas afirmarem que o grupo de Ledo e suas publicações são republicanas, essa concepção não é difundida pela historiografia que levantamos. Cabe destacar que Oliveira, a todo o momento, os classifica como Liberais, mas em um breve momento, que ao olho do leitor desatento passaria despercebido, ela diz que Ledo e seus partidários eram republicanos. Morel e Slemian discordariam de tal afirmação. Também é importante salientar que, nas análises mais recentes, não aparece um grupo organizado de republicanos influenciando no processo político da independência, e há uma associação pela historiografia entre o termo democracia e república que persiste desde os estudos clássicos como Sodré e Costa.

É importante também pontuar que o peso da imprensa, bem como a problematização dos conceitos utilizados no processo político, foi gradativamente ganhando importância nas análises historiográficas. Contudo, notamos que ainda há uma ausência de estudos sobre folhetos, ou panfletos, políticos no processo da Independência, apesar de seu papel já ter começado a ser dimensionado nos autores que trabalharam especificamente da imprensa.

CAPÍTULO 3: LINGUAGENS CONSTITUCIONAIS

Observa-se que, ao longo dos debates, ocorridos entre o período da Revolução do Porto à outorga da primeira Constituição brasileira há uma espécie de mobilização conceitual *sui generis*. Essa mobilização agregou elementos de um vocabulário político, de cunho modernizante, como descrito por Koselleck¹, para o caso do mundo ocidental, e Araújo² para o caso dos chamados conservadores, no Brasil. Enquanto no ocidente analisado por Koselleck os conceitos operaram uma reorientação entre os pares, horizonte de expectativa e espaço da experiência de forma a projetar os conceitos em direção à construção de um futuro idealizado, no Brasil, para os chamados conservadores - cujo exemplo principal utilizado por Araújo é o próprio José Bonifácio -, essa reorientação ocorre de maneira diferente, preservando-se a perspectiva cíclica do tempo.

De forma que, enquanto Koselleck identifica que os conceitos foram orientados para a construção de uma filosofia do *progresso* - na construção de um futuro idealizado - para os conservadores brasileiros, Araújo identificou que aquilo que guia a formulação conceitual é a ideia de *restauração* - baseada na ideia de que o Império Português se encontrava em estado de decadência e precisava ser restaurado a sua antiga glória. Verificamos que ambas as concepções conviveram entre si e produziram vocabulário político que evocava elementos constitucionalistas, seja ele em vias de restaurar um constitucionalismo tradicional que remontava a formação do reino português no século XII³, seja na mobilização de um constitucionalismo que tinha como fundamento os postulados liberais.⁴ O debate também foi marcado por argumentações de cunho moral, apelando à noções de caráter dos participantes do jogo político em curso, bem como pautas sobre a fidelidade para com o catolicismo e a monarquia, o desejo da preservação e restauração de direitos - visto pelos escritores como naturais e que fundamentaria toda a ordem política social.

Este conjunto de diversas referências produziu o arcabouço conceitual, do qual iremos explorar alguns elementos a fim de compreender aspectos gerais das linguagens políticas

¹ KOSSELLECK, R. **Crítica e crise**: uma contribuição a patogênese do mundo burguês. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-Rio: EDUERJ, 1999.

² ARAÚJO, V. L. **A experiência do tempo**: Conceitos e narrativas na formação nacional brasileira (1813-1845). São Paulo: Hucitec, 2008.

³ NEVES, L. M. B. P.; NEVES, G. P. Constituição. In: FERES JUNIOR, J. (Org.). **Léxico da história dos conceitos políticos do Brasil**. 2. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014. p. 64.

⁴ Sobre as disputas entre os constitucionalismos liberais ver: LYNCH, C. E. C. **Monarquia sem despotismo e liberdade sem anarquia**: O pensamento político do Marquês de Caravelas. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

veiculadas a partir de escritos que circularam neste período. O intuito aqui foi, dessa forma, compreender os conceitos de república “em circulação”. Com isso queremos dizer que perpassaremos por como o conceito república aparecem nas discussões sobre o modelo constitucional que seria adotado no Reino Unido de Portugal Brasil e Algarves. Posteriormente, com a separação da parte americana do Reino e a formação do Império do Brasil, direcionamos nossa análise às linguagens políticas presentes no debate em torno do constitucionalismo.

Consideramos que para compreender esse debate constitucionalista é necessário explorar um par conceitual que pauta a discussão em curso no período. Desponto, este debate opôs os conceitos *Constitucional* e *Despótico*. Esse par conceitual foi mobilizado na forma de organizar o debate entre o que seriam “ações” ou “políticas”, consideradas como virtuosas ou viciosas, que os diversos grupos políticos poderiam realizar ao se colocarem na arena pública em construção. Estas virtudes e vícios se concentram nos vocábulos “constitucional” -que descreve o conjunto de práticas políticas que serão consideradas virtuosas - e “despótico” - onde encontramos as definições do que seria um comportamento político calcado nos vícios que deveriam ser combatidos. Todos os autores analisados por nós e utilizados ao longo do capítulo fizeram uso deste par conceitual para se atribuírem “a virtude de constitucionais” e atribuir aos seus adversários “o vício de despóticos”. O debate constitucionalista era, para além de uma questão política, uma questão moral e de caráter dos seus debatedores.⁵

A forma a qual essa mobilização conceitual do par constitucional e despótico ocorreu nos indica um tipo de formulação dualista. Assim, esses vocábulos se organizaram em antitéticos desiguais, como os que foram descritos por Reinhart Koselleck. Segundo o autor “O que caracteriza os conceitos antitéticos desiguais é que eles determinam uma posição seguindo critérios tais que a posição adversária, deles resultante, só pode ser recusada”⁶. O debate do período se organizou através destes dois conceitos, de forma que os emissores dos discursos visaram à desqualificação de seus adversários. A fim de compreender também como essa dualidade se formou, entendemos ser importante expor as formas que o constitucionalismo poderia tomar no período estudado. Há, pois, quatro vertentes conhecidas do pensamento constitucionalista em circulação no período que se segue a Revolução do Porto e a independência brasileira⁷.

⁵ Sobre a troca de ofensas entre os periodistas do período Cf. LUSTOSA, I. **Insultos impressos: a guerra dos jornalistas na Independência (1821-1823)**. São Paulo: Companhia das Letras. 2000.

⁶ KOSSELECK, R. **Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**, Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006. p.195.

⁷ NEVES, L. M. B. P.; NEVES, G. P. Constituição. In: FERES JUNIOR, J. (Org.). **Léxico da história dos conceitos políticos do Brasil**. 2. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014. p. 63.

A vertente do Constitucionalismo Clássico se baseia nas relações de caráter contratualista que viriam a se estabelecer entre o Povo, Nobreza, Clero e Monarquia durante a Idade Média. Essa vertente, portanto, se caracterizou pela tentativa de restauração e reorganização dos antigos pactos que haviam fundado o Reino Português e regulavam as relações sociais dentro da monarquia, e cuja subversão, levava ao atual estado de decadência em que se encontrava o Reino.⁸ Havia também uma forma constitucionalista que se assentava na delimitação de uma estrita divisão dos poderes do Estado, conforme descrito por Montesquieu, a fim de preservar os poderes da Monarquia. Essa vertente também recebia influências do pensamento constitucional de origem medieval.⁹

Seguindo os ensinamentos de Benjamin Constant encontramos, no período da Independência, outra vertente de constitucionalismo, que se pautou em caracterizar a Constituição como um pacto entre monarquia e povo. Esse pacto tinha como fim garantir um conjunto específico de direitos individuais, mas que também colocasse a monarquia como centro do sistema político¹⁰. Por fim, temos em circulação um tipo de constitucionalismo que é fundamentado em Rousseau e sustenta o poder do Estado na chamada “vontade geral” dos cidadãos, além de conter elementos em que o monarca tinha um papel menor na construção do ordenamento constitucional, sendo em alguns casos inexistentes.¹¹

São a partir destas concepções do que seria uma Constituição ideal que os grupos políticos se organizaram e realizaram ataques aos seus adversários, acusando-os de despotismo e dos impropérios que decorriam dessa característica. Em nossas análises deste capítulo não nos ateremos em traçar essas linhagens do pensamento constitucional dos panfletos e do periódico analisado; contudo, essas concepções identificadas pelo autor do verbete do léxico nos auxiliaram na compreensão das possibilidades de interpretação que o documento apresenta. Nosso foco foi captar como essa dualidade entre o que seria constitucional e o que seria não constitucional, logo despótico, se operou para que depois possamos entender como os termos monarquia e república se relacionaram. Visto que, apesar das diferenças entre o que seria constitucional e o que seria despótico, há um padrão que coloca certos postulados nessas categorias e se repete por todas essas concepções.

Por estarem associados a noções de virtudes e vícios, estes conceitos apresentaram, para além de seu caráter político, um caráter moral daquilo que deveria ser o governo do Reino e

⁸ NEVES, L. M. B. P.; NEVES, G. P. Constituição. In: FERES JUNIOR, J. (Org.). **Léxico da história dos conceitos políticos do Brasil**. 2. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014. p. 64.

⁹ Ibid., p. 64-65.

¹⁰ Ibid., p. 65.

¹¹ Ibid., p. 65-66.

dos motivos de sua decadência¹². Acreditamos que este elemento moral é fundamental na construção do par conceitual Constitucional e Despótico. Foi, pois, através das acusações morais que os defensores da forma de organização política de constitucionalismo tradicional - que via na Revolução do Porto uma oportunidade de retomar o antigo pacto constitucional existente entre o Rei e o Povo - , tanto quanto aqueles que defendiam uma organização moderna vão mobilizar o discurso político do período. Esse discurso moral está, desta forma, disseminado ao longo de todo o conjunto dos panfletos analisados por nós.

Estas formas moralizantes de engendrar os discursos políticos são encontrados em todos os gêneros textuais apresentados na coleção de panfletos aqui trabalhada. Esses contornos estão mais explícitos nos gêneros textuais que compreendiam formas de discursos religiosos, como os sermões e orações. Chamamos, inicialmente, a atenção a este conteúdo moralizador, uma vez que é a através da atribuição do adjetivo constitucional à certos projetos de organização das relações sociais e políticas do Reino Unido que os autores constroem seus discursos políticos. Ao identificarmos o que os autores destes discursos estão fazendo quando estabelecem o conjunto de práticas políticas que seriam “constitucionais”, e em consequência o que seria anticonstitucional e despótico, é que acreditamos que podemos encontrar os elementos que contribuíam para a compreensão dos projetos políticos que estavam em disputa no jogo linguístico em que se inseriam estes panfletos e a imprensa periódica do período.

Uma das primeiras publicações onde apareceram a oposição entre constitucionalismo e despotismo é a carta assinada por André Mamede em 5 de janeiro de 1821. Mamede se encontrava em Lisboa, e envia a carta à Braz Barnabé; o documento foi publicado no Rio de Janeiro pela Typographia Régia. Neste documento, André Mamede explica a Braz Barnabé as definições do que seria um corcunda e um constitucional, sendo essa carta o documento mais antigo dentre os panfletos que analisamos em que aparecem as definições que separam os alinhamentos políticos entre os que defendiam práticas constitucionais e, em consequência, os que seriam anticonstitucionais ou despóticos.

Em sua visita, André observou que nas ruas de Lisboa se escutava os transeuntes chamarem alguns integrantes das cortes de Corcundas, o que fez com que ele mesmo estranhasse tal definição, visto que as pessoas apontadas como corcundas eram aquelas que de fato tinham defeito de natureza física ou algum acidente que machucassem lhe a coluna e lhe curvasse. “Não há Corcundas senão por dois princípios; ou por desfeita da natureza, ou por

¹² Neves chama atenção para as formas religiosas que os discursos políticos assumem nos escritos que circularam durante o período. Cf. NEVES, L. M. B. P. **Corcundas e Constitucionais: a cultura política da Independência (1820-1822)**. Rio de Janeiro: Revan: FAPERJ, 2003.

queda”¹³; essa constatação de corcunda que associa um posicionamento político-ideológico a um defeito físico.

São, pois, bem conhecidas da historiografia as ofensas que foram dispensadas entre os adversários políticos que se enfrentavam no momento da independência. No entanto, essas ofensas foram elementos importantes na formação das identidades políticas do período, como podemos ver nos trabalhos de Morel¹⁴ e de Neves¹⁵. Contudo, nos chama a atenção neste panfleto a forma como a ofensa de corcunda foi usada por André, pois ela não foi direcionada às mesmas personagens que estes trabalhos se referiam sempre desta ofensa.

Prosseguindo na narrativa, o autor afirmou que recebeu a informação, recorrendo a alguns amigos em Lisboa, que a corcundisse que lhe era dita em Lisboa se referia a um defeito do espírito, de caráter. O mau-caratismo, descrito ali, se referia aos homens que proferiam postulados políticos que o autor identificava como anticonstitucionais. Segundo o compadre de André: “[...] corcunda meu amigo [André] quer dizer pela nomenclatura moderna, o mesmo que homem Anticonstitucional, ou homem satélite do Despotismo; [...]”¹⁶. Esta definição, por si só, não destoa do que encontramos na literatura especializada, na qual uma das classificações em circulação coloca os grupos políticos que se antagonizavam no período entre corcundas e constitucionais¹⁷. O que nos chama atenção para a definição que encontramos neste panfleto é a descrição idêntica daquela feita sobre os ditos corcundas.

Prosseguindo em sua carta, o autor descreve que os corcundas são sujeitos que: “não perdem ocasião, não poupam trabalho algum para desviar a opinião pública do verdadeiro espírito do bem, são sujeitos sem vergonha, revolucionários [...]” e, ainda na mesma carta, “[...] e só procuram malquistar os Representantes da Autoridade Nacional do conceito do Povo”¹⁸ e

[...] pregando-lhes doutrinas revolucionárias, malquistando os seus Chefes, desacreditando o Governo, e avançando Práticas contrárias à boa ordem, e ao espírito Constitucional, procurando reduzir a mesma Tropa, e entreterendo com

¹³ Carta de André Mamede ao seu amigo Braz Barnabé, na qual explica o que são corcundas. In: CARVALHO, J. M.; BASTOS, L.; BASILE, M., (Org.). **Guerra literária**: panfletos da Independência (1820-1823). Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014. v.1. p. 111.

¹⁴ MOREL, M. **As transformações dos espaços públicos**: imprensa, atores políticos e sociabilidades na Cidade Imperial (1820-1840). São Paulo: Hucitec, 2005.

¹⁵ NEVES, L. M. B. P. **Corcundas e Constitucionais**: a cultura política da Independência (1820-1822). Rio de Janeiro: Revan: FAPERJ, 2003.

¹⁶ Carta de André Mamede ao seu amigo Braz Barnabé. In: CARVALHO, J. M.; BASTOS, L.; BASILE, M. (Org.). **Guerra literária**: panfletos da Independência (1820-1823). Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014. v.1. p.111

¹⁷ Sobre as denominações que as publicações usaram para descrever seus adversários ver, em especial, o Capítulo 2 da obra: MOREL, M. **As transformações dos espaços públicos**: imprensa, atores políticos e sociabilidades na Cidade Imperial (1820-1840). São Paulo: Hucitec, 2005.

¹⁸ Carta de André Mamede ao seu amigo Braz Barnabé. In: CARVALHO, J. M.; BASTOS, L.; BASILE, M. (Org.). **Guerra literária**: panfletos da Independência (1820-1823). Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014. v.1. p. 112.

ela relações internas de que podem resultar consequências desagradáveis: [...]

19

Ou seja, os sujeitos que foram acusados de corcundismo pelos amigos de André Mamede, nos direcionam a pensar um tipo de oposição entre corcundas e constitucionais que coloca aqueles que ficaram conhecidos na historiografia como “liberais exaltados” como alvo da definição de *corcundas*. O que nos mostra que as definições entre os que seriam constitucionais e anticonstitucionais, ou corcundas, se processaram de maneira fluida e não estática como apresentado em parte da historiografia. Os corcundas de André são os revolucionários, os exaltados, não aqueles que prescreviam uma maior reverência aos poderes que tradicionalmente foram depositados na monarquia dos Bragança no período pré-revolucionário.

Passemos então, em nossa análise dessas linguagens, a questionar como esta questão se apresenta dentro de sermões e orações. Destacamos de antemão que tais documentações têm um forte caráter de apoio ao discurso político institucional do regime constitucional em vias de implantação no Reino Unido, realçando as virtudes de um ideal constitucionalista em ascensão, mas que abarcou formas de constitucionalismo diferentes. Na coleção de panfletos que trabalhamos foram publicados, ao todo, três sermões no período, sendo os três selecionados para análise.

O primeiro, e o mais antigo deles, foi publicado em 1821²⁰ e é de autoria desconhecida. Sua temática foi não aceitação, pelos chamados corcundas, da Nova Ordem Constitucional (também chamada pelos revolucionários do Porto de regeneração). O segundo foi impresso no ano de 1822²¹ e teve como enfoque a presença do monarca português Dom João VI em terras americanas o que, segundo o autor Frei Francisco de Sampaio, fez com que estas terras entrassem em uma era de prosperidade, de maneira que havia se superado a era anterior da história brasileira, que ele denominou de colonial. Esta era colonial foi caracterizada por Sampaio como uma Era de escravidão. Escravidão esta que estava fadada a se esfacelar, visto

¹⁹ Carta de André Mamede ao seu amigo Braz Barnabé. In: CARVALHO, J. M.; BASTOS, L.; BASILE, M. (Org.). **Guerra literária**: panfletos da Independência (1820-1823): Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014. v.1. p. 113.

²⁰ Sermão constitucional dirigido á Nação Portuguesa, e proferido no Concistorio particular dos verdadeiros Liberaes, amantes, e defensores da Patria pelo seu Presidente*** depois do juramento que todos prestarão em manter, defender, e perpetuar para toda a posteridade a feliz Constituição principiada na celebração das Cortes em 26 de Janeiro de 1821. Trata-se nelle convencer todos os Corcundas: os que presenciarão, e assistirão, convencidos ficarão... In: CARVALHO, J. M.; BASTOS, L.; BASILE, M. (Org.). **Guerra literária**: panfletos da Independência (1820-1823). Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014. v.3.

²¹ Sermão de acção de graças, pela prosperidade do Brasil, pregado a 7 de março de 1822. Frei Sampaio. In: CARVALHO, J. M.; BASTOS, L.; BASILE, M. (Org.). **Guerra literária**: panfletos da Independência (1820-1823). Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014. v.3

que era impossível manter por tempo indeterminado os povos da América subjugados, de forma que qualquer tentativa de se manter este estado levaria ao surgimento de uma revolução. O terceiro sermão foi publicado em 1823²², escrito por Frei Caneca, e trata da aclamação do Imperador D. Pedro I. Aclamação que foi feita em reação aos despotismos que estariam sendo perpetrados pelas Cortes Constitucionais de Lisboa.

Apesar dos três sermões tratarem de temáticas diferentes, por se inserirem em diferentes fases dos debates que ocorreram no período, ele fazem um apelo aos valores constitucionalistas na construção de suas mensagens políticas. Os três sermões acompanharam as temáticas dos grandes debates que circularam na imprensa do processo de Independência, e já descritos no capítulo anterior. O interessante a se notar é que, ao longo destes debates, se preserva um vocabulário de apelo a um tipo de constitucionalismo difuso, no sentido que cada ator político interpreta o que seria o verdadeiro constitucionalismo com base em suas concepções de fundamentação de poder²³, reforçando-se a necessidade de se restaurar este contrato entre povo e monarquia, cuja destruição colocou o Reino português no estado de decadência já citado.

Partimos, então, para a análise do Sermão realizado em 1821, intitulado *Sermão constitucional dirigido à Nação Portuguesa, e proferido no Concistorio particular dos verdadeiros Liberaes, amantes, e defensores da Patria pelo seu Presidente*** depois do juramento que todos prestarão em manter, defender, e perpetuar para toda a posteridade a feliz Constituição principiada na celebração das Cortes em 26 de Janeiro de 1821. Trata-se nelle convencer todos os Corcundas: os que presencião, e assistirão, convencidos ficarão...* escrito na ascensão do debate constitucionalista nos dois lados do atlântico, provavelmente no primeiro semestre de 1821.

Separamos dois trechos que exprimem tanto a noção de constitucionalismo, quanto a questão da moralidade envolvida na implantação do novo regime constitucional em Portugal. No primeiro trecho, que faz parte da introdução do panfleto, o autor afirma que vai mostrar a todos os cidadãos portugueses que estavam debatendo a situação do Reino, sejam eles considerados corcundas ou constitucionais, que o ato de se produzir um texto constitucional

²² Sermão, que na solenidade da Acclamação do Muito Alto, e Muito Poderoso prinipe, o senhor D. Pedro de Alcantara, e Imperador Constitucional do Brasil, celebrada, no dia [da] Conceição Immaculada de Maria Santissima na matriz do Corpo Santo, pelo ilustríssimo Senado da Villa de Santo Antonio do Recife de Pernambuco, com a assistência da excellentissima Junta Provisoria, Rellação, Clero, Nobreza, e Povo, pregou Fr. Joaquim do Amor Divino Caneca; Carmelita Tuconence, e Lente Proprietario da Cadeira de Geometria Elementar, da mesma Villa. In: CARVALHO, J. M.; BASTOS, L.; BASILE, M. (Org.). **Guerra literária**: panfletos da Independência (1820-1823). Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014. v. 3.

²³ Como vimos no primeiro capítulo, Marco Morel estabeleceu que uma das principais formas de se categorizar os grupos políticos que estudou foi a questão da fundamentação da constituição. Ou seja, como se fundamentava a soberania do Estado.

não atentava contra nenhum direito que pertencia a monarquia, como também não ofendia a “Religião Sagrada Católica”, que era expressa pelos portugueses. “A Nação Portuguesa defendendo pela nova Constituição sua liberdade, e os seus direitos, em nada ofende a nossa Religião Sagrada Católica, e Apostólica [...]”²⁴.

O segundo trecho elabora com mais força esta afirmação. Segundo o autor, quando a Nação Portuguesa decide por escrever um texto constitucional não tira nenhum direito do Rei, visto que foi a própria nação que conferira a monarquia aquelas prerrogativas exercidas pelo monarca, “E neste caso dá-se ao Rei o que é do Rei. *Quae sunt Caesaris, Cesari.*”²⁵. A Cesar o que é de Cesar; continuando no sermão, o autor também afirma: “[...] ainda digo mais, podia depô-lo, se ele não quisesse o bem de todos; e nesta parte não lhe fazia injúria, porque lhe tirava, o que lhe tinha dado *Illius est tolere; cujos est ponere...*”²⁶, ou seja, caso o rei não cumprisse com suas funções, conforme o pacto constitucional, ele seria removido do seu posto.

Destes dois trechos extraímos, em um primeiro momento, a vontade do autor em se dirigir ao conjunto dos portugueses, entendido ali como o conjunto da nação, sejam eles adeptos do constitucionalismo, ou os chamados de corcundas. Exclui-se noções de divisão da sociedade em bases estratificadas de tipo tradicional, substituídas por uma divisão de tipo moderno. Dessa forma, o autor não encara que a sociedade portuguesa seja composta pelas três ordens características da idade média - Nobreza, Clero e Povo – e sim como um conjunto de habitantes que reunidos se fizeram uma nação, e os termos dessa união se deu de maneira pactuada. Os membros desta nação são os cidadãos que a compõe, de forma que o autor não usa as clivagens medievais, a substituindo por outro tipo de clivagem, de caráter moderno que divide esses cidadãos em Corcundas e Constitucionais.

Em um segundo momento podemos extrair que o autor considerava a nação portuguesa como à base do sistema político do Reino, sendo ela a definidora dos rumos de como é governada. O terceiro ponto que levantamos é que a base do sistema político era calcada em torno da noção de Direitos. Ou seja, a nova organização política é somente uma retomada dos direitos da nação que havia, no passado, concedido ao rei. Logo, o rei não era ofendido em seus direitos quando a nação portuguesa retomava suas prerrogativas, pois o poder originário não

²⁴ Sermão constitucional dirigido á Nação Portuguesa, e proferido no Concistorio particular dos verdadeiros Liberaes, amantes, e defensores da Patria pelo seu Presidente*** depois do juramento que todos prestarão em manter, defender, e perpetuar para toda a posteridade a feliz Constituição principiada na celebração das Cortes em 26 de Janeiro de 1821. Trata-se nelle convencer todos os Corcundas: os que presenciaram, e assistirão, convencidos ficarão... In: CARVALHO, J. M.; BASTOS, L.; BASILE, M. (Org.). **Guerra literária**: panfletos da Independência (1820-1823): Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014. v. 3. p. 103.

²⁵ Ibid., p. 107.

²⁶ Ibid., p. 107.

era do monarca e sim da nação. Dessa forma, o autor deslocou o depositário da soberania do rei para o conjunto dos cidadãos. O quarto ponto é que a (re)tomada pela nação dos seus direitos não ofendia a moral cristã, nem a religião católica, pois os poderes da monarquia não eram caudatários de Deus. O quinto ponto é que o texto do sermão é construído a fim de demonstrar que a Revolução Constitucionalista não visava a retirada de nenhum direito, pelo contrário, visava a restauração dos direitos da nação portuguesa. Por consequência, o novo regime repudiava o despotismo, o regime do não direito, dos abusos, que havia levado o reino a ruína.

Por fim, também merece destaque, nesse sermão, a questão do direito divino dos reis. Podemos observar em determinado trecho do sermão que ele nega ao rei a natureza transcendental do seu poder, ao mesmo tempo em que transfere essa natureza transcendental à escolha da nação, cuja liberdade é atribuída diretamente a Deus: “[...] imediatamente de Deus é que os Reis têm recebido seu poder. Esta ideia, que sem injúria, e sem injustiça se pode chamar sacrílega, e absurda, que marca prefixamente a ponta a quem tem chegado nossa vil degradação, [...]”²⁷, e “É o homem por sua natureza essencialmente livre. O Criador ou: e colocando-o no Paraíso da terra o deixou em plena liberdade”²⁸. Ao inverter essa lógica o autor do sermão inverte também o jogo de quem possivelmente estaria infringindo os mandamentos divinos. Os defensores de uma Constituição deixavam de serem ofensores da fé e transformam-se em um bastião da mesma contraofensiva dos corcundas, que deturpavam a doutrina da Igreja na defesa do direito divino dos reis. Os corcundas, além de inimigos da nova ordem se tornavam maus cristãos.

Estes pontos são de extrema importância, pois os adversários deste constitucionalismo expressado pelo panfleto propunham outro tipo de pacto constitucional. Estes posicionamentos, que o autor do panfleto identifica como sendo o dos corcundas, pretendiam preservar as prerrogativas reais e a centralização do poder em seu componente monárquico. Em suas respostas, que partiram de grupos diversos que defendiam maiores poderes a monarquia, responderam ao constitucionalismo expressado pelo autor desta publicação e por outras do período recorrendo a acusação de despotismo. Esta acusação de despotismo se justificava com a afirmação de que os ditos constitucionais estariam ofendendo os direitos do rei. Neste caso específico o fundamento do poder real que o panfleto combate é o que está calcado na

²⁷ Sermão constitucional dirigido á Nação Portuguesa, e proferido no Concistorio particular dos verdadeiros Liberaes, amantes, e defensores da Patria pelo seu Presidente*** depois do juramento que todos prestarão em manter, defender, e perpetuar para toda a posteridade a feliz Constituição principiada na celebração das Cortes em 26 de Janeiro de 1821. Trata-se nelle convencer todos os Corcundas: os que presenciaram, e assistirão, convencidos ficarão... in: CARVALHO, J. M.; BASTOS, L.; BASILE, M. (Org.). **Guerra literária**: panfletos da Independência (1820-1823). Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014. v. 3. p. 106.

²⁸ Ibid., p. 104.

concepção de que estes direitos do rei advinham de Deus, fazendo com que o ato de limitar ou retirar poderes da monarquia seria um atentado contra a vontade divina, logo, um atentado contra a própria religiosidade católica.

Outra vertente que combatia esse constitucionalismo de matriz liberal que o autor professa são os autores que recorrem ao tipo de constitucionalismo tradicional. Os autores dessa vertente afirmam que a tentativa de se retirar parte dos poderes reais acabaria por ofender o antigo pacto constitucional que já teria sido firmado pela nação portuguesa com o seu monarca, nas Cortes de Lamego²⁹; tal pacto era identificado por estes autores como o momento de fundação do Reino de Portugal. Mais à frente, quando abordarmos de um panfleto específico que trata da questão, exploraremos como os corcundas fundamentaram a questão da usurpação dos direitos régios pelos constitucionalistas.

Guardemos essas considerações e avancemos no tempo, analisando o sermão pronunciado por Francisco de Sampaio em 7 de março de 1822, proferido na capela real e publicado no primeiro semestre do mesmo ano. Sua publicação, portanto, se deu nos desdobramentos dos conflitos que levaram a permanência de Dom Pedro no Brasil, às vésperas da Independência Brasileira, o *Sermão de acção de Graças, pela prosperidade do Brasil*. O foco de tal sermão foram as melhorias as quais o Brasil sofreu com a vinda de Dom João VI ao Brasil, e que o herdeiro do trono Pedro de Alcântara manteve com sua decisão de ficar no Brasil³⁰, desobedecendo as cortes de Lisboa. Separamos, pois, três trechos a fim de repetir o exercício de análise do primeiro sermão. No primeiro deles:

As primeiras pedras já estão lançadas sobre toda a extensão do Terreno onde dominava o Despotismo Ministerial; as nossas Províncias são convidadas para vir deliberar sobre a prosperidade dos Povos debaixo desses mesmos pórticos; onde eles apareciam de rastos com súplicas, com representações, que validos infames desviavam dos ouvidos do Soberano, quando as mãos dos Suplicantes não se mostravam cobertas de ouro [...]³¹

Como podemos observar, Frei Sampaio procurou fazer uma crítica ao que ele chama de Despotismo Ministerial, sistema político que estaria vigente no Brasil antes da chegada de Dom João VI. Sistema este que ele afirma ter sido enterrado, visão reforçada pela convocação de

²⁹ Cortes míticas que teriam sido realizadas entre os anos de 1139 e 1143, na cidade de Lamego.

³⁰ Sobre o *Fico*, vimos várias interpretações ao longo dos Capítulos I e II, contudo, para o episódio do *Fico* adotamos a interpretação de Cecília Helena de Salles Oliveira. Cf. OLIVEIRA, C. H. L. S. **A astúcia liberal**. Relações de mercado e projetos políticas no Rio de Janeiro (1820-1824). Bragança Paulista: EDUSF: Ícone, 1999.

³¹ Sermão de acção de Graças, pela prosperidade do Brasil. In: CARVALHO, J. M.; BASTOS, L.; BASILE, M. (Org.). **Guerra literária**: panfletos da Independência (1820-1823). Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014. v. 3. p. 224.

representantes das províncias do Império a fim de deliberar sobre os rumos da monarquia. Ele afirma, também, que não era mais necessário o pagamento de propinas para que suas queixas chegassem aos ouvidos do Monarca, denunciando como corrupto o antigo sistema de dominação que vigorava em terras americanas, no qual havia necessidade de intermediários para se levar demandas ao rei.

Não fica claro se o autor pressupunha que esse sistema vigorava também em Portugal, mas é explícito, ao longo do panfleto, que o autor considerava que as atitudes do Congresso de Lisboa para com o Brasil eram de natureza Despótica³². A nomenclatura de Despotismo Ministerial, que o autor identificou com o que ele chamou de Sistema Colonial,³³ nos chama atenção, visto que ela exime a figura do Rei da responsabilidade pelo que o autor identificou como violação aos direitos dos habitantes do Brasil, que eram realizadas por esse sistema colonial imposto pelo Despotismo Ministerial.

Outro ponto a ser levantado neste sermão é que o agente da ação nas Cortes de Lisboa são províncias, e não a Nação Portuguesa idealizada, como no sermão anterior. Isto traz à tona uma concepção do Império Português constituído não pela união de um só povo, mas fragmentado geograficamente entre diversos povos, mesmo que o Sermão pareça dirigido às províncias do Reino do Brasil em um momento em que a tensão entre as Cortes e o Regência de Dom Pedro I estavam escalando de maneira acelerada. No mesmo sermão, Sampaio rejeita o chamado “sistema da independência”, o descrevendo como danoso aos interesses da parte americana do Império, como podemos ver no trecho a seguir:

Mas em que abismo de males, e de calamidades não lançaria o sistema da independência? Por quantas alternativas não teríamos passado primeiro que se assentasse em bases sólidas esta mudança regeneradora? Quantas vítimas sacrificadas? Quantas esposas no triste estado de viuvez?³⁴

O foco deste sermão reflete o momento do debate que estava em circulação na imprensa, não mais se tratava de louvar as virtudes do regime constitucionalista que estava em vias de implantação, nem justificar a necessidade de uma Constituição para o Reino, e sim se inseria no momento em que a reorganização do Império Português intensificou os conflitos de

³² Sobre os debates acerca do Brasil nas cortes constitucionais de Lisboa ver: ROCHA, A. P. **A recolonização do Brasil pelas cortes**: história de uma invenção historiográfica, São Paulo: Ed. UNESP, 2009.; BERBEL, M. R. **A Nação Como Artefato**. São Paulo: Hucitec, 1999.

³³ Cf. ROCHA, A. P. **A recolonização do Brasil pelas cortes**: história de uma invenção historiográfica, São Paulo: Ed. UNESP, 2009.

³⁴ Sermão de acção de Graças, pela prosperidade do Brasil. In: CARVALHO, J. M.; BASTOS, L.; BASILE, M. (Org.). **Guerra literária**: panfletos da Independência (1820-1823). Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014. v. 3. p. 222.

interesses entre as diversas partes desta monarquia³⁵. Desta forma, Sampaio se concentrou ao longo do texto em louvar as melhorias trazidas por Dom João VI ao transferir a corte para o Brasil, ao mesmo tempo em que fazia um alerta de que a ex-colônia não iria permitir que seu status dentro do Império decaísse ao estado anterior a vinda da corte para terras americanas. Preocupação esta que foi recorrente na imprensa do período³⁶, e que também podemos ver no trecho a seguir:

[...] abençoai os planos da regeneração política e moral deste vastíssimo Continente, que não devia ser escravo depois de receber o nome de terra de Santa Cruz, e ficar à sombra do estandarte que remiu o mundo. Mostrai vossas misericórdias com o Soberano, que veio quebrar os ferros de nossa humilhação na época que justamente em que eles já começavam a estalar em nossos pulsos:³⁷

Observa-se que Sampaio afirmou que o Brasil não iria voltar à condição que ele identificou como a de escravo, condição que havia sido dissolvida por Dom João VI com sua vinda ao Brasil. Além disso, o autor exalta o que ele chama de “planos da regeneração política e moral desse vastíssimo Continente”³⁸. Identifica, desta forma, a situação colonial que a América Portuguesa se encontrava antes da vinda da corte com o despotismo que foi destruído, em um primeiro momento com a vinda de D. João VI ao Brasil e em segundo momento pelo novo regime instaurado em Lisboa, através da convocação das cortes; ambos os acontecimentos provocaram um forte golpe ao regime de espoliação que, para Sampaio, atingia o Brasil. Para o autor, qualquer tentativa de recolocar as províncias do Reino do Brasil a algo que se assemelhasse a antiga situação colonial, enterrada com a convocação das províncias a deliberar sobre os destinos do Império, seria encarada por estas mesmas províncias como um ato de Despotismo. Essa concepção também pode ser demonstrada por este trecho do sermão:

Não são estes os bens, que vós esperais pela Constituição da Monarquia Portuguesa? Poderá ela deixar de aprovar estas medidas tão necessárias para a segurança de nossa com Portugal! Deixemos, Senhores, deixemos bramir

³⁵ Sobre o discurso recolonizador que foi produzido na historiografia ver: ROCHA, A. P. **A recolonização do Brasil pelas cortes**: história de uma invenção historiográfica. São Paulo: Ed. UNESP, 2009. Especialmente o Capítulo 1 da obra supracitada.

³⁶ Havia nas cortes de Lisboa pelo menos três tendências acerca do grau de centralização do Estado. Uma de caráter integracionista que pretendia unir todo o governo em Lisboa e outra de caráter descentralizador, que buscava preservar a autonomia do Reino do Brasil. Cf. BERBEL, M. R. **A Nação Como Artefato**. São Paulo: Hucitec, 1999.

³⁷ Sermão de acção de Graças, pela prosperidade do Brasil. In: CARVALHO, J. M.; BASTOS, L.; BASILE, M. (Org.). **Guerra literária**: panfletos da Independência (1820-1823). Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014. v. 3. p. 225.

³⁸ Ibid., p. 225.

esses gênios atrabillares, que sonham ao meio dia julgando que se procura entronizar o antigo Despotismo[...]³⁹

Este trecho nos trouxe a informação extra de que naquele momento o agente do despotismo não se encontrava na figura do rei, mas nas Cortes Constitucionais de Lisboa. Estas ações despóticas das Cortes se revelaram nas ações que estavam sendo desenhadas para subjugar as províncias do Brasil e a volta do príncipe a Lisboa, em conjunto com outras medidas que feriam os interesses provinciais e eram expressões deste plano. Sampaio trouxe ao debate, com essa publicação, uma concepção de que os deputados das cortes constitucionais de Lisboa poderiam incorrer em Despotismo. Ao incorrerem em despotismos as Cortes de Lisboa legitimariam um levante das províncias americanas. Esta acusação de despotismo feita contra as Cortes de Lisboa passou a ser recorrente nos panfletos que circularam na imprensa deste período do debate, acusações estas que foram prontamente rebatidas pelos escritores europeus⁴⁰. Também é interessante notar que Sampaio apresentou uma visão dúbia sobre as Cortes Constitucionais neste panfleto, inicialmente as louvando, para posteriormente denunciar as suas atitudes despóticas.

Passemos então a olhar o último sermão que foi publicado entre os anos de 1820 e 1823. Denominado *Sermão, que na solenidade da Acclamação do Muito Alto, e Muito Poderoso prinipe, o senhor D. Pedro de Alcantara, e Imperador Constitucional do Brasil, celebrada, no dia [da] Conceição Immaculada de Maria Santissima na matriz do Corpo Santo, pelo ilustríssimo Senado da Villa de Santo Antonio do Recife de Pernambuco, com a assistência da excellentissima Junta Provisoria, Rellação, Clero, Nobreza, e Povo, pregou Fr. Joaquim do Amor Divino Caneca; Carmelita Tuconence, e Lente Proprietario da Cadeira de Geometria Elementar, da mesma Villa.* que, como o próprio título informa, foi proferido por Frei Caneca, por ocasião da aclamação de Dom Pedro de Alcântara à Imperador, proferido no final de 1822, em Pernambuco, e publicado na cidade do Rio de Janeiro no primeiro semestre de 1823, encontramos mais pistas acerca de como se articulou essa dualidade entre despotismo e constitucionalismo.

Logo no início do texto, Frei Caneca descreveu o dia da aclamação de Pedro de Alcântara a condição de Imperador Constitucional do Brasil tecendo uma série de elogios tanto ao príncipe, quanto ao dia da aclamação. “Que dia mais adequado à Solenidade da Aclamação

³⁹ Sermão de acção de Graças, pela prosperidade do Brasil. In: CARVALHO, J. M.; BASTOS, L.; BASILE, M. (Org.). **Guerra literária**: panfletos da Independência (1820-1823). Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014. v. 3. p. 224-225.

⁴⁰ Podemos ver uma dessas resposta no próximo capítulo no panfleto intitulado A todos os periodistas de Lisboa um amigo da união sobre o Brasil sobre a Malagueta, Despertador Brasiliense, editado em 1822.

de Sua Majestade, em Imperador Constitucional do Brasil? Sua Majestade, aquele Príncipe Justo, Magnânimo, Incomparável [...]”⁴¹, e fazendo uma série de acusações ao Congresso de Lisboa, como “[...] que tocado dos nossos males, e das injustiças presentes do Congresso Lisbonense a nosso respeito, e querendo colocar-nos naquela graduação, para que nos destinou a Providência, no meio das Nações, e do Orbe [...]”⁴². Afirmando assim que o príncipe:

[...] quebrou de uma vez os infames grilhões, que o velho, e estonteado Tejo, no seu mais exaltado orgulho, forjava no Colossal Amazonas, e ao Rico Prata; e não dando tempo aos inimigos da Justiça, os Déspotas Constitucionais do Congresso, a urdirem novas tramas, com a rapidez do raio, tocou aquele último termo Político, que nos dá a liberdade, afiança a reintegração dos nossos direitos postergados, assegura nossa felicidade, e preconiza a nossa glória.⁴³

Observa-se que logo nessa primeira descrição, Caneca destacou o caráter e os feitos de Dom Pedro. O Imperador foi louvado por se contrapor as cortes que tinham como projeto a escravização do Brasil, reunindo em si as virtudes cívicas necessárias a este enfrentamento. Ao contrapor o Imperador às Cortes, Caneca realizou uma inversão, uma vez que comumente o papel de guardião do constitucionalismo era atribuído aos órgãos legislativos geridos por meio de representantes eleitos, dentro de um discurso que era veiculado por escritores mais identificados com projetos de Constituição, na qual o povo era o depositário original da soberania⁴⁴. Dentro dessa lógica, havia como princípio a tentativa de limitação do poder real partida da ideia de que este (o poder real) sem amarras se degeneraria em tirania e, por consequência, em despotismos.

Contudo, neste panfleto, as Cortes Constitucionais de Lisboa foram tratadas como inimigas desta ordem constitucional, visto que estariam incorrendo em despotismo ao realizar uma tentativa de escravização do Brasil. Tentativa que foi suprimida pela reação das províncias brasileiras em ação conjunta com o príncipe regente, que estava sendo coroado Imperador. Frei

⁴¹ Sermão, que na solenidade da Acclamação do Muito Alto, e Muito Poderoso príncipe, o senhor D. Pedro de Alcantara, e Imperador Constitucional do Brasil, celebrada, no dia [da] Conceição Immaculada de Maria Santíssima na matriz do Corpo Santo, pelo ilustríssimo Senado da Villa de Santo Antonio do Recife de Pernambuco, com a assistência da excellentíssima Junta Provisoria, Rellação, Clero, Nobreza, e Povo, pregou Fr. Joaquim do Amor Divino Caneca; Carmelita Tuconence, e Lente Proprietario da Cadeira de Geometria Elementar, da mesma Villa. In: CARVALHO, J. M.; BASTOS, L.; BASILE, M. (Org.). **Guerra literária: panfletos da Independência (1820-1823)**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014. v. 3. p. 238.

⁴² Ibid., p.238.

⁴³ Ibid., p.238.

⁴⁴ Definição está encontrada em vários panfletos do período. Para mais informações sobre os que expressavam esse tipo de soberania de matriz popular, ou democrática também podemos ver os trabalhos de Lynch, o que apresenta o marques de caravelas, e, o de Morel, citados anteriormente nesta dissertação. Ambos tratam da questão das soberanias.

Caneca acabou por alçar o elemento monárquico à bastião dos princípios constitucionais devido a esta reação de Dom Pedro às investidas autoritárias das Cortes Constitucionais de Lisboa. Dessa forma, foi o elemento monárquico o limitador dos arroubos autoritários dos representantes reunidos nas Cortes. Representantes estes que colocaram em risco a ordem constitucional que, na visão do autor, expressariam a justiça encarnada.⁴⁵

Portanto, o Imperador aclamado agiu como protetor dos direitos das províncias brasileiras frente às investidas que as Cortes estavam empregando, o que justificava os louvores recebidos. Por outro lado, ao infringir estes direitos das províncias brasileiras, as Cortes Constitucionais transformaram-se do bastião constitucional à fonte de atitudes despóticas e, tal como o Congresso de Lisboa se tornaram anticonstitucionais, ou seja, injustas. Neste cenário, inverteu-se os papéis entre defensores e agressores dos princípios constitucionais.

Prosseguindo na leitura do Sermão, temos mais algumas pistas de como Frei Caneca articula, neste momento, o seu combate ao despotismo e a sua concepção e do que deveria ser o Estado a ser implantado na América portuguesa. Segundo Caneca, a coroação de Dom Pedro I expressou quatro sentimentos de felicidade e júbilo: Religião; Política; Piedade Cristã e República Civil. Como podemos ver no trecho a seguir:

Enlaçando entre si os sentimentos, que hoje nos devem anumar quanto à Religião, e à Política; na Piedade Cristã, e na República Civil, nossos Corações se devem inundar da mais afluente alegria, e do mais completo júbilo pelo grande interesse, que reina nos dois objetos da presente Solenidade a Conceição intemerata da Imperatriz do Céu, e da Terra, e a Aclamação do Imperador Constitucional do Brasil [...] ⁴⁶

Esses sentimentos de felicidade nas respectivas áreas se congregaram no ato de coroação de Dom Pedro. A aclamação de D. Pedro, no dia de Nossa Senhora, foi o momento perfeito para congregar esses sentimentos⁴⁷, visto que Frei Caneca ainda faz uma comparação entre o ato de concepção de Maria, mãe de Jesus, figura central na mitologia católica e o ato de Dom Pedro de Alcântara em separar o Brasil de Portugal, ambos vistos como momentos de pureza,

⁴⁵ Sermão, que na solenidade da Acclamação do Muito Alto, e Muito Poderoso prinipe, o senhor D. Pedro de Alcântara, e Imperador Constitucional do Brasil, celebrada, no dia [da] Conceição Immaculada de Maria Santissima na matriz do Corpo Santo, pelo ilustríssimo Senado da Villa de Santo Antonio do Recife de Pernambuco, com a assistência da excellentissima Junta Provisoria, Rellação, Clero, Nobreza, e Povo, pregou Fr. Joaquim do Amor Divino Caneca; Carmelita Tuconence, e Lente Proprietario da Cadeira de Geometria Elementar, da mesma Villa. In: CARVALHO, J. M.; BASTOS, L.; BASILE, M. (Org.). **Guerra literária**: panfletos da Independência (1820-1823). Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014. v. 3. p. 246-249.

⁴⁶ Ibid., p. 239-240.

⁴⁷ Ibid., p. 239-240.

tanto religiosa, quanto civil. Tal comparação pode ser observada na continuação do trecho em questão:

[...] Maria sendo por um Dom especial da Redenção de Jesus Cristo, concebida em graça, livre de todas as manchas, que contaminavam os demais filhos dos homens, assegurou à Humanidade todas as suas felicidades, quanto aos bens Eternos, primeiro ponto: [...] ⁴⁸

A primeira descrição de Caneca é da concepção da mãe de Jesus, Maria, cujo dia foi escolhido para ser o da aclamação. Maria é descrita como uma mulher desprovida de pecado, concebida sem as manchas que contaminavam os homens, o chamado pecado original. A concepção ocorreu, portanto, longe das influências do diabo, o que ocasionaria, posteriormente, luz ao messias, filho de Deus. Após essa rápida descrição o Frei fez uma segunda, agora do imperador, como podemos ver a seguir: “[...] Sua Majestade Imperial fundando o Império Constitucional do Brasil, por um Dom particular da Justiça, e Prudência, estabelece um governo das maiores vantagens para o Brasil, quanto aos bens temporais; segundo ponto” ⁴⁹.

Observamos nesta segunda descrição, agora de Dom Pedro, que Caneca descreveu a fundação do novo Império e seu caráter a partir das virtudes do Imperador. São estas virtudes a justiça e a prudência, a partir das quais se estabeleceria uma ordem que traria prosperidade ao Brasil. A partir de ambas as descrições, das virtudes de Maria e de Pedro, Caneca faz a seguinte comparação:

[...] No primeiro rememoramos a glória da Humanidade tendo uma filha, sobre quem não estendeu a sua Autoridade, o Inimigo Infernal, o Príncipe das Trevas; no segundo a glória da Dociedade, que deve ao Imperador Pedro Primeiro, ver quebrado, e reduzido a pó o Cetro de ferro, com que o Despotismo, Tirano da Razão de Justiça desde os mais remotos séculos, tem avassalado o Universo. Em ambos achamos a nossa felicidade inteira, e completa, e a fonte caudal do mais racional prazer, e do mais durável contentamento. ⁵⁰

⁴⁸ Sermão, que na solenidade da Acclamação do Muito Alto, e Muito Poderoso prinipe, o senhor D. Pedro de Alcantara, e Imperador Constitucional do Brasil, celebrada, no dia [da] Conceição Immaculada de Maria Santissima na matriz do Corpo Santo, pelo ilustríssimo Senado da Villa de Santo Antonio do Recife de Pernambuco, com a assistência da excellentissima Junta Provisoria, Rellação, Clero, Nobreza, e Povo, pregou Fr. Joaquim do Amor Divino Caneca; Carmelita Tuconence, e Lente Proprietario da Cadeira de Geometria Elementar, da mesma Villa. In: CARVALHO, J. M.; BASTOS, L.; BASILE, M. (Org.). **Guerra literária**: panfletos da Independência (1820-1823). Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014. v. 3. p. 239-240.

⁴⁹ Ibid., p.239-240.

⁵⁰ Ibid., p.239-240.

Nesta passagem, observamos os fundamentos virtuosos que marcavam tanto a concepção de Maria quanto a concepção do Império do Brasil. Ao fazer esta comparação Caneca estabelece um enlace entre constitucionalismo e a religião católica, bem como estabelece um laço entre a aclamação de Pedro de Alcântara a Imperador do Brasil e a consagração de Nossa Senhora da Conceição. Maria, figura livre de todos os pecados que contaminavam a humanidade, é associada como o novo governo constitucional de Pedro I. Por ser livre dos pecados civis o novo Império nascia livre das chagas do despotismo. Chagas estas que estariam sendo lançadas pelos constituintes de Lisboa ao Reino do Brasil, devido aos seus antigos vícios do tempo em que imperava o despotismo em terras portuguesas.

É interessante notar também que neste panfleto ele expressava que o caráter político do Império que estava sendo fundado se caracterizava em uma República Civil. O fato de se estar fundando um Império Constitucional, ou seja, uma monarquia, não contrasta, para Caneca, com o caráter republicano deste estado a ser organizado. Pelo contrário, de forma que D. Pedro é colocado como fundador desta ordem Republicana Cívica-Católica e destruidor do despotismo que tentava se reinstalar em terras brasileiras pela mão dos déspotas constitucionais de Lisboa. Assim, neste sermão, o agente da construção do novo Estado e da destruição do despotismo de Lisboa não foi nem o povo, nem as províncias brasileiras, e sim a própria figura do primeiro Imperador.

Quando analisarmos a fundo os conceitos de república em circulação retomaremos esta consideração, visto que ela é chave para a nossa leitura das definições do conceito de república em circulação no período. Prosseguindo na caracterização do arranjo político que levava a coroação de Dom Pedro como Imperador constitucional, separamos vários trechos do sermão que nos ajudam a detectar como se articulou vários conceitos políticos nessa imprensa. Caneca afirma: “Império Constitucional! Colocado entre a Monarquia, e o Governo Democrático, reúne em si as vantagens de uma, e de outra forma, e repulsa para longe os males de ambas. Agrilhoa o Despotismo, e estanca os furores do povo indiscreto, e volúvel.”⁵¹

Vemos nesse trecho documental que Frei Caneca conceitua a coroação de Dom Pedro como o alvorecer de um regime que ele nomeou como *Império Constitucional*, que é caracterizado como a união de outros dois regimes políticos distintos. O primeiro regime que

⁵¹ Sermão, que na solenidade da Acclamação do Muito Alto, e Muito Poderoso prinipe, o senhor D. Pedro de Alcântara, e Imperador Constitucional do Brasil, celebrada, no dia [da] Conceição Immaculada de Maria Santíssima na matriz do Corpo Santo, pelo ilustríssimo Senado da Villa de Santo Antonio do Recife de Pernambuco, com a assistência da excellentissima Junta Provisoria, Rellação, Clero, Nobreza, e Povo, pregou Fr. Joaquim do Amor Divino Caneca; Carmelita Tuconence, e Lente Proprietario da Cadeira de Geometria Elementar, da mesma Villa. In: CARVALHO, J. M.; BASTOS, L.; BASILE, M. (Org.). **Guerra literária**: panfletos da Independência (1820-1823). Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014. v. 3. p. 249.

ele citou é o chamado governo democrático. Nossa hipótese é que Caneca estava se referindo aqui aos tipos de governo cujos magistrados são eleitos pelo conjunto dos cidadãos⁵² de um país, retomando-se o exemplo da República Romana⁵³. Sustentamos esta hipótese na medida em que a palavra democracia poderia assumir pelo menos três sentidos na década de 1820, sendo que as três formas fazem referência ao formato de governo que possui participação popular.⁵⁴

O primeiro sentido da palavra Democracia, e o mais antigo em circulação, faz referência aos governos que estavam instituídos na Antiguidade Clássica, a exemplo do governo de Atenas e da Roma Republicana⁵⁵. O segundo sentido, faz referência ao governo instaurado pelos revolucionários franceses, em 1792, em consequência da abolição da monarquia; ou seja, trata-se de um governo republicano eleito por camadas populares⁵⁶. O terceiro significado faz referências ao governo dos Estados Unidos da América, descrevendo Estados que assumiam formas de organização que privilegiassem a autonomia local, ou seja, que se ligava aos conceitos de Federação e Confederação⁵⁷. Quer dizer que, por definição, as concepções de governo democrático em circulação na época se referem, necessariamente, a *governos não monárquicos*.

O segundo regime o qual Caneca citou foi o chamado *governo monárquico*, onde a magistratura suprema do Estado seria preenchida através da sucessão hereditária, e cujos outros magistrados seriam indicados por esse magistrado hereditário. Ao contrário de outros termos aqui citados, não encontramos na historiografia um trabalho que traçasse a evolução do termo monarquia com o advento da modernidade; também não encontramos um panfleto, ou periódico, que visasse explicar especificamente o que seria uma monarquia. Os textos se concentram, em sua maioria, em debater a substância do pacto constitucional que estava sendo gestado, discutindo onde se encontrava a soberania da nação e quais eram os direitos que existiam e deveriam ser preservados.

O regime político que Frei Caneca defende nesse sermão seria um misto de monarquia e democracia, que visava afastar tanto os problemas inerentes a ambos os sistemas, quanto preservar as virtudes. De certa forma este panfleto sistematiza as duas grandes preocupações

⁵² Frei Caneca, neste panfleto, não entra no mérito sobre quais magistraturas seriam eleitas, nem sobre o que ele entende por quem comporia o conjunto dos cidadãos.

⁵³ Há pelo menos três conceitos de democracia circulando no período. Cf. LYNCH, C. E. C. Democracia. In: FERES JUNIOR, J. (Org.). *Léxico da história dos conceitos políticos do Brasil*. 2. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

⁵⁴ Ibid.

⁵⁵ Ibid., p. 253-254.

⁵⁶ Ibid., p. 255.

⁵⁷ Ibid., p. 263-264.

que afligiram os constitucionalistas do começo da década de 1820: 1. como impedir que a monarquia se degenerasse em tirania gerando o despotismo; 2. como impedir que a democracia se degenerasse com os demagogos se transformando no despotismo das multidões.

Prosseguindo ainda no texto de aclamação de Dom Pedro, Frei Caneca afirma, sobre o *Império Constitucional*, que é nesse sistema que os cidadãos poderiam desfrutar dos seus direitos naturais e sociais: “É nesta hipótese que o homem vive em um completo gozo de todos os seus direitos Naturais, e Sociais, exercita na sua maior plenitude o doce, e inapreciável Dom da Liberdade [...]”⁵⁸; bem como exercer sua liberdade em benefício dos seus concidadãos e iria encontrar no governo apenas atitudes de boa-fé “[...] É nesta forma de Governo, que o Cidadão se lisonjeia de encontrar, quer no Exército, quer nos Tribunais, quer no Ministério só amigos, só irmãos, só iguais sem anda ver acima de si, que a Lei, e o Merecimento por ela protegido.”⁵⁹.

Por fim, ele descreve que a constituição impediria o Imperador de fazer qualquer mal aos seus súditos, pois a lei limitaria suas paixões e impediria qualquer arroubo autoritário que esse poderia demonstrar. O autor retoma aí, apesar de todos os elogios dirigidos ao fundador do Império, as preocupações dos constitucionalistas quanto à necessidade de limitação do poder real visto que, sem essa limitação, este poder poderia passar a ser utilizado de forma arbitrária, fazendo com que o governo justo se degenerasse em despotismo, como podemos ver na citação a seguir: “O Imperador podendo fazer todo bem aos seus Súditos, jamais causará mal algum, porque a Constituição com sábias Leis fundamentais, e cautelas prudentes *tira* ao Imperador o meio de afrouxar a brida às suas paixões, e exercitar a arbitrariedade”⁶⁰.

Essas afirmações se mostram interessantes porque descrevem como os membros desta República Civil se comportariam nessa forma de governo, que uniria características da monarquia e da democracia. Comporiam o corpo social: os cidadãos, que neste regime gozariam de uma liberdade quase completa e encontrariam nos membros que compõe o Estado apenas pessoas de boa fé, preocupados com o bem da república; o monarca que, por virtude, só faria bem ao povo. Ambos os corpos sociais (povo e monarquia) seriam limitados em suas liberdades, a fim de garantir o bem comum; o Imperador limitado em sua liberdade para não cair nas tentações de usar seu poder de maneira arbitrária, e o povo limitado, a fim de impedir que a

⁵⁸ Sermão, que na solenidade da Acclamação do Muito Alto, e Muito Poderoso prinipe, o senhor D. Pedro de Alcantara, e Imperador Constitucional do Brasil, celebrada, no dia [da] Conceição Immaculada de Maria Santissima na matriz do Corpo Santo, pelo ilustríssimo Senado da Villa de Santo Antonio do Recife de Pernambuco, com a assistência da excellentissima Junta Provisoria, Rellação, Clero, Nobreza, e Povo, pregou Fr. Joaquim do Amor Divino Caneca; Carmelita Tuconence, e Lente Proprietario da Cadeira de Geometria Elementar, da mesma Villa. In: CARVALHO, J. M.; BASTOS, L.; BASILE, M. (Org.). *Guerra literária*: panfletos da Independência (1820-1823). Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014. v. 3. p. 249.

⁵⁹ Ibid., p. 249.

⁶⁰ Ibid., p. 249.

liberdade total se transforme na limitação da liberdade de outro cidadão. Tanto os limites do povo quanto os do monarca seriam os limites da lei, ou seja, da Constituição.

A construção conceitual em torno das limitações dos poderes, tanto do povo quanto do monarca, pode nos indicar uma grande preocupação desses escritores em delimitar os poderes dos diversos corpos sociais que estavam se reorganizando a partir do movimento constitucionalista de 1820. Há também de se destacar que Frei Caneca, neste sermão nos dá indícios de que considerava, neste momento, que os monarcas detinham prerrogativas que seriam anteriores à formalização do pacto social fundamental entre a monarquia e o povo.

Ou seja, o monarca deteria direito a certos poderes (que neste panfleto não são delimitados ou explanados) ao que a organização de um pacto constitucional colocaria limite. Essa limitação aos poderes do monarca impediria que o exercício desses poderes, de forma indiscriminada e ilimitada, pudesse levar situações despóticas que violariam os direitos naturais e sociais de seus súditos. Separamos, por fim, um último trecho analisado deste sermão, por conter a descrição do possível papel que o Imperador deveria desempenhar nesse novo regime:

É este o Centro da força, e da União, sem o qual, como sabiamente disse o Grande Príncipe, não podemos conservar nossas fronteiras, e limites naturais, e perderíamos, como maquinavam as Cortes de Lisboa, tudo quanto havíamos ganhado, à custa de tanto sangue, e cabedais.⁶¹

Caneca afirma que Dom Pedro seria o Centro de Força e de união que permitiria ao Brasil conservar suas fronteiras e limites naturais, a despeito das maquinações das Cortes portuguesas pela desagregação do Reino. Também coloca que Dom Pedro era o Braço forte que “[...] valorosamente sustenta o leme do Estado, a Nau da nossa República,”⁶² e que impediu que o fluxo dos acontecimentos que foram gestados pelas cortes levassem o Brasil aos “[...] medonhos Cachopos da Anarquia, da Guerra Civil, do Servilismo, infamaria o Atlântico com o seu naufrágio”⁶³. Abatendo, inclusive, o despotismo, que seria a “[...] ruína das Ciências, das Artes, dos Costumes, da Razão, da Liberdade, veremos o gênio Brasileiro apresentar prodígios em todo gênero.”⁶⁴

⁶¹ Sermão, que na solenidade da Acclamação do Muito Alto, e Muito Poderoso prinipe, o senhor D. Pedro de Alcantara, e Imperador Constitucional do Brasil, celebrada, no dia [da] Conceição Immaculada de Maria Santissima na matriz do Corpo Santo, pelo ilustríssimo Senado da Villa de Santo Antonio do Recife de Pernambuco, com a assistência da excellentissima Junta Provisoria, Rellação, Clero, Nobreza, e Povo, pregou Fr. Joaquim do Amor Divino Caneca; Carmelita Tuconence, e Lente Proprietario da Cadeira de Geometria Elementar, da mesma Villa. In: CARVALHO, J. M.; BASTOS, L.; BASILE, M. (Org.). **Guerra literária**: panfletos da Independência (1820-1823). Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014. v. 3. p. 249.

⁶² Ibid., p. 249.

⁶³ Ibid., p. 249.

⁶⁴ Ibid., p. 249.

O Imperador assumiu, neste sermão, o papel de principal componente da ordem a ser estabelecida, sendo colocado como o líder da República que estava nascendo com a separação com Portugal. Dessa forma, Frei Caneca coloca D. Pedro como garantia de que os temores relativos ao futuro deste novo Império não se realizariam. Frei Caneca sintetizou algumas das preocupações que rondavam os atores políticos do período, que parecem sempre possíveis serem resumidas a um único conceito: o chamado despotismo. Despotismo este que, podemos observar neste trecho final, poderia ter como origem o próprio povo, corporificado aqui nas cortes de Lisboa.

Passemos então para um panfleto que nos permite enxergar desdobramentos que compõe uma espécie de limite conceitual das reflexões em torno da dualidade entre constitucionalismo e despotismo. Ele importa, na medida em que não encontramos esse tipo de formulação em nenhum outro documento dos quais tivemos acesso no decorrer dessa pesquisa. Se trata do panfleto *ALYZE DOS DIREITOS NATURAES DO HOMEM INCULTO, E SELVAGEM, DEDUZISDOS DO MESMO DIREITO QUE REGE TODA A NATUREZA CREADA, DE QUE ELLE HE PARTE. Direitos de Convenção, em que os homens dão principio ao Copo Moral das Sociedades, seguindo na sua Organização o Sysstema dos Copos físicos sobre os Direitos da Soberania como Ordem natural DO SYSTEGENA UNIVERSAL POR P.PL. VEIGA CABRAL. AMIGO DA PHILANTROPIA*. Publicado no Rio de Janeiro pela Typografia de Silva Porto, e Comp. no ano de 1823.

Esse panfleto se mostrou interessante por ter sido um exemplar que combate fortemente os receituários constitucionalistas de matriz liberal. Assim, o autor fundamenta o poder do Estado e da Monarquia a partir de uma perspectiva calcada no que o ele chama de direito natural. Esse direito natural, contudo, não se trata do jus naturalismo de tradição lockeana⁶⁵. Também se observa que não há neste panfleto uma concepção de direito divino que fundamente a constituição da monarquia. Para além dessas questões, o panfleto nos interessa por ter sido publicado originalmente no Rio de Janeiro no ano de 1823, período em que o debate foi tomado por exaltações à figura de Dom Pedro I e do novo Império por ele fundado, deslocando-se das temáticas que dominavam o primeiro ano da independência brasileira.

O autor também destoa do restante da coleção devido à forma como fundamentava uma espécie de pacto constitucional, que escapava tanto ao padrão das temáticas que foram

⁶⁵ Sobre a questão do direito no geral ver: SILVA, V. R. **Reverbero Constitucional Fluminense, constitucionalismo na imprensa do Rio de Janeiro à época da Independência**. 2010. 215 f. Dissertação (mestrado em História Social) Instituto de Ciências Humanas e Filosofia Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2010.

utilizadas para tratar da questão, quanto das conclusões que fundamentavam o poder dos governantes, mesmo que ainda possamos encontrar nele o par conceitual, “constitucional + despótico” de maneira bastante sutil. Vejamos então o principal fundamento do poder que Cabral colocou em seu escrito. O autor iniciou o seu texto questionando:

Aonde estão os direitos naturais e de propriedade tão decantados pelos impostores Naturalistas, a não ser a força concedida a todos os animais, igualmente o egoísmo? Tenho a meu ver mostrado: Que o grande sistema da Natureza é ainda regido por Direito de Força, e por consequência, que os seus efeitos não podem ser senão do mesmo gênero e espécie, digo, não pode haver força moral numa Sociedade sem ser coadjuvada pela força física.⁶⁶

Cabral, ao contrário de seus colegas publicistas, fundamentava o poder régio a partir da noção de que o único direito que a natureza reconhece é o chamado “direito de força”. É interessante notar que Cabral não parte do ponto de vista de que os homens, no Estado de Natureza, abdicaram parte de sua liberdade como o princípio fundador das sociedades, como podemos encontrar em Thomas Hobbes. O autor apresenta a noção de direito natural na qual o poder se fundamenta através da força, ou seja, o princípio fundador da autoridade do Estado e da monarquia é a força que os antigos monarcas portugueses empregaram a fim de conquistar os territórios e a sociedade que existiam ali. Por extrapolação, os territórios que fariam parte do novo Império, fundado na América em 1822, só se sustentaria por atos de força do novo governo imperial.

O autor recorre a esse direito de conquista a fim de demonstrar, ao longo de seu texto, que são falsos os ideais que colocam a defesa da propriedade privada e da reunião de iguais como princípio fundador das sociedades. Negou, por consequência, o conceito defendido por vários escritores de que os poderes do Rei derivariam de uma vontade geral do povo, que no caso português se remeteria as antigas Cortes de Lamego, enquanto no Brasil Imperial derivaram dos movimentos de aclamação de D. Pedro e da reunião da Assembleia Nacional Constituinte. Prosseguindo no panfleto encontramos a seguinte concepção sobre o que seria a relação entre os súditos e o monarca, e o começo dessa relação baseada na força:

⁶⁶ ALYZE DOS DIREITOS NATURAES DO HOMEM INCULTO, E SELVAGEM, DEDUZISDOS DO MESMO DIREITO QUE REGE TODA A NATUREZA CREADA, DE QUE ELLE HE PARTE. Direitos de Convenção, em que os homens dão princípio ao Copo Moral das Sociedades, seguindo na sua Organização o Sysstema dos Copos físicos sobre os Direitos da Soberania como Ordem natural DO SYSTEGENA UNIVERSAL POR P.PL. VEIGA CABRAL. AMIGO DA PHILANTROPIA. In: CARVALHO, J. M.; BASTOS, L.; BASILE, M. (Org.). **Guerra literária**: panfletos da Independência (1820-1823). Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014. v. 2. p. 688.

Eis a linguagem da natureza, e a forma do primeiro Pacto Social, reconhecendo um Chefe, a quem tudo presta obediência e respeito, vivendo talvez por muito tempo em comum, até pelo decurso do tempo se irem acostumando ao trabalho social; e até finalmente pela experiência se fazer o apuro das Leis, capazes de remediar os inconvenientes, que fossem ocorrendo.⁶⁷

Vemos aqui como ele recorreu, mesmo que sutilmente, a uma noção pré-moderna de constitucionalismo que, apesar de ser fundamentada na força, ainda se constitui em um pacto social entre o soberano e os súditos. Nesse caso, um pacto de proteção que o monarca impôs, por meio da força, a estes homens, de modo a colocar fim à situação caótica que representava o Estado de Natureza. Dessa forma, esse texto se apresenta como a única defesa de um Estado Absolutista que encontramos no período. Destacamos, ainda, duas palavras que o autor usou para caracterizar esse pacto social primordial, *Obediência e Respeito*.

Ambos os conceitos se distanciam completamente dos conceitos que são comumente mobilizados nos discursos gestados em solo brasileiro, ainda mais se pensando em um panfleto lançado em 1823. Nesse período os brasileiros estavam em confronto aberto com o Congresso de Lisboa por conta dos conflitos que levaram a Independência no ano anterior, ou seja, e esse panfleto foi um apelo à ordem, em meio a guerra civil entre portugueses e brasileiros que colocaram seus interesses políticos como condição para a construção de uma sociedade livre. O panfleto se torna mais interessante, na análise de como se construiu essas linguagens políticas da independência quando colocamos luz ao seguinte trecho dele:

Donde se conclui, que nunca um estado de revolução pode decidir desta vontade geral; pelo contrário é confusão da vontade geral, da qual os Anarquistas aventureiros se servem para fazer prevalecer a força da intriga, e do seu egoísmo particular com a bandeira de vontade geral dos Povos, escrevendo uma parte com veneno coberto de ouro – Viva a Liberdade; - e da outra com caracteres de fogo – Morra o Despotismo, - sendo eles os próprios monstros que o exercitam a ferro e fogo, para fazerem prevalecer o seu interesse, e cevar sua vingança particular, calcando aos pés as Leis de Convenção, que serviam de prisão ao seu desenfreado Egoísmo, voltando ao estado da natureza selvagem, porém muito mais perigoso e feroz, semelhante ao tigre embravecido, que rompendo as prisões, assola tudo por onde passa.⁶⁸

⁶⁷ ALYZE DOS DIREITOS NATURAES DO HOMEM INCULTO, E SELVAGEM, DEDUZISDOS DO MESMO DIREITO QUE REGE TODA A NATUREZA CREADA, DE QUE ELLE HE PARTE. Direitos de Convenção, em que os homens dão princípio ao Copo Moral das Sociedades, seguindo na sua Organização o Sysstema dos Copos físicos sobre os Direitos da Soberania como Ordem natural DO SYSTEGENA UNIVERSAL POR P.PL. VEIGA CABRAL. AMIGO DA PHILANTROPIA. In: CARVALHO, J. M.; BASTOS, L.; BASILE, M. (Org.). **Guerra literária**: panfletos da Independência (1820-1823). Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014. v. 2. p. 689.

⁶⁸ Ibid., p. 690.

Segundo Cabral, nunca um “estado de revolução” conseguiu interpretar o que seria a vontade geral. Sempre resultou no que ele chamou de “confusão da vontade geral”, a qual os chamados “Anarquistas” se utilizariam para impor suas vontades ao conjunto da sociedade, por trás da máscara da defesa da vontade geral. Assim, os defensores destes princípios seriam os verdadeiros responsáveis por jogar a sociedade em uma espiral de guerra civil e, conseqüentemente, de despotismo; destruindo acima liberdade que eles próprios diziam defender ao destituir a autoridade que garantia a convivência pacífica, jogando a sociedade de volta ao Estado de Natureza, no qual imperaria a guerra de todos contra todos.

Vemos aqui, utilizada mais uma vez, e de maneira bem sutil, a acusação comum que os diversos grupos políticos lançaram contra os seus adversários: a acusação de Despotismo. Ironicamente, Cabral fez essa acusação enquanto defendia um pacto social baseado, em última instância, no uso da força pelo monarca e pela submissão dos súditos, situação legitimada em troca de se evitar um despotismo maior (que seria o despotismo que adviria da anarquia) ou o caos que se seguiria à dissolução do pacto de obediência para com a monarquia e o subsequente retorno ao estado de natureza.

Para nós, isso é demonstrativo de que mesmo os elementos mais radicalizados e mais “exóticos” do debate público recorreram a formas de encadeamento de discursos que se repetem por toda a linguagem, mobilizando a ideia de uma luta contra possíveis conceitos ou comportamentos considerados despóticos. A falha nessa batalha contra o despotismo, que para Cabral estava encarnada nos autores constitucionalistas, acabaria por levar aquela sociedade a ruína, a desagregação e a guerra civil. O curioso deste panfleto é que ele faz um ataque direto aos autores constitucionalistas, reivindicando um arranjo político baseado no direito de conquista em uma situação de rompimento dos laços entre Brasil e Portugal.⁶⁹

Sigamos então, para uma publicação que se utiliza da dualidade “Constitucional e Despótico” em outro contexto. Nesta publicação não se tenta fundamentar os poderes do Estado, mas sim discutir quais eram os comportamentos adequados que um agente público deveria ter para com a máquina pública e o dinheiro dos impostos. Trata-se da *Carta irigida A Cassiano Spiridaõ De Mello Mattos Pedindo Definição De Corcunda, Ou Constitucional*⁷⁰, panfleto publicado em 17 de dezembro de 1821, no Rio de Janeiro, na Impressão Nacional.

⁶⁹ Vale lembrar que ambos se encontravam em estado de guerra durante a publicação deste panfleto.

⁷⁰ Carta Dirigida A Cassiano Spiridaõ De Mello Mattos Pedindo Definição De Corcunda, Ou Constitucional. In: CARVALHO, J. M.; BASTOS, L.; BASILE, M. (Org.). **Guerra literária**: panfletos da Independência (1820-1823). Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014. v. 1. p. 140-141.

Trata-se de um curto panfleto, de duas páginas, assinado por Francisco Garcia Adjunto, dirigido a Cassiano Espiridião de Mello Mattos. O texto do panfleto referiu-se ao andamento do Governo Provisório instalado em Vila Rica, Minas Gerais, por ocasião da adesão à Revolução Constitucionalista do Porto, e denunciou as perseguições que Cassiano, como juiz de algumas devassas, estaria fazendo contra alguns adversários políticos. Após fazer esta breve denúncia, sobre a qual não entra em detalhes, Francisco lançou uma série de perguntas a Cassiano, questionando se alguns comportamentos do referido magistrado eram condizentes com a atitude de um corcunda, representante do despotismo, ou com a de um constitucional.

A acusação consistia em recebimentos de proventos da Câmara Municipal de Mariana e de Vila Rica, a título de aposentadoria, no valor de cinquenta mil reis, dividida entre os dois municípios. Com o passar dos anos, a Fazenda Real assumiu a aposentadoria dos desembargadores, o que fez com que os pagamentos deixassem de ter motivação. Contudo, Mariana nunca deixou de pagar tal despesa. O problema moral aí levantado, é que o desembargador, quando serviu como ouvidor da daquela cidade autorizou o pagamento dessa despesa semelhante e pegou uma quantia de vinte e cinco mil réis para si. Quando outro ouvidor assumiu a função de autorizar e revisar as despesas da Camarada de Mariana, ele não aceitou receber o valor indevido, e ainda desautorizou o antigo pagamento realizado por Cassiano Espiridião, fazendo com que este tivesse que devolver o dinheiro recebido da Câmara de Mariana indevidamente. Desta forma, Francisco Garcia terminou seu panfleto com a seguinte pergunta: “[...] Vossa Senhoria não corrigindo o abuso como devia, e aproveitando-se até dele, obrou como corcunda, ou como constitucional?”⁷¹, associando assim, moralidade pública e constitucionalismo, tema comum dos panfletos em circulação.

Com essa seleção de panfletos buscamos apresentar como essas linguagens constitucionalistas se articularam nos materiais de rápida de circulação, mostrando possibilidades diversas de mobilização conceitual durante o período. Observaremos agora como essa mesma linguagem se articulou em uma publicação seriada. Os periódicos, no geral, apresentavam debates mais longos e que perduravam por várias edições, de forma a tratar os temas de maneira perene. Neste sentido, buscamos detectar como esses periódicos mobilizaram os seus discursos constitucionalistas em meio à evolução dos acontecimentos que levaram a Independência brasileira e a instituição do regime monárquico sobre Dom Pedro I. A partir de

⁷¹ Carta Dirigida A Cassiano Spiridaõ De Mello Mattos Pedindo Definição De Corcunda, Ou Constitucional. In: CARVALHO, J. M.; BASTOS, L.; BASILE, M. (Org.). **Guerra literária: panfletos da Independência (1820-1823)**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014. v. 1. p. 141.

ambas as apresentações será possível um olhar mais acurado sobre como o discurso constitucionalista circulou no período.

O periódico que elencamos para essa análise foi o *Reverbero Constitucional Fluminense*, um – de um total de três - periódico⁷² editado pelo chamado “Grupo do Ledo”⁷³. Segundo o estudo hemerográfico realizado por Marcello de Ipanema e Cybele de Ipanema, patrocinado pela biblioteca nacional, o *Reverbero* foi um jornal que se aproximou de tendências republicanas⁷⁴. Publicado entre 15 de setembro de 1821 a 8 de outubro de 1822⁷⁵, teve como editores Joaquim Gonçalves Ledo e Januário da Cunha Barbosa.⁷⁶ Durante o seu período de publicação o periódico passou por 3 tipografias diferentes. A saber: Moreira e Garcez; Thipografia Nacional; Oficina Silva e Porto & Cia.

Em seu prospecto, publicado no Diário do Rio de Janeiro, se apresentaram os objetivos da publicação. Segundo seus editores o periódico teve por objetivo a sustentação do que os autores chamaram de Sistema Constitucional. Sistema que foi estabelecido no Reino Unido com a revolução constitucionalista do Porto. Dessa forma, os autores fizeram um chamado aos “constitucionais brasileiros” rogando-lhes a mandarem textos para serem publicados no periódico, a fim de sustentar tal sistema. Esse chamamento aos constitucionais embute a concepção da necessidade da participação dos brasileiros na manutenção do novo edifício constitucional em construção. Essa necessidade pode ser vista no trecho a seguir:

Sendo o principal fim dos seus redatores publicar tudo o que possa concorrer a sustentar o sistema constitucional, tão felizmente estabelecido na nação portuguesa, admitindo com escolha não só o que se tem escrito e se escrever na Europa a este respeito, mais ainda o que produzem os nossos constitucionais brasileiros, é de absoluta necessidade que sejam colaboradores todos os verdadeiros amantes da boa causa, enviando-nos os seus escritos constitucionais para serem publicados neste periódico⁷⁷

A Tónica da participação dos cidadãos nos negócios públicos aparece como uma constante no *Reverbero*. Em seu primeiro número, datado do dia 15 de setembro de 1821, foi iniciado por uma transcrição de um artigo de outro jornal, o *Campeão Português*, já com a

⁷² Além do *Reverbero Constitucional Fluminense*, o grupo do ledô teria publicado o periódico *O Shypho*, e o *Correio do Rio de Janeiro*, editorado por João Soares Lisboa.

⁷³ OLIVEIRA, C. H. L. S. **A Astúcia liberal**. Relações de mercado e projetos políticos no Rio de Janeiro (1820-1824). Bragança Paulista: EDUSF: Ícone, 1999. p. 59.

⁷⁴ IPANEMA, C., IPANEMA, M. **Reverbero Constitucional Fluminense – 1821-1822**: texto, estudo hemerográfico e indexação. Rio de Janeiro, Edições Biblioteca Nacional, 2005. p. 29.

⁷⁵ Ibid., p.55.

⁷⁶ Ibid., p. 34-39.

⁷⁷ Ibid., p. 103.

publicação encerrada no momento de lançamento do *Reverbero*. Neste artigo, transcrito e analisado pelo periódico, encontramos a oposição entre os chamados despóticos e constitucionais, fórmula que encontramos nos panfletos que vimos até agora, e trata do perigo que Portugal, entendido aqui como o conjunto do Império, correria caso os despóticos voltassem ao poder.

Também encontramos, logo neste primeiro número, uma concepção de repúdio à democracia, forma de governo que o jornal via como sendo danosa ao sistema constitucional que estava sendo implantado no Reino Unido. Apesar disso, não apresentou o que, para eles, seria essa democracia. Ainda segundo o primeiro número do *Reverbero*, os constitucionais desejavam a implantação de um regime liberal no Império, repudiando tanto as formas absolutistas de governo quanto as democráticas. Para eles, isto seria assegurado pela implantação de uma monarquia constitucional. Ou seja, se pretendia afastar o despotismo que poderiam advir das monarquias puras e das democracias puras.

Contudo, é interessante notar que, apesar de um repúdio a democracia, o *Reverbero* fez um apelo ao Povo, quando transcreve as afirmações do Campeão Português que afirmavam que “[...] quando o Povo recobra seus direitos por meio de huma victoria, como nessa só cumpre com hum dever, e não pode envergonhar-se da boa ação [...]”⁷⁸. Todavia, esse apelo foi sempre acompanhado de uma negação de que o sistema desejado pelos portugueses e brasileiros, e implantando por meio da revolução, fosse o da democracia. Isso pode ser observado também em outro trecho mobilizado pelos redatores do *Reverbero*, agora retirado de um escritor que eles nomearam “hum sábio bem nomeado da Europa”⁷⁹: “ Não há aqui Democracia, há tendência geral e uniforme para toda a igualdade social, base da grande reforma que em toda a parte se opéra”⁸⁰.

Ao longo dos outros números, vemos uma repetição destes topicos, da defesa de uma monarquia constitucional e o repúdio ao despotismo, seja ele o representado pela democracia, seja ele o representado pelo antigo sistema absolutista que foi derrubado. A título de exemplo, podemos citar o número do dia 1º de outubro, no qual encontramos descrito que uma das causas do despotismo da monarquia seria devido aos maus cortejos, que tratariam o Rei como uma espécie de divindade, fazendo com que eles se esquecessem de venerar o verdadeiro Deus. Também retomando uma argumentação que vimos ao longo dos panfletos que associa as

⁷⁸ IPANEMA, C., IPANEMA, M. **Edição fac-similar do Reverbero Constitucional Fluminense (1821-1822)**. Tomo I. Rio de Janeiro: Edições Biblioteca Nacional, 2005. p. 2.

⁷⁹ Ibid., p. 5.

⁸⁰ Ibid., p. 5.

práticas que eles consideram despóticas a um desvirtuamento da religião⁸¹. Além disso se destaca neste número uma curtíssima nota que reitera o repúdio do *Reverbero* a democracia, no uso da palavra sintoma para descrever eventos que ocorreram na Noruega: “Na Noruega descobrirã-se symptomas de Democracia, que forão abafados”⁸².

Na primeira folha suplementar, que data do dia 8 de outubro de 1821, e que descreve os acontecimentos referentes aos conflitos da Junta Governativa de província de Minas Gerais, também se utilizou do expediente de organizar os argumentos em torno da dicotomia entre constitucionais e despóticos; Contudo, apresentou-se dessa vez a palavra “corcundas” para descrever os adeptos do despotismo, como podemos ver no trecho a seguir que descreve a chegada do Tenente Coronel José Maria Pinto a Vila Rica:

Havia chegado por fortuna, e como presente da Providencia, no dia 16 de setembro o verdadeiramente Constitucional e Benemerito Tenente Coronel José Maria Pinto, toda a Tropa se animou por isto decahiundo os ânimos dos Corcundas. [...] antes prosseguindo na carreira de ser útil á Regeneração Política dos Povos, realizando a sua felicidade pela práteica daqueles meios que noutros lugares se usarão para se quebrarem absolutamente os ferros de hum Despotismo que já foi aviltado, [...] ⁸³

Na edição do dia 15 de outubro de 1821 também vemos este expediente onde, pela primeira vez, apareceu a ideia de Independência do Brasil, com a criação de um Império independente nas Américas, ideia que é rechaçada pelo periódico. Adjacente a ideia de Independência, surge nas páginas do *Reverbero* preocupações com a chamada “tentativa recolonizadora” por partes das Cortes, tema que também será recorrente no periódico. Neste número também há a exaltação da monarquia constitucional e da Revolução do Porto. Também se repetem o repúdio à democracia e a denúncia dos corcundas como inimigos da regeneração nacional.

Avançando-se no tempo, na edição do dia 1º de novembro de 1821 se discutiu a questão do local que sedearia a sede do trono português. A tônica do artigo foi em direção a apontar que: ficasse a sede no Reino do Brasil ou no Reino de Portugal, havia-se a necessidade de se instalar no outro Reino, que compunha a monarquia, uma delegação do poder executivo que fosse entregue necessariamente a um membro da família real⁸⁴. Fica ainda implícito que o Reino

⁸¹ IPANEMA, C., IPANEMA, M. **Edição fac-similar do Reverbero Constitucional Fluminense (1821-1822)**. Tomo I. Rio de Janeiro: Edições Biblioteca Nacional, 2005. p. 14.

⁸² Ibid., p. 21.

⁸³ Ibid., p. 6. (folha suplementar)

⁸⁴ Ibid., p. 39.

deveria ter cortes próprias, mas esta afirmação não é feita com grande alarde.⁸⁵ A existência destas cortes brásílicas seria condição essa necessária para que a igualdade entre os dois reinos fosse preservada. Do contrário, um reino se tornaria necessariamente província do outro, o que colocaria em risco as liberdades constitucionais que estavam sendo conquistadas pelos portugueses com a revolução.⁸⁶ O número também traz o exemplo da experiência da américa espanhola a fim de justificar a necessidade de se estabelecer cortes locais, independentemente de onde se estabelece a sede da monarquia.^{87 88}

O periódico do dia 15 de novembro tratou da importância da liberdade de imprensa para a sustentação do edifício constitucional, havendo breves referências à palavra corcunda ao referenciar que “[...] quando a falta de huma vírgula em qualquer escrito pode attrahir o ferrete de – corcundismo – que muito aborrecemos: [...]”⁸⁹, o que mostra o clima de troca de acusações que estava ocorrendo na imprensa do período. O número 5 do primeiro volume do *Reverbero* prosseguiu fazendo uma reflexão sobre a importância da imprensa para a manutenção do sistema constitucional ao ser instrumento de orientação da opinião pública, associando a liberdade política à liberdade de imprensa “[...], mas eis que aparece a Liberdade Política, e com ella a Liberdade da Imprensa!”⁹⁰.

O *Reverbero* colocou que a liberdade de imprensa era um direito natural, não sendo, portanto, uma concessão do ordenamento legal, precedendo a existência deste ordenamento: “[...] não he em virtude de huma Lei que o Cidadão pôde pensar, falar, escrever e publicar seus pensamentos, he em virtude de seus direitos naturaes; [...]”⁹¹, colocando-o, desta forma, no hall de direitos que deveriam ser protegidos pelo constitucionais e como importante instrumento de combate ao despotismo. Deste postulado se desdobrou, ao longo do artigo, a ideia de que “[...] prender fora de propósito a liberdade de imprensa [...]”⁹² se transforma em instrumento da volta do despotismo. Ou seja, a necessidade da punição aos abusos a liberdade de imprensa, questão central na discussão da Lei de Imprensa que estava sendo gestado nas cortes de Lisboa⁹³, não

⁸⁵ IPANEMA, C., IPANEMA, M. **Edição fac-similar do Reverbero Constitucional Fluminense (1821-1822)**. Tomo I. Rio de Janeiro: Edições Biblioteca Nacional, 2005. p. 39.

⁸⁶ Ibid., p. 43.

⁸⁷ Ibid., p. 42.

⁸⁸ No estudo “PIMENTA, J. P. **A independência do Brasil e a experiência hispano-americana (1808-1822)**. São Paulo: Hucitec: FAPESP, 2015.” há uma avaliação detalhada do uso dos exemplos advindos da américa espanhola.

⁸⁹ IPANEMA, C., IPANEMA, M. **Edição fac-similar do Reverbero Constitucional Fluminense (1821-1822)**. Tomo I. Rio de Janeiro: Edições Biblioteca Nacional, 2005. p. 49.

⁹⁰ Ibid., p. 50.

⁹¹ Ibid., p. 51.

⁹² Ibid., p. 53.

⁹³ Essa discussão tem desdobramentos no Conselho de Procuradores das Províncias do Brasil que acabou por adotar uma regulação à imprensa por meio da portaria de 18 de julho de 1822, escrita por Joaquim Gonçalves

poderia resultar em algum tipo de violação ao direito natural dos cidadãos de veicular suas ideias.

Neste número também apareceu uma referência discreta à questão dos vícios e virtudes já levantada por nós anteriormente. Essa referência pode ser vista nestes pequenos trechos: “Como esta Liberdade pode arrancar as mascaras, que disfarçam o vicio: [...]”⁹⁴ e “E será por ventura exorbitar ou abusar da Liberdade da Imprensa denunciar ao Publico os vícios escandalosos, que reduzirão a Nação ao estado de nulidade politica, [...]”⁹⁵ e reforça nossa hipótese de que as questões que estão em torno do que chamamos de linguagens constitucionais têm um forte viés moral.

Também encontramos uma breve passagem na transcrição de uma notícia do *Morning Chronicle*, com apenas duas páginas, nas quais se afirmava que a França, a Áustria e a Inglaterra abrigavam jornalistas despóticos que advogavam a favor dos governos absolutos, atribuindo a esses jornalistas as acusações de que a Península Ibérica era revolucionária e democrática.⁹⁶ A veiculação deste artigo pode apontar a negação dos postulados, e que os redatores do *Reverbero* não consideravam o movimento do Porto e da constitucionalização do Reino Unido, neste momento, um processo nem revolucionário, nem de características democráticas. Ao menos não em finais de 1821, na data de publicação do número.

Por fim, também destacamos que o *Reverbero* veicula, em seu número 5, uma análise que tentava explicar o porquê da América Hispânica se encontrar em estado de conflagração, apesar de gozar de uma Constituição que garantia que tivessem representantes no legislativo. Destacou, ainda, o fracasso das tentativas de uso da força a fim de frear as emancipações americanas, tentando extrair lições deste processo a fim de compreender como o Reino Unido poderia escapar do mesmo destino⁹⁷. O argumento central girou em torno de que “[...] a América geme debaixo do enorme peso do despotismo, não menos agora que no antigo regime; [...]”⁹⁸ visto que, apesar das deputações americanas estarem representadas no congresso de Madri, não havia quem pudesse fiscalizar e punir os maus funcionários, perpetuando o estado de despotismo que atingia a América espanhola impedindo a pacificação das províncias ultramarinas do Reino Espanhol.

Ledo. LUSTOSA, I. **Insultos impressos: a guerra dos jornalistas na Independência (1821-1823)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p. 217.

⁹⁴ IPANEMA, C., IPANEMA, M. **Edição fac-similar do Reverbero Constitucional Fluminense (1821-1822)**. Tomo I. Rio de Janeiro: Edições Biblioteca Nacional, 2005. p. 49.

⁹⁵ *Ibid.*, p. 51.

⁹⁶ *Ibid.*, p. 59.

⁹⁷ *Ibid.*, p. 54.

⁹⁸ *Ibid.*, p. 57.

Mostrou, com essa preocupação, a necessidade de que o sistema constitucional incluísse instrumentos para que os americanos ou europeus, caso a sede da monarquia se preservasse na América, exercessem controle dos funcionários de seus governos locais, cujas arbitrariedades levaram a América hispânica à ruína da Guerra Civil. Dessa forma, este argumento reforçava os outros do número anterior. Pregava a necessidade de se estabelecerem cortes locais. Contudo, neste momento, ainda não estava colocado no *Reverbero* se essas cortes locais se organizariam nas diversas províncias do Reino Unido, ou se estabeleceriam apenas duas cortes, uma com jurisdição sobre cada reino, bem como ainda não estava colocado como a existência de múltiplas cortes impactaria nas concepções de soberania de Estado que estavam em disputa - e que foi um dos fatores de conflito entre as deputações brasileiras e portuguesas no Congresso de Lisboa.⁹⁹

Contudo, na edição de 1º de dezembro essas questões começam a se clarificar. Esse movimento pode ser observado na continuação dos comentários que os redatores fazem acerca de como o Reino Espanhol acabou por perder suas províncias na América. Retomou-se a questão apresentando novamente a dificuldade que as cortes de Madri tinham em criar leis que satisfizessem os interesses e necessidades de territórios tão diversos. O centro da argumentação nesta edição se organizou em torno do processo legislativo, que na península tinha efetiva participação dos constituintes de cada província, visto que os deputados reunidos nas cortes tinham a possibilidade de consultá-los e aprimorar os projetos, expressando assim a chamada vontade geral.¹⁰⁰

Esse procedimento se mostrava inviável para as províncias ultramarinas, isoladas pelas distâncias oceânicas. Tais distâncias se tornavam mais graves quando os autores levavam em consideração que, em casos de emergência como a ocorrência de uma revolução ou guerra, essas províncias além-mar estariam desprovidas de mecanismos de exceção que pudessem responder aos desafios que esse tipo de situação exigiria. A alternativa para que os poderes locais pudessem se utilizar destes instrumentos de exceção, sem as devidas autorizações do poder legislativo, resultariam no atual expediente de abuso que ocasionaram os diversos momentos de emancipação, visto que:

Deixar que as tomem, como de facto tem tomado, os Chefes Políticos, he entregar os Cidadãos ao mais atroz despotismo, he priva-los de todas as vantagens do Systema Cosntitucional, he finalmente, estabelecer hum systema

⁹⁹ Cf. o Capítulo 4 da obra: ROCHA, A. P. **A recolonização do Brasil pelas cortes**: história de uma invenção historiográfica, São Paulo: Ed. UNESP, 2009.

¹⁰⁰ IPANEMA, C., IPANEMA, M. **Edição fac-similar do Reverbero Constitucional Fluminense (1821-1822)**. Tomo I. Rio de Janeiro: Edições Biblioteca Nacional, 2005. p. 62.

mais próprio para destruir, em pouco tempo, todas as Authoridades constituídas, todos os Cidadãos principaes n'huma palavra, he pôr tudo em anarquia e desconcerto.¹⁰¹

Reiterou, desta forma, toda argumentação que tinha sido utilizada até aquele momento pelo periódico acerca da construção paulatina de concepções de organização do Estado. Na opinião dos redatores do *Reverbero*, essas concepções dirigiram a sociedade luso brasileira rumo a um caminho constitucional afastando assim o grande perigo a ser combatido pelos escritos do período: o Despotismo. Dessa forma, se reproduziu, até este número, uma desconfiança com formas de organização de Estado não monárquicas, ou seja, vistas pelo escritor como republicanas, a exemplo da reprodução neste artigo da frase “não fica exposta às convulsões diárias de huma República”¹⁰² quando descreve sua descrença na adoção de cortes locais para levar as províncias hispano americanas a um caminho mais liberal¹⁰³. É curioso que o artigo transcrito pelo *Reverbero* não apresentou nenhuma explicação que fundamente essa descrença.

Avançando-se no tempo, analisemos o número do dia 1º de dezembro. Neste número o *Reverbero* se dedicou a defender a criação de um centro único ao Reino do Brasil, subordinado ao Governo Geral do Reino Unido, clarificando a questão levantada por nós no número anterior (acerca do que seriam essas cortes locais sobre as quais o periódico se referia). Apesar de tratar o Brasil enquanto reino separado de Portugal, não estava expresso nesse texto uma concepção de soberania que as tratasse como entidades soberanas diferentes, visto que os autores afirmavam que “A Constituição do Estado deve ser huma eis a cadêa principal [...]”¹⁰⁴, postulando dessa forma uma concepção de soberania unitária.

Contudo, também se nota que, apesar de se defender neste momento uma única Constituição ao Reino Unido, há uma defesa que coloca a criação de um centro administrativo ao Reino do Brasil como condição necessária para que constitucionalização do Império português fosse efetiva. A não criação deste centro de união na América resultaria, segundo o *Reverbero*, a total desagregação das províncias americanas, argumentando que essa desunião só serviria ao despotismo com a seguinte afirmação “[...] todos sabem a máxima de Machiavel, ou do Despotismo = dividir para reinar”¹⁰⁵. Por fim, também vale destacar o uso da palavra

¹⁰¹ IPANEMA, C., IPANEMA, M. **Edição fac-similar do Reverbero Constitucional Fluminense (1821-1822)**. Tomo I. Rio de Janeiro: Edições Biblioteca Nacional, 2005. p. 63.

¹⁰² Ibid., p. 64.

¹⁰³ Ibid., p. 64.

¹⁰⁴ Ibid., p. 70.

¹⁰⁵ Ibid., p. 70.

regeneração e não revolução para denominar o movimento do Porto, quando descreveu que o Brasil ainda não se tinha colhido todos os frutos que advinham do movimento.¹⁰⁶

Na edição número 7, que data de 15 de dezembro de 1821, em seu primeiro texto sobre o estabelecimento da junta governativa de província de Minas Gerais - em substituição ao antigo governo indicado pelo Rei, conforme os decretos de abril de 1821- encontramos alguns pontos interessantes no discurso constitucionalista veiculado pelo *Reverbero*. O próprio ato de se substituir o governo indicado pelo Rei foi colocado como necessário visto a nova situação constitucional em consequência da adesão da província “[...] Refórma constitucional do Governo da Nação”¹⁰⁷. De forma que denuncia:

A conservação do Governo antigo na Provincia de Minas, e em todas do Imperio Potuguez, era diametralmente oposta á referida Reforma, e só ao – Corcundismo – poderia agradar, por não ver baquear de todas de as partes o vacilante edificio do Despotismo, o qual sendo mais activo nas Provincias e Lugares remotos, também neste já expirante faz convulso os maiores esforços, para reviver, e satrapear ainda.¹⁰⁸

Colocou o antigo governo da província, indicado pelo rei, como inimigo da nova situação constitucional, mesmo que no mesmo texto tenha tecido elogios a Dom João VI, chamando-o de “Nosso adorado Rey”, também lhe atribuindo a chefia do poder executivo. Contudo, apesar do elogio, o periódico afirmava que este poder executivo do Rei estava limitado e circunscrito pelo poder legislativo, este exercido pela Nação representada nas cortes¹⁰⁹. O que nos permite concluir que este tipo de arranjo constitucional descrito pelo *Reverbero* colocava o Rei, e por consequência a Monarquia, como subordinados ao poder das Cortes, demonstrando um tipo de soberania baseada exclusivamente na vontade do povo.¹¹⁰ Por isto, o novo governo deveria submeter-se as Cortes de Lisboa e não mais ao Rei: “Eis o consenso unanime dos Governados, condição essencial á legitimidade do Governo”¹¹¹.

Também destacamos aqui dois outros pontos, a associação entre despotismo e anarquia. Essa associação foi feita a fim de justificar a realização da eleição da junta governativa da província sem a presença de todos os representantes das câmaras, ou seja, devido ao estado de “anarquia eminente” elegeu-se o governo provisório sem se consultar todos os representantes

¹⁰⁶ IPANEMA, C., IPANEMA, M. **Edição fac-similar do Reverbero Constitucional Fluminense (1821-1822)**. Tomo I. Rio de Janeiro: Edições Biblioteca Nacional, 2005. p. 71.

¹⁰⁷ Ibid., p. 74-75.

¹⁰⁸ Ibid., p. 74.

¹⁰⁹ Ibid., p. 74.

¹¹⁰ Ibid., p. 74.

¹¹¹ Ibid., p. 75.

do povo eleitos pela câmara. Contudo, esse risco de anarquia eminente não era justificado para além de denúncias da existência de “intrigas e subornos”, sem, no entanto, o apontamento de quem estaria realizando essas atividades. Todavia, essa associação entre anarquia e despotismo nos ajuda a compreender, com o auxílio de outras duas afirmações, como o *Reverbero* compreendia essa soberania popular. Vejamos os trechos:

Ainda que a Constituição emane do Povo, o nosso apanágio he obedecer; importando acima de tudo á Dignidade, e Estabilidade dos Governos o respeito popular ás Authoridades Constituidas.

[...]

A Liberdade (dizia aos Polacos o Cidadão de Genebra) he como os alimentos fortes, que só se digerem por estômagos vigorosos. A Liberdade sem virtude, degenera em licencia, e cedo ou tarde, em Anarquia, peor que o despotismo¹¹²

Observar-se-á que havia certo receio de que essa soberania do povo se degenerasse em anarquia caso não se estabelecesse limites ao seu exercício. Os limites desse exercício seriam, pois, as virtudes que deveriam acompanhar o seu exercício. Nestes dois trechos o que impediria a degeneração em anarquia seria o apelo a ideia de Ordem e à virtudes ligadas a ideia de moderação.¹¹³ E, para o autor do periódico, a anarquia era o caminho para o despotismo, demonstrando ainda uma continuidade das críticas à democracia que vinham empregando desde o início da publicação do jornal.

Por fim neste número vale destacar o comentário que ele faz acerca da continuação de um artigo que transcreveu do *Morning Chronicle*¹¹⁴, no dia 15 de novembro na quinta edição do *Reverbero*. Nesse texto o autor rebateu os princípios de soberania que fundamentavam o poder na Áustria e em outras nações. Segundo o *Reverbero*, estes direitos eram fundamentados em Deus ou, no passado, “na legitimidade dos antigos Governos”¹¹⁵ fazendo parte de um vocabulário que ligava Portugal ao antigo despotismo que fora destruído pela regeneração¹¹⁶. Depois deste pequeno comentário ele reafirmou o princípio de soberania popular no qual “[...] só os Povos têm o direito de escolher o Systema, e as Leis porque devem ser regidos”¹¹⁷.

¹¹² IPANEMA, C., IPANEMA, M. **Edição fac-similar do Reverbero Constitucional Fluminense (1821-1822)**. Tomo I. Rio de Janeiro: Edições Biblioteca Nacional, 2005. p. 76-77.

¹¹³ *Ibid.*, p. 76.

¹¹⁴ Jornal inglês de orientação Wigh. Cf. BRAKE, Laurel; DEMOOR, Marysa (Ed.). **The Morning Chronicle**. Dictionary of Nineteenth-century Journalism in Great Britain and Ireland. 2009. p. 426-427.

¹¹⁵ IPANEMA, C., IPANEMA, M. **Edição fac-similar do Reverbero Constitucional Fluminense (1821-1822)**. Tomo I. Rio de Janeiro: Edições Biblioteca Nacional, 2005. p. 80.

¹¹⁶ *Ibid.*, p. 80-81.

¹¹⁷ *Ibid.*, p. 81.

Opôs três sistemas de se fundamentar a Constituição: um de matriz popular, e os outros dois de matriz pré-revolução. O de matriz popular seria advindo do iluminismo alinhado aos revolucionários do Porto, e os outros dois de matriz pré-revolução seriam os que apelam ao Direito Divino¹¹⁸, ou aos pactos entre rei e povo característicos do feudalismo¹¹⁹. Reforça, dessa forma, a ideia de submissão da autoridade real. Ideia que foi pregada ao longo deste número do *Reverbero* na defesa da substituição das autoridades reais do governo da província de Minas Gerais por uma eleita pelos povos através de representantes das câmaras. Essa substituição foi realizada para se constituir uma junta de governo provisória sob a autoridade das Cortes de Lisboa, que representava nesse momento, para o *Reverbero*, a soberania popular.

Entrando-se em 1º janeiro de 1822, na edição número 8 do *Reverbero*, encontramos uma edição que tem como principal objetivo rebater as acusações que estavam sendo gestadas em Portugal pelo o que ele chama de “falsos devotos da Constituição”¹²⁰. Na primeira sessão deste número do jornal as chamadas “reflexões” se referiam aos deputados nas cortes que proferiam discursos e votos que acabariam por semear a discórdia, e por consequência a Independência do Reino do Brasil¹²¹. Ainda nessa parte, há uma pequena associação entre Independência e jacobinismo: “Que hoje o termo - independência - substitua o de - jacobinismo – [...]”¹²² que não é muito desenvolvida. Também há uma breve referência a ideia de uma Independência republicana que também é rechaçada pelo autor.¹²³

A segunda parte deste número tem como foco o manifesto de Portugal aos soberanos e povos da Europa. Existe, pois, uma parte relativa ao Reino do Brasil¹²⁴, também com considerações sobre uma possível Independência brasileira, hipótese novamente rechaçada pelos autores do *Reverbero* quando afirmam que aderiram prontamente ao que ele chama de “regeneração política”, descrevendo que os povos “resumião a sua promitiva soberania” mais uma vez qualificando a natureza do pacto constitucional que estava sendo gestado em Lisboa pelas cortes¹²⁵. Ao longo do texto ainda descreveu os sacrifícios que o Brasil tem feito pela

¹¹⁸ NEVES, L. M. B. P.; NEVES, G.P. Constituição. In: FERES JUNIOR, J. (Org.). **Léxico da história dos conceitos políticos do Brasil**. 2. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014. p. 60.

¹¹⁹ Ibid., p. 61.

¹²⁰ IPANEMA, C., IPANEMA, M. **Edição fac-similar do Reverbero Constitucional Fluminense (1821-1822)**. Tomo I. Rio de Janeiro: Edições Biblioteca Nacional, 2005. p. 86.

¹²¹ Ibid., p. 88.

¹²² Ibid., p. 86.

¹²³ Ibid., p. 87.

¹²⁴ MANIFESTO AOS SOBERANOS DA EUROPA. Manifesto de Portugal aos soberanos e povos da Europa, 1821. Acervo da Biblioteca Digital do Senado Federal. Brasil. Disponível em: <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518749/000144211.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 27 ago. 2019.

¹²⁵ IPANEMA, C., IPANEMA, M., op. cit., p. 89.

causa constitucional do reino, cujo ápice era a cessão de Dom João VI à Portugal, que ele também qualifica como liberal.¹²⁶

Para além dos rechaços às ideias de que o Brasil pretendia se separar de Portugal o periódico também trouxe preocupações para com a política das cortes com o Brasil. Articula essas preocupações com um reforço de que no reino brasileiro, as ideias constitucionalistas haviam sido absorvidas. Essas políticas das cortes, acabariam por levar ao que ele chama de “[...] a nova ordem de coisas faça retroceder o Brasil marcha da sua primeira Regeneração [...]”¹²⁷, ou seja fazer com o que o Brasil volte ao ter o status que tinha dentro do Império Português de sujeição a Portugal. Essa sujeição se daria caso se aprovasse a tentativa de transformar Portugal no chamado “entreposto dos gêneros do Brasil”¹²⁸, ou seja, na aplicação de uma política comercial que limitasse, ou desfavorece a compra direta dos produtos brasileiros por estrangeiros colocando o Brasil novamente na dependência de Portugal. Isto significava, para o *Reverbero*, a transformação do reino em uma colônia portuguesa.¹²⁹

A edição de 8 de janeiro de 1822 tem a mesma temática que a edição anterior. Mantendo uma retórica que objetivava apontar que as medidas que estavam sendo ventiladas em Lisboa, nas cortes, acerca das relações comerciais entre os dois reinos e a necessidade de se preservar um centro do poder na América, se mostravam divisionistas e nocivas aos interesses do Reino do Brasil, bem como ao conjunto do Reino Unido¹³⁰. Ressaltamos também que foi nesse número que se trouxe a notícia de que fora determinada a extinção dos tribunais no Brasil e a volta do príncipe para Portugal, aumentando as tensões que já se demonstravam no dia 1º de janeiro.¹³¹

O tipo de argumentação utilizado para se defender os posicionamentos do periódico continuaram seguindo o padrão dos números anteriores, apelando à ideia de regeneração e defesa dos: “Os inalienáveis direitos que Portugal reclamou para revalidar a sua Regeneração Política [...] são os mesmos pelos quaes o Brasil para fim semelhante reclama a atenção do Soberano Congresso.”¹³², bem como de combate ao antigo despotismo que havia sido destruído: “[...] e Lisboa quando sacudirão os ferros do nosso antigo despotismo; se eles temerão o systema colonial, como disseram em seu Manifesto, e se desse temor tirarão o

¹²⁶ IPANEMA, C., IPANEMA, M. **Edição fac-similar do Reverbero Constitucional Fluminense (1821-1822)**. Tomo I. Rio de Janeiro: Edições Biblioteca Nacional, 2005. p. 89.

¹²⁷ Ibid., p. 91.

¹²⁸ Ibid., p. 93.

¹²⁹ Sobre a questão das tarifas ver: ROCHA, A. P. **A recolonização do Brasil pelas cortes: história de uma invenção historiográfica**. São Paulo: Ed. UNESP, 2009.

¹³⁰ IPANEMA, C., IPANEMA, M. **Edição fac-similar do Reverbero Constitucional Fluminense (1821-1822)**. Tomo I. Rio de Janeiro: Edições Biblioteca Nacional, 2005. p. 97.

¹³¹ Ibid., p. 103.

¹³² Ibid., p. 100.

argumento da sua Revolução, nós também o tememos, e com mais razão, porque o havíamos sofrido [...]”¹³³.

A edição também se preocupou em combater acusações de que se estaria planejando a separação do Brasil do conjunto do Império Português, quando prestou apoio a permanência do príncipe em terras americanas, tanto como forma de preservar a união entre os Reinos, quanto como forma de preservar a unidade do reino brasileiro: “[...] conservando-se o necessário centro neste grande Reino, debaixo de nossa Liberal Constituição com todas as circunstancias [...] que se está exarando, que eternamente liguem os dous Emispherios Portuguezes.”¹³⁴. O periódico também se dedicou, neste número, em rechaçar as acusações de que estariam os seus escritos ligados a ideologias republicanas, associando república a democracia: “Não temo falar deste modo, nem tão pouco que os inimigos da minha Pátria acusem de – republicano -; sou Portuguez, amo a união fraterna do Brasil com Portugal, e odeio a Democracia; [...]”¹³⁵.

Na edição do dia 15 de janeiro não há menções às questões que tratem dos conflitos entre os dois reinos em relação a permanência do príncipe, nem sobre as questões comerciais e da extinção dos tribunais. A maior parte das páginas foi dedicada a discutir a questão de como se financiar o erário público através da emissão de apólices da dívida pública¹³⁶, havendo apenas uma pequena menção aos problemas que o governo português teria em conseguir obter recursos devido ao despotismo que imperava governo antes da Revolução. Este despotismo se realizava na falta de disciplina no pagamento dos credores, bem como na falta de disciplina fiscal e transparência dos gastos do erário público; não havendo assim confiança para que se comprasse as apólices das dívidas do governo. O periódico ainda afirmou que a instauração de um governo representativo juntamente com o trabalho da imprensa esses problemas haviam se resolvido¹³⁷. Também foi comentada nessa edição mais uma acusação de republicanismo em outra transcrição do *Morning Chronicle* – texto que comentava a situação na Espanha, categorizando o Reino como inimigo da constituição.¹³⁸

Em 22 de janeiro, na edição número 11 do *Reverbero*, retomou-se a retórica de combate ao que ele chamou de recolonização do Brasil, abrindo a edição com um texto denominado “Aos povos da Europa”¹³⁹. Neste texto, os autores do periódico afirmaram que maior parte do

¹³³ IPANEMA, C., IPANEMA, M. **Edição fac-similar do Reverbero Constitucional Fluminense (1821-1822)**. Tomo I. Rio de Janeiro: Edições Biblioteca Nacional, 2005. p. 102.

¹³⁴ Ibid., p. 110.

¹³⁵ Ibid., p. 106.

¹³⁶ Ibid., p. 113-122.

¹³⁷ Ibid., p. 118-119.

¹³⁸ Ibid., p. 122-124.

¹³⁹ Ibid., p. 125.

continente europeu ainda vivia sob o julgo do despotismo. As únicas nações que escapariam dessa situação, e que já viviam em um sistema constitucional, foram apresentadas como exemplo pelo autor: a Inglaterra; Espanha; Portugal; Estados Unidos da América. A partir destes exemplos de “países constitucionais” o *Reverbero* fez uma associação entre a ideia de felicidade e governo constitucional, afirmando que ambos eram inseparáveis¹⁴⁰, prosseguiu o texto fazendo o seguinte chamado: “Povos! O que vos detêm? Até quando sereis os instrumentos da vossa própria infâmia? Até quando vereis o espetáculo da Pátria gemendo debaixo do despotismo elevado sobre a ruína das Leys, e da Justiça? Temeis acaso a somma prodigiosa de vossos males?”¹⁴¹.

O autor apelou, com este trecho, a um tipo de soberania calcada na vontade dos povos, opondo-se mais uma vez a um tipo de soberania calcada em valores do Antigo Regime. Seus argumentos eram calcados na ideia de razão: “O Monarcha que se julga devedor da sua Coroa a Causa sobrenatures, cuida mui pouco de títulos que tem por si a Rasão e a equidade.”¹⁴². Negando, desta forma, que a origem do poder dos reis tinha natureza transcendental. O jornal ainda afirmava que os déspotas recorreram a acusações de que os defensores de uma constituição eram, na verdade, revolucionários invocando o imaginário criado acerca da Revolução Francesa¹⁴³, identificando os apelos à soberania popular à ideia de anarquia. Ideia esta rechaçada pelo periódico quando invocava que: “Mas isso que vossos Thyrannos chamam de Revolução he a luta da Justiça contra a violência; da Razão contra a Prepotência; he a defesa do Aggredido contra o Aggressor”¹⁴⁴ Ou seja, desqualificando essas acusações.

No segundo artigo do número, que louvava o movimento do dia 9 de janeiro- o Fico de Dom Pedro-, o *Reverbero* afirmou que, ao tentar retirar o príncipe Reino do Brasil, o Congresso estava:

[...] erigindo-se de Representantes do Soberano em Soberanos intentaram com hum =Praz-nos = fazer a separação machiavelica das nossas Provincias. Semear a discórdia, e desconfiança de nossos conterrâneos, roubar-nos o nosso centro de União para deixar-nos entregues à desordem e á luta de opostas forças!¹⁴⁵

¹⁴⁰ IPANEMA, C., IPANEMA, M. **Edição fac-similar do Reverbero Constitucional Fluminense (1821-1822)**. Tomo I. Rio de Janeiro: Edições Biblioteca Nacional, 2005. p. 125-126.

¹⁴¹ Ibid., p. 127.

¹⁴² Ibid., p. 127.

¹⁴³ Cf. Conclusão da obra: LYNCH, C. E. C. **Monarquia sem despotismo e liberdade sem anarquia: O pensamento político do Marquês de Caravelas**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

¹⁴⁴ IPANEMA, C., IPANEMA, M., op. cit., p. 128.

¹⁴⁵ Ibid., p. 129. (grifo nosso)

Ou seja, o *Reverbero*, pelo princípio da soberania popular, acusou o próprio Congresso de Lisboa de subverter este princípio, demonstrando que o mesmo, neste momento, observava que havia múltiplas concepções de soberania no Reino Unido. Uma, que afirmava pertencer aos povos do Brasil, e outra que afirmava que pertencia aos povos de Portugal. O Congresso, ao centralizar os órgãos do Estado em Portugal, tolhia assim as prerrogativas do reino brasileiro, de forma que o Brasil e suas províncias ficavam submetidas a Portugal. Ou seja, o Brasil seria uma província de Portugal e não um reino autônomo, quebrando-se assim o princípio da igualdade entre os reinos. Tal princípio era fundante na relação dos dois hemisférios do Império Português, principalmente na concepção de Reino Unido defendida pelos redatores do *Reverbero*.

É interessante notar, também, que há indicativos de que o local onde se residia essa soberania dos povos do Brasil era nas províncias, visto que, o *Reverbero* colocava que o Brasil se constituía enquanto Reino autônomo por vontade própria destas províncias, como exemplificado na seguinte declaração: “Qual he o Brasileiro, que quererá novamente reassumir os ferros que quebrára? Qual he a Provincia do Brasil que amará despegar-se de seu centro comum, romper as relações naturaes, e preferir o título de Provincia de Portugal?”¹⁴⁶

Vale destacar ainda mais uma associação que é feita sobre o movimento do 9 de janeiro: “O Brasil adoptando o Principe, adoptou o partido mais seguro: vai gosar dos bens da Liberdade sem as comoções da Democracia, e sem as violências da Arbitrariedade”¹⁴⁷. Como pode ser visto, no trecho citado, mais uma vez o *Reverbero* lançou mão do artifício da defesa da monarquia, ou de um elemento monárquico na figura do príncipe, como forma de criar uma barreira entre a soberania popular e a chamada democracia que, em números anteriores, ele veiculou à ideia de anarquia e, por consequência, ao despotismo. Também se destaca aqui o uso da palavra “seguro” remetendo-se mais uma vez à vocábulos relacionados a ideia de moderação, o que também vinha sendo recorrente, até esse número do periódico. Por fim, também destacamos outra repetição de um tropo comum no periódico o da oposição entre despóticos e constitucionais: “Abandonai as formas usadas pelo Despotismo, e então vos julgaremos Constitucionaes, dignos do nosso amor, e da nossa veneração”¹⁴⁸.

Na edição do dia 29 de janeiro, temos a destacar mais um elemento relacionado a como se encadeou o conceito de soberania que circulava no periódico, o que nos ajuda a compreender

¹⁴⁶ IPANEMA, C., IPANEMA, M. **Edição fac-similar do Reverbero Constitucional Fluminense (1821-1822)**. Tomo I. Rio de Janeiro: Edições Biblioteca Nacional, 2005. p. 133.

¹⁴⁷ Ibid., p. 131.

¹⁴⁸ Ibid., p. 133.

o debate e seu desenrolar no período. No texto, que continua os postulados do número anterior, prestou-se apoio ao desrespeito às ordens das cortes que rogava a volta de Dom Pedro a Lisboa. Nesse trecho havia uma concepção de Nação, que nos permite ver como se comporia a nação e, por consequência, onde se encontrariam essas soberanias dos Povos:

O que he Nação? He a reunião dos Povos, que obedecem a huma mesma ley, e á hum mesmo systema de governo. [...] O Governo he no Moral o que no Physico é um Relógio: cumpre atrasa-lo, ou adianta-lo; e o Povo he o Relógieiro. A quem compete compassa-lo pelo chronometro da vontade geral.¹⁴⁹

Como se observa, o periódico conceituou que a nação se constitui a partir de uma tomada de decisão dos povos, e que não é algo anterior a essas constituições. Isso, pois, justificaria, na linha do numero anterior, a afirmação de que o Congresso de Lisboa, ao tentar tomar prerrogativas do Reino Brasileiro, estaria na verdade usurpando a soberania dos povos daquele reino, porque aqueles povos - que supomos estar citado no plural por se referirem ao povo das diversas províncias - haviam decidido por ter por centro comum o Rio de Janeiro¹⁵⁰, rebatendo a concepção de soberania que coloca as Cortes de Lisboa como representantes de uma única soberania de toda a nação¹⁵¹. Há também novos apelos ao combate ao despotismo, neste caso específico ligados ao tema geral de que as nações são formadas pela reunião dos povos, como podemos ver a seguir:

Não he tempo de acabar com essa triste e malvada época de tratar os povos como rebanhos? Ligai-vos ó povos, vereis o quão pouco vale os esforços dos Déspotas; obrigai-os huma vez á reunirem-se para o fim verdadeiramente grande, e verdadeiramente heroico cimentar para sempre a felicidade das Nações, dando o golpe mortal no seu nefando Despotismo¹⁵²

Fez-se aqui um claro apelo a ação destes povos a fim de se combater os despotismos, em nome da adoção de um governo Constitucional. Na edição seguinte, de 5 de fevereiro de 1822, a linha editorial continuou nesse sentido. Dessa vez, no entanto, tratou principalmente

¹⁴⁹ IPANEMA, C., IPANEMA, M. **Edição fac-similar do Reverbero Constitucional Fluminense (1821-1822)**. Tomo I. Rio de Janeiro: Edições Biblioteca Nacional, 2005. p. 145.

¹⁵⁰ Ressalta-se que, apesar do periódico ventilar essa posição, em janeiro de 1822 a unidade das províncias do Brasil em torno de D. Pedro ainda não era um fato, como está largamente documentado na historiografia. Uma interpretação clássica sobre o assunto foi a feita por Oliveira Lima. Cf. LIMA, O. **O movimento da Independência: o Império brasileiro** 2. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1962.

¹⁵¹ Sobre o conflito entre os tipos de soberania que estavam em circulação ver: BERBEL, M. R. **A Nação Como Artefato**. São Paulo: Hucitec, 1999.; BERBEL, M. R. A Constituição Espanhola no mundo luso-americano (1820-1823). **Revista de Indias**, 2008, v. LXVIII, n. 242. p. 225-254.

¹⁵² IPANEMA, C., IPANEMA, M., op. cit., p. 146.

sobre a adesão da província da Cisplatina ao Reino do Brasil. A argumentação, com o mesmo fundamento, retomou a ideia de que “Se os povos não são propriedade de ninguém, nem herança de Pessoa alguma; se cada huma das Províncias póde mudar de Governo, ou emancipando-se [...] ou incorporando-se entre si, e com outras que melhor lhes apraz logo que se muda a primeira forma governativa [...]”¹⁵³, de forma que justificou tanto a adesão da província, quanto do fundamento que sustentava a desobediência das cortes.

Conclui-se aqui que o *Reverbero*, neste momento, estava defendendo um tipo de pulverização da soberania, ou seja, defendendo que a soberania se encontrava nos elementos provinciais do conjunto da monarquia encaminhando-se, aparentemente, para a defesa de um Estado de caráter descentralizado e talvez confederativo, mesmo que esta defesa ainda não tivesse sido proferida ainda. E esta defesa de uma soberania descentralizada, que se fundaria nos povos das províncias, foi complementar ao apoio prestado a Dom Pedro neste momento, visto que se fez mais uma associação entre a defesa da constitucionalidade contra o despotismo através da reunião das províncias em torno do príncipe regente, como podemos ver no trecho a seguir:

[...] só lhe faltava a Liberdade, e a Liberdade veio coroar os seus votos – adquirio este novo thesouro, acedendo á Causa Constitucional, e sobre tudo conservando no seu seio o Príncipe adorado, necessário centro da sua reunião, principio da sua tranquilidade, que o livrárá das comoções da Democracia, e dos vórtices horrores da Anarquia, [...] ¹⁵⁴

A edição de 12 de fevereiro de 1822 não nos trás nenhum elemento novo ou repetido, dentro do debate constitucionalista. Essa edição foi dedicada a tratar sobre a questão do tesouro público - em uma carta enviada pelo Patriota Constitucional¹⁵⁵-, não se envolvendo, contudo, na qualificação deste termo, sendo que ele foi usado apenas para se referir as cortes de Lisboa. Há também uma reflexão sobre o episódio da insubordinação da Divisão Auxiliadora, acusada aqui pela morte de João Carlos, filho de Dom Pedro, não entrando em nenhum mérito dos debates em torno das ideias constitucionais.¹⁵⁶

A edição número 15, publicada em 19 de fevereiro de 1822, continuou descrevendo eventos que demonstram uma escalada de tensão entre os reinos do Reino Unido, trazendo inicialmente uma análise da sessão das cortes constitucionais de Lisboa ocorrida no dia 18 de

¹⁵³ IPANEMA, C., IPANEMA, M. **Edição fac-similar do Reverbero Constitucional Fluminense (1821-1822)**. Tomo I. Rio de Janeiro: Edições Biblioteca Nacional, 2005. p. 156.

¹⁵⁴ Ibid., p. 157.

¹⁵⁵ Ibid., p. 161-168.

¹⁵⁶ Ibid., p. 169-172.

outubro de 1821, a partir da fala do Vilela¹⁵⁷ sobre o envio de tropas portuguesas ao Brasil e o receio de que o Brasil tomasse o caminho da separação definitiva como Portugal¹⁵⁸. Dessa forma, em sua fala o parlamentar rechaçou o envio de tropas ao Brasil e apontou que as suspeições do Congresso eram infundadas, visto que: “Os Povos do Brasil não tem eles dado provas bastantes de que desejão, e querem a união com Portugal, já pedindo a Constituição Portuguesa, já mandando seus Representantes a este Soberano Congresso”¹⁵⁹.

Nesta tônica Vilella prosseguiu negando que houvesse qualquer proposta separatista em terras americanas, apoiando-se na questão da constitucionalidade. Ainda segundo o parlamentar, nem os elementos mais democráticos que existiam nas províncias, como a de Pernambuco teriam pretensões separatistas. O argumento que ele utilizou para defender esse posicionamento é bastante interessante, pois demonstra-nos como podia ser enxergado o projeto constitucional gestado nas Cortes em Lisboa. Vilella afirmou que:

E na verdade que desejavão os mais acérrimos Democratas do Brasil? Liberdade. Como havião de assegura-la? ¿ Por huma Constituição. ¿É que Constituição mais livre, mais cheia mesmo de formas Republicanas do que a Constituição de Portugal?¹⁶⁰

Ou seja, ele afirmou que a Constituição que estava sendo debatida nas cortes de Lisboa seria republicana o suficiente para satisfazer os possíveis democratas que existiram no Brasil. Afirmava isso devido as várias características desse tipo de regime no texto constitucional que seria aprovado. Não vamos esmiuçar aqui o que seriam essas características, deixando este debate para ser realizado no próximo capítulo que tratará especificamente deste tema. Por fim, como reforço aos argumentos de que era desnecessário o envio de tropas ao Brasil, o representante afirmou que, caso fosse necessário, os próprios brasileiros defenderiam a causa constitucional por meio das armas, visto o grau de enraizamento que se encontrava o constitucionalismo entre os brasileiros¹⁶¹.

Neste mesmo número, na seção de reflexões, a temática se manteve. Nessa seção os redatores apresentaram uma crítica a vinda de tropas para o Brasil sob o argumento de que o governo das armas - representado pelos governadores de armas, a exemplo de tenente-general Jorge de Avilez Zuzarte de Sousa Tavares - era incompatível com a nova realidade

¹⁵⁷ Francisco Vilela Barbosa, futuro Marquês de Paranaguá, eleito deputado pela província do Rio de Janeiro.

¹⁵⁸ IPANEMA, C., IPANEMA, M. **Edição fac-similar do Reverbero Constitucional Fluminense (1821-1822)**. Tomo I. Rio de Janeiro: Edições Biblioteca Nacional, 2005. p. 173.

¹⁵⁹ Ibid., p. 174.

¹⁶⁰ Ibid., p. 176.

¹⁶¹ Ibid., p. 179.

constitucional que havia se imposto. A reação dos brasileiros seria a mesma que a dos pernambucanos que: “[...] voltado às Armas para de novo libertassem para de novo libertarem-se do Despotismo Militar. Sigamos portanto os ditames da Prudência, mas sem resvalarmos do caminho da necessária subordinação; [...]”¹⁶². Os editores citaram aqui o exemplo da sublevação que derrubou o General Luís do Rego Barreto, governador da província da Pernambuco, desde a Revolução de 1817¹⁶³. Ou seja, apesar de reafirmar um caminho de prudência, afirmaram que os brasileiros recorreriam às armas se fosse necessário se defender contra o despotismo.

Na semana seguinte, no dia 26 de fevereiro de 1822, na edição número 16, três assuntos nos chamaram atenção. São eles: a questão de novamente denunciar os abusos das cortes de Lisboa, aqui mobilizado na denúncia da tentativa de se determinar que D. Pedro fosse levado a Portugal. O argumento mobilizado desta vez para se denunciar as arbitrariedade das Cortes se diferiu dos números anteriores, não se fundamentando na ideia da vontade popular e sim fundamentando que o próprio pedido de deslocamento do príncipe era inconstitucional devido a extrapolação das competências pelo legislativo: “[...] como Poder Legislativo, não tem direito de mandar, que nenhum individuo resida nesta, ou naquela parte do Reino Unido, ou fora dele, se isso melhor lhe convier”¹⁶⁴. Invocando, desta forma, uma acusação de arbitrariedade e, por consequência, de despotismo, através da doutrina da separação dos poderes do Estado, visto que o Príncipe estando na condição de delegado do poder de seu pai, chefe do poder executivo, não caberia as cortes “[...] ordenar como o indivíduo deve ser empregado”¹⁶⁵.

Prosseguindo na edição 16, encontramos mais elementos de argumentação que recorriam a ideia da divisão entre os poderes do Estado. Na segunda seção do número 16, chamada de Constituição se fez uma diferenciação entre o que seria uma Monarquia Constitucional e uma Monarquia Democrática¹⁶⁶. Afirmaram que para o governo se declarar constitucional bastava que se fosse regulado por uma Constituição, e que a diferença entre eles seria pela análise das “[...] questões principaes sobre a Constituição se reduzem naturalmente a examinar nessa mixtura de Monarchia, e de Democracia, que parte de poderes políticos se há de conceder a hum ou outro ramo.”¹⁶⁷, trazendo assim a ideia de governo misto.

¹⁶² IPANEMA, C., IPANEMA, M. **Edição fac-similar do Reverbero Constitucional Fluminense (1821-1822)**. Tomo I. Rio de Janeiro: Edições Biblioteca Nacional, 2005. p. 183.

¹⁶³ BERNARDES, D. A. M. **O patriotismo constitucional**: Pernambuco, 1820-1822. São Paulo: Hucitec: FAPESP; Recife: Ed. UFPE, 2006.

¹⁶⁴ IPANEMA, C., IPANEMA, M., op. cit., p. 185.

¹⁶⁵ Ibid., p. 186.

¹⁶⁶ Ibid., p. 186.

¹⁶⁷ Ibid., p. 186.

Depois de fazer essa declaração de que as cortes estariam implantando uma monarquia democrática, o *Reverbero* se propôs a justificar a afirmação a partir da análise das questões acerca do veto real. A Constituição portuguesa se tornou democrática justamente porque “El Rey”, não tinha competências para exercer veto sobre a legislação aprovada pelo Congresso, de forma que mesmo que não desse sua chancela à legislação, essa ainda teria efeito, fazendo com que seu poder fosse apenas de executor da vontade das Cortes. Assim, o poder monárquico fora absorvido pelo poder democrático, “Em huma palavra, quando as Cortes fizerem tudo, a fórma de governo he puramente Democratico-Representativa, e então o Rey sera hum elemento desnecessário na Constituição”¹⁶⁸. Ou seja, tornou-se o elemento monárquico inútil, convertendo o governo em um governo democrático-representativo.

Depois dessa conceituação sobre a natureza democrática das Cortes de Lisboa, o *Reverbero*, na seção de reflexões, se utilizou desta natureza a fim de justificar os movimentos de afronta às Cortes, em direção da formação de um governo autônomo ao de Lisboa, citando o exemplo do discurso do deputado Moura¹⁶⁹ que defenderá a possível Independência da província de Pernambuco:

Eis-aqui a liberalidade dos meus princípios. Se me contasse que a Provincia de Pernambuco queria independência, quero dizer, que todos os seus habitantes querião hum governo separado, eu era o primeiro que havia de applaudir, e que havia pugnar no Com gresso, que era impolítico, que se mandasse tropa, em reação de obstar, ou prevenir a sua votade “o contrario seria seria querermos ser liberaes só quando conviesse aos nossos interesses.”¹⁷⁰

Apelou, desta forma, ao discurso que tinha como fundamento a indicação de que a soberania que pertencia aos povos não poderia ser alienada por meio do envio de representantes. Esta concepção de que a soberania pertencia aos povos também estava presente no conjunto das Cortes de Lisboa, segundo o *Reverbero*, por meio das sucessivas acusações de que lá se encontrariam indícios de pretensão de implantar uma monarquia democrática. Contudo, a forma como o *Reverbero* assumiu essa ideia da soberania que advém dos povos se diferenciava das Cortes.

Os argumentos majoritários nas Cortes indicavam que a dita soberania se encontrava nas próprias Cortes. Não foi atoa as sucessivas vezes que o congresso de Lisboa foi referenciado

¹⁶⁸ IPANEMA, C., IPANEMA, M. **Edição fac-similar do Reverbero Constitucional Fluminense (1821-1822)**. Tomo I. Rio de Janeiro: Edições Biblioteca Nacional, 2005. p. 187.

¹⁶⁹ José Joaquim Ferreira de Moura, deputado eleito pela província da Beira.

¹⁷⁰ IPANEMA, C., IPANEMA, M., op. cit., p. 191.

como *Soberano Congresso*, termo que apesar de ser também utilizado pelo *Reverbero* para se referir as Cortes, indica-nos que não tem a mesma ênfase daquela dada pelos legisladores. Neste artigo, ao invocar o exemplo pernambucano, os periodistas do Rio de Janeiro estavam advogando que não era no Soberano Congresso que se residia a soberania dos povos, e sim nas províncias, que poderiam aderir ou não ao pacto constitucional que estava sendo criado em Lisboa.

Usou, desta forma, uma argumentação que apelava aos valores do Congresso, afirmando que “Estas verdades luminosas, que formão as bases sobre que assenta a defesa da Revolução de Portugal, tem a mais frisante aplicação ás circunstâncias actuaes do Brasil.”¹⁷¹, se utilizando destes mesmos valores para denunciar as medidas que as Cortes prejudicavam, na visão dos periodistas, os interesses brasileiros “[...] clamão contra as instituições iliberaes do Congresso, contra os Decretos de recolonização, defradamento, e escravidão que lhes fulminara [...]”¹⁷². Seguiu, pois, a linha de argumentação de que o Brasil era vítima e não desejava se separar de Portugal: “[...] O Brasil ainda não exprimio hum só voto, huma só expressão, que signicasse = desunião de Portugal = [...]”¹⁷³, apenas não aceitaria arbítrios e extrapolações do Congresso de Lisboa contra os interesses das províncias do Brasil.

Por fim, neste número, o *Reverbero* retomou as acusações de que se pretendia em Lisboa a implantação de uma monarquia democrática e não uma monarquia representativa, como podemos observar no trecho a seguir:

[...] Ou trata-se de Monarchia Representativa, ou de Democracia: cumpre que nos entendamos; e toca ao Congresso desenganar-nos: porque nós amamos a liberdade, mas aquella liberdade que reúne as vantagens da virtude, das luzes filantrópicas, dos sentimentos religiosos, da Dignidade Real.¹⁷⁴

Reafirmou as diferenças que se verificariam nos projetos dos dois hemisférios, e se alinhou a um projeto constitucional ligado ao príncipe regente, na medida em que preservaria prerrogativas reais dentro do arcabouço constitucional: “[...] Hum Rei que se não contesse com o poder concedido ao Rei de Inglaterra, não seria digno de reinar [...]”¹⁷⁵. Assim, preservar-se-ia o equilíbrio entre as instituições monárquicas e democráticas do governo representativo, conforme vinha sendo ventilado pelo jornal, na forma da constituição de uma monarquia

¹⁷¹ IPANEMA, C., IPANEMA, M. **Edição fac-similar do Reverbero Constitucional Fluminense (1821-1822)**. Tomo I. Rio de Janeiro: Edições Biblioteca Nacional, 2005. p. 191.

¹⁷² Ibid., p. 191.

¹⁷³ Ibid., p. 193.

¹⁷⁴ Ibid., p. 194.

¹⁷⁵ Ibid., p. 194.

constitucional e não de uma monarquia democrática. Vale relembrar que em vários números do periódico forá veiculado o repúdio dos redatores do *Reverbero* à democracia, e nesta defesa preservaram as prerrogativas que afirmavam que estavam sendo tomadas do Reino do Brasil, no que o *Reverbero* chamou de projeto de recolonização.

No próximo número do *Reverbero*, o de 5 de março, retomou-se a questão das relações comerciais entre metrópoles e colônias. A partir de um texto de De Pradt¹⁷⁶. Com subsequente comentário dos redatores, o objetivo foi de se criticar as antigas relações entre Brasil e Portugal. Não se mobilizou, neste número, argumentos em torno da ideia de constitucionalidade das medidas que estavam sendo propostas pelo congresso de Lisboa, nem para a retórica habitual de que os povos da província do Rio de Janeiro haviam retomado seus direitos, nem acerca da divisão dos poderes do Estado, limitando-se a tratar da natureza comercial.¹⁷⁷

O número 18, de 12 de março de 1822, foi aberto com uma correspondência que tratou da importância da instrução pública para a sustentação do sistema condicional¹⁷⁸. O texto da carta começava fazendo uma associação entre a ideia de virtude e a ideia de república: “A VIRTUDE he a alma da República [...]”¹⁷⁹. A partir desta ideia de virtude republicana ele encadeou que o sistema constitucional só poderia sobreviver caso o Estado se dedicasse a espalhar as ciências, visto que o sistema constitucional, como as antigas Repúblicas, só poderia se sustentar caso se espalhassem as luzes que sustentá-lo-iam, colocando assim uma obrigação dos constitucionais em defender a implantação de um sistema público de instrução¹⁸⁰. Do contrário, se criaria as condições para que os despóticos voltassem ao poder, visto que o servilismo “[...]exige a emersão da ignorância, ou o que he ainda mais necessário, a liberdade do império do erro peor que inimigo da verdade, do que a ignorância.”¹⁸¹, associando ignorância ao despotismo como forma de defender a importância da instrução pública dentro do sistema constitucional.

Depois desta explanação sobre a importância da instrução para a questão constitucional, os redatores do *Reverbero* fizeram algumas reflexões sobre a natureza do sistema constitucional associando-o às ideias de ordem e razão: “[...] obediência no systema Constitucional, he filha

¹⁷⁶ Abade Dominique-Georges-Frédéric de Riom de Prolhiac Dufour De Pradt tido como um dos precursores da independência do Brasil no campo das ideias. Sobre a personagem Cf. MOREL, M. O caminho incerto das Luzes francesas: o abade De Pradt e a Independência brasileira. *Almanack*, Guarulhos, n. 13, p. 112-129. mai. / ago. 2016. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/2236-463320161306>>. Acesso em: 14 Jul. 2019.

¹⁷⁷ IPANEMA, C., IPANEMA, M. **Edição fac-similar do Reverbero Constitucional Fluminense (1821-1822)**. Tomo I. Rio de Janeiro: Edições Biblioteca Nacional, 2005. p. 197-208.

¹⁷⁸ Ibid., p. 207.

¹⁷⁹ Ibid., p. 209.

¹⁸⁰ Ibid., p. 211.

¹⁸¹ Ibid., p. 211.

da razão, e não da força; [...]”¹⁸². Desta forma, fizeram um reforço de suas justificativas de “não obediência à ordem das cortes”, e de crítica às decisões de se mandarem tropas ao Brasil, visto que o país se defenderia de qualquer tipo de arbítrio: “O Brasil, ou despresado, ou insultado por huma vez a face do Augusto Congresso, deverá conservar-se irremediavelmente na atitude do homem fraco, que apanha sem defender-se, e até queixar-se?”¹⁸³. Associaram essa defesa contra as atitudes do Soberano Congresso a um modelo de Constituição que “Derão-se limites ao Poder dos Reis, derão-se á Liberdade dos Povos [...]”¹⁸⁴, afastando-se os perigos da democracia e da monarquia absoluta mais uma vez.

Na edição 19, do dia 19 de março de 1822, destacamos dois conflitos que apareceram nas páginas do periódico. O primeiro deles era relativo à relação entre os eleitores das paróquias e o Senado da Câmara do Rio de Janeiro, e outro acerca de se manter ou não a palavra federação na Constituição que estava sendo escrita em Portugal. A questão das câmaras foi levantada em uma correspondência de José Clemente Pereira em resposta a um texto de um eleitor, que se dizia da roça, acerca da necessidade de se convocar um colégio eleitoral a fim que se ratificasse a posição do Senado da Câmara do Rio de Janeiro, que produziu o requerimento entregue ao príncipe regente pedindo sua permanência no Brasil desrespeitando as ordens das cortes de Lisboa que determinavam a sua volta¹⁸⁵.

O centro da argumentação era que essa cobrança era improcedente, devido ao papel de representantes dos povos que câmaras municipais desempenhavam tradicionalmente no mundo português. Por isto, teriam a legitimidade necessária para representar o povo da cidade no requerimento ao príncipe, conforme afirmara o trecho a seguir:

O Passo que o Povo desta Cidade deo no dia 9 de Janeiro foi desempenhado pelo Senado da Camara a requerimento do mesmo Povo: e apesar de que não interveio nele autorisamento dos Eleitores Parrochiaes, ainda ninguém lhe chamou nullo, porque todos sabem que as Camaras são Authoridade legitimas para representar os Povos¹⁸⁶

Assim, buscava-se deslegitimar e limitar os poderes que o eleitor da roça estava atribuindo aos eleitores paroquiais, argumentado que “Os poderes que recebemos dos Povos

¹⁸² IPANEMA, C., IPANEMA, M. **Edição fac-similar do Reverbero Constitucional Fluminense (1821-1822)**. Tomo I. Rio de Janeiro: Edições Biblioteca Nacional, 2005. p. 219.

¹⁸³ Ibid., p. 219.

¹⁸⁴ Ibid., p. 220.

¹⁸⁵ Sobre a articulação do requerimento do dia 9 de janeiro ver: OLIVEIRA, C. H. L. S. **A astúcia liberal**. Relações de mercado e projetos políticos no Rio de Janeiro (1820-1824). Bragança Paulista: EDUSF: Ícone, 1999. p. 171-196.

¹⁸⁶ IPANEMA, C., IPANEMA, M., op. cit., p. 222-223.

nossos Constituintes forão determinadamente limitados a eleger os Eleitores de Provincia somente: logo com a seleção destes expirou absolutamente a nossa comissão”¹⁸⁷. Reafirmava, desta forma, os poderes e prerrogativas dos quais as câmaras gozavam, e fazia frente a essa tentativa do eleitor de firmar outro tipo de representação política que não passava pelas câmaras e tinha como origem as instruções para eleição dos deputados das cortes de Lisboa¹⁸⁸. É interessante notar que esta foi a primeira referência, no *Reverbero*, às câmaras como um instrumento de representação política. Observa-se, também, que se escreveu muito sobre a relação entre as províncias e o centro Reino, seja este centro Lisboa ou Rio de Janeiro, mas a relação das câmaras com as juntas governativas das províncias esteve ausente nas páginas do periódico.

Ainda nesse número, no espaço das reflexões, retomou-se a discussão do número anterior. Assim, os autores entraram, novamente, na discussão sobre as relações entre os dois reinos dentro do conjunto do Reino Unido, entrando-se na questão da denominação que as províncias do Brasil teriam dentro do Reino Unido: “[...] que ao Brasil querem dar os Senhores Deputados do Congresso. Humas vezes o envolvem na denominação geral de Provincias Ultramarinas; - outras vezes dizem, que Portugal, e Nacional são synonymos; [...]”¹⁸⁹. Dando luz a dois argumentos que eram veiculados em torno da unidade da soberania do Reino Unido: “- aqui não se deve manchar a Constituição com a palavra Federação; - ali, que os nossos Deputados nem devem ter assento no Congresso, senão vierem dispostos a dar liberdade á escravidão; [...]”¹⁹⁰.

Ou seja, para o *Reverbero*, parte dos deputados portugueses que eram contra a existência de um centro de poder comum ao Reino do Brasil defendiam que a deputação brasileira deveria aceitar todas as determinações do Congresso de Lisboa. Isso, pois, seria naquela localidade que se reuniria a soberania nacional “[...] que ao Brasil querem dar os Senhores Deputados do Congresso. Humas vezes o envolvem na denominação geral de Provincias Ultramarinas; - outras vezes dizem, que Portugal, e Nacional são synonymos; - [...]”¹⁹¹. Parte, assim, de uma concepção unitária do que era o Império Português, de forma que se demonstrava injustificada as reclamações dos deputados brasileiros sobre as determinações das cortes, porque só existia

¹⁸⁷ IPANEMA, C., IPANEMA, M. **Edição fac-similar do Reverbero Constitucional Fluminense (1821-1822)**. Tomo I. Rio de Janeiro: Edições Biblioteca Nacional, 2005. p. 233.

¹⁸⁸ Sobre as instruções para as eleições dos deputados as cortes ver: FERREIRA, M. R. **A evolução do sistema eleitoral brasileiro**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2001. E-book. Disponível em: <<http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/eleitoral.pdf>>.

¹⁸⁹ IPANEMA, C., IPANEMA, M., op. cit., p. 226.

¹⁹⁰ Ibid., p. 226.

¹⁹¹ Ibid., p. 226.

uma nação portuguesa que estava toda representada naquela instituição. Era, portanto, cada deputado representante do conjunto do Reino Unido e não de uma de suas partes.

É interessante também que ele retoma a questão de que na deputação brasileira havia a preocupação de “não se manchar” a Constituição com a palavra a Federação, de forma a apresentar-nos indícios de que já se desenhavam diferentes projetos, entre os brasileiros, de como se faria a organização interna do Reino do Brasil. Tal tema ainda não se fazia presente no debate público, visto que o foco era a relação entre os dois Reinos. Contudo, após o rompimento definitivo das províncias brasileiras para a formação de um Império independente, essas questões emergiram com força no debate público brasileiro, e foram motivo de conflito ao longo do Império.¹⁹²

Dentro deste conflito, neste número do *Reverbero*, vale destacar a questão apresentada acerca da proibição do Rei sair de Portugal sem a autorização das Cortes. Segundo o periódico, caso essa determinação viesse a ser aprovada ela feriria a autonomia do Reino do Brasil, bem como a própria ideia de que o Brasil se constituía enquanto um Reino autônomo, dentro do conjunto do Reino Unido. Também se afirmou que essa determinação feriria de morte a possibilidade de um dia o monarca decidir estabelecer em terras americanas a sede de seu reinado¹⁹³. A articulação desta proibição se inseria dentro dos planos de recolonização que estariam sendo empregados pelas Cortes de Lisboa, cujo último passo seria o fechamento dos portos brasileiros às nações estrangeiras, reestabelecendo o antigo sistema de monopólio comercial, que já fora citado em outros números, de forma culminar na total recolonização do Brasil.¹⁹⁴

Na edição número 20, do dia 26 de março de 1822, temos a destacar uma acusação de republicanismo que os redatores do *Reverbero* fizeram contra a Junta Governativa da Província de Minas Gerais. Como esse documento trata diretamente de republicanismo, trataremos dele no próximo capítulo. Na edição 21, de 2 de abril de 1822, não temos nada a destacar, pois ela traz apenas alguns elogios a constitucionalidade.¹⁹⁵

Encaminhamo-nos para a próxima edição do *Reverbero*, de número 22 e datada do dia 9 de abril de 1822. Nesta edição do periódico encontramos uma correspondência de “Patricio e

¹⁹² Sobre o debate sobre centralização e descentralização ver: COSER, I. **Visconde do Uruguai: centralização e federalismo no Brasil 1823-1866**. Belo Horizonte: Editora UFMG-IUPERJ, 2008.

¹⁹³ IPANEMA, C., IPANEMA, M. **Edição fac-similar do Reverbero Constitucional Fluminense (1821-1822)**. Tomo I. Rio de Janeiro: Edições Biblioteca Nacional, 2005. p. 228-229.

¹⁹⁴ Ibid., p. 230.

¹⁹⁵ Ibid., p. 256.

am.º constitucional”, datada do dia 6 de março de 1822¹⁹⁶. Nesta carta, que se inicia com um elogio à Dom Pedro [“Ser Sabio, e Bom, he o grande segredo de reinar com prosperidade, e segurança, sendo o titulo de Rey Cidadão, o mais glorioso de todos. Que esperanças não podemos e devermos ter na Sabedoria e Probidade do Principe Real!”¹⁹⁷] o autor prossegue comentando sobre o número 49 do Seminário Cívico da Bahia¹⁹⁸ que concorda com o periódico em sua afirmação “[...] sobre a unidade e indivisibilidade do Imperio Portuguez, e de adesão às Cortes, esperando que este soberano congresso regulasse de forma, que Brasileiros e Europeos fizéssemos huma só família, com igualdade de direitos; [...]”¹⁹⁹. Logo em seguida a esse trecho, o autor argumentou que as Cortes traíram esse intento em favor de uma política de recolonização do Brasil por meio da criação de uma política de dissolução do centro de união das províncias americanas a partir do princípio maquiavélico de dividir para governar.²⁰⁰

Depois de fazer esta ponderação, o correspondente acusou o Semanário Cívico da Bahia de ser cego, ou prostituído, frente aos ataques que as Cortes haviam feito contra as províncias do Brasil, motivando assim que ele parasse de pedir aos Redatores do *Reverbero* lhe enviassem o referido periódico²⁰¹. Logo em seguida, o autor, trouxe uma concepção de que poderia haver uma organização interna do Reino Unido que garantisse diferentes centros administrativos e legislativos, preservando a unicidade da nação ao exemplo da Grécia: “No Estado podem coexistir (e Grecia o mostrou) dous Poderes Legislativos, e dous Executivos, sem se destruir a unidade, sendo o segundo e particular predefinido, e prescripto na sua esfera de acção pelo primeiro e geral[...]”²⁰².

O correspondente propôs, logo depois, uma fórmula para se conciliar os interesses de ambos os hemisférios, preservando a unidade da soberania do Império português. A proposta consistia em um legislativo duplo, um geral e um particular, em que o particular seria composto por todos os deputados brasileiros com participação de um terço dos deputados de Portugal, escolhidos por meio do voto. Desta forma, se criaria um legislativo particular sem que houvesse os sentimentos de “pluralidade e da rivalidade”²⁰³ que estavam minando a relação entre os dois Reinos.

¹⁹⁶ IPANEMA, C., IPANEMA, M. **Edição fac-similar do Reverbero Constitucional Fluminense (1821-1822)**. Tomo I. Rio de Janeiro: Edições Biblioteca Nacional, 2005. p. 263.

¹⁹⁷ Ibid., p. 258.

¹⁹⁸ Sobre o Semanário Cívico da Bahia ver: MOLINA, M. M. **História dos jornais no Brasil: Da era colonial à Regência (1500-1840)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. p. 328.

¹⁹⁹ IPANEMA, C., IPANEMA, M., op. cit., p. 258.

²⁰⁰ Ibid., p. 258.

²⁰¹ Ibid., p. 258.

²⁰² Ibid., p. 259.

²⁰³ Ibid., p. 259.

Por fim, a carta se dedicou a rebater as comparações entre o Brasil e Portugal, que colocavam o Reino americano como um ente inferior e dependente dos europeus dentro do sistema do Reino Unido. Rebateu essas afirmações retomando os argumentos comumente utilizados quanto a superioridade geográfica do Brasil frente ao pequeno reino europeu, afirmando que o reino brasileiro poderia muito bem ficar independente sem o reino europeu, não sendo o contrário verdadeiro, de forma que uma possível independência brasileira jogaria Portugal em direção a irrelevância no cenário político europeu. Dessa forma, encerrou o argumento da comparação entre os dois reinos afirmando que o Brasil tinha todas as condições para ser um país independente visto que: “[...]nós, livres das agitações do Governo Feudal, e das opressões do Despotismo, dirigidos por hum Príncipe Constitucional, mostraremos com quanta rapidez, e sucesso actua a liberdade.”²⁰⁴.

Há, por fim, uma menção de que o Brasil convertido em metrópole deveria, pois, ter como capital uma cidade no interior da província de minas, pela sua centralidade no território brasileiro²⁰⁵. Além disso, atacou o Seminário Cívico da Bahia por ele defender alguma espécie de censura à imprensa ao dizer que essa liberdade não deveria ser absoluta, visto que era pináculo de sustentação do sistema constitucional.²⁰⁶

Na sessão seguinte, de reflexões, o *Reverbero* deu eco as declarações do *Patricio e am.º constitucional*, criticando o Seminário Cívico da Bahia, acerca de suas declarações sobre a liberdade de imprensa. Essas declarações também eram consideradas, pelos editores do *Reverbero*, como essenciais para a manutenção do sistema constitucional²⁰⁷. Dessa forma, os redatores do *Reverbero* retomaram as acusações de anticonstitucionalíssimo e despotismo habituais em seu jornal, “A Protervia, e a Venalidade conduzião de muito tempo a sua penna, e a Discordia era o Genio, que lhe dictava as frases, sem temer a Anti-Constitucional Censura, para outros tão rigorosa, para não dizer despótica [...]”²⁰⁸, e também acusaram-o de proferir ofensas tanto ao Príncipe Regente quanto ao Rei.²⁰⁹

Após esses ataques os redatores fizeram um louvor ao príncipe, realçando sua adesão à causa constitucional. Além disso, fizeram uma advertência às tentativas recolonizadoras dos portugueses, pois o constitucionalismo estava enraizado em terras americanas, tal qual uma religião: “[...] bem simples será aquelle Príncipe, que na presente época, cuidar que póde ser

²⁰⁴ IPANEMA, C., IPANEMA, M. **Edição fac-similar do Reverbero Constitucional Fluminense (1821-1822)**. Tomo I. Rio de Janeiro: Edições Biblioteca Nacional, 2005. p. 261.

²⁰⁵ Ibid., p. 261.

²⁰⁶ Ibid., p. 262.

²⁰⁷ Ibid., p. 263.

²⁰⁸ Ibid., p. 263.

²⁰⁹ Ibid., p. 263.

despótico, porque a Constituição tornou se como huma Religião para os homens [...]”²¹⁰ e emendaram neste argumento a questão dos conflitos que estavam acontecendo na província da Bahia. Fazendo, desta forma, um alerta que o conflito armado entre portugueses e brasileiros iria acabar por dissolver os laços que ligavam os dois reinos, forçando os brasileiros a declararem sua emancipação.

Dentro desta linha argumentativa reafirmaram, ainda, que o envio de tropas europeias ao Brasil só pioraria a situação, visto que “[...] não he derramando-se o sangue de Irmãos, que a Irmandade se une, e se ama; [...]”²¹¹. Reforçaram a linha de debate da edição, reafirmando que não havia situação possível de resolução do conflito por meio das armas, e afirmando que o que se operava na Bahia pelos ditos “constitucionais”²¹² era toda a antítese do que era o constitucionalismo, afirmando que: “[...]a ambição e egoísmo, a dobrez, e o perjúrio, todos os vícios, n’humas palavras, vagarão impunes, erigindo-se defensores do Systema Constitucional, como se a Constituição possa jamais produzir os horrores que ali se commeterão!!!”²¹³.

Acusaram, ainda, que a estratégia dos portugueses neste conflito era de atribuir aos seus inimigos os seus próprios vícios: “[...] e prontos a dar o nome de rebeldes, de facciosos, e de iliberaes aos que não adorão o seu despotismo, aos que jurarão com a Constituição aborrecer toda a arbitrariedade: [...]”²¹⁴, de forma que mostrava que os termos constitucional e despótico eram intercambiáveis entre os diferentes grupos em conflito. Por fim, o *Reverbero* fez mais um chamado em torno dos valores constitucionalistas, e colocou o episódio de 9 de janeiro (o Fico) em destaque dentro da adoção destes valores, uma vez que o viam como único esteio possível de se manter a reunião das diversas partes do Império português.²¹⁵

A próxima edição, o número 23 de 9 abril de 1822, tem como foco a questão recolonizadora. O número foi aberto por uma correspondência anônima, que traçava os passos da tentativa de recolonização do Brasil. Há de se destacar, nessa pequena carta aos redatores, a visão que é expressa sobre Dom João VI. Segundo o correspondente, os lisboetas, classificados como maquiavélicos, haviam levado de terras brasileiras o bem mais precioso que havia sido legado por Dom João aos brasileiros: sua liberdade. Estavam, pois, os brasileiros ameaçados

²¹⁰ IPANEMA, C., IPANEMA, M. **Edição fac-similar do Reverbero Constitucional Fluminense (1821-1822)**. Tomo I. Rio de Janeiro: Edições Biblioteca Nacional, 2005. p. 264.

²¹¹ Ibid., p. 264.

²¹² Ele está se referindo às tropas do Governador de Armas da Bahia Inácio Luís Madeira de Melo, fiel as cortes de Lisboa.

²¹³ IPANEMA, C., IPANEMA, M., op. cit., p. 266.

²¹⁴ Ibid., p. 267.

²¹⁵ Ibid., p. 267.

em sua vida e honra, por meio dos decretos²¹⁶ de dezembro.²¹⁷ Este ponto é importante de ser destacado porque expressa uma imagem positiva de Dom João VI e, por consequência, à instituição da monarquia, associando o mesmo a ideia de liberdade.

Dessa forma, esse louvor em específico separava do monarca as tentativas que são vistas pelos brasileiros como recolonizadoras, atribuindo essas medidas exclusivamente às Cortes. É importante frisar que, dentro da retórica do jornal, as cortes constitucionais de Lisboa têm sido colocadas como representante do elemento democrático dentro do sistema constitucional, e foram acusadas por ele de tentar implantar uma monarquia democrática em contraposição ao que ele chamou de monarquia representativa, como vimos na exposição do número 16.

Na parte das reflexões, o periódico fez um comentário acerca das associações que estavam se fazendo entre a Democracia e as tentativas de se consolidar o sistema constitucional no Brasil. Isto pode ser visto no trecho a seguir: “Os inimigos da Liberdade Brasilica cançarão por fim de atribuir á vistas de huma Democracia pura os esforços que se tem feito para se consolidar o Systema Cosntitucional, sem desfalque da nossa gloria, e dos nossos cômodos.”²¹⁸. Observa-se, que havia um claro rechaço do periódico a associação à ideia de democracia, e que se ressaltasse a adjetivação pura para o termo democracia, com o sistema constitucional o qual o *Reverbero* afirmava apoiar²¹⁹.

Apesar desta ressalva quanto o formato que o sistema constitucional tomaria no Brasil - no sentido de como se combinariam os elementos monárquicos e democráticos que o *Reverbero* identificara em números anteriores - o tom que o número prosseguiu não foi o do debate das formas constitucionalistas, e sim em denunciar as tentativas recolonizadoras do Brasil, demonstrando porque as mesmas eram inconstitucionais e impróprias. Rebatera as associações que considerava injustas com o Brasil e os brasileiros, como, por exemplo, a de que Brasil se encontrava em estágio de infância.²²⁰ Afirmaram:

[...] o Brasil tem mais generosidade e mais luzes, do que talvez se pensa; mas o Brasil aborrecendo o Despotismo, de que se salvára, não quer a sua recolização doirada com pretextos especiosos; quer sim o seu Decoro, a sua

²¹⁶ Trata-se do decreto de 1º de outubro de 1821 que determinava a forma como se administrariam as províncias do Brasil dentro do sistema do Reino Unido e que determinava a volta do príncipe regente a Portugal. BRASIL, DECRETO DE 1º DE OUTUBRO DE 1821. Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/historicos/dim/DIM-01-10-1821.htm>.

²¹⁷ IPANEMA, C., IPANEMA, M. **Edição fac-similar do Reverbero Constitucional Fluminense (1821-1822)**. Tomo I. Rio de Janeiro: Edições Biblioteca Nacional, 2005. p. 271.

²¹⁸ Ibid., p. 274.

²¹⁹ Que ele chama de monarquia representativa na discussão do número 16.

²²⁰ IPANEMA, C., IPANEMA, M., op. cit., p. 274-275.

Representação Política, e o seu engrandecimento, por meio de huma Sabia, Junta e Liberal Constituição. E como ser crime um desejo tão nobre?²²¹

Partiram da negação de que o Brasil se encontrava em estágio de infância para justificar a própria autonomia desejada dentro do sistema do Reino Unido, de forma a escorar essa reivindicação aos valores que estavam sendo apregoados pelo periódico. Ou seja, a adoção de um sistema constitucional e liberal, valores também expressados nos discursos dos portugueses que defendiam a ligação direta das províncias brasileiras ao governo sediado em Lisboa²²². Dessa forma, o periódico fez essa negação ao discurso do Brasil em estágio de infância ao mesmo tempo em que aplacava as acusações de que estava sendo feito um movimento separatista. Para isso, o *Reverbero* apelou novamente a união dos dois Reinos, como podemos ver no trecho a seguir:

Não não he a nossa falsamente apregoadada infância, repetimos nós, o motivo, que nos chama á grande União com Portugal; o Brasil tem sentimentos muito generosos; mas apesar disso, ele nunca soffrerá que o tratem com injustiça, nem que lhe minguem a sua Representação Política.²²³

Além de rechaçar as acusações de que o Brasil estaria em sua infância, os redatores do *Reverbero* afirmavam que era a política das cortes para com o Brasil que estava levando o Reino Unido ao conflito. Visto que os povos não aceitariam a reinstalação do despotismo, afirmando que: “A população foge das fogueiras da Inquisição, e treme á vista do ferreo Despotismo; mas acolhe se debaixo das azas da Liberdade e de huma bem entendida Tolerancia, prospéra”²²⁴. De maneira que o *Reverbero* se utilizou, na defesa das reivindicações das províncias brasileiras, da forma de argumentação que dividia os posicionamentos entre aqueles que eram despóticos e aqueles que eram constitucionais.

A partir dessa dicotomia, os redatores encadearam uma defesa da atuação do príncipe Dom Pedro na condução da regência, reafirmando a constitucionalidade do príncipe contra as afirmações de que ele seria inconstitucional. Vejamos como os redatores encadearam o assunto: “Resta-nos agora levar o da Analyse á última e mais moderna rasão dos Assombrados; esta

²²¹ IPANEMA, C., IPANEMA, M. **Edição fac-similar do Reverbero Constitucional Fluminense (1821-1822)**. Tomo I. Rio de Janeiro: Edições Biblioteca Nacional, 2005. p. 276

²²² Como exemplo, podemos ver o panfleto: Bases de huma Constituição livre. In: CARVALHO, J. M.; BASTOS, L.; BASILE, M. (Org.). **Guerra literária**: panfletos da Independência (1820-1823). Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014. v. 2.

²²³ IPANEMA, C., IPANEMA, M., op. cit., p. 277.

²²⁴ Ibid., p. 277.

consiste no temor da Inconstitucionalidade do Príncipe; [...]”²²⁵. Neste trecho, podemos ver a associação entre o príncipe e o despotismo, proferida pelos seus adversários; na continuação deste, o autor afirmou que essa acusação era: “[...] temor injusto, agravado, muito de proposito, por alguns mal intencionados, que abusando do affico do Povo á Liberdade em que vive, que ausando do affinco do Povo á Liberdade [...]”²²⁶ ou seja, a associação era oriunda da má fé dos detratores do príncipe que estava se utilizando no afimco do povo brasileiro á liberdade a fim de, injustamente, jogar esse mesmo povo contra ele, reforçando aqui os argumentos usados anteriormente de que o brasileiros eram constitucionalistas e amantes da liberdade.

Recorreram, logo em seguida, a uma acusação contra os que chamavam o príncipe de inconstitucional: “[...] promovem disfarçadamente a Anarquia, dizendo às escondidas, e aos simplices = tombamos no Despotismo = [...]”²²⁷. Observa-se que o periódico devolveu a acusação de despotismo aos que ele chama de “detratores do príncipe”, acusando-os de espalharem a anarquia. Observa-se, também, que a acusação de anarquia foi usada em outros momentos da publicação, geralmente direcionada aos que eram chamados de democratas, de forma a inverter as posições entre os que eram despóticos e os que eram constitucionais. Depois desta breve defesa do príncipe os redatores fizeram mais um apelo aos valores que vinham defendendo: “O Mundo, embebido nestes princípios, quer ser governando regularmente, está muito cansado de arbitrariedades, tem sede de justiça, e de Liberalismo, que proenra, na igualdade Constitucional”²²⁸.

Por fim, o *Reverbero* fez uma curta comparação entre os caminhos do cristianismo e do constitucionalismo, comparando a trajetória da religião cristã com a do sistema representativo. Defenderam que, assim como o cristianismo venceu os “triunfos da Idolatria”²²⁹, o sistema constitucional como “[...] filho da Justiça [...] fundado na Sabedoria [...]”²³⁰ venceria o despotismo. Encerraram o número afirmando que essa comparação se seguira na próxima edição, de número 24, em 23 de abril de 1822.

A edição do dia 23 não começou com a continuação das reflexões do número anterior, mas com uma correspondência denominada “Memoria sobre os dízimos, ou o despertador agrícola.”²³¹. Essa correspondência partia do princípio religioso, a fim de comentar o sistema

²²⁵ IPANEMA, C., IPANEMA, M. **Edição fac-similar do Reverbero Constitucional Fluminense (1821-1822)**. Tomo I. Rio de Janeiro: Edições Biblioteca Nacional, 2005. p. 279.

²²⁶ Ibid., p. 279.

²²⁷ Ibid., p. 279.

²²⁸ Ibid., p. 280.

²²⁹ Ibid., p. 280.

²³⁰ Ibid., p. 280.

²³¹ IPANEMA, C., IPANEMA, M. **Edição fac-similar do Reverbero Constitucional Fluminense (1821-1822)**. Tomo I. Rio de Janeiro: Edições Biblioteca Nacional, 2005. p. 281.

tributário com base nos dízimos; o correspondente acreditava que o sistema tributário deveria ser extinto, visto que era aplicado “[...] sem audiência dos Povos, nem dos seus Representantes, como pactuadosera nas antigas Leys, e Córtes da Nação.”²³², fundamentando esta declaração em nove princípios. Eram eles:

- I. Sem Religião, não há Sociedade legitima.
- II. Todo Cidadão deve contribuir para a manutenção da Religião, que professa a Sociedade.
- III. Esta Contribuição originariamente, não tem mais limites, do que o livre arbítrio e senhorio da propriedade.
- IV. A Sociedade pode apontar a quota parte da prestação individual.
- V. Esta norma obrigatória, já he ônus social; e por consequência deve já ter por base a Igualdade, sem a qual degenera em roubo.
- VI. Neste estado he hum Tributo, de qualquer modo considerado.
- VII. A Igreja não póde impor, nem deve cobrar Tributos, de nenhuma natureza, ou qualidade.
- VIII. No estado actual das cousas, são os Dizimos hum Tributo direto, forçado, pesadíssimo, e desigual, e o vicioso Systema do seu lançamento.
- IX. Para manter o culto, póde a Nação applicar outra qualquer Contribuição, até mesmo abolindo os Dizimos.²³³

Como observa-se, o correspondente apelou à religião como um dos fatores que mantinham coesão das sociedades humanas; depois afirmou que estas mesmas religiões seriam mantidas pelos cidadãos daquela sociedade, preservando-se a ideia de livre arbítrio e da propriedade privada, apontando, desta forma, um tipo de Estado que não seria formalmente separado da Igreja; legitimou que a sociedade estabelecesse uma cota de trabalho aos cidadãos, a fim da manutenção das atividades da Igreja. Ou seja, o estabelecimento de um imposto para que estas atividades fossem mantidas; afirmou que o princípio dessas contribuições deveria ser o da igualdade; negou a competência da Igreja em estabelecer essas contribuições, podendo ser estabelecidas apenas por iniciativa da Nação; quer dizer, através do consentimento dos afetados por aquela contribuição: o povo, de maneira genérica; o dizimo da forma que estava sendo cobrado era arbitrário, portanto vicioso, imoral e, por consequência, na lógica que vem sendo empregada pelo periódico, despótico.

A partir de todos estes postulados, o correspondente se dedicou a criticar o atual estado do recolhimento de impostos no Império Português, bem como sua aplicação para o sistema constitucional do Brasil. Defendeu que ele fosse pautado por estes princípios, em especial ao

²³² Ibid., p. 283.

²³³ Ibid., p. 282-283.

princípio da igualdade, apontado que o atual sistema de recolhimento de impostos através dos dízimos possuía três vícios que deveriam ser combatidos:

Podem pois reduzir-se a trez os vidios, ou defeitos, que se encontram no actual systema dos Dizimos; a saber: Desproporção entre o prazo da Contribuição, e a força do Contribuidor. Desigualdade entre os Contribuintes. Excessos na sua Cobrança [...]²³⁴

Desenvolveu, a posteriori, a primeira destas três questões: a desigualdade entre os contribuintes. No espaço do periódico separado para as reflexões, no qual continuaram as reflexões sobre a religião e o constitucionalismo do número anterior, os editores do *Reverbero* reverenciaram o fim da fundamentação religiosa das monarquias despóticas. Seriam elas, pois, fruto de superstições que a razão, à luz dos conhecimentos do século, teria destruído²³⁵, sendo essa forma de governo substituída por um governo pautado pela “sabedoria”²³⁶ da limitação dos diversos poderes constitucionais, na forma de um Sistema Monárquico Representativo²³⁷. Após esta constatação o *Reverbero* se dedicou, ao longo do texto, a louvar esse governo com base na razão e nas luzes do século.

Afirmavam, assim, que a Monarquia Representativa Hereditária era o “grande achado do século”; que os povos cultos estavam se reunindo em torno deste sistema; a doutrina da separação dos poderes era o modo mais seguro de se preservar a harmonia social; que só reis despóticos seriam contra o estabelecimento de tal sistema; que era melhor confiar no conjunto da sociedade para fundar o governo do que na figura de uma única cabeça, sujeito aos vícios humanos.²³⁸ Repetindo, então, os tropos de crítica ao absolutismo e de culto ao sistema constitucional que vinham se reproduzindo até aqui no periódico.

Também é interessante notar que nessas reflexões, o *Reverbero* afirmava que o futuro da América era o estabelecimento de monarquias em substituição às repúblicas que haviam se formado no continente, que só se sustentavam “[...] porque ainda contão dez habitantes por légua quadrada [...]”²³⁹. Assim, louvava a precoce escolha dos brasileiros pela forma da Monarquia representativa, pois esta representava:

²³⁴ IPANEMA, C., IPANEMA, M. **Edição fac-similar do Reverbero Constitucional Fluminense (1821-1822)**. Tomo I. Rio de Janeiro: Edições Biblioteca Nacional, 2005. p. 285.

²³⁵ Ibid., p. 289.

²³⁶ Ibid., p. 289.

²³⁷ Ibid., p. 289.

²³⁸ Ibid., p. 289-290.

²³⁹ Ibid., p. 290.

[...] o primor, a maravilha da Arte de governar Povos, evitando assim as delongas, que hão de sofrer outros Países. Feliz então o Brasil, porque se tem identificado com a Liberdade Constitucional, e horrorisa-se tanto do Despotismo, como do Machiavellismo. Huma indisputável estabilidade, huma prosperidade superior á outras Nações, há de ser a sua infalível, e floriosa pertença.²⁴⁰

Esse louvor ao sistema constitucional e sua adoção encerrou a edição 24. Na edição seguinte, do dia 30 de abril de 1822, temos a continuação das ponderações sobre os dízimos. Dessa vez, tratou-se sobre o segundo vício que o correspondente levantou: o do excesso da cobrança de dízimos, temática que está fora do nosso debate²⁴¹. Na sessão de reflexões, todavia, encontramos mais elementos para entender o debate constitucionalista empregado pelo periódico.

O principal tema abordado ali, era relativo ao número de deputados que eram reservados ao Brasil e a Portugal dentro das Cortes de Lisboa. Reclamavam da desproporcionalidade de deputados entre os dois Reinos, apontando que o dispositivo para garantir, pelo menos, 100 deputados ao reino português não foi estendido ao Brasil: “Ainda sem nada dizer da machiavellica e parcial omissão com que deixou de fazer-se aplicável o mesmo numero – cem – ao Brasil (como parte tão preponderante da Monarchia) [...]”²⁴². Este princípio nos é importante, porque toca novamente na questão da igualdade entre os dois Reinos que compunham a monarquia portuguesa, de forma a explicitar uma visão de Estado que não encarava o Reino Unido como Estado unitário, em direção a um Estado com múltiplos centros. Todavia, não há nesse artigo algo que possa caracterizá-lo como Federal ou Confederativo, que dispensava a proporcionalidade da população a fim de compor o parlamento em direção à um modelo de que em que ambos os reinos da monarquia teriam o mesmo número de representantes nas Cortes. A não adoção do princípio da igualdade entre os dois reinos na representação parlamentar foi vista pelo periódico como um indício das intenções de recolonizadoras de Portugal.

Na edição de 7 de maio, de número 26, há uma continuidade da questão dos dízimos, que também não temos nenhum destaque a fazer. Na sessão de reflexões, continuava o texto do número anterior, havendo um reforço, pelos redatores do *Reverbero*, de que as províncias do Brasil desejavam manter o sistema do Reino Unido: “[...] Não temos dado provas bastantes de

²⁴⁰ IPANEMA, C., IPANEMA, M. **Edição fac-similar do Reverbero Constitucional Fluminense (1821-1822)**. Tomo I. Rio de Janeiro: Edições Biblioteca Nacional, 2005. p. 291.

²⁴¹ Ibid., p. 293-296

²⁴² Ibid., p. 298.

que os queremos reunidos a nós?”²⁴³, mas já ventilva a ideia de se convocar uma Assembleia Constituinte no Brasil: “[...] procuramos fazer evidente se he em Portugal, ou se he no indispensável Congresso Brasileiro que devemos buscar o remédio dos nosso males, e se a Constituição, que de reger os Povos do Brasil, deve ser feita lá, ou cá”²⁴⁴.

Essa necessidade de se convocar Cortes no Brasil a fim de produzir uma Constituição local - apesar do *Reverbero* ter reafirmado que ainda se objetivava a união dos dois reinos - devia-se aos sucessivos despotismos que se verificavam nas Cortes lisboetas, através do chamado plano recolonizador. Podemos notar, também, que se apresentava uma carga retórica de ressentimento para com as Cortes, rememorando os episódios de hospitalidade dos brasileiros por ocasião da vinda da família real em 1808. Esse ressentimento pode ser visto no trecho: “Por onde quer que lancemos os olhos não vemos senão parcialidades, praticadas como Brasil, e com os brasileiros. Quando estes em 1808 acontárão debaixo das suas fortalezas as Quinas fugitivas [...]”²⁴⁵. Depois disso, o periódico retomou a retórica do perigo da recolonização e apelou aos princípios da justiça e da virtude a fim de justificar o pedido de convocação de uma Assembleia Constituinte no Brasil.

Por fim, cabe destacar que o *Reverbero* fechou esse número com mais uma correspondência anônima, tratando sobre o número XIV do *Reverbero*²⁴⁶, publicação na qual havia sido tratada a questão do Tesouro público através dos apontamentos do Patriota Constitucional²⁴⁷ e trazia algumas mobilizações do termo déspota e constitucional. O texto se iniciava colocando em dúvida a constitucionalidade do chamado Patriota Constitucional, apontando que vários autores se utilizaram dessa alcunha de constitucional embora agissem de forma despótica: “Muito prometião os títulos de Patriota, e de Constitucional, com o que o seu Author se apresentou coberto, porém depois que tenho presenciado a conducto Protectores da Nação Portuguesa, das Divisões Auxiliadoras; e de outros semelhantes Personagens [...]”²⁴⁸.

Depois dessa consideração sobre a constitucionalidade do Patriota, podemos notar as associações que o correspondente fez entre o colapso dos gastos econômicos e a eclosão da Revolução do Porto. Isso, pois, os gastos descontrolados, acima da capacidade de arrecadação do tesouro público, eram potencializados pelo mal-uso desses recursos. Advogava, assim, por

²⁴³ IPANEMA, C., IPANEMA, M. **Edição fac-similar do Reverbero Constitucional Fluminense (1821-1822)**. Tomo I. Rio de Janeiro: Edições Biblioteca Nacional, 2005. p. 309.

²⁴⁴ Ibid., p. 310.

²⁴⁵ Ibid., p. 311.

²⁴⁶ Esse número foi lançado no dia XX de 1821.

²⁴⁷ IPANEMA, C., IPANEMA, M., op. cit., p. 312.

²⁴⁸ Ibid., p. 313.

uma postura de austeridade do Estado.²⁴⁹ Louvava o trabalho que estava sendo feito pelas Cortes de Libo a na matéria tributária e associava essa austeridade estatal como exemplo de constitucionalidade, advogando que o Príncipe regente tinha uma alma constitucional justamente por seguir uma política de austeridade ao cortar voluntariamente suas despesas. Por consequência, ele acusa o Patriota Constitucional de despotismo, porque ele estaria pregando o mal-uso do dinheiro público visto que defendia a manutenção de gastos públicos em seu texto no número 14 do *Reverbero*, chamando sua defesa de “[...] o mais exaltado Despotismo”²⁵⁰.

Na edição seguinte, de 12 de maio de 1822, cuja numeração é de nº1 - por se tratar de uma folha extraordinária – os editores trouxeram um excerto do Correio Brasiliense de fevereiro de 1822 chamado “União de Portugal com o Brasil”²⁵¹. Nesse excerto podemos observar algumas considerações acerca dos destinos dos dois Reinos. Neste texto temos a destacar dois apontamentos realizados pelo Correio, e transcritos pelo *Reverbero*.

O primeiro deles se refere a questão das Juntas Governativas de Províncias. Vistas pelo Correio como negativas ao Reino do Brasil, o texto afirma que as juntas governativas de província que estavam sendo propostas pelas Cortes careciam de prerrogativas que, inevitavelmente, colocariam as províncias brasileiras como subordinadas ao governo de Lisboa: “[...] as taes Juntas de Provincia não possuem a força armada, nem governaõ as rendas publicas; o que póem, de preposito, hum germes de discórdia em cada província, ao mesmo tempo que desune as privincias humas das outras.”²⁵². Nesse trecho se reclamou, basicamente, de três problemas das juntas para o Brasil: falta de autonomia financeira; falta de autonomia militar; falta de um centro comum ao Reino.

Esses três elementos são chaves para se pensar o Estado que se estava criando no período, pois a disputa em torno desses elementos daria a forma que este Estado vai assumir. Eram estes três elementos os galvanizadores das insatisfações dos brasileiros contra as cortes e se encontravam em vários textos críticos à atuação destas para com o Reino do Brasil. No pós independência a questão da autonomia financeira e militar permaneceu como ponto de conflito entre o poder centralizado no Rio e os governos provinciais²⁵³. O correio, via *Reverbero*, não

²⁴⁹ IPANEMA, C., IPANEMA, M. **Edição fac-similar do Reverbero Constitucional Fluminense (1821-1822)**. Tomo I. Rio de Janeiro: Edições Biblioteca Nacional, 2005. p. 314.

²⁵⁰ Ibid., p. 315.

²⁵¹ Ibid., p. 1. (extraordinário)

²⁵² Ibid., p. 3. (extraordinário)

²⁵³ Ver: LEME, M. S. Monopólios fiscal e da violência nas concepções federativas e confederativas da 'era das revoluções': a construção do estado nos Estados Unidos e no Brasil. In: CONGRESO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA: 'La Modernidad en Cuestión: confluencias y divergencias entre América Latina y Europa, siglos XIX Y XX, 2016, Anais. Quito: Academia Nacional De História, 2016. p. 1019-1034.

LEME, M. S. Soberania e fiscalidade no brasil independente: concepções da imprensa paulista. **Revista de História**, São Paulo, n. 173, p. 277-302, dez. 2015. Disponível em:

se aprofunda no tema, mas é importante salientar que essa visão do monopólio fiscal e da violência pelas cortes, limitando os poderes das juntas governativas de província (que neste momento estavam agindo quase como governos independentes, a exemplo da junta mineira²⁵⁴) foi visto como um plano recolonizador.

Esta visão de que a tolhida de autonomia significava um plano recolonizador estava associada, neste texto, a uma concepção de soberania dos povos. Essa soberania foi retomada como justificativa para a adesão da província da Cisplatina ao Brasil, bem como para justificar a própria Independência deste reino quando ocorresse o rompimento definitivo. Vejamos como esta concepção apareceu:

O Agente d'ElRei, em Buenos-Aires, diz nesse documento, que ELRei está disposto a reconhecer aquella independência; porque reputa legal todo o Governo, que he da vontade dos povos; segundo este principio, tendo declarado os povos de Monte-Vedio, que queirão fazer parte integrante do Brasil, a este e não a Bueno-Ayres he que devem pertencer²⁵⁵

Explicitamente o correio afirmava que o Rei reconhecia um governo com base na soberania ou vontade dos povos, bem como o seu direito de livremente se separar e vir a integrar outro Estado. Deslocava, desta forma, a localização da soberania ao nível local. Concepção esta que foi usada por periódicos como o *Reverbero* e o *Correio*, e esteve presente, por exemplo, na celebre declaração do Fico de Dom Pedro quando se negou a obedecer às ordens que vinham das cortes de Lisboa. Isso explica o porquê da necessidade de se ter uma representação paritária entre os dois reinos que compunham o reino unido, pois esses escritores mobilizaram ali um discurso que tratava esses dois reinos como entes soberanos que se associavam. Posteriormente esses escritores defenderiam o mesmo princípio para a organização interna do Império do Brasil. Porém, até este momento da discussão esse assunto não havia sido levantado pelo *Reverbero*.

Na segunda parte da folha extraordinária, que é uma sessão de reflexões, seguiu-se a mesma linha de argumentação da primeira parte, tratando da união entre os reinos. Contudo, o foco estava em atacar os despotismos das Cortes de Lisboa e a atuação dos deputados brasileiros

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-83092015000200277&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 27 abr. 2017.

²⁵⁴ No número XX de 26 de março de 1822 há uma acusação contra a junta governativa de província de Minas Gerais. Ver: IPANEMA, C., IPANEMA, M. **Edição fac-similar do Reverbero Constitucional Fluminense (1821-1822)**. Tomo I. Rio de Janeiro: Edições Biblioteca Nacional, 2005. p. 95.

²⁵⁵ IPANEMA, C., IPANEMA, M. **Edição fac-similar do Reverbero Constitucional Fluminense (1821-1822)**. Tomo II. Rio de Janeiro: Edições Biblioteca Nacional, 2005. p. 4-5.

naquela deputação. Nesse ataque se retomou a fórmula de oposição entre constitucionais e despóticos, como podemos ver no trecho a seguir:

Como se a metamorphoseao os Deputados Americanos logo que tocaõ aquelle lugar tremendo! Já manhas do Despotismo passáraõ para os Amigos da Liberdade, já se daõ os nomes de desorganizadores, facciosos, inspirados pelo gênio do mal, á aquelles que ousaõ levantar o véo do Machiavelismo, e propalar a luz da verdade aos seus concidadãos, como outra hora se fava o de Jacobino, Réo de alta traição, e outras taes, do ensanguentado Catalogo dos Despotas, a quanto se afoitavaõ tocar no Scpetro de ferro da Turannia. Temei os presentes dos Gregos, diremos nós á vista de tantos bens unulcados, e nenhum realizado.²⁵⁶

Observa-se a acusação de despotismo contra os deputados das cortes, bem como o que os editores do *Reverbero* afirmam que esses deputados, que eles chamam de despóticos, se utilizavam de uma retórica de chamar aqueles que denunciavam os despotismos de praticarem uma forma de despotismo. O que fazia com que os defensores da liberdade passassem a ser vistos como jacobinos, traidores da coroa, entre outros adjetivos, se colocando, então, como os verdadeiros defensores desses valores. Dessa forma, ao mesmo tempo em que denunciava as atitudes das cortes também convocava os habitantes do Reino em torno da defesa da autonomia de seu Reino, bem como de sua própria liberdade, contra o perigo de recolonização representado pelos portugueses²⁵⁷.

A edição do dia 14 de maio de 1822, o número 27, contou com um texto que continuava a reflexão sobre os dízimos. Nesse texto se utilizou o termo república como sinônimo de Estado, então trataremos com mais detalhes este texto no capítulo seguinte. Também há uma reflexão sobre instrução pública e o gasto público, continuando o debate do correspondente que atacou o Patriota Constitucional. Também encontramos, neste número, a continuação dos comentários feitos acerca da comissão de negócios para o Brasil, debate iniciado na primeira edição extraordinária. Por fim, temos a última edição do primeiro volume do *Reverbero*, lançada no dia 21 de maio de 1822, que não trouxe informações relevantes à discussão que estamos tratando.

O segundo volume começou com a edição do dia 28 de maio de 1822, composto por três sessões, abrindo as discussões com um comentário acerca das cortes de Lisboa. Seguiu-se

²⁵⁶ IPANEMA, C., IPANEMA, M. **Edição fac-similar do Reverbero Constitucional Fluminense (1821-1822)**. Tomo I. Rio de Janeiro: Edições Biblioteca Nacional, 2005. p. 7. (extraordinário)

²⁵⁷ Ibid., p. 8. (extraordinário).

ao comentário uma resposta do *Reverbero* à Reclamação aos Brasileiros²⁵⁸, fechando o número com um catecismo constitucional.

O primeiro texto, *Extractos do Correio Brasiliense*, tratou sobre as cortes de Lisboa, e foi dedicado a continuar as considerações do extrato do correio brasiliense que vimos na edição extraordinária número 1. Chamava a atenção de que caso as cortes continuassem as provocações aos brasileiros, representadas pela manutenção da indicação de governadores de armas e pelo envio de tropas as províncias brasileiras, os brasileiros dariam os passos que faltavam para o rompimento definitivo com Portugal²⁵⁹. Apesar do aviso o *Correio* logo em seguida fez um apelo para que as Cortes agissem de maneira moderada, visto que os pedidos feitos às Cortes representavam apenas as vontades dos povos, estes receosos do chamado despotismo militar²⁶⁰. Estes dois apelos são importantes porque tocam no âmago do conflito entre os brasileiros e portugueses: a questão da autonomia provincial. Isso, pois, os brasileiros não aceitariam a submissão de suas juntas províncias a uma força armada externa à província. O texto também reforçava a rejeição do Correio à radicalização dos conflitos quando apelou à moderação em via de conservar os laços entre os dois reinos²⁶¹.

O segundo texto, na seção de reflexões, tratou da resposta dada pelo *Reverbero* aos textos das *Reclamações*, acusando seu autor, José da Silva Lisboa, o futuro Visconde de Cairú de anticonstitucional. Afirmou, ainda, que o mesmo: “Sim, declarou-se anticonstitucional [...]”²⁶², visto que ele se expressou desfavoravelmente à convocação das Cortes constitucionais: “Não quer Cortes cá nem lá”²⁶³. Para além do despotismo advindo da ideia de que José da Silva Lisboa ser contra a convocação das Cortes, o *Reverbero* também o acusou de ser responsável por “[...] provaremos por extractos das suas mesmas reclamações, que ele mais que ninguém incitou o Povo à rebelião”²⁶⁴, de forma a emendar acusações de despotismos tanto pela via da crítica ao poder monárquico, quanto pela via dos excessos da democracia degenerada em anarquia.

O terceiro texto deste número tratou de um catecismo constitucional continuado da edição extraordinária número 2º do *Reverbero*. Esse documento, que segundo os organizadores

²⁵⁸ Sobre as polêmicas da imprensa ver: LUSTOSA, I. **Insultos impressos: a guerra dos jornalistas na Independência (1821-1823)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

²⁵⁹ IPANEMA, C., IPANEMA, M. **Edição fac-similar do Reverbero Constitucional Fluminense (1821-1822)**. Tomo II. Rio de Janeiro: Edições Biblioteca Nacional, 2005. p. 2.

²⁶⁰ Ibid., p. 3.

²⁶¹ MOREL, M. **As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na Cidade Imperial (1820-1840)**. São Paulo: Hucitec, 2005. p. 133-144.

²⁶² IPANEMA, C., IPANEMA, M., op. cit., p. 4.

²⁶³ Ibid., p. 5.

²⁶⁴ Ibid., p. 5.

do estudo hemerográfico que acompanha a edição fac-similar que estamos usando afirmam, está perdido até o momento²⁶⁵. O texto consistia em uma série de perguntas e respostas formando um guia do constitucionalismo que o *Reverbero* estava disseminando, trazendo informações de como dever-se-ia organizar o Estado. Para a nossa análise, destacamos a seguinte pergunta feita no catecismo: “P. E o Brasil já representado nos seus Deputados poderá legitimamente organizar huma nova Representação estando ainda aquella subsistente!”²⁶⁶. Essa pergunta é importante, pois toca diretamente na localização da soberania do Estado: se encontrava nas cortes de Lisboa reunidas ou pertencia a cada uma das províncias?

Vejamos a resposta: “R. Os nossos Deputados perderão o carecter da nossa representação desde o momento em que deixarão de sustentar os nossos interesses políticos; [...]”. Esse primeiro trecho mostra o caráter de revogação da representação caso ela atente contra os o mandato que lhe fora dado; no caso, defender os interesses das províncias do Brasil. Continuando na resposta ele categorizou a atual situação do Congresso de Lisboa, chamando-o de injusto para com as pautas do Brasil: “[...] e como a conservação da fortuna dos Povos não deve ser retardada por circuntrancias imprevistas, e que nem se supunhão que aparecessem em hum Congresso, onde se julgava que a nossa causa seria tratada com igualdade de direitos, [...]”²⁶⁷. E, caso se mantivesse esta situação de injustiça: “[...] he indispensável que se forme huma Nova Representação no caso que os nossos actuaes Deupados não acudão as nossas Reclamações para nos remirmos da dura, e infame escravidão que estamos ameaçados.”²⁶⁸. Assim, acenava à possibilidade de rompimento, para logo em seguida retomar a retórica de união com Portugal: “Nos procuramos a união a pesar de conhecermos que seria impossível conserva-la porque com o decurso dos tempos se romperião os laços, e appareceria o divorcio politico, que entre hum velho, e huma rapariga de poucos anos só não aparece quando esta he mui virtuosa [...]”²⁶⁹, colocando-a como vontade dos brasileiros, ali retratados como uma “rapariga mui virtuosa”.

De toda forma, o importante é frisar que se partia da concepção de que a união com Portugal era desejada, mas não estava dada, mesmo com o envio dos representantes até as Cortes de Lisboa. Isso, pois, a delegação de representação não significava uma delegação de soberania destes povos ao Soberano Congresso, de forma que caso a Constituição atendessee aos

²⁶⁵ IPANEMA, C., IPANEMA, M. **Reverbero Constitucional Fluminense – 1821-1822**: texto, estudo hemerográfico e indexação. Rio de Janeiro: Edições Biblioteca Nacional, 2005. p.119-126

²⁶⁶ Id. **Edição fac-similar do Reverbero Constitucional Fluminense (1821-1822)**. Tomo II. Rio de Janeiro: Edições Biblioteca Nacional, 2005. p. 9.

²⁶⁷ Ibid., p. 9.

²⁶⁸ Ibid., p. 9.

²⁶⁹ Ibid., p. 9.

interesses dos brasileiros, estes poderiam romper com as Cortes. Também é importante destacar que neste texto havia uma exaltação à constitucionalidade de Pedro de Alcântara: “Não, não, não: o Príncipe não quer a nossa escravidão, he infinitamente incapaz de conceber este projecto anti-Liberal”²⁷⁰.

Avançando-se ao próximo número do periódico de 4 de junho de 1822, temos a continuação das reflexões do número anterior. Na continuação do catecismo político encontramos uma referência a ideia de república, sobre a qual nos aprofundaremos no capítulo seguinte. No segundo texto, continuação das críticas à reclamação, encontramos mais elementos da acusação de despotismo que o *Reverbero* faz contra o futuro Visconde de Cairu. Observa-se que a crítica estava direcionada a questão da soberania; o Visconde, em seu texto, não era contra a existência de uma Constituição, segundo o *Reverbero*, mas era contra que se chamassem Cortes a fim de se produzir tal Constituição, defendendo que o Monarca criasse tal texto:

[...] aonde há humo do nosso Joven Heroe os Paizes Baixos, aonde há humo Constituição oferecida, e dictada em nome do Rei pelo Ministerio, como aqui intentara o Conde de Palmella: meditem como tem pena de ficar esquecida a Italia onde a Superstição, e o Despotismo queima, degola, enforca a quantos amão a nova Religião Constitucional!²⁷¹

Isso se configurou em um problema, visto que subvertia a ideia ventilada pelo periódico, até o momento, de que a soberania do Estado estava fundada na ideia da vontade geral. Ou seja, a Constituição só poderia ser feita através da vontade dos chamados povos. Estava, todavia, sendo efetivamente feita por vontade dos mesmos povos, que haviam reconhecido os seus direitos, como podemos ver no trecho: “O Povo inflamou-se, reconheceo os seus direitos, calculou o seu procipicio, pedido hum Congresso que sustentasse a sua Causa [...]”²⁷². Por fim, é importante destacar que encontramos mais um louvor ao príncipe regente, em mais uma demonstração de que os periodistas identificavam no príncipe as qualidades de um constitucional: “A nossa grande Fortuna, he termos hum Principe verdadeiramente extraordinário, que a pesar de ouvir semelhantes insinuações está persuadido que a Felicidade do seu Reinado retriba sobre humo bem entendida., e liberal Constituição: [...]”²⁷³. Isso se dava

²⁷⁰ IPANEMA, C., IPANEMA, M. **Edição fac-similar do Reverbero Constitucional Fluminense (1821-1822)**. Tomo II. Rio de Janeiro: Edições Biblioteca Nacional, 2005. p. 11.

²⁷¹ Ibid., p. 21.

²⁷² Ibid., p. 24.

²⁷³ Ibid., p. 21.

pois acreditavam que D. Pedro ignorava as tentações de outorgar uma Constituição. Outorga que era prescrita pelo texto das *Reclamações* na interpretação do *Reverbero*.

Passando para o 3º número do segundo volume, de 10 de junho 1822, encontramos três textos, sendo que dois deles continuam as avaliações do número anterior. O primeiro deles, de reflexões, continuou as críticas às reclamações, levantando os perigos da recolonização e da partida do príncipe a Europa. O segundo texto era mais um extrato do *Correio Brasiliense*, e tratava da administração da justiça e da unicidade da soberania. O último texto era uma continuação do catecismo constitucional e, no geral, era composto de um elogio ao príncipe regente. A parte que mais nos interessa nele está contida na última página, na qual há uma menção a república e uma crítica a democracia. Esse texto, como outros já citados aqui, será trabalhado adequadamente no capítulo seguinte²⁷⁴.

No primeiro texto destacamos a transcrição que o *Reverbero* fez das reclamações. Segundo a transcrição, José da Silva Lisboa afirmara que os adversários do Brasil eram os mesmos que os adversários da manutenção da regência de Dom Pedro. Assim, a partir desta associação, haveriam dois inimigos a serem combatidos naquele momento: “[...] implacáveis adversários á nossa ordem de cousas; que não reconhecem a legitimidade da Regencia de S.A..R., que machinão Democratismo, ou restabelecimento do Systema Colonial, e Militar sejam os Constantes objetos da Vigilancia da Policia &c. &c.”²⁷⁵. Colocava, pois, como aliados da partida do príncipe os que desejavam tanto o domínio das Cortes sobre o Brasil, quanto os que defenderiam a convocação de Cortes no Brasil, chamando-os de democratas. O *Reverbero* ridicularizou o texto do futuro visconde, afirmando que o mesmo deveria estar “dormindo acordado”²⁷⁶, recorrendo ao fato da impossibilidade de se manter a regência de D. Pedro no Brasil sem que se ou rompesse com o Reino Unido; visto que os deputados das cortes haviam decidido que o Rei não poderia sair de Portugal, logo o príncipe deveria voltar a Europa assim que seu pai morresse, ou deveria se convocar Cortes no Brasil para adaptar a Constituição portuguesa a fim de se manter a União. As duas posições eram irreconciliáveis.²⁷⁷

No segundo texto cabe destacar a preocupação em se impedir os abusos do poder judiciário, visto que com a concentração dos poderes executivo e legislativo se inviabilizaria as reclamações contra os maus juízes. Podemos observar essa preocupação no trecho: “[...] sendo

²⁷⁴ IPANEMA, C., IPANEMA, M. **Edição fac-similar do Reverbero Constitucional Fluminense (1821-1822)**. Tomo II. Rio de Janeiro: Edições Biblioteca Nacional, 2005. p. 33.

²⁷⁵ Ibid., p. 27.

²⁷⁶ Ibid., p. 27.

²⁷⁷ Ibid., p. 27-28.

necessário vir a Lisboa toda a queixa para se suspender qualquer Magistrado no Brasil.”²⁷⁸. Para além do problema da magistratura, que estaria por conta da concentração dos poderes em Lisboa, sem contrapesos, é interessante ver outra mobilização que o periódico fez em nome deste princípio de pesos e contrapesos para defender a permanência do príncipe regente no Brasil.

O *Reverbero* afirmou que: “As Cortes, que só tem o poder legislativo, tanto se intrometem no Executivo, que até determinarão aonde deve redizir o filho de ELREI [...]”²⁷⁹ Observamos aqui que se acusam as Cortes de Lisboa de excederem seus poderes, que seriam legislativos, ao determinarem a partida do príncipe à Portugal, visto que somente o Rei teria esse poder. Outra questão interessante, são as contradições acerca da unicidade do poder executivo, argumento utilizado para se defender a volta do príncipe à Portugal, bem como no caso do poder legislativo que também seria unitário, para se negar a instalação de uma câmara em terras americanas.

Depois de negarem tal princípio de divisão quando este beneficiava os brasileiros, “[...] agora que se tratava de fazer hum bem ao Brasil he que teve remorsos de consciência, de que o poder do Soberano não he delegável, nem divisível!!!”²⁸⁰ de forma que os deputados europeus tentaram aplacar os brasileiros oferecendo centros de poder executivo em troca da volta do príncipe. Por estas posições voláteis, o *Reverbero* encerrou o texto acusando as Cortes de Lisboa de agirem de maneira anárquica.²⁸¹

O próximo número, 4, de 18 de junho de 1822, foi composto por uma sessão de reflexões;²⁸² de uma correspondência que trata dos povos “selvagens”²⁸³; e de uma mensagem com o nome de América, tratando das notícias de reconhecimento do governo dos EUA a países recém Independentes na América;²⁸⁴ e um Soneto em homenagem a Dom Pedro²⁸⁵. Dos três textos, o que se dedica a questão constitucionalista é o da seção das reflexões, os outros dois não trouxeram reflexões sobre o tema.

O texto das Reflexões se dedicou, neste número, a expor a visão do *Reverbero* sobre uma Constituição liberal. Era esse o desejo dos brasileiros²⁸⁶. Contudo, segundo o periódico,

²⁷⁸ IPANEMA, C., IPANEMA, M. **Edição fac-similar do Reverbero Constitucional Fluminense (1821-1822)**. Tomo II. Rio de Janeiro: Edições Biblioteca Nacional, 2005. p. 30.

²⁷⁹ Ibid., p. 31.

²⁸⁰ Ibid., p. 31.

²⁸¹ Ibid., p. 32-33.

²⁸² Ibid., p. 37-42.

²⁸³ Ibid., p. 43-47.

²⁸⁴ Ibid., p. 47.

²⁸⁵ Ibid., p. 48.

²⁸⁶ Ibid., p. 37.

era necessário que fosse explicado aos brasileiros qual o sentido da palavra Constituição para que esse fim fosse atingido. Dessa forma, toda a sessão de reflexões deste número consistiu em explicar ao leitor o que seria o sentido que se deveria dar a palavra Constituição²⁸⁷. Para além da necessidade de explicar o termo por conta da vontade dos brasileiros, o periódico também apontou que o termo constitucional se tornou “[...] e que como tantas outras, se tem tornado quase ininteligível, a força de acepções, de que a maior parte são absolutamente diferentes, e algumas até contradictorias.”²⁸⁸

Essas justificativas são importantes na medida que nos permitem colher mais indícios de como se desenvolvia essa linguagem. Reafirmam, pois, a hipótese inicial de que o debate constitucionalista em curso, que chamamos de linguagens constitucionais, estava se expressando em meio a inovações conceituais, visto que os termos dos debates estão em processo de ressignificação e inovação conceitual²⁸⁹. O que este tipo de afirmação que o periódico fez nos dá indícios que os próprios contemporâneos estariam cientes deste processo, e estavam ativamente participando dessa briga em torno dos conceitos.

Assim, a vitória em definir o que era a Constituição ou sobre o que era constitucional, tinha como consequência direta controlar as definições do que era anticonstitucional. Dentro do jogo linguístico que estamos observando ao longo do capítulo ser anticonstitucional significava ser despótico, sendo que o despotismo se figurava no momento como o grande inimigo a ser combatido, aparecendo mesmo em textos com claro viés de defesa do absolutismo. Exemplo disso foi o panfleto *ALYZE DOS DIREITOS NATURAES DO HOMEM INCULTO, E SELVAGEM, DEDUZISDOS DO MESMO DIREITO QUE REGE TODA A NATUREZA CREADA, DE QUE ELLE HE PARTE. Direitos de Convenção, em que os homens dão principio ao Copo Moral das Sociedades, seguindo na sua Organização o Sysstema dos Copos físicos sobre os Direitos da Soberania como Ordem natural DO SYSTEGENA UNIVERSAL POR P.PL. VEIGA CABRAL. AMIGO DA PHILANTROPIA*²⁹⁰ visto anteriormente.

²⁸⁷ IPANEMA, C., IPANEMA, M. **Edição fac-similar do Reverbero Constitucional Fluminense (1821-1822)**. Tomo II. Rio de Janeiro: Edições Biblioteca Nacional, 2005. p. 37.

²⁸⁸ Ibid., p. 37.

²⁸⁹ KOSELLECK, R. **Crítica e crise: uma contribuição a patogênese do mundo burguês**. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-Rio: EDUERJ, 1999.; FONSECA, S. C. P. B. **A ideia de República no Império do Brasil**: Rio de Janeiro e Pernambuco (1824-1834). Jundiaí: Paco editorial. 2016.; ARAUJO, V. L. **A experiência do tempo: Conceitos e Narrativas na Formação Nacional Brasileira (1813-1845)**. São Paulo: Hucitec, 2008.

²⁹⁰ *ALYZE DOS DIREITOS NATURAES DO HOMEM INCULTO, E SELVAGEM, DEDUZISDOS DO MESMO DIREITO QUE REGE TODA A NATUREZA CREADA, DE QUE ELLE HE PARTE. Direitos de Convenção, em que os homens dão principio ao Copo Moral das Sociedades, seguindo na sua Organização o Sysstema dos Copos físicos sobre os Direitos da Soberania como Ordem natural DO SYSTEGENA UNIVERSAL POR P.PL. VEIGA CABRAL. AMIGO DA PHILANTROPIA*. In: CARVALHO, J. M.; BASTOS, L.; BASILE, M. (Org.). **Guerra literária: panfletos da Independência (1820-1823)**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014. v. 2.

Depois desta explicação acerca das motivações que levaram a reflexão sobre o significado e conteúdo da palavra Constituição, o *Reverbero* apresentou sua concepção do que seria uma Constituição liberal. Afirmou que ela não era uma lei, ou um código de leis, e sim a própria Constituição do povo: “He mister que o Povo exista, e esteja constituído antes de se organizar; que os homens tenham tornado Cidadãos por hum pacto, antes de se fazerem súbditos pelo estabelecimento da Lei [...]”²⁹¹ afirmando que: “[...] a Constituição de um Povo não pode ter por objeto fixar o modo de fazer as Leis, e o de as fazer executar; [...]”²⁹². Dessa forma, colocava a Constituição como algo anterior a formação das instituições do Estado e do Governo, sendo ela, a própria reunião dos habitantes de um espaço, de forma que acabavam por se constituir em uma unidade política, que ele chamava de Povo.

Esta reunião se tornava a Constituição do povo quando esse mesmo povo se faz cidadão. Pelo texto podemos concluir que esse “se fazer cidadão” se constituía em deixar o estado de natureza e estabelecer o conjunto de direitos, que era visto pelo autor como os direitos naturais, recorrendo aqui a noção rousseauiana de Direito Natural.²⁹³ Esta concepção é interessante, na medida em que, ao deslocar do pacto constitucional de um contrato que trataria sobre a forma do Estado e do Governo para um que trata apenas dos direitos fundamentais dos cidadãos constituídos em Povo, o *Reverbero* acabava por veicular um conceito que desconstitucionaliza a monarquia. Isso se evidenciou quando o periódico afirmou que a Constituição não se constitui em um pacto do chefe da nação e o povo:

A Constituição de hum Povo (parece-nos,) não póde ser hum contracto entre este Povo, e o seu Chefe daremos huma razão. Hum contracto tem por objeto fazer reconhecer por hum dos contractantes os direitos do outro, e reciprocamente; a fim que no caso de contestação o Magistrado possa pronunciar entre hum e outro: mas entre o Povo e o seu Chefe não póde haver Juiz, e por consequência contracto; pois que huma das partes pelo menos poderia annula-lo a todo o instante.²⁹⁴

Esse conceito de Constituição que excluía o monarca e, por consequência, a instituição da monarquia do pacto constitucional, entendido pelo *Reverbero* apenas como os direitos fundamentais, se aproxima dos postulados que estavam sendo identificados como democráticos pelo próprio *Reverbero*. O interessante é que, ao mesmo tempo em que o jornal expressava esse constitucionalismo calcado no povo, ele também expressou em vários momentos uma crítica

²⁹¹ IPANEMA, C., IPANEMA, M. **Edição fac-similar do Reverbero Constitucional Fluminense (1821-1822)**. Tomo II. Rio de Janeiro: Edições Biblioteca Nacional, 2005. p. 38.

²⁹² Ibid., p. 38.

²⁹³ Ibid., p. 39-40.

²⁹⁴ Ibid., p. 38.

ferrenha a ideia de democracia, sempre a associando ao despotismo. Por fim, destacamos que o texto das reflexões do número 4 se dedicou a elencar quais seriam os Direitos que o periódico reivindicava como sendo naturais.

Para a nossa discussão cabe destaque aos seguintes direitos levantados pelo *Reverbero*:

1. “A vontade do maior numero he a Lei de todos: todo o Cidadão tem o direito de concorrer para a formação das Leis exprimindo o seu voto particular.”²⁹⁵; 2. “Todo Cidadão tem direito de concorrer para a instituição do poder incumbido de fazer executar a Lei.”²⁹⁶; 3. “O poder legislativo, e institucional pertence essencialmente ao Povo: todo o Cidadão tem o direito de concorrer para a organização de todos os poderes.”²⁹⁷. Esses três direitos se referiam diretamente à natureza representativa do Estado que estava por ser implantado. Observa-se também, novamente, que o princípio monárquico estava ausente da Constituição do Estado. Acentua-se, também, que nesta formulação seria um direito natural que o exercício dos poderes executivo e legislativo fosse exercido por meio da escolha dos cidadãos. Dessa forma, esta declaração de direitos reforçava a natureza popular, no sentido de estar calcada no conjunto dos povos, sem aqui se fazer um juízo de valor das clivagens sociais existentes e quem estaria apto a cidadania do poder constitucional que os editores do *Reverbero* vinham veiculando em seu periódico.

O próximo número do *Reverbero* foi veiculado no dia 25 de junho de 1822. Trazia dois textos sobre a necessidade de se criarem no Brasil estabelecimentos úteis às artes e ciências, não trazendo referências significativas ao debate constitucionalista.²⁹⁸ Na sessão de reflexões comentou-se a convocação, pelo príncipe regente, de uma Assembleia Constituinte e legislativa pelo decreto de 3 de junho de 1822.²⁹⁹ Na ultima parte do número, havia uma seção com o nome América, que trazia noticias das repúblicas que se formaram com as independências das colônias espanholas. Como trazem informações sobre o conceito de república, a exemplo do que fizemos com os outros números que apresentaram essa questão, trataremos dessa seção no capítulo dedicado ao tema.

Na sessão de reflexões, que se dedica a convocação da Assembleia, os elementos que encontrarmos de mobilização de conceitos ligados ao constitucionalismo não foram diferentes dos que encontramos em números anteriores. Há, ainda, o louvor ao príncipe regente, com base

²⁹⁵ IPANEMA, C., IPANEMA, M. **Edição fac-similar do Reverbero Constitucional Fluminense (1821-1822)**. Tomo II. Rio de Janeiro: Edições Biblioteca Nacional, 2005. p. 41.

²⁹⁶ Ibid., p. 41.

²⁹⁷ Ibid., p. 41.

²⁹⁸ Ibid., p. 49-55.

²⁹⁹ Ibid., p. 55.

em seu constitucionalismo, novamente demonstrado com o decreto de convocação da Assembleia Constituinte e legislativa do Brasil. Para o periódico, a convocação dessa Assembleia Constituinte também demonstrava ao conjunto dos portugueses que o príncipe não tinha pretensões despóticas. Repetiu-se aqui, mais uma vez, a fórmula de contrapor despóticos e constitucionais.³⁰⁰

Também temos que destacar, nesta seção, uma referência que o periódico fez a formação do Reino do Brasil. Essa formulação nos remete ao debate acerca de onde encontrava-se a sede da soberania, indicando-nos que o periódico entendia que essa sede estava nas províncias, como podemos ver no trecho a seguir “[...] as Províncias do nosso grande Reino ligão-se, e clamão pela nossa *Assemblea*; [...]”³⁰¹. Observa-se, na citação, que a convocação da Assembleia Constituinte e a formação do reino foram colocadas como ato de vontade das províncias, de forma que o periódico as colocou neste texto como fontes da soberania do Estado, e nos deu algumas pistas de como os periodistas poderiam pensar a organização interna do Reino do Brasil, mesmo que isso ainda não tivesse sido exposto nas páginas do periódico até junho de 1822. O texto foi concluído com uma oferta de formação de uma federação ao reino português; essa oferta partiria do reino brasileiro emancipado e constituído, preservando-se o projeto de união com Portugal, porém sobre bases diferentes do unitarismo que se fez presente no Congresso de Lisboa.³⁰²

O próximo número do *Reverbero* foi lançado no dia 2 de julho de 1822, e era composto por três sessões: uma dedicada as reflexões; uma a notícias americanas, continuando o texto do número 5 do *Reverbero*; e, por fim, uma carta de deputados das cortes de Lisboa. No geral, o número não trazia mais informações para se compreender o constitucionalismo veiculado pelo *Reverbero*. Havia apenas pequenas menções a luta dos constitucionais e despóticos, chamados aqui de “[...] *Liberais* e os *Servis* [...]”³⁰³ e reafirmações da retórica da recolonização, apresentando o antigo sistema colonial como despótico e mostrando o seu desmonte progressivo desde a vinda da família real ao Brasil. Também foi retomado, neste número, a costumáz rejeição a democracia,³⁰⁴ e o elogio a constitucionalidade do príncipe regente³⁰⁵. A grande particularidade deste número, no entanto, é no que toca o uso do discurso com base

³⁰⁰ IPANEMA, C., IPANEMA, M. **Edição fac-similar do Reverbero Constitucional Fluminense (1821-1822)**. Tomo II. Rio de Janeiro: Edições Biblioteca Nacional, 2005. p. 56.

³⁰¹ Ibid., p. 59.

³⁰² Ibid., p. 59.

³⁰³ Ibid., p. 66.

³⁰⁴ Ibid., p. 67.

³⁰⁵ Ibid., p. 68.

religiosa, uma vez que apresentou associações entre os constitucionais e os despóticos. Vejamos a mobilização realizada pelo periódico:

[...] Também muitos dos que se alegrão connosco, dos que se dizem Patriotas e Constitucionaes, devem mercer a nossa prudente vigilância; porque saudosos do período ante-Diluviano, a pesar de embarcados na Arca da Constituição, talvez esperem (mas debalde) dar oasi i y a sya estúpida vaidade, ou a sua abominável ambição; [...]³⁰⁶

Observa-se aqui a associação clara entre a história da Arca de Noé e o dilúvio com o atual estado do Reino Unido. O texto comparou o antigo sistema absolutista com a humanidade corrompida que perecera no Dilúvio, e os constitucionais como a família de Noé, responsáveis por criar um novo mundo sob os escombros da humanidade dizimada, esta representada pelos déspotas que foram dizimados pela nova era constitucional que estaria se inaugurando. Emendava, logo em seguida, críticas a doutrina do direito divino dos reis, que nas palavras do *Reverbero* colocava o monarca como: “[...] = hum Monarca he semelhante a Deos; Deos governa por si e faz a Lei ao seu mundo; logo he Monarca deve governar e legislar ao mesmo tempo no seu Reino = [...]”³⁰⁷, doutrina que rejeitava colocando-a como “[...]corruptora dos mais puros sentimentos [...]”³⁰⁸. Este arranjo pré-constitucional foi colocado em comparação com a nova situação constitucional que se configurava, na qual “[...] hum Principe não deixa de ser homem, e o homem só pode assemelhar-se a Deos quando pratica o bem [...] se huma Sabia e liberal Constituição lhe desse a certeza de que não podia ter praticado se não o bem”³⁰⁹.

Ou seja, colocava uma nova configuração constitucional, na qual o monarca só poderia fazer o bem, devido a Constituição que limitava seus poderes como mais próximo de Deus, diferente do que o antigo sistema do absolutismo. Dessa forma, a recorreu-se a uma fundamentação também religiosa ao sistema constitucional em vias de implantação. Cabe destacar, também, que este tipo de argumentação não era comum no *Reverbero*, e não temos pistas do motivo pelo qual o periódico recorreu a esse expediente argumentativo neste número, visto que também não foi comum o uso do expediente religioso nos panfletos que analisamos e foram escritos no Brasil. Essa característica era mais recorrente nos materiais que consultamos vindos de Portugal.

³⁰⁶ IPANEMA, C., IPANEMA, M. **Edição fac-similar do Reverbero Constitucional Fluminense (1821-1822)**. Tomo II. Rio de Janeiro: Edições Biblioteca Nacional, 2005. p. 69

³⁰⁷ Ibid., p. 69.

³⁰⁸ Ibid., p. 69.

³⁰⁹ Ibid., p. 69-70.

O próximo número do *Reverbero*, nº 7 do segundo volume de 9 de julho de 1822, trazia uma correspondência sobre aulas de desenho que não remetem a nossa temática; uma reflexão acerca das ações das cortes de Lisboa e um extrato do Correio Brasiliense do mês de abril de 1822. Os três textos não trazem novos elementos para o entendimento do debate constitucional que estava sendo empregado, repetindo as fórmulas que encontramos nos números anteriores, repetindo-se as críticas feitas ao tratamento dispensado pelas cortes ao reino do Brasil, seja nas votações, em que os brasileiros eram sempre vencidos pelo maior número de deputados europeus no congresso³¹⁰, seja no uso da força³¹¹, também rebatendo os argumentos da alegada superioridade de Portugal dentro do sistema constitucional dos europeus.³¹²

No número 8 do segundo volume, do dia 16 de julho 1822, encontramos uma exposição do número 49 do periódico português *Astro da Lusitânia*³¹³, que tratava sobre as motivações que levaram ao conflito das Cortes com as províncias brasileiras. Além disso, havia a continuação do texto transcrito do Correio Brasiliense sobre os procedimentos das Cortes sobre o Brasil, iniciado no número anterior. Ambos os textos que apresentavam críticas que já foram expostas no periódico, acerca da relação das cortes para com o Brasil.

O texto do *astro da Lusitânia* era uma resposta ao panfleto *Amigo da união do Brasil, sobre a Malagueta, Despertador Fluminense, e Representação dos Paulistas*, que expusemos no capítulo seguinte por apresentar uma acusação de republicanismo. Essa resposta, consistia em negar as argumentações que foram mobilizadas por tal panfleto, sendo que o periódico *Astro da Lusitânia*, logo na abertura de seu texto de análise dos descontentamentos das províncias do Brasil para com as cortes, afirmava que o *Amigo da União* “[...] desempenhou tão mal o honroso atributo, debaixo do qual disfarçou o seu nome e tão que o seu escrito, quaisquer que sejam suas intenções, parece trabalhado, de propósito para excitar a discórdia, [...]”³¹⁴, de forma que atrapalhava o desejo dos portugueses de se unir com os brasileiros através dos vínculos de amizade e recíprocos interesses.³¹⁵

Depois desta crítica ao texto do *Amigo da União*, dispensando suas afirmações como danosas aos interesses da união, o periódico expôs os motivos que levaram ao descontentamento dos brasileiros para com o Congresso de Lisboa, sendo todos centrados na ideia de as províncias do Brasil serem tratadas como províncias de Portugal, afirmando que os brasileiros

³¹⁰ IPANEMA, C., IPANEMA, M. **Edição fac-similar do Reverbero Constitucional Fluminense (1821-1822)**. Tomo II. Rio de Janeiro: Edições Biblioteca Nacional, 2005. p. 82.

³¹¹ Ibid., p. 83.

³¹² Ibid., p. 86-87.

³¹³ Ibid., p. 89.

³¹⁴ Ibid., p. 89-90.

³¹⁵ Ibid., p. 90.

consideraram esse sistema como uma espécie de recolonização visto que: “[...] o Projecto da Constituição era lido com o mais exaltado desgosto, por quanto nele se observava organizada em systema simples toda a acção do Poder Executivo, consideradas as Provincias do Reino do Brasil como se fomo se o fossem de Portugal, [...]”³¹⁶. O texto seguiu reproduzindo os argumentos que foram veiculados pelos brasileiros acerca dos problemas da união entre os dois reinos vastamente veiculados no *Reverbero*, como as preocupações com distâncias do centro do poder executivo, da destruição dos empregos públicos que ficariam todos concentrados em Portugal, entre outros tópicos.

Também foi ponto de discórdia a negação das cortes no estabelecimento de uma delegação do poder executivo em território brasileiro, bem como a de estabelecer um Congresso de representantes brasileiros subordinados a câmara de Lisboa. Sendo que os decretos de revogação da regência, bem como os da remoção do príncipe regente a Portugal haviam apenas aumentado a tensão entre os dois reinos.³¹⁷ Dessa forma, com essas explicações tentava negar que as discórdias para com as Cortes fossem fruto da “[...] anarchia, aristocracia, democracia, e servilismo [...]”³¹⁸, emendando neste argumento que, pelo contrário, não eram os vícios do despotismo que alimentavam a discórdia dos brasileiros, mas sim o seu terror a esta prática, que segundo o *Astro da Lusitânia* “[...] que nem sempre se exerce por hum só [...]”³¹⁹, demonstrando preocupação para com os despotismos que poderiam advir da democracia.

Nos chama atenção neste texto que, apesar de o *Astro* se colocar como um defensor da união com base na defesa do pleito dos brasileiros (de autonomia local), transparece que se manteria uma relação de subordinação do Brasil ao reino de Portugal, mesmo com as possíveis concessões aos interesses dos brasileiros (como ter uma câmara e um poder executivo próprio). Configurar-se-ia essa subordinação na medida em que, aparentemente, a proposta oferecida pelo *Astro* não quebrasse o princípio mobilizador das desavenças constitucionais entre brasileiros e portugueses: a questão da unicidade da soberania da nação.

Segundo Cipriano Barata, em manifesto editado em 1823 retratando sua experiência como parlamentar³²⁰, essa foi uma das causas que levaram os deputados portugueses a afirmarem que representavam toda a Nação e não o conjunto de suas províncias nas Cortes de

³¹⁶ IPANEMA, C., IPANEMA, M. **Edição fac-similar do Reverbero Constitucional Fluminense (1821-1822)**. Tomo II. Rio de Janeiro: Edições Biblioteca Nacional, 2005. p. 90.

³¹⁷ Ibid., p. 91.

³¹⁸ Ibid., p. 92.

³¹⁹ Ibid., p. 92.

³²⁰ Manifesto á Bahia de Todos os Sanctos por hum deputado às Côrtes Geraes Constituintes de Portugal Cypriano Jose barata de Almeida. Com algumas notas. Dezengano para brasileiros, e Europeos residentes no Brasil. In: CARVALHO, J. M.; BASTOS, L.; BASILE, M. (Org.). **Guerra literária**: panfletos da Independência (1820-1823). Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014. v. 3.

Lisboa. Justificavam, desta forma, que o Soberano Congresso legislasse sobre o Brasil, pois ambos constituíam-se em um único corpo.³²¹ E foi com base neste princípio que se sustentou a resposta do Astro da Lusitânia, pois enxergava essa câmara e governo próprio que estavam sendo oferecidos aos brasileiros como subordinados ao governo de Lisboa.³²²

O próximo texto que é veiculado neste número do *Reverbero*, de autoria do periódico Correio Brasiliense, funcionou como uma espécie de resposta ao chamado de união feito pelo Astro da Lusitânia. Isso, pois, apresentava uma desconfiança generalizada dos brasileiros para com as medidas que visavam diminuir as tensões; exemplo disso foi a delegação de uma sede do poder executivo ao Brasil. A reação do Correio foi de ceticismo, como podemos ver no trecho: “Ora quem acreditará na sinceridade de tal recomendação, vindo ella assignada por alguns daqueles mesmos homens, que dous dias antes sustentarão, que o Poder Executivo era essencialmente indivisível e indelegável?”³²³. Assim, reafirmava os termos do confronto entre os dois reinos, não expressando confiança nas concessões da Cortes. Também é interessante notar a forma como ele nega a autoridade das cortes de Lisboa sobre o Brasil:

Se não há Constituição, sem os Deputados do Brasil a aprovarem? d’onde provêm às Cortes o direito de legislar para o Brasil, em matérias tão essenciaes a seus interesses? E que obrigação tem o Brasil de obedecer a esses mandados despóticos das Cortes, antes de aprovar a Constituição, da qual somente podem as Cortes derivar o seu poder Legislativo?³²⁴

Vemos aqui mais uma vez mobilizado o princípio de que a soberania do Estado deveria ser dada em nível local, em confronto com a ideia de soberania expressa pelas Cortes, de tendência centralizadora. O correio veiculou um tipo de formulação que não reconhecia a competência do conjunto das cortes como representante dos habitantes do Brasil, direcionando todo o conteúdo de representação dos brasileiros diretamente aos representantes eleitos pelas províncias, como representantes destas, e não do conjunto do reino unido, preservando assim o impasse.

Mais adiante no tempo, a próxima edição do periódico, de número 9, foi publicada em 23 de julho de 1822, e trouxe um texto do “Amante das Sciencias e das Artes”³²⁵; uma correspondência de A.B.C.D., inquirindo sobre a possibilidade da revogação do mandato dos

³²¹ Sobre a questão das disputas de soberania nas Cortes Cf. BERBEL, M. **A nação como artefato**. São Paulo: Hucitec, 1999.

³²² IPANEMA, C., IPANEMA, M. **Edição fac-similar do Reverbero Constitucional Fluminense (1821-1822)**. Tomo II. Rio de Janeiro: Edições Biblioteca Nacional, 2005. p. 91.

³²³ Ibid., p. 97.

³²⁴ Ibid., p. 98.

³²⁵ Ibid., p. 101-105.

procuradores, caso desempenhassem mal a suas funções, , acompanhada de uma resposta dos redatores do *Reverbero*;³²⁶ um discurso dirigido as juntas eleitorais do Reino do Brasil; e por fim um texto chamado “o discurso de um estrangeiro.”³²⁷ Os quatro textos não apresentaram elementos que agreguem a análise que aqui está sendo exposta.

O número seguinte, 10, de 30 de julho de 1822, foi composto por quatro textos: um discurso oferecido em 21 de julho à D. Januária³²⁸, pelo Januário da Cunha Barbosa, na eleição paroquial de Santa Rita; uma seção de reflexões; a continuação do texto sobre o procedimento das Cortes sobre o Brasil, extraído do *Correio Brasiliense*; e, por fim, uma correspondência. Dos quatro textos, a correspondência e o texto extraído do *Correio* não trazem novos elementos a discussão.

No texto, Januário da Cunha Barbosa descreveu o ato de se realizar eleições como um ato de soberania, retomando elementos de uma soberania que estávamos indicando como soberania dos povos, fazendo logo depois uma série de elogios aos eleitores que estavam reunidos na eleição de 21 de julho.³²⁹ Dessa forma, louvava os votos depositados nas urnas pelos eleitores como responsáveis por decidir o destino do Brasil, e louva os frutos do liberalismo que estavam sendo colhidos pelos brasileiros.³³⁰ Seguindo o padrão da publicação, depois de louvar os atos de soberania conduzidos por populares, Januário faz um louvor a adoção da monarquia representativa pelo Brasil, elogiando sua liberalidade. Caracterizou a adoção do sistema monárquico representativo: [...] nos saboreamos todos os fructos da Liberdade, sem nos expormos nos seus excessos.”³³¹ de forma a reproduzir as preocupações que foram colocadas em inúmeras publicações e que vimos com o receio com os excessos da democracia.

No texto das reflexões também encontramos um louvor a monarquia. Porém, como nele também aparece o conceito de república, deixaremos para tratar deste texto no próximo capítulo. Adotaremos o mesmo procedimento com o número 11 do *Reverbero*, de 6 de agosto de 1822, pois o mesmo se compõe de um único texto que se dedica a explicar os diversos facções que existiam no Brasil naquele momento, e, dentre as facções que ele listou, existe uma facção republicana.³³² No próximo número, 12, do dia 13 de agosto de 1822, também

³²⁶ IPANEMA, C., IPANEMA, M. **Edição fac-similar do Reverbero Constitucional Fluminense (1821-1822)**. Tomo II. Rio de Janeiro: Edições Biblioteca Nacional, 2005. p. 105-106.

³²⁷ *Ibid.*, p. 111-112.

³²⁸ Filha de Dom Pedro.

³²⁹ IPANEMA, C., IPANEMA, M., op. cit., p. 114.

³³⁰ *Ibid.*, p. 114-115.

³³¹ *Ibid.*, p. 115.

³³² *Ibid.*, p. 126.

encontramos referências a república em uma correspondência que tratou do contexto da incorporação da província cisplatina ao Reino ao do Brasil.

Na segunda parte da 12ª edição do *Reverbero*, encontramos um texto de reflexões, que nos trouxe mais elementos para discutir a questão constitucionalista em debate neste capítulo. O texto teve como principal foco retomar a fórmula de denúncia dos despotismos que poderiam advir do elemento monárquico e do elemento democrático que formavam o sistema constitucional, já mencionado no periódico em diversas oportunidades. A novidade encontrada neste texto de reflexões se encontra na associação dos termos despótico e anárquicos à uma concepção de tempo específica.

Aos anárquicos “[...] porque, se he ridículo o esforço dos primeiros, querendo dobrar o presente diante de hum futuro, que não existe, [...]”³³³, e aos despóticos “[...] he igualmente ridículo o do Antiquarios, que o pretendem dobrar, não á hum passado identificado com ele, mas á hum passado, que já não existe para ele.”³³⁴. Opôs-se aqui três concepções de tempo rivais que fundamentariam visões políticas antagônicas: um calcado no presente, que seria o expressado pelo periódico devido a sua rejeição aos outros dois modelos; um que torceria o presente em direção ao futuro, tentando impor inovações institucionais,³³⁵ em uma referência ao que no número 11 do periódico chamou de republicanos³³⁶; e, por fim, o associado a um retorno ao passado que não existia mais, em referência as tentativas do que ele chamou de “Os desejadores do governo antigo”³³⁷ de retornar as formas institucionais pré revolucionárias. Há referências na historiografia sobre concepções de tempo diversas na formação dos grupos políticos no Brasil³³⁸; na documentação que consultamos esta foi a única referência feita por um escritor do período, à uma possível diferenciação entre as concepções de tempo dos grupos políticos que estavam em disputa.

Na próxima edição do *Reverbero*, de 20 de agosto de 1822, encontramos três textos: um discurso na capela real, proferido por Januário da Cunha Barbosa do dia 12 de agosto de 1822, precedendo a eleição dos deputados para a Assembleia Constituinte e legislativa do Brasil; uma seção de reflexões, que continuava as reflexões do número anterior, tratando de república,

³³³ IPANEMA, C., IPANEMA, M. **Edição fac-similar do Reverbero Constitucional Fluminense (1821-1822)**. Tomo II. Rio de Janeiro: Edições Biblioteca Nacional, 2005. p. 146.

³³⁴ Ibid., p. 146.

³³⁵ Ibid., p. 146.

³³⁶ Ibid., p. 128-131.

³³⁷ Ibid., p. 127-128.

³³⁸ Encontramos referência a concepções de tempo nos trabalhos: ARAUJO, V. L. **A experiencia do tempo: Conceitos e Narrativas na Formação Nacional Brasileira (1813-1845)**, São Paulo: Hucitec, 2008.; para o grupo dos conservadores no Brasil, e, FONSECA, S. C. P. B. **A ideia de República no Império do Brasil: Rio de Janeiro e Pernambuco (1824-1834)**. Jundiaí: Paco editorial, 2016.; para os republicanos pós 1823.

assunto do capítulo seguinte; e, por fim, outra seção de reflexões, esta dirigida ao Sr. Fiel da Nação. Nos dois textos que são objeto deste capítulo, o de Januário da Cunha Barbosa e das Reflexões dirigidas ao Sr. Fiel da nação, não encontramos novos elementos, uma vez que ambos repetem fórmulas que vêm sendo usadas até aqui pelo periódico: exaltação ao sistema constitucional, combate aos despotismo representado pela monarquia e a anarquia representada pela democracia.

Na edição seguinte, de número 14, publicada no dia 27 de agosto de 1822, encontramos referências ao termo república nos dois textos publicados pelo *Reverbero*. Observamos, também, que este é o quinto número seguido do periódico que tratou de república, começando pela edição número 10 do segundo volume, publicada em 30 de julho de 1822. As próximas referências à república são encontradas no número 16, de 10 de setembro de 1822, em um texto de reflexões do *Reverbero* que ocupa todo o número³³⁹, e no número 19, de primeiro de outubro de 1822, em uma memória sobre as Independências da América.³⁴⁰

Os números 15, 17, 18 e 20, respectivamente dos dias 3 de setembro, 17 de setembro, 27 de setembro e 8 de outubro de 1822, não trazem novas informações ao debate que empregamos aqui, repetindo fórmulas dos números anteriores. Também é importante frisar que o último número do *Reverbero* dava indicativos de que continuaria sua publicação, o que não se realizou devido as pressões políticas do gabinete de José Bonifácio.³⁴¹

Buscamos demonstrar nesta exposição do *Reverbero Constitucional Fluminense* elementos que nos permitissem compreender como o periódico desenvolveu, ao longo do período de sua publicação, seus discursos em torno do que chamamos de “linguagens constitucionais”. Ou seja, intencionamos compreender como no periódico se encadearam o par conceitual Constitucional-Despótico na construção de seus discursos políticos. Como observado ao longo da exposição, a mobilização do termo “constitucional” a fim de adjetivar positivamente os postulados que tinham concordância do periódico foi um expediente comum, podendo ser encontrado na maioria das publicações.

O termo constitucional foi mobilizado positivamente. Exemplos disso: para se fazer elogios ao príncipe; na defesa de um sistema de instrução pública; a fim de se defender a racionalidade dos gastos públicos; na defesa da liberdade de imprensa; entre outros momentos. Ao mesmo tempo em que se faziam esses louvores a partir do uso do termo constitucional,

³³⁹ IPANEMA, C., IPANEMA, M. **Edição fac-similar do Reverbero Constitucional Fluminense (1821-1822)**. Tomo II. Rio de Janeiro: Edições Biblioteca Nacional, 2005. p. 193-208.

³⁴⁰ Ibid., p. 237-244.

³⁴¹ Id. **Reverbero Constitucional Fluminense – 1821-1822: texto, estudo hemerográfico e indexação**. Rio de Janeiro: Edições Biblioteca Nacional, 2005. p. 59-60.

vimos sua antítese, o despotismo, ser usada de forma a detratar posicionamentos os quais o jornal discordava.

Estas mobilizações que o periódico fez ao longo de seus números partiu de um princípio constitucional bem estabelecido desde seu prospecto. Era, pois, a defesa de um tipo de soberania calcada na ideia de vontade geral.³⁴² Esta defesa de um tipo de soberania calcado na vontade geral garantiu, nos primeiros meses de circulação do periódico, que ele se alinhasse aos posicionamentos do Congresso de Lisboa, visto que o periódico compartilhava de pressupostos parecidos, mas não iguais, que fundamentavam a convocação das Cortes, conforme veiculado pelo documento das Bases Constitucionais.³⁴³ Contudo, não confundia a ideia da vontade geral dos cidadãos com a vontade de se estabelecer um sistema democrático, este sempre criticado nas páginas do periódico a partir da acusação de que ele degeneraria em anarquia.

O avanço das discussões no Congresso sobre o Brasil, e a organização das instituições do reino unido como um todo acabaram por acentuar as diferenças entre os posicionamentos do periódico e do Congresso. Isso deveu-se ao fato de que o periódico expressava uma visão sobre a vontade geral mais fragmentada, localizada nas províncias, e que acentuava a diferença entre os reinos, em contraposição a visão de que a soberania se encontraria na união dos representantes nas Cortes. Obviamente não estamos advogando que este foi o único motivo que levou ao afastamento entre as cortes e o periódico, mas sim buscamos demonstrar como ela se expressou, por meio dos discursos impressos, um dos diversos campos da disputa política que estava em curso no complexo processo de constitucionalização do mundo português.³⁴⁴

Observa-se também, que o periódico dedicou boa parte de suas páginas à construção da entidade política Reino do Brasil. Essa pauta pode ser exemplificada nas defesas que o periódico fez da manutenção da regência de Dom Pedro, em detrimento da ligação direta das províncias com Lisboa, através da transferência, bem como de extinção, de instituições que haviam sido trazidas ao Brasil em 1808. Também se nota nas páginas do periódico que o discurso de regeneração - ou seja, de retomada dos direitos - estava presente nas primeiras publicações e se transmuta em um discurso de preservação destes conforme se avançou na imprensa o discurso da recolonização.

³⁴² IPANEMA, C., IPANEMA, M. **Reverbero Constitucional Fluminense – 1821-1822**: texto, estudo hemerográfico e indexação. Rio de Janeiro: Edições Biblioteca Nacional, 2005. p. 103.

³⁴³ BASES da Constituição Política da Monarquia Portuguesa, 10 de março de 1821. O Portal da História. Disponível em: <<http://www.arqnet.pt/portugal/portugal/liberalismo/bases821.html>>. Acesso em: 27 ago. 2019.

³⁴⁴ Há inúmeros trabalhos que expõem a complexidade do período e de cada um dos episódios, bem como de qual eram os posicionamentos em disputa no momento da independência como demonstrado no primeiro capítulo da dissertação onde analisamos as formas as quais se classificaram os grupos políticos da independência.

Ao expor estes panfletos e o *Reverbero Constitucional Fluminense* tentamos demonstrar que, ao longo do debate dos anos da Independência, se formou um conjunto de discursos que se organizou em torno da temática constitucionalista. Neste sentido, o grande debate mobilizador da sociedade portuguesa dos dois lados do atlântico foi sua constitucionalização. Dessa forma, as posições políticas foram organizadas a partir de como os atores defendiam a fundamentação dessa Constituição, sendo este o grande campo de batalha retórico em que os diversos publicistas se viam como defensores dos direitos que, naquele momento, se encontravam em estado de usurpação ou em risco, e viam os seus adversários como os responsáveis por isso.

Independentemente de esses direitos terem sido tidos como naturais, ou advindos da divindade cristã, circulava um conjunto de ideias calcado na defesa de direitos inalienáveis. Quais seriam os direitos a serem defendidos e quem estaria os violando variou nos diversos autores analisados. De forma que, ao longo do debate, encontramos concepções que defendiam desde o antigo absolutismo até a ideia de que todos os poderes do estado eram uma concessão dos povos. As publicações abarcaram uma imensa variedade de posicionamentos, produzindo um debate rico em concepções e alternativas para a organização do Estado português.

Apesar da variedade de posicionamentos, pudemos perceber que havia um elemento que unificava estes escritos e organizava as discussões que ocorreram no nascente espaço público: a questão da defesa de direitos. Assim, os escritores se colocaram como defensores desses direitos e, como defensores, atribuíram a si o rótulo de constitucionais. Para os seus adversários, que seriam violadores destes direitos, estabeleceram o rótulo de despóticos. Como a questão da defesa de direitos - e por consequência as definições de quem eram os despóticos e os constitucionais - foi o que organizou o debate público, conseguimos traçar alguns padrões que, de certa forma, servem de balizas para os lances linguísticos que foram empregados dentro destas “linguagens constitucionais”, como se fossem uma espécie de regras deste jogo linguístico em curso. Seriam estas regras:

1. A figura de Dom João VI era sagrada e não deveria ser atacada, visto que parte da preocupação dos publicistas também era a defesa também dos direitos reais, de forma que a figura real não foi atacada em nenhum panfleto que tivemos acesso. Pelo contrário, havia uma tendência à exaltação da figura do Rei.
2. O Reino Unido se encontrava em estado de decadência e precisa ser restaurado a sua antiga glória, de forma que restaurasse também os antigos direitos que foram usurpados, sejam estes direitos do Rei ou direitos dos povos. A usurpação destes direitos era, pois, a causa da decadência.

3. Constitucional ou constitucionalismo era uma característica positiva, associada às virtudes. Porém, o conteúdo deste constitucionalismo estava em aberto, os diversos atores políticos disputavam o rótulo de constitucionais para as suas pautas a fim de legitimá-las.
4. Déspota ou despotismo era uma característica negativa, associada aos vícios. Porém, o que se constitui enquanto despotismo está em aberto, os diversos atores políticos tentavam imprimir em seus adversários o rótulo de despótico a fim de deslegitimá-los.
5. A união dos reinos do Brasil e Portugal devia ser preservada, mas havia uma disputa no conteúdo desta união; os portugueses dos dois lados do atlântico concebiam o Império de maneira diferente.
6. A religião católica era sagrada e deveria ser preservada. Um ataque à religião é um ato de despotismo, e deve ser combatido; isso não eximia que existisse uma veia anticlerical no debate público.
7. A organização política do Reino era uma questão moral, além de política. Um anticonstitucional era um mal cristão.
8. Havia um repúdio generalizado, mas não absoluto, de que as formas de governo puras – Monarquia e Democracia – se degeneraram em despotismos. O governo constitucional agregava elementos que equilibrariam estas formas de governo de maneira a anular suas fraquezas e potencializar suas virtudes.

Como o debate público se desenvolveu em torno da temática da construção do que seria o regime constitucional a ser implementado; e era sob essas balizas que aparentemente acontecia a construção discursiva do que seria esse novo regime. É a partir delas que devemos então buscar como foram articuladas as concepções de república que os diversos atores políticos estavam por mobilizar dentro do debate constitucionalista. Não é possível entender o que seria a concepção de república destes escritores sem pensá-la dentro do contexto de construção de um regime cujo seus construtores propunham uma forma de monarquia constitucional, na qual o conteúdo também estava em disputa.

Isso nos colocou a pensar sobre as concepções que estes autores tinham sobre o que seria uma república. Percebiam-na como um espelho do que estes autores pensavam que seria uma monarquia, tanto as de caráter constitucional - que parte dos revolucionários do Porto pretendiam construir - quanto a concepção de monarquia tradicional que setores da sociedade portuguesa buscavam restaurar. É importante também frisar que, neste caso, os termos Monarquia e República não parecem se constituir em antônimos assimétricos como acontece

com os termos constitucional e despótico, sendo eles muito mais termos complementares que auxiliam na descrição do regime que se pretendia instalar no Reino Unido.

CAPÍTULO 4: LANCES REPUBLICANOS

A partir da análise das fontes que utilizamos no capítulo anterior, *Linguagens Constitucionais*, pudemos fazer nossas considerações acerca da discussão historiográfica que levantamos nos capítulos I e II. Como já apresentado, encontramos nas fontes um debate marcado pela mobilização de dois conceitos, constitucional e despótico, que descreviam respectivamente aspectos positivos e negativos de uma determinada prática política, ou social. Também encontramos um debate que nos indicou que aquela sociedade tinha uma visão de que a Revolução do Porto viria a restaurar os direitos que haviam sido perdidos pela ação dos absolutistas.

Dito isto, nosso trabalho se alinhou às considerações mais recentes sobre o período, tendo como principal marco o trabalho de Lucia Maria Bastos Pereira das Neves, *Corcundas e Constitucionais*¹. Esse trabalho estabeleceu que a questão da monarquia constitucional foi central na cultura política do período, o que foi constatado por nós nas fontes trabalhadas. O que não significa, evidentemente, que concordamos integralmente com os² escritos da autora, visto que consideramos os postulados de Cecília Helena de Salles Oliveira para as personagens do *Correio de o do Reverbero Constitucional Fluminense* na ocasião do Fico, em *A Astúcia Liberal*³, mais adequados, mesmo que descartemos as sutis referências que autora faz a um possível republicanismo que o Grupo do Ledo apresentaria naquele momento, estendendo-o a todos os liberais.

Dentro destas incorporações também nos alinhamos aos trabalhos de Botafogo, Fonseca Lynch, Morel, e Slemian para a avaliação geral do processo de independência, bem como para a avaliação específica do *Reverbero Constitucional Fluminense* e do *Correio do Rio de Janeiro*. Uma vez que eles deram significativo peso ao movimento de crescimento da produção da imprensa em seus trabalhos, o que fez com que adotássemos a perspectiva de que o movimento do Porto e seus desdobramentos mais diretos tiveram como pauta central a discussão da monarquia constitucional.

O que descartamos na historiografia utilizada foram os sistemas de classificação. Todavia, entendemos que, ao longo da pesquisa, foi importante ter levantado essa questão de

¹ NEVES, L. M. B. P. **Corcundas e Constitucionais**: a cultura política da Independência (1820-1822). Rio de Janeiro: Revan: FAPERJ, 2003.

² No capítulo I e II exploramos as questões historiográficas.

³ OLIVEIRA, C. H. L. S. **A astúcia liberal**. Relações de mercado e projetos políticas no Rio de Janeiro (1820-1824). Bragança Paulista: EDUSF: Ícone, 1999.

classificação para podermos examinar se existia uma alternativa republicana no período. Contudo, ao longo da análise destes autores, consideramos que se nos pautássemos por eles, esses sistemas de classificação teriam um potencial maior de empecilho à análise das fontes e avaliação dos conceitos em circulação no período do que de auxílio a este trabalho. Entretanto, fica claro através dos sistemas de classificação que não se autonomizou uma posição republicana no período estudado, no sentido da configuração de um projeto organizado de destituição do monarca com sua substituição por um mandatário eleito. Acreditamos que seja necessário pensar em uma nova forma de categorizar essas personagens e estes escritos, que permita aos estudiosos verem a evolução dos posicionamentos ao longo do tempo e que leve em consideração os fatores explorados pelos grandes clássicos da independência, apresentados por nós no primeiro capítulo da dissertação.

Nossa avaliação geral é de que, apesar da historiografia brasileira vir analisando esse momento da história do Estado brasileiro e os personagens que fizeram parte desta trama de desconstrução do antigo Império português, existe ainda grandes divergências nessas interpretações. O processo de constitucionalização do mundo português, tanto na América quanto na Europa, não foi tarefa simples e opôs interesses conflitantes dos dois lados do Atlântico. A intensificação do conflito de interesses entre as duas principais partes da monarquia portuguesa acabou por inviabilizar o Reino Unido, de forma que os atores políticos do período acabaram optando pela solução do rompimento definitivo entre o Brasil e o conjunto da monarquia.

Não nos deixa de causar surpresa, todavia, que este foi o resultado do processo de constitucionalização do Reino Unido. Afirmamos isso por que, no início de 1820, a emancipação da parte americana do Império era, além de improvável, indesejada pelos atores políticos que participaram desse processo, sendo que a própria articulação das províncias em torno do príncipe foi se construindo durante o processo. A emancipação só se concretizou quando os canais de mediação de conflitos entre as partes do Reino Unido não conseguiram achar outra solução que satisfizesse os portugueses de ambos os hemisférios.

Assim, a eclosão do movimento do Porto teve um significado distinto para ambas as partes da monarquia. Para os portugueses, serviu como uma forma de retomar seu tradicional papel como sede do Império; para os fluminenses, como forma de preservar seus avanços e ampliar os seus ganhos econômicos e políticos conquistados com a chegada da monarquia; para as províncias na América serviu como uma forma de ampliar sua autonomia tanto frente ao governo do Rio de Janeiro quanto ao governo de Lisboa. E, dentro deste grande processo de reorganização da monarquia portuguesa, sem dúvidas a imprensa teve papel central.

Ao falarmos da imprensa precisamos, necessariamente, fazer alguns apontamentos acerca da produção e circulação destes impressos. Fez-se necessário, todavia, o levantamento de outra questão, ainda que de maneira breve: a censura. O enfoque de nossa pesquisa se assentou na proposta de entender os conceitos de república em circulação nas linguagens políticas do período da independência, além de, certamente, qualquer projeto político que invocasse conceitos que pudessem produzir projetos políticos antimonárquicos e que estiveram no radar dos censores régios.

Existe, dentro da historiografia brasileira, uma tese recorrente sobre o assunto cujo um dos principais autores é Renato Lopes Leite. Para ele, no momento da Independência existia no território que hoje compreende o Brasil um projeto republicano que se expressou de maneira implícita; ou seja, o republicanismo presente no período foi camuflado por uma roupagem de monarquia constitucional. Um dos motivos que teria feito com que este pensamento republicano se expressasse às escondidas seria a censura que era exercida pelas autoridades do regime monárquico em decadência. O autor afirmou:

Há, portanto, inúmeras hipóteses e explicações possíveis para este contorcionismo linguístico-discursivo dos republicanos da Independência. De início, é necessário dizer que pedir para que os documentos se autoproclamassem republicanos seria, *mutatus mutandis*, como exigir que os comunistas fizessem uma reunião em praça pública em plena ditadura. Os documentos não dizem tudo.⁴

Temos sérias dúvidas em relação à tese do autor, visto que a eficácia da censura régia durante os primeiros anos da década de 1820, principalmente após o fim da censura prévia à imprensa, dado em 1821. Contudo, é inegável também que houve um processo de fechamento do regime de liberdade de expressão no Reino do Brasil, em especial no Rio de Janeiro, a partir do meio de 1822, com a adoção de uma legislação de imprensa pelo conselho de Estado. O primeiro processo de perseguição judicial aos jornalistas, descrito por Botafogo⁵, culminaria nos processos da “Bonifácia”, como descrito por Lustosa⁶. Dado isto, optamos por restringir a nossa análise da documentação até finais de 1822, ano em que os espaços de publicação gozavam de maior liberdade; trazemos também, pontualmente, panfletos que circularam em

⁴ LEITE, R.L. **Republicanos e libertários: pensadores radicais no Rio de Janeiro (1822)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. p. 47.

⁵ FERREIRA, P. B. C. **Negócios, impressos e política: a trajetória pública de João Soares Lisboa (1800-1824)**. 2017. 426 f. Tese. (Doutorado em História) Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Campinas/SP, 2017. p. 15.

⁶ LUSTOSA, I. **Insultos impressos: a guerra dos jornalistas na Independência (1821-1823)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p. 257-262.

1823, quando esses se mostraram relevantes para análise geral do período de 1820 a 1822, que são o foco da pesquisa.

A questão da perseguição à imprensa, como o episódio de 16 de junho de 1822, em que o Conselho de Estado decidiu levar João Soares Lisboa a julgamento devido as suas ideias veiculadas em seu jornal⁷, nos fez levantar dúvidas quanto à eficácia da censura Régia e da hipótese de que havia uma autocensura dos autores. Isso nos trouxe uma série de questionamentos acerca da produção e da circulação de ideias deste período. A primeira delas era, pois, a própria revogação do instrumento da censura prévia, por ocasião da Revolução Constitucionalista do Porto, o que por si só enfraqueceu os mecanismos governamentais de controle da informação.⁸

O fato de essas ideias estarem em circulação, em conjunto com outros indícios encontrados em nossa documentação - especificamente nos panfletos *Notícia De algumas Obras modernas e Constitucionaes chegadas modernamente à Loda de Paulo Martin. Rua da Quitanda N. 33.*⁹ e *Noticia. Paulo Matin, Mercador de Livros*,¹⁰ publicados em 1821 – é outro elemento que pesa em nossas considerações sobre a eficácia da censura. Visto que ambos os panfletos se constituíam de uma lista de obras que estavam sendo vendidas em seus estabelecimentos na Rua da Quitanda. O que chama atenção nestas listas são obras que contêm valores que questionam a legitimidade da monarquia. Especificamente ambos os panfletos citados, que anunciavam a venda da Constituição dos Estados Unidos da América, notório documento de caráter republicano.

Também nos chama atenção o panfleto chamado *Base de uma Constituição livre*, publicado em Lisboa no ano de 1820, e que circulou no Rio de Janeiro.¹¹ Este panfleto em específico também nos despertou questionamentos no que toca a eficácia da censura; neste caso tanto a censura no Rio, por onde este panfleto certamente circulou, quanto a censura em Lisboa,

⁷ LUSTOSA, I. **Insultos impressos: a guerra dos jornalistas na Independência (1821-1823)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p. 217.

⁸ Somando-se a este fator, observamos a presença de um contrabando de obras tidas como subversivas pelas autoridades régias, e que fundamentaram diversas revoltas, reprimidas violentamente pelo regime, como a Revolução Pernambucana (1817) no início do século XIX, e as conjurações Baianas (1798), Carioca (1794) e Mineira (1789) no fim do século XVII. Cf. SILVA, M. B. N. **Cultura Letrada e Cultura Oral no Reio de Janeiro dos vice-reis**. São Paulo: Ed. UNESP, 2013. Cf. Capítulo 8.

⁹ *Notícia De algumas Obras modernas e Constitucionaes chegadas modernamente à Loda de Paulo Martin. Rua da Quitanda N. 33.* Na Imprensa Nacional do Rio de Janeiro. 1821. In: CARVALHO, J. M.; BASTOS, L.; BASILE, M. (Org.). **Guerra literária: panfletos da Independência (1820-1823)**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014. v. 4. p. 370-373.

¹⁰ *Noticia. Paulo Matin, Mercador de Livros.* In: CARVALHO, J. M.; BASTOS, L.; BASILE, M. (Org.). **Guerra literária: panfletos da Independência (1820-1823)**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014. v. 4. p. 374-376.

¹¹ Apesar de termos notícia que este panfleto circulou no Rio de Janeiro não temos a informação precisa da data de circulação. Nos panfletos supracitados continha uma lista de obras a venda, não consta essa publicação em específico.

onde teve autorização da Comissão de Censura para ser produzido. Pois, o documento transcreve a Constituição do estado americano da Virgínia, documento que apresentava forte caráter republicano, visto que excluía totalmente a figura do monarca do texto constitucional, depositando no povo a soberania do Estado.

Outro fator que pesa nos nossos questionamentos acerca da eficácia da censura é a facilidade em se produzir um panfleto ou um periódico durante esse período. Não era necessário mais do que uma equipe de duas pessoas para realizar a produção de um periódico, sendo que estes, em sua maioria, eram compostos de poucas páginas e tinham curta duração de vida, mesmo que as publicações tenham sido numerosas. Outro fator que ajudava na facilidade em se produzir um impresso era a disseminação de pequenas tipografias, quebrando o monopólio da impressão régia, dificultando qualquer mecanismo de controle.¹²

Obviamente que, com o levantamento desta questão, não se pretende negar os casos de perseguição política que ocorreram no período, uma vez que existiram episódios de conhecida repercussão. Um exemplo disso foi o que ocorreu com o *Correio do Rio de Janeiro*, em 22 de outubro de 1822. O Processo dos Cidadãos é outro importante exemplo de perseguição política, cuja motivação foi a acusação de “tentar mudar a forma de governo” por meio da implantação de uma república. Este processo foi analisado por Renato Lopes Leite e utilizado por ele para fundamentar sua tese de que existia um republicanismo às escondidas na Independência.¹³

Este conjunto de fatores nos fez adotar uma postura de crítica frente a eficácia da censura no período de 1820 à finais de 1822. Quanto aos conteúdos que circularam, é interessante dizer que os impressos veiculados no Rio de Janeiro ficaram conhecidos por sua virulência, pelos exaltados debates que travavam sobre os rumos do Reino Unido do Brasil, Portugal e Algarves e por sua influência nos debates e nos acontecimentos que levaram à Independência brasileira. Há, pois, amplo estudo historiográfico sobre a temática destes impressos¹⁴. Sabemos também que estes periódicos e panfletos tinham uma tiragem que não ultrapassava a casa de uma centena de cópias¹⁵. Contudo, mesmo com baixa tiragem, a circulação do conteúdo dos impressos foi disseminada pela sociedade fluminense e não se restringiu aos habitantes letrados, que compunham apenas cerca de 1/3 da população do Rio de Janeiro.¹⁶

¹² MOLINA, M. M. **História da Imprensa no Brasil: Da era colônias à Regência (1500-1840)**. v.1. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. p. 182.

¹³ Cf. LEITE, R. L. **Republicanos e libertários: pensadores radicais no Rio de Janeiro (1822)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

¹⁴ LUSTOSA, I. **Insultos impressos: a guerra dos jornalistas na Independência (1821-1823)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p. 16

¹⁵ Ibid., p.16.

¹⁶ SLEMIAN, A. **Vida política em tempo de crise: Rio de Janeiro (1808-1824)**. São Paulo: Hucitec, 2006. p.141.

A disseminação do conteúdo destes impressos foi possível graças a uma antiga tradição de leitura pública, de modo que o universo dos “não letrados” também teve acesso ao conteúdo destes panfletos e periódicos, e estava inserido nas discussões em curso na esfera pública de debates que estava se formando. Segundo Morel:

É nesse momento crucial [2 de março de 1821 - suspensão da censura prévia no Brasil] que começa a se fazer de maneira mais consistente, no Brasil, a passagem de um espaço público marcado pelas formas de comunicação típicas dos antigos regimes (como as gazetas, pregões, bandos, exibição de cartazes impressos ou manuscritos nas ruas, leituras coletivas e proclamações em alta voz, entre outros) para um espaço público onde se consolidavam debates através da imprensa (que nem sempre era vinculada ao poder oficial do Estado) e onde ganhavam importâncias as leituras de caráter mais abstrato, fundada sobre o julgamento crítico de cada cidadão-leitor e representado uma espécie de somatórias das opiniões. Apesar disso, é importante destacar que as formas “antigas” de comunicação continuariam presentes mesmo após consolidação da imprensa periódica – caracterizando assim um hibridismo entre o arcaico e os primeiros passos da modernidade política nos espaços públicos na capital brasileira.¹⁷

Para além das considerações historiográficas sobre o período estabelecidos nos capítulos I e II estabelecemos, no capítulo III, um conjunto de postulados sobre o debate político em circulação, denominando-o de Linguagens Constitucionais. Estas linguagens foram marcadas por um forte embate em torno do que seriam as bases constitucionais de onde se assentaria o novo regime do Império Português e, posteriormente com a separação de sua parte americana, do Império do Brasil. Foi dentro desses embates em torno das bases constitucionais que procuramos localizar como foram mobilizados o que chamamos de “lances republicanos”. Denominamos “lances republicanos” as articulações que se utilizaram do vocábulo república, e suas variações, a fim de descrever ações no campo da política, bem como para descrever ideias políticas em circulação.

A fim de estabelecer essas relações entre as linguagens constitucionalistas e os lances republicanos, ou como o conceito república foi mobilizado dentro do contexto em torno do qual as bases constitucionais do mundo português estavam sendo debatidas, seguiremos um caminho parecido com o que adotamos na análise do debate constitucionalista. Apresentaremos primeiro como o conceito república apareceu nos panfletos da Independência e, depois, apresentaremos como este termo foi mobilizado na imprensa periódica. Como foi feito no capítulo anterior, não

¹⁷ MOREL, M. **As transformações dos espaços públicos**: imprensa, atores políticos e sociabilidades na Cidade Imperial (1820-1840). São Paulo: Hucitec, 2005. p. 239.

fizemos nenhuma tentativa de se traçar linhagens de pensamento sobre a república, e sim tentamos compreender as facetas as quais o termo pôde assumir no debate impresso.

O debate impresso foi marcado por dois grandes movimentos que delinearam as discussões desenvolvidas na Imprensa do período. O primeiro destes movimentos foi a Revolução do Porto, que veio desencadear o segundo, a Independência da parte americana do Império Português. Ambos os movimentos tiveram repercussões profundas, e foram vistos por seus contemporâneos, majoritariamente, como atos de restauração de um passado idealizado e de afirmação de direitos que estavam sendo retomados, e não como um ato de rompimento em função da construção de um futuro utópico - a exemplo da ruptura que acabara por se realizar pelos revolucionários franceses. A filosofia do progresso, através da razão, assumiu, dessa forma, uma maneira única nesses escritos, bem como a articulação entre os espaços de experiência e horizonte de expectativa, caracterizando uma experiência do tempo divergente da descrita para a experiência alemã nos trabalhos de Reinhart Koselleck.¹⁸

Dito isso é importante retomar, a exemplo do que foi feito com o termo Constituição, os significados lexicais da palavra república, como norte das possíveis interpretações das definições que encontramos nas documentações. É importante também frisar que o significado lexical tradicional foi um dos elementos que constituíram a mobilização que os autores podem ter feito dos termos, visto que eles foram colocados em diversos contextos, tanto textuais quanto factuais, que fogem as fronteiras do texto escrito e abrem aos leitores diferentes possibilidades interpretativas do texto em questão. Dito isso, sabemos que, nos anos em que circulavam nossa documentação, existiam pelo menos quatro possibilidades lexicais da palavra em questão, já mapeados pela historiografia.¹⁹

Essas quatro variantes da palavra, segundo o verbete república²⁰, apresentam uma estabilidade semântica nos dicionários, no período que vai de 1750 a 1850. É, pois, encontrado desta forma os seguintes sentidos para a palavra: 1. O primeiro deles usa a palavra república para se referir a qualquer forma de Estado em que se preconizava o bem comum, podendo se referir a Estados que tinham formas de governo democráticas, aristocráticas, ou mesmo

¹⁸ Ver: KOSELLECK, R. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos, Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

¹⁹ LYNCH, C. E. C.; STARLING, H. M. M. República/Republicanos. In: FERES JUNIOR, J. (Org.). **Léxico da história dos conceitos políticos do Brasil**. 2. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014. p. 204-207.

²⁰ Ibid., p. 204-207.

monárquicas²¹; 2. uma segunda definição associava a palavra a qualquer gênero de Estado governado por meio de magistraturas eleitas, e com chancela popular.²²

Essas duas concepções calcadas nos valores de bem comum, e de magistraturas eleitas se associam aos sentidos da palavra República como sinônimo da defesa de autonomia local, seja na defesa de uma maior autonomia municipal, seja na defesa de uma maior autonomia provincial. Apenas após a Revolução Francesa surgiu, no Brasil, o sentido republicano que quebra com as tradições do republicanismo clássico, que defendia o rompimento com a monarquia através da mobilização de sentimentos antimonárquicos²³. Cientes dessas possibilidades semânticas, buscamos, então, reconhecer como este conceito foi utilizado em nossa documentação.

Contudo, é importante pontuar que os estudos dos quais os autores do verbete se utilizaram para traçar esses significados, segundo consta no léxico, tratam ou do período posterior a Independência, ou do período anterior a Independência, ou de outras regiões que não o Rio de Janeiro²⁴. A bibliografia que levantamos a fim de analisar o conceito neste trabalho, compreende o mesmo problema. Starling²⁵, tratando do período anterior ao que estudamos, e Fonseca²⁶ estudando o período subsequente ao que analisamos neste trabalho. A única e notável exceção é o trabalho de Renato Lopes Leite, *Republicanos e Libertários*. A questão que se coloca é que discordamos de sua tese acerca dos escritores do período, e descartamos a hipótese que esses autores pertenceriam ao grupo republicano - denominação, alias, que ele usou para todos os liberais do período. O que não quer dizer que aqueles escritores não tivessem veiculado os cinco conceitos que ele considerou central para caracterizá-los. Eram eles: “1. O antimonarquismo; 2. O império da lei; 3. A Constituição mista. 4. O regime de virtude cívica 5. A liberdade como não-dominação.”²⁷, e que esses fizessem eco a uma tradição republicana.

²¹ LYNCH, C. E. C.; STARLING, H. M. M. República/Republicanos. In: FERES JUNIOR, J. (Org.). **Léxico da história dos conceitos políticos do Brasil**. 2. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014. p. 191.

²² Ibid., p. 191.

²³ Ibid., p. 191.

²⁴ Ibid., p. 204-207.

²⁵ STARLING, H. M. **Ser republicano no Brasil Colônia**: A história de uma tradição esquecida. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

²⁶ FONSECA, S. C. P. B. **A ideia de República no Império do Brasil**: Rio de Janeiro e Pernambuco (1824-1834). Jundiaí: Paco editorial, 2016.

²⁷ LEITE, R. L. **Republicanos e libertários**: pensadores radicais no Rio de Janeiro (1822). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. p. 300.

O nosso ponto, como demonstrou Lynch em sua análise do Marques de Caravelas, *Monarquia sem despotismo e liberdade sem anarquia*²⁸, é que essa tradição republicana não pode ser usada como uma característica de diferenciação entre o que se convencionou “liberais e conservadores”, visto que também há elementos desta tradição republicana nos autores que foram identificados pela historiografia clássica como conservadores.²⁹ De forma que essa tradição republicana não pode ser usado como um elemento de diferenciação dos posicionamentos políticos no período. Apesar de que, em artigo intitulado *O pensamento conservador ibero-americano na era das independências (1808-1850)*³⁰, Lynch classificou as personagens que estamos estudando como “monarquistas republicanos” ao se utilizar de uma classificação de tipo extemporânea para descrever que eles desejavam um tipo de organização política que tencionava pela predominância da Assembleia e a restrição dos poderes do monarca. Como podemos ver no exemplo a seguir:

Foi o que fez Pedro I na Fala do Trono com que abriu os trabalhos da Constituinte. Aqueles dois modelos de monarquia republicana eram "inteiramente teóricos e inexecutáveis", levando à "anarquia de muitos" e, depois, ao "despotismo de um só". As convulsões francesas, espanholas e hispano-americanas comprovavam que apenas um sistema constitucional *realista*, calcado na razão e na experiência, poderia viabilizar o novo império (AACB, 1823, vol. I, p. 16).

Portanto, entre a monarquia republicana de Sieyès e a república monárquica de Bolívar, aquilo de que o Brasil carecia era de uma “monarquia constitucional” ou “temperada”. Ou seja, um verdadeiro governo misto.³¹

Apesar de se utilizar de categorias extemporâneas para descrever estas configurações de governo, as definições que o autor apresentou também podem ser encontradas nas definições do período. Dessa maneira, o que ele considerou uma forma republicana/democrática de governo correspondeu as descrições que o Marques de Caravelas, teria feito no período. Segundo Lynch, Caravelas teria concebido as formas de governo da seguinte maneira:

²⁸ LYNCH, C. E. C. **Monarquia sem despotismo e liberdade sem anarquia**: O pensamento político do Marquês de Caravelas. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

²⁹ Ibid., p. 66-67.

³⁰ Id. O pensamento conservador ibero-americano na era das independências (1808-1850). **Lua Nova [online]**, São Paulo, n. 74, p. 59-92, 2008. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-64452008000200004>>. Acesso em: 23 mar. 2017.

³¹ Ibid., p. 59-92.

[...] ele concluía que havia presentemente quatro formas de governo: a primeira, a república pura ou democrática, segunda, a república representativa ou aristocrática; a terceira, a monarquia pura ou absoluta; e a quarta, a monarquia constitucional, representativa, temperada ou limitada. A democracia ou a república pura era uma forma de governo na qual o povo ou a nação participava diretamente do governo, tanto quanto, na monarquia absoluta ou despotismo, era apenas o monarca que exercia o poder.³²

Nesse sentido, não se negou o elemento monárquico do sistema representativo, visto que há regimes intermediários entre a monarquia pura, absoluta, e a república pura, de características democráticas. O que nos ajuda a entender por que o autor usou a nomenclatura “monarquista-republicano” para os autores do *Reverbero*, já que o autor adotou a divisão “coimbrão e brasiliense” utilizada por Neves. Dessa maneira, aqueles escritores estariam tencionando monarquia constitucional em direção a república representativa, de forma que o autor considerou que: “[...] uma Constituição com o ascendente da assembleia, ainda que se intitulasse monárquica, não seria verdadeiramente monárquica, e sim uma aristocracia representativa, isto é, um tipo não democrático de república; *um governo misto republicano*.”³³

Negava, portanto, o sentido de republicanismo que Leite havia atribuído aos mesmos escritores, visto que ele colocava a república - no período - como uma negação a monarquia e todas as outras condicionantes que já apresentamos neste trabalho anteriormente. Ainda que neste ponto, ele considerou válida a afirmação de que seria possível a defesa de uma república dentro de um sistema monárquico, criando na prática uma monarquia de fachada, já que para os coimbrãos havia, à época, duas espécies de governo misto, como podemos ver na citação a seguir:

Já vimos também duas eram as espécies modernas de governo misto, a monarquia constitucional, temperada, mista ou representativa, e a aristocracia, democracia ou república representativa. Esta última envolvia as repúblicas representativas confessas, como os Estados Unidos da América, e aquelas disfarçadas de monarquias, cuja marca havia sido a fraqueza do chefe de Estado frente à assembleia – como a França de 1791, a Espanha de 1812 e Portugal de 1822.³⁴

Tal definição nos ajudou a entender, mais adiante, qual era o sentido das acusações de republicanismo que encontramos nas fontes que analisamos. Por fim, o foco de vários trabalhos

³² LYNCH, C. E. C. **Monarquia sem despotismo e liberdade sem anarquia**: O pensamento político do Marquês de Caravelas. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014. p. 66.

³³ Ibid., p. 90.

³⁴ Ibid., p. 90.

do autor se direcionou aos conservadores, o que torna importante retomar a própria definição que ele traçou sobre a monarquia constitucional, regime que faria oposição à república aristocrática nos primeiros anos da década de 1820. Segundo o autor:

A monarquia constitucional deveria apresentar duas características que garantiam o equilíbrio entre as partes. A primeira delas residia na integração do monarca no processo legislativo, na medida em que pudesse vetar os projetos de leis que julgasse formal ou materialmente nocivos à causa pública. [...] A segunda característica da monarquia constitucional estava na possibilidade de que os representantes do povo colaborassem com o monarca na produção legislativa, moderando-a.³⁵

Ou seja, o limite que diferenciaria a monarquia da república, para os contemporâneos da Independência - ao menos aqueles de matriz conservadora -, se daria no grau de poder que seria reservado ao chefe de Estado. Quer dizer, se ele, o chefe des Estado, teria a possibilidade de participar do processo legislativo preservando o Poder de Veto, podendo derrubar as decisões dos representantes eleitos que formariam o poder legislativo, ou não. Ou seja, na interpretação coimbrã que Lynch apresentou, a Revolução do Porto de 1820, por submeter o Rei à vontade da Assembleia, teria convertido o sistema de governo em uma república, mesmo que preservasse dentro do sistema constitucional a figura do rei.

Desta forma o autor se utilizou das categorias república e monarquia mais para descrever a distribuição dos poderes do Estado entre os elementos constitutivos do governo, do que para descrever especificamente se o Estado assumiria uma forma republicana ou monárquica. E, apesar de explicar o porquê de os conservadores chamarem seus adversários de republicanos - por defenderem a supremacia do legislativo o que subverteria a monarquia constitucional em um governo misto republicano - não reabilita o trabalho de Leite, visto que ele considerava que aqueles escritores eram republicanos devido a uma tradição republicana³⁶ que também é identificada nos pensadores da elite coimbrã³⁷, retomando a categorização de Neves³⁸, que Leite chamou de “absolutistas”. Reiteramos, contudo, que toda essa avaliação sobre o período e sobre o que era, de fato, república foi feita por Lynch através de análise de personagens e escritos do campo conservador.

Para tratar da questão é importante destacar o trabalho que Fonseca fez acerca do republicanismo. Isso, pois, ela traçou os significados de república trazendo as mesmas acepções

³⁵ LYNCH, C. E. C. **Monarquia sem despotismo e liberdade sem anarquia**: O pensamento político do Marquês de Caravelas. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014. p. 91.

³⁶ Ver avaliação de Leite no Capítulo II.

³⁷ LYNCH, C. E. C. op. cit., p. 94.

³⁸ Ver avaliação sobre Neves no Capítulo I.

de república que encontramos no léxico³⁹, porém fazendo uma pontuação muito importante sobre o conceito e o discurso republicano:

A dissolução da Assembleia Constituinte em 1823 determinou o fim do pacto constitucional entre as províncias, delimitando um momento de inflexão nas ideias políticas que, a partir de então, passam a expressar a manutenção e ampliação das prerrogativas autonomistas com base na confluência entre federalismo e república, particularmente nas províncias do “norte”. Por outras palavras, com a falência do império constitucional, a reivindicação de uma república confederada vem representar a defesa da autonomia provincial. Segundo a perspectiva de frei Caneca, o arbitrário encerramento das atividades da Assembleia equivalia à recolonização e reunião de Portugal com o Brasil. Por essa razão atribuía ao fim do pacto a possibilidade de ruptura com a Monarquia e não o contrário.⁴⁰

Ou seja, para a autora, após a dissolução da Assembleia Constituinte, em 1823, houve a agregação das pautas de autonomia provincial dentro do discurso republicano⁴¹.

Para além do trabalho de Fonseca, levamos também em consideração o trabalho de Starling - *Ser republicano no Brasil Colônia*⁴² -, que tratou da “tradição esquecida de republicanismo”. Onde Starling retomou toda a tradição republicana das revoltas coloniais para, depois, expor que o republicanismo do final do século XIX não fazia referência a esta tradição republicana da colônia.⁴³ Ela também salientou que o trabalho não fez nenhuma referência ao republicanismo dos anos de 1820 à 1822, apesar de traçar uma continuidade no movimento de 1817 (Revolução Pernambucana) e 1823 (Confederação do Equador).⁴⁴ O conjunto das argumentações das duas autoras nos indicou que havia uma particularidade da mobilização do conceito nos anos de 1821 e 1822.

A fim de procurar as formas as quais a palavra república foi articulada na imprensa do período estabelecemos três perguntas que guiaram a leitura documental. A primeira delas era se o termo república por si só aparece nos textos estudados. A segunda pergunta era se o conceito estava sendo mobilizado para descrever um regime distinto da monarquia (ressalta-se que distinto de uma monarquia não quer dizer que seja oposto a uma monarquia ou uma antítese

³⁹ SILVA, C. P. B. F. **A ideia de República no Império do Brasil**: Rio de Janeiro e Pernambuco (1824-1834). Jundiaí: Pacto Editorial, 2016. p. 13.

⁴⁰ Ibid., p. 15-16.

⁴¹ Nesse artigo a autora aponta para a mesma consideração: SILVA, C. P. B. F. Federalismo: a experiência americana de um conceito (1820-1835). *Locus* (UFJF), v. 36, p. 85-116, 2013.

⁴² STARLING, H. M. **Ser republicano no Brasil Colônia**: A história de uma tradição esquecida. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

⁴³ Ibid., Cf. Considerações finais.

⁴⁴ Ibid., 240-241.

dela). A terceira e última pergunta que guiou essa busca foi a de se o impresso em questão fazia alguma acusação da presença das atividades republicanas contra algum grupo político, ou prática política.

Dos cinquenta e seis panfletos analisados a fim de compreender as linguagens constitucionais a palavra “república” veio a ser encontrada em um total de dezesseis documentos, sendo estes divididos nas seguintes categorias⁴⁵: cinco cartas; quatro análises, dois sermões; dois diálogos; e três manifestos. Nesses documentos encontramos uma articulação da palavra república que representava um regime distinto de uma monarquia em treze documentos, distribuídos em: cinco cartas, quatro análises, um sermão um diálogo um manifesto.

Em seis panfletos encontramos uma série de acusações de atividades republicanas que seriam levadas a cabo por alguns grupos e personalidades. Estas acusações foram encontradas em uma carta de título: *Resposta a uma carta, em que o respondente analisa a representação que a Sua Majestade Imperial.*; em duas análises: *A Constituição, e o Povo do Rio de Janeiro ofendido no requerimento que dirigio, á Sua Majestade Imperial, Joaquim Gonçalves Ledo*; e *Analyse dos direitos naturaes do homem inculto, e selvagem, deduzidos do mesmo direito que rege toda a natureza creada, de que ele he parte. Direitos de Convenção, e que os homens dão principio ao Corpo Moral das Sociedades, seguindo na sua Organização o Systhema dos Corpos físicos sobre os Direitos da Soberania como Ordem natural do Systhema Universal.*; um sermão, oração ou discurso: *Fala, que o Juiz de Fôra José Clemente Pererira, Presidente do Senado da Camara, dirigio a S.A.R.*; e em dois manifestos: *A todos os perioditas de Lisboa um amigo da união sobre o Brasil sobre a Malagueta, Despertador Brasiliense, e Representação dos Paulistas.* e *Manifesto à Bahia de Todos os Santos.*

Não encontramos, pois, nenhuma acusação de republicanismo nos panfletos categorizados como relatos, nem nos que são categorizados como Diálogos Catecismos, ou Dicionários. Também não encontramos um documento sequer, dentre os que analisamos, em que o seu escritor se intitulasse republicano ou defendesse a implantação de alguma espécie de república enquanto um regime distinto do que seria uma monarquia. Para melhor visualização dessas informações organizamos a TABELA 3:

⁴⁵ Nos utilizamos das categorias que foram expressas nas fontes. Ver: CARVALHO, J. M.; BASTOS, L.; BASILE, M. (Org.). Introdução. In: _____. **Guerra literária: panfletos da Independência (1820-1823)**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014. v. 1.

TABELA 3 – Relação das referências a “republicanismo” nos panfletos analisados.

Tipo de Panfleto	Número de panfletos analisados.	Aparição da Palavra República.	República descrevendo um regime distinto da Monarquia.	Acusação de republicanismo a alguma personalidade, ou grupo.
Carta	14	5	5	1
Análise	16	4	4	2
Sermões, Orações e Discursos	8	2	1	1
Diálogos, Catecismos, e Dicionários	8	2	1	0
Manifestos, Proclamações, Representações, Protestos, Apelos e Elogios	5	3	2	2
Relatos	5	0	0	0
Total	56	16	13	6

Fonte: Elaboração própria.

Observamos, também, que diferentemente dos termos constitucional e despótico, o termo república não apareceu na documentação a fim de estabelecer com algum outro termo um antitético desigual.⁴⁶ O termo também não se apresentou comumente em sua acepção de oposição a monarquia. O que percebemos é que o termo se apresentou na documentação na forma de guiar, ou balizar, os debates em torno do constitucionalismo, e foi mobilizado ao longo do debate de forma a complementar a monarquia, dentro do jogo linguístico⁴⁷ de definição do que seria um governo constitucional.

Optamos por apresentar os panfletos que contêm acusações de republicanismo por estes apresentarem uma distinção mais explícita do que seria uma república em comparação com uma monarquia. Isso, pois, eles nos ajudam a entender os limites do conceito, enquanto a posterior apresentação do termo na imprensa periódica através do *Reverbero Constitucional Fluminense* nos permitiu observar como ele era mobilizado ao longo do tempo em contextos diversos pelos mesmos autores. A única carta em que se figurou uma acusação de republicanismo⁴⁸ foi escrita pelo “O amigo verdadeiro da Pátria”, endereçada a Anastácio Belo Cardozo, datada do 8 de novembro de 1822, e publicada pela Imprensa Nacional do Rio de

⁴⁶ Cf. KOSELLECK, R. A semântica histórico-política dos conceitos antitéticos assimétricos. In: _____. **Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**, Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

⁴⁷ POCKOCK, J. G. A. **Linguagens do ideário político**. São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, 2013. p. 78.

⁴⁸ Resposta a uma carta, em que o respondente analisa a representação que a Sua Majestade Imperial.; em duas análises: A Constituição, e o Povo do Rio de Janeiro ofendido no requerimento que dirigio, á Sua Majestade Imperial, Joaquim Gonçalves Ledo. In: CARVALHO, J. M.; BASTOS, L.; BASILE, M. (Org.). **Guerra literária: panfletos da Independência (1820-1823)**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014. v. 1.

Janeiro. Trata-se de um documento que tinha por objetivo combater a Representação de Joaquim Gonçalves Ledo, na qual ele pedia a convocação de uma Assembleia Geral Constituinte para o Brasil⁴⁹, bem como combater o próprio grupo político que se reuniu em torno do escritor do *Reverbero*.

Para fazer esse combate, o autor lembrou da participação de Ledo no episódio da escolha da junta governativa de província do Rio de Janeiro, que desembocou no que ficou conhecido como a Revolta da Praça do Comércio⁵⁰. Além disso, o autor o acusou de ter concordado e trabalhado para o decreto que exigia a volta de Dom Pedro I a Portugal, imposto pelas Cortes de Lisboa, retirando do príncipe os poderes de Regente.⁵¹ Por fim, o autor se utilizou de testemunhos de um amigo presente no Colégio Eleitoral,⁵² cuja identidade não foi revelada no texto, para afirmar que Ledo se vangloriava de ser um constitucional, mas desprezava seus representantes quando estes se colocam contra sua política, chamando-os indivíduos da mais baixa Plebe.⁵³

Depois de negar o caráter do Joaquim Gonçalves Ledo, “Todos estes procedimentos, desenvolvidos sucessivamente pelo Representante, mostram, que longe de fazer serviços a sua Pátria, e ao Imperador, maquinava a sua ruína, [...]”⁵⁴, e negar que ele tenha prestado serviços relevantes tanto ao Império quanto a Monarquia, o Amigo Verdadeiro da Pátria concentrou-se em demonstrar porque Ledo e seus partidários seriam republicanos, logo, inimigos do Império. O centro da argumentação do autor se concentrou na proposta de que o Imperador fizesse um juramento prévio à Constituição. Ao tencionar pelo juramento prévio, Ledo estaria mudando a forma de governo de uma monarquia constitucional, que fora escolha do Povo, para uma república. No trecho a seguir podemos ver como o Amigo Verdadeiro da Pátria se refere a essa possibilidade:

[...] concordam secretamente, que sua Majestade Imperial fosse Aclamado, jurando primeiro a Constituição, que fizer a nossa Assembleia Constituinte,

⁴⁹ LUSTOSA, I. **Insultos impressos**: a guerra dos jornalistas na Independência (1821-1823). São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p. 181-185.

⁵⁰ Sobre a Revolta da Praça do Comércio ver: OLIVEIRA, C. H. L. S. **A astúcia liberal**. Relações de mercado e projetos políticos no Rio de Janeiro (1820-1824). Bragança Paulista: EDUSF: Ícone, 1999.

⁵¹ OLIVEIRA, C. H. L. S. **A astúcia liberal**. Relações de mercado e projetos políticos no Rio de Janeiro (1820-1824). Bragança Paulista: EDUSF: Ícone, 1999. p. 182.

⁵² Colégio Eleitoral que elegeu Gonçalves Ledo Deputado.

⁵³ Resposta a uma carta, em que o respondente analisa a representação que a Sua Majestade Imperial.; em duas análises: A Constituição, e o Povo do Rio de Janeiro ofendido no requerimento que dirigio, á Sua Majestade Imperial, Joaquim Gonçalves Ledo. In: CARVALHO, J. M.; BASTOS, L.; BASILE, M. (Org.). **Guerra literária**: panfletos da Independência (1820-1823). Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014. v. 1. p. 775.

⁵⁴ Ibid., p. 774.

ainda não reunida: eu não duvido, que tivesse havido essa medida injuriosa, contraditória, e revolucionária; [...]⁵⁵

Nesse trecho, se observa a repulsa à ideia de juramento prévio. No trecho a seguir, o autor teceu alguns comentários sobre o caráter republicano de Ledo e seus partidários, bem como das causas dos mesmos ainda não terem criado uma república:

Pergunta o Representante se terá a virtude plástica de formar República e diz que os Povos querem ser bem governados, e não se importam com formas de Governo.” É verdade que ele não tem chegado a formar essas Repúblicas, porque o Rio de Janeiro abunda de Varões probos, e de luzes, que vigiam muito sobre a conduta dos perversos; [...]⁵⁶

Como explicitado, Ledo não tentou implantar república no Rio de Janeiro, segundo o Amigo Verdadeiro da Pátria, pois os povos daquela província eram “probos” e de que havia “luzes” vigiando a conduta dos “perversos” o que, necessariamente, implica em dizer que os que desejavam a república, e por consequência o próprio conceito do que se é uma república, eram desonestos e desprovido das luzes do século. Ou seja, atentavam contra a razão. Repetia aqui a tônica que encontramos nas Linguagens Constitucionais da realização de acusações morais contra os adversários políticos.

Outro destaque que deve ser feito, é a acusação de que o grupo do Ledo afirmara que não havia importância, para os povos do Império, sobre qual seria a forma de governo assumida no Brasil independente. Isso foi visto como subversivo pelo Amigo Verdadeiro da Pátria, visto que estes mesmos povos já haviam se decidido pela adoção de uma monarquia constitucional e, ao fazer essa declaração mentirosa, Ledo e seus partidários estariam atentando contra a vontade expressa por seus representados, bem como atentando contra a vontade das outras províncias que constituíam o Império. Apresentava, assim, ideias que subvertiam a ordem política em vias de implantação, justificando a acusação de revolucionário e republicano, como podemos observar no trecho a seguir:

[...] não pode haver prova mais convincente do seu espírito revolucionário, do que escrever, e imprimir que os Povos não se importam com formas de Governo; e isto à face deste Povo, de quem ele era Procurador, o qual muito solenemente já declarou, que quer ser governado por um Monarca

⁵⁵ Resposta a uma carta, em que o respondente analisa a representação que a Sua Majestade Imperial.; em duas análises: A Constituição, e o Povo do Rio de Janeiro ofendido no requerimento que dirigio, á Sua Majestade Imperial, Joaquim Gonçalves Ledo. In: CARVALHO, J. M.; BASTOS, L.; BASILE, M. (Org.). **Guerra literária: panfletos da Independência (1820-1823)**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014. v. 1. p. 777.

⁵⁶ Ibid., p. 780-781.

Constitucional, no que estão conforme as outras províncias deste Império[...].⁵⁷

O importante desta acusação de republicanismo contida no panfleto foi demonstrar que a denúncia não se direcionava em uma *negação da monarquia*. Isso, pois, o próprio autor afirmou que Ledo e seus partidários não tentaram de fato implantar uma república. Ou seja, não tentaram abolir a monarquia, mas eram culpados de pregar e planejar a submissão da instituição monárquica e, por consequência, de seu atual ocupante (Pedro I) a uma Assembleia eleita. Ficaria D. Pedro sob o julgo de uma Constituição cujo conteúdo ainda não era conhecido, o que poderia resultar no esvaziamento dos seus poderes da monarquia. Por fim, destacamos mais um trecho que acusava Ledo de republicanismo, e que nos aponta a visão dele sobre os seus detratores:

Diz o Representante, que uns poucos Indivíduos da mais baixa plebe se dirigiram "no dia 30 de Outubro em pública assoada às portas do Paço do Conselho desta Cidade, onde com vozes tumultuárias, e maneiras descompostas o arguíram de fautor de um partido, que projetava substituir um sistema de forma Republicana à atual forma de Governo, pela qual ele tanto trabalhara; e que até em voto seu Conselho de Estado estabelecera como fundamento da segurança interna do Brasil."⁵⁸

Notamos não a acusação em si, mas a caracterização que Ledo fez deste grupo, chamando-o de baixa plebe.⁵⁹ Essa acusação é importante na medida em que toca diretamente na questão estratificação social, visto que a questão da manutenção da ordem social foi tema presente nas considerações do grupo de Ledo por meio do periódico *Reverbero Constitucional Fluminense*. Nele encontramos diversas críticas à ideia de democracia. Acreditamos que a crítica a democracia só pode ser entendida a partir da questão da manutenção da ordem social.⁶⁰

Ao se utilizar da baixa plebe para pressionar a restituição de José Bonifácio ao cargo de Ministro, o grupo dos Andrada fez um apelo a um tipo de soberania, e por consequência de constitucionalismo, que colocava o Povo como fonte dos poderes do Estado. O autor do panfleto deixa bem claro que identificava este povo como representante da vontade geral naquele

⁵⁷ Resposta a uma carta, em que o respondente analisa a representação que a Sua Majestade Imperial.; em duas análises: A Constituição, e o Povo do Rio de Janeiro ofendido no requerimento que dirigio, á Sua Majestade Imperial, Joaquim Gonçalves Ledo. In: CARVALHO, J. M.; BASTOS, L.; BASILE, M. (Org.). **Guerra literária: panfletos da Independência (1820-1823)**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014. v. 1. p. 780-781.

⁵⁸ Ibid., p. 775.

⁵⁹ Para a diferença entre povo e Plebe ver: PEREIRA, L. R. Povo/Povos. In: FERES JUNIOR, J. (Org.). **Léxico da história dos conceitos políticos do Brasil**. 2. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

⁶⁰ Ver exposição de *O tempo saquarema* realizadas no Capítulo I e II.

momento⁶¹, e colocava esse povo como centro da Soberania, abrindo espaço para a defesa de algum tipo de democracia. Fundamentava nessa defesa a adoção do regime monárquico constitucional. Contudo, a mobilização desta baixa plebe, em outros momentos, invocava⁶² os medos de anarquia e da prevalência dos elementos democráticos no arranjo constitucional.

Caso essa hipótese de mobilização da baixa plebe como provocadora dos temores de prevalência da democracia fosse confirmada, poderia significar que a disputa política ali empregada não seria se implantar-se-ia uma monarquia ou não, e sim qual o conteúdo do constitucionalismo embutido no regime que estava em vias de implantação. Ledo e seus partidários são acusados, neste panfleto, de alijar a soberania do Imperador, de forma a corromper a Monarquia Constitucional desejada pelos povos, subvertendo a vontade geral em favor de uma monarquia de características republicanas - mas, ainda assim, uma monarquia.

Isso coloca em dúvida o qual seria o conteúdo que esse republicanismo poderia assumir aqui. Nossa hipótese é a de que, neste panfleto em específico, o conteúdo republicano se referia às formas de governo identificadas com a Democracia, por assentar a soberania nacional no corpo eleito, não a dividindo com o Imperador, como outros documentos constitucionalistas que vimos no capítulo anterior.

Prosseguindo nos panfletos elencados por conter esse tipo de acusação, vejamos como ela se apresentou. A primeira documentação que descreveremos aqui é *A Constituição, e o Povo do Rio de Janeiro ofendido no requerimento que dirigio, á Sua Majestade Imperial, Joaquim Gonçalves Ledo* que também teve como tema a representação que pedia a Dom Pedro I a convocação de uma Assembleia Constituinte, na qual o mesmo deveria realizar um juramento prévio à Constituição a ser constituída pela Assembleia. Assumindo o risco de sermos repetitivos, vejamos como esta análise de 1822 - única indicação no documento -, cujo autor é desconhecido, publicada pela tipografia nacional tratou da questão e a apresentou.

A exemplo do panfleto anterior este começou criticando as posturas que Ledo e seus partidários tiveram ao longo dos dois anos que sucederam a revolução constitucionalista, acusando seu caráter subversivo, como podemos observar neste trecho: “Já havia muito tempo que a conduta do representante se mostrava bem equivocada, e desigual: suas intenções opostas

⁶¹ Resposta a uma carta, em que o respondente analisa a representação que a Sua Majestade Imperial.; em duas análises: *A Constituição, e o Povo do Rio de Janeiro ofendido no requerimento que dirigio, á Sua Majestade Imperial, Joaquim Gonçalves Ledo*. In: CARVALHO, J. M.; BASTOS, L.; BASILE, M. (Org.). **Guerra literária: panfletos da Independência (1820-1823)**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014. v. 1. p. 776.

⁶² SILVA, A. R. C. Constitucionalismo, autonomismos e os riscos da "mal-entendida liberdade": a gestação do liberalismo moderado em Minas Gerais, de 1820 a 1822. **Tempo**, Niterói, v. 18, n. 33, p. 243-268, 2012. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1413-77042012000200010>>. Acesso em: 06 jul. 2019.

ao verdadeiro sistema de uma Monarquia Constitucional, [...]”⁶³. O autor desconhecido continuou sua crítica, atacando o requerimento de convocação da constituinte, escrito por Ledo, acusando-o de “1º falso, e revolucionário, 2º contraditório, e anticonstitucional; 3º insultador do Povo do Rio de Janeiro”⁶⁴. Essas três características foram dadas a Ledo a partir da proposta dele e de seus partidários.

Prosseguindo no documento, o trecho que se demonstrou mais rico para o nosso trabalho de pensar as mobilizações do conceito república foi que definiu a diferenciação entre o que seria um governo constitucional e o que seria um governo republicano. A análise diz:

O Sistema Constitucional marca os direitos dos homem, conservando sempre a representação Monárquica; o sistema Republicano vinga igualmente estes direito, mas como este nivela o povo, e o aproxima da liberdade indefinida, e esta é a que convém aos interesses dos falsos amigos do povo, dê-se esta forma como o sobredito Constitucional, porque o povo não sabe fazer diferença entre um e outro Governo.⁶⁵

Observamos aqui um conceito de república no qual o autor claramente o definiu como um sistema que antagoniza a Monarquia. Mas, ao mesmo tempo em que opunha os sistemas republicanos e monárquico-constitucionais, trazia os perigos que adviriam de uma forma republicana de governo, na qual se correria o risco de se viver sobre o chamado “despotismo do povo”, medo que se mostrou perene nos escritos que circularam no período que estamos analisando. O autor também fez paralelos positivos quando afirmou que o sistema republicano também mantinha em pé os direitos do homem. O grande perigo encontrado na República era o de nivelar todos os homens, abrindo espaço para a liberdade excessiva que se degeneraria em anarquia, colocando em risco as hierarquias sociais.

Ledo e seus partidários estariam se movimentando em direção a implantação de uma república, sendo revolucionários e anticonstitucionais ao submeter a autoridade imperial a uma constituição não escrita, negando dessa forma o conteúdo de soberania da monarquia. Este fato se agravava, para o autor do panfleto, quando se levava em consideração que, além de ser subversivo, este ato de submissão do Imperador a Assembleia era, ainda, uma traição aos povos do Rio de Janeiro que desejavam a implantação de uma Monarquia Constitucional. Essa

⁶³ A Constituição, e o Povo do Rio de Janeiro ofendido no requerimento que dirigio, á Sua Majestade Imperial, Joaquim Gonçalves Ledo. In: CARVALHO, J. M.; BASTOS, L.; BASILE, M. (Org.). **Guerra literária**: panfletos da Independência (1820-1823). Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014. v. 2. p. 395.

⁶⁴ Ibid., p. 395.

⁶⁵ Ibid., p. 397.

argumentação fazia com que o fundamento da soberania popular se voltasse contra a própria argumentação do grupo de Ledo.

A preocupação do grupo que editava o *Reverbero* e o *Correio* pode ser vista nas suas duas respostas a sua representação, reforçando a nossa hipótese de que o republicanismo de que eram acusados fazia alusão a uma forma de concepção constitucional ligada à soberania completa do povo dentro do regime que estaria sendo estabelecido. A principal preocupação do publicista e de seu grupo político era evitar que se instalasse um regime onde o despotismo de um só, do monarca, tivesse espaço para se realizar, por isso a preocupação reiterada em retirar do Rei os conteúdos de soberania.

O que não implicava, entretanto, que o mesmo defendesse um regime democrático. Contudo, ao defender que o depositário da soberania deveria ser, exclusivamente, o povo Ledo fez coro aos argumentos dos que poderiam defender, hipoteticamente, esse tipo de regime. Era como se a única forma de defesa da soberania dentro do um plano constitucional a ser escrito dessa margem ao esvaziamento dos poderes imperiais. Visto que, estes poderes não seriam inatos do monarca, mas caudatários de um contrato constitucional que poderia, a qualquer momento, ser mudado pelo Povo. Retomamos, portanto, a frase de um panfleto do capítulo anterior, “*Quae sunt Caesaris, Cesari.*”⁶⁶ [a César o que é de Cesar] a de relacionar à de ideia de que “Povo o que é do Povo”, neste caso o que pertencia ao Povo era a Soberania. Parece-nos, ao menos, que era de defender essa ideia que Ledo e seus partidários foram acusados nesses dois panfletos.

A segunda análise que fez acusações de republicanismo foi a *Analyse dos direitos naturaes do homem inculto, e selvagem, deduzidos do mesmo direito que rege toda a natureza creada, de que ele he parte. Direitos de Convenção, e que os homens dão principio ao Corpo Moral das Sociedades, seguindo na sua Organização o Systhema dos Corpos fisicos sobre os Direitos da Soberania como Ordem natural do Systhema Universal*. De 1823, escrito por P.L. Veiga Cabral. Amigo da Philantropia. na Tipografia Silva Porto & Companhia. Dividida em duas partes, a análise, no geral, tratou sobre as forças que regiam os corpos naturais, criticando aqueles que defendiam políticas vistas pelo autor como revolucionárias, uma vez que defendia que a revolução não era o caminho apropriado para se acessar a vontade geral dos cidadãos.

⁶⁶ Sermão constitucional dirigido á Nação Portuguesa, e proferido no Concistorio particular dos verdadeiros Liberaes, amantes, e defensores da Patria pelo seu Presidente*** depois do juramento que todos prestarão em manter, defender, e perpetuar para toda a posteridade a feliz Constituição principiada na celebração das Cortes em 26 de Janeiro de 1821. Trata-se nelle convencer todos os Corcundas: os que presenciarão, e assistirão, convencidos ficarão... In: CARVALHO, J. M.; BASTOS, L.; BASILE, M. (Org.). **Guerra literária**: panfletos da Independência (1820-1823). Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014. v. 3. p. 107.

Como já tecemos alguns comentários acerca das concepções constitucionalistas deste panfleto no capítulo anterior, lembraremos, apenas, que ele professava um tipo de constitucionalismo único frente aos outros escritos que tivemos acesso. Nos concentraremos, portanto, em apresentar como se engendrou sua acusação de republicanismo. O trecho do panfleto que incorre na acusação de republicanismo é, pois, o seguinte:

Não temos aqui um Monstro de três cabeças, semelhante ao fabuloso Dragão, que forma um dos trabalhos de Hércules. Símbolo (além dos doze signos) que alguns Antigos tomaram por emblema do nefando, e execrando Republicanismo, que pretende grassar disfarçado com o Manto Real, e que felizmente lhe tem acontecido por toda a parte como ao Lobo vestido de pastor, segundo a fábula de La Fontaine?⁶⁷

O contexto em que essa declaração esteve inserida era o de crítica às doutrinas que pregavam a repartição dos poderes do Estado em três esferas (a Legislativa, Executiva e Judiciária) em favor de um modelo em que se preservava todos esses poderes na mão da monarquia. Logo, o republicanismo neste panfleto assumia a característica de qualquer medida que viesse a diminuir os poderes da monarquia de moldes absolutistas. Nos é curioso este panfleto tenha surgido no auge do processo de Independência brasileira, no ano de 1823, tenha sido publicado pela Tipografia Silva Porto & Companhia, mesma tipografia que um dia imprimiu o *Reverbero Constitucional Fluminense*, jornal que expressava ideias totalmente avessas as deste panfleto.

Prosseguindo nas acusações olhemos a proferida na *Fala, que o Juiz de Fôra José Clemente Pererira, Presidente do Senado da Camara, dirigio a S.A.R.*, publicada no ano de 1822, na Imprensa Nacional, em Lisboa. Esse panfleto de apenas quatro páginas, entrou na categoria de Sermões, Orações e Discursos e consistia em um apelo de José Clemente Pereira, membro do grupo de Joaquim Gonçalves Ledo, ao príncipe regente para que ele contrariasse as ordens das cortes de Lisboa e permanecesse no Brasil, a fim de que se preservassem os laços de união entre o Reino de Portugal e o Reino do Brasil. Para além deste apelo o presidente do senado da câmara alertava para a existência, no Brasil, de uma facção republicana espalhada nas províncias que conspirava por sua partida do Rio de Janeiro. A acusação da existência desta facção se vê no seguinte trecho:

⁶⁷ Analyse dos direitos naturaes do homem inculto, e selvagem, deduzidos do mesmo direito que rege toda a natureza creada, de que ele he parte. Direitos de Convenção, e que os homens dão principio ao Corpo Moral das Sociedades, seguindo na sua Organização o Systhema dos Corpos físicos sobre os Direitos da Soberania como Ordem natural do Systhema Universal. In: CARVALHO, J. M.; BASTOS, L.; BASILE, M. (Org.). **Guerra literária: panfletos da Independência (1820-1823)**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014. v. 2. p. 694.

Ah! Senhor, e será possível, que estas verdades, sendo tão públicas, estejam fora do conhecimento de Vossa Alteza Real? Será possível, que vossa Alteza Real ignore, que um partido republicano, mais ou menos forte, existe semeado aqui, e ali, em muitas das Províncias do Brasil, por não dizer em todas elas; Acaso os cabeças, que intervieram na explosão de 1817, expiraram já? E se existem, e são espíritos fortes, e poderosos, como se crê, que tenham mudado de opinião? Qual outra lhe parecerá mais bem fundada, que a sua? E não diz uma fama pública, ao parecer segura, que nesta Cidade mesma um ramo deste partido reverdeceu com a esperança da saída de Vossa Alteza Real, que fez tentativas para crescer, e ganhar forças, e que só desanimou à vista da opinião dominante, de que Vossa Alteza Real se deve demorar aqui, para sustentar a união da Pátria?⁶⁸

O contexto em que este panfleto foi escrito é o das discussões em torno da sede da monarquia portuguesa, e que acabaria por opor os dois reinos que compunham o Reino Unido, e culminariam com a expedição da ordem que pedia a volta do príncipe regente a Lisboa. Ao contrário dos panfletos que vimos anteriormente, esse apresentou uma acusação de republicanismo que não estava associada a uma forma de organização do Estado, mas sim a uma pauta específica de disputa de poder entre os dois reinos, associando assim os possíveis republicanos ao apoio dado a partida de Dom Pedro do Brasil.

Essa acusação é importante para nós, na medida em que possibilita entender os conflitos que estavam em jogo. Vemos nela dois motivos que justificam sua importância: o primeiro deles é que, ironicamente, o próprio grupo de Ledo seria acusado de tramar a partida de Dom Pedro do Brasil no chamado Processo dos Cidadãos⁶⁹; o segundo é que a partida o príncipe do Brasil era associada a projetos separatistas que estariam encastelados nas províncias que, no momento da produção deste texto - 26 de janeiro de 1822⁷⁰ - ainda não tinham se submetido a autoridade da Regência de Dom Pedro. Tal autoridade foi, pois, construída ao longo do ano de 1822.

Ao citar os episódios de 1817, ano da Revolução Pernambucana - revolta de caráter republicano e separatista -, José Clemente Pereira denunciava a resistência em torno da regência de Dom Pedro e, por consequência, a própria adesão aos desígnios das cortes lisboetas,

⁶⁸ Fala, que o Juiz de Fôra José Clemente Pererira, Presidente do Senado da Camara, dirigio a S.A.R In: CARVALHO, J. M.; BASTOS, L.; BASILE, M. (Org.). **Guerra literária: panfletos da Independência** (1820-1823). Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014. v. 3. p.171.

⁶⁹ LEITE, R. L. **Republicanos e libertários: pensadores radicais no Rio de Janeiro** (1822). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

⁷⁰ SILVA, José Bonifácio de A. **Representações que á augusta presença de Sua Alteza Real o Principe Regente do Brasil, Levarão o Governo, Senado da Camara, e Clero de S. Paulo; por meio de seus respectivos Deputados; com o Discurso, que, em Audiência Publica do dia 26 de Janeiro de 1822, dirigio em nome de todos ao Mesmo Augusto Senhor, o Concelheiro José Bonifacio de Andrada e Silva**. Rio de Janeiro, 1822. Disponível em: <<https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/4173>>.

considerando tão posicionamento uma ameaça republicana a ordem monárquica estabelecida. Essa acusação adquire mais urgência quando levamos em consideração que parte dos presos políticos desta Revolução foram soltos por consequência da Revolução do Porto, a exemplo do publicista Frei Caneca, que teve importante papel de liderança política nos anos da Independência e, posteriormente, na Confederação do Equador.⁷¹

Contudo, não temos pistas de quem seriam os republicanos a quem o presidente do senado da câmara se referia ao falar que estariam eles encastelados na província do Rio de Janeiro. De qualquer forma, o republicanismo neste panfleto se referia aos que não eram partidários da regência de Dom Pedro e aos que desejavam a separação do Reino do Brasil do conjunto do Reino Unido.

Prosseguindo nos panfletos, vejamos como esse tipo de acusação se apresentou no Manifesto: *A todos os perioditas de Lisboa um amigo da união sobre o Brasil sobre a Malagueta, Despertador Brasiliense.*, editado na Imprensa Nacional em Lisboa no ano de 1822. Trata-se de um escrito que tinha por objetivo responder a dois jornais brasileiros, *A malagueta*⁷² e o *Despertador Brasiliense*⁷³, bem como responder a chamada representação dos paulistas. O autor, que atendia pelo pseudônimo de Amigo da União, iniciou seu manifesto fazendo duras críticas aos escritos brasileiros, além de veicular uma denúncia incisiva sobre suas intenções, como podemos ver no trecho a seguir:

Aqueles dois incendiários Impressos, e este delirante Documento da mais estúpida insânia, e da mais audaciosa ambição, enchem hoje de indignação esta Capital, e exercem a curiosidade pública ora sobre os seus autores, ora sobre os motivos, que ditaram a sua doutrina; ora sobre a qualificação política, a que ela tem direito. Pouco nos importam os autores. O motivo da *Malagueta* e do *Despertador* em nossa humilde opinião é o ressentimento pela perda do emprego; o motivo dos 12 Apóstolos da independência em São Paulo; é a *aristocracia, o corcundismo, e o servilismo*.⁷⁴

Destacamos que, entre o rol de motivos que justificariam essas produções que viram do Reino do Brasil - e que o autor considera desagregadoras -, estaria em primeiro lugar a avidez por cargos públicos. Ou seja, a ganância dos periodistas pelo dinheiro do Real Erário. No caso dos paulistas, que também foram acusados de tramar a Independência brasileira, foram

⁷¹ Para o caso pernambucano no processo de independência ver: BERNARDES, D. A. M. **O patriotismo constitucional**: Pernambuco, 1820-1822. São Paulo: Hucitec: FAPESP; Recife: Ed. UFPE, 2006.

⁷² Periódico publicado por Luís Augusto May.

⁷³ Periódico publicado por Francisco de França Miranda.

⁷⁴ *A todos os perioditas de Lisboa um amigo da união sobre o Brasil sobre a Malagueta, Despertador Brasiliense*. In: CARVALHO, J. M.; BASTOS, L.; BASILE, M. (Org.). **Guerra literária**: panfletos da Independência (1820-1823). Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014. v. 3. p. 752.

atribuídas três características foram comumente direcionadas aos adversários dos liberais: *Aristocracia*, *Corcundismo* e *Servilismo*. Guardemos essas ofensas, visto que serão importantes para entendermos como se encadeou a acusação de republicanismo nesse texto, bem como a forma com que o autor rebateu as demandas dos “brasileiros”.

Mais à frente, no mesmo parágrafo, o autor afirmou que os brasileiros “Queixam-se estes Anarquistas, e servis (logo direi a razão por que reúnem estes dois extremos) que as Cortes querem consolidar no Brasil o antigo sistema colônia, e tirar-lhe toda independência”⁷⁵. Nota-se, nesse trecho, que ele apontou a união de grupos opostos e que seriam despóticos por motivos diferentes⁷⁶, em prol do separatismo do Reino do Brasil. Logo em seguida, o autor desqualificou essa acusação de recolonização do Brasil pelas cortes por meio da ironia ao apontar que estas haviam permitido a participação deles nas Cortes e garantido as mesmas liberdades que gozavam os portugueses europeus.

O motivo das reclamações, para o amigo da União, foi a determinação de se fechar os tribunais e a determinação de se enviar o príncipe regente de volta a Portugal. Atribuindo assim, novamente, o fundo da crítica do Malagueta, do Despertador e da Representação dos Paulistas a uma origem de má fé, visto que desejavam os tribunais e o príncipe para, no caso dos tribunais, se aproveitar dos empregos públicos e, no caso do príncipe, aproveitar a vida cortesã. Por fim, ele organizou suas respostas contra os textos brasileiros, separando-a em quatro partes que corresponderiam às quatro reclamações destes brasileiros.

Estas quatro queixas dos brasileiros seriam as duas já referidas (a partida do príncipe e a dissolução dos tribunais no Brasil) acrescidas de mais duas. A questão da adoção das Juntas Governativas de província, sobre a qual o autor adicionou a nota “Isto é muito democrático para agradar aos de São Paulo”⁷⁷; e a reunião das Cortes Constitucionais para tratar assuntos que concernem ao Reino do Brasil, sem a presença do conjunto da deputação das províncias daquele Reino.⁷⁸

A primeira das queixas que o autor respondeu foi a questão da adoção das Juntas Governativas de província, que os paulistas chamaram de “*desmembrar em porções desatadas*,

⁷⁵ A todos os perioditas de Lisboa um amigo da união sobre o Brasil sobre a Malagueta, Despertador Brasiliense. In: CARVALHO, J. M.; BASTOS, L.; BASILE, M. (Org.). **Guerra literária**: panfletos da Independência (1820-1823). Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014. v. 3. p. 752.

⁷⁶ Como visto no capítulo anterior, as fontes apontam que a ofensa servil e anarquista se referem a membros do corpo político que tem posturas, ou postulados políticos que levariam a sociedade ao despotismo de um só, no caso dos servis, ou ao despotismo do povo, no caso dos anarquistas.

⁷⁷ A todos os perioditas de Lisboa um amigo da união sobre o Brasil sobre a Malagueta, Despertador Brasiliense. In: CARVALHO, J. M.; BASTOS, L.; BASILE, M. (Org.). **Guerra literária**: panfletos da Independência (1820-1823). Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014. v. 3. p. 753.

⁷⁸ Ibid., p. 754.

e isoladas sem lhes deixarem um centro comum de força e de união”⁷⁹, cuja política o Amigo da União defendera, comparando-a com governança das províncias nos tempos que precediam a Revolução. Governança esta que era exercida por meio de um governador indicado pelo monarca, que nessa resposta apresentava poderes arbitrários, podendo apontar um viés de constitucionalismo que buscava o equilíbrio entre os poderes da monarquia e do povo. Esta governança passaria a ser exercida por uma Junta Eleita pelo povo, responsável pela administração civil e pela elaboração da legislação provincial em conjunto com um judiciário independente e um governador de armas indicado pelas Cortes.⁸⁰

De forma que, com a ação das Cortes as administrações locais passariam a ter muito mais influência do que tinham antes da adoção das Juntas Governativas de Província, o que contrariava a alegação dos brasileiros de que se retirariam poderes locais a partir da indicação de governadores de armas pelas Cortes, bem como a alegação de que o desmonte de uma delegação do poder executivo para o conjunto do Reino do Brasil representaria uma tentativa recolonizadora por parte das Cortes de Lisboa. Por fim, na resposta a primeira queixa, o autor retomou as acusações de servilismo e de que as queixas seriam advindas de um desejo por cargos públicos dos indivíduos que criticaram o novo modelo de governança a ser implantado.⁸¹

A segunda queixa se referia às extinções dos tribunais, sobre o que o Amigo da União explanou os motivos que justificariam a extinção dos mesmos. Eram eles: as despesas que esses geravam a província do Rio de Janeiro, visto que as outras províncias do Brasil se recusavam a financiar o tribunal em conjunto, e o fato que esses tribunais seriam dissolvidos tanto no Brasil quanto em Portugal, uma vez que a sua organização não era compatível com a Carta Constitucional que estava sendo elaborada em Lisboa. Após fazer esses apontamentos ele disparou a seguinte ironia “A quem consultavam eles? A EL rei, que legislava só. E hoje, hão de consultar as Cortes? Deixaram de perceber isso os fofos *Repúblicos* da São Paulo?”⁸² para depois seguir com a acusação que o motivo das reclamações dos paulistas e dos periódicos era a perda dos cargos nesses dois tribunais.

A terceira queixa se referia a discussão da Constituição portuguesa sem a presença da deputação americana o que, segundo os paulistas, contrariava as Bases constitucionais. O Amigo da União chamava essa reclamação de loucura visto que o Congresso de Lisboa não

⁷⁹ A todos os perioditas de Lisboa um amigo da união sobre o Brasil sobre a Malagueta, Despertador Brasiliense. In: CARVALHO, J. M.; BASTOS, L.; BASILE, M. (Org.). **Guerra literária**: panfletos da Independência (1820-1823). Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014. v. 3. p. 755.

⁸⁰ Ibid., p. 755.

⁸¹ Ibid., p. 755-756.

⁸² Ibid., p. 756.

deveria ficar paralisado pois, seguindo a lógica dos paulistas, o congresso só poderia tomar alguma decisão quando todos os deputados tivessem se reunido, incluindo aí os das Índias, que demorariam mais pela distância geográfica. O autor também citou uma frase de Edmund Burke: “é um grande erro pensar, que o gênero humano tem obrigação de seguir praticamente qualquer princípio especulativo de governo, ou de liberdade com o mesmo vigor dos argumentos e das ilações lógicas”⁸³. Por fim, ele questionou a afirmação dos paulistas se atentando para o fato de que os constituintes de São Paulo, ao chegarem a Lisboa, aderiram as Cortes legitimando todo o processo que ocorrera ali.

A quarta e última queixa se referia a volta do príncipe regente a Europa. Neste momento o autor denunciou uma contradição dos escritos, que vinha contestando ao longo do panfleto, ao apontar que os antigos “democratas” agora sustentavam que a autonomia do Brasil dependia da presença do príncipe em terras americanas. Contrariando, pois, as posições anteriores que reclamavam dos gastos excessivos do príncipe⁸⁴, No fim, o Amigo da União acusou, mais uma vez, que o motivo pelo qual queriam o príncipe no Brasil era para satisfazer suas necessidades de cargos. Todavia, nesta última resposta, apareceu mais uma vez a acusação de republicanismo no trecho que transcrevemos a seguir:

Se os Brasileiros todos se tornam independentes não é para satisfazer a vaidade rude, e a capacidade oca dos futuros *Condes da marmelada, da limonada de São Paulo, e do Rio*; aquele país é o país das Repúblicas, e nem mesmo as monarquias temperadas são do gosto comum.⁸⁵

Mais uma vez não fica muito claro o que o autor quis dizer por “país das repúblicas”, ainda mais se levando em consideração que a pauta dos paulistas e dos fluminenses era pela permanência do príncipe no Brasil. Por fim, na última página do panfleto, o autor conceituou o que seria o “espírito do servilismo e do anarquismo” que denunciava no começo do panfleto. O servilismo estaria associado às tentativas de se convencer o príncipe a permanecer no Brasil enquanto o anarquismo estaria associado às tentativas de enganar a população⁸⁶. Ambas as estratégias visavam, como foi reafirmado ao longo de todo o panfleto, garantir empregos públicos aos escritores das reclamações que Amigo da União estava rebatendo.

⁸³ A todos os perioditas de Lisboa um amigo da união sobre o Brasil sobre a Malagueta, Despertador Brasiliense. In: CARVALHO, J. M.; BASTOS, L.; BASILE, M. (Org.). **Guerra literária**: panfletos da Independência (1820-1823). Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014. v. 3. p. 757.

⁸⁴ Ibid., p. 759.

⁸⁵ Ibid., p. 759-760.

⁸⁶ Ibid., p. 760.

No conjunto do panfleto não fica muito claro o motivo pelo qual o autor acusava de republicanismo os paulistas, mesmo levando em consideração que eles também eram chamados de democratas e anarquistas. Sobressai-se a essas acusações aquelas identificadas dentro do debate constitucionalista, com os que defendiam uma maior parcela de poder ao Rei na organização política do Reino Unido. Por isto, o autor recorreu as acusações de que os brasileiros seriam ávidos por cargos públicos, bem como estavam acostumados a adular o príncipe, pois estas os identificariam com os cortejos que sustentavam o sistema despótico que a Revolução do Porto veio a destruir. Por fazer essa associação acabou, também, por associar os projetos de uma maior autonomia do Brasil no Reino Unido -e no limite aos que desejavam a separação- aos despotismos contra os quais os povos se revoltaram com a Revolução de 1820.

O último panfleto encontrado e que contém uma acusação de republicanismo é o chamado *Manifesto á Bahia de Todos os Sanctos por hum deputado às Côrtes Geraes Constituintes de Portugal Cypriano Jose barata de Almeida. Com algumas notas. Dezengano para brasileiros, e Europeos residentes no Brasil*. Como o próprio título sugere o autor do texto é Cipriano Barata. O texto foi lançado em 18 de fevereiro de 1823. O panfleto de 13 páginas trata, no geral, da experiência parlamentar de Cipriano Barata nas Cortes de Lisboa e dos conflitos que ali se gestaram em consequência da sua participação naquele espaço.

O panfleto se iniciou com acusações contra as cortes lisboetas, afirmando que as mesmas estavam por colocar “douradas algemas”⁸⁷ sobre o Brasil. Essa afirmação se devia a não aceitação, pelo congresso de Lisboa, em revisar os atos que a Constituinte teria tomado na ausência dos deputados do Brasil, reclamação esta que foi rechaçada pelo autor do panfleto anterior. Depois, prosseguiu afirmando que os deputados das cortes de Lisboa consideravam a Nação portuguesa como una e indivisível, o que justificaria os brasileiros serem obrigados a obedecerem aos ditames do Congresso. Afirmação que Barata rechaçou ao afirmar “[...] que todas aquelas ricas e grandes Províncias do Brasil estavam em completa revolução, e por isso independentes e livres, e podiam rejeitar aquilo que não lhes fosse vantajoso, e especialmente porque tinham sobejas forças para se manterem”⁸⁸.

Dito isto, o autor prosseguiu a narrativa dos embates que teve dentro do Congresso ao defender as posições brasileiras. Esses embates deram-se em quatro pontos: I. a determinação

⁸⁷ Manifesto á Bahia de Todos os Sanctos por hum deputado às Côrtes Geraes Constituintes de Portugal Cypriano Jose barata de Almeida. Com algumas notas. Dezengano para brasileiros, e Europeos residentes no Brasil. In: CARVALHO, J. M.; BASTOS, L.; BASILE, M. (Org.). **Guerra literária: panfletos da Independência (1820-1823)**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014. v. 3. p. 772.

⁸⁸ Ibid., p. 774.

da extinção dos tribunais do Rio de Janeiro. Mesmo que estes tribunais fossem considerados despóticos pelo autor, a extinção deles teria como objetivo subjugar o Brasil⁸⁹; II. a unidade do exército português em um só comando, o que permitiria que se mandassem as tropas brasileiras para os territórios africanos e indianos enquanto os portugueses guarneciam o Brasil, possibilitando a subjugação do território das províncias brasileiras pelo governo de Lisboa⁹⁰; III. a negação em se estabelecer no Brasil uma delegação do poder executivo e legislativo e, por consequência, da ordem para que o príncipe regressasse a Portugal⁹¹; IV. a criação dos governadores de armas, que tolheria o poder das administrações civis das províncias e faria com que se retornasse o despotismo ao Brasil.⁹²

Depois de todas as acusações, Barata falou em abstrato da constituição gestada em Portugal, que era contra os interesses dos brasileiros. Contudo ele teceu elogios a carta, apesar de reconhecer a necessidade que lhe fossem feitas algumas reformas.⁹³ Afirmou que “talvez seja esta a melhor de todas as Constituições, que se possa dar aos Governos mistos, atentas suas particulares circunstâncias”⁹⁴. É, pois, nesse trecho que aparecia o apontamento de que a Constituição portuguesa tinha conteúdos republicanos, de forma que percebemos o que Barata entendia por republicanismo. Barata afirmou que: “[...]vê-se o Governo popular, ou representativo, isto é o Republicano combinado docemente e casado com o Monárquico[...]

Essa declaração é bastante interessante, pois foi a única dentre as que verificamos que apresentou a república como conceito distinto da monarquia e o fez, ainda, de maneira elogiosa. No trecho, o autor não fez o apontamento em tom acusatório, com intuito de deslegitimar ou mesmo denunciar as características republicanas que estariam contidas em algum projeto de Estado. Ao fazer a descrição desse sistema misto que agrega características republicanas, temos algumas pistas do que Barata considerava que seriam essas instituições que tornariam a monarquia portuguesa em uma monarquia republicana.

O escrito indica-nos que estas instituições que confeririam tais características seriam os instrumentos constitucionais que limitariam o poder da monarquia, a tornando “[...] Fera sem unhas, domesticada e presa: e o Rei déspota obrigado a ser bom homem”⁹⁶. Estas instituições

⁸⁹ Manifesto á Bahia de Todos os Sanctos por hum deputado às Côrtes Geraes Constituintes de Portugal Cypriano Jose barata de Almeida. Com algumas notas. Dezengano para brasileiros, e Europeos residentes no Brasil. In: CARVALHO, J. M.; BASTOS, L.; BASILE, M. (Org.). **Guerra literária**: panfletos da Independência (1820-1823). Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014. v. 3. p. 778.

⁹⁰ Ibid., p. 777.

⁹¹ Ibid., p. 778.

⁹² Ibid., p. 778-779.

⁹³ Ibid., p. 782.

⁹⁴ Ibid., p. 783.

⁹⁵ Ibid., p. 783.

⁹⁶ Ibid., p. 783.

que garantiriam que a fera se constituísse sem dentes seriam, pois, a imprensa livre; a responsabilização dos ministros e dos povos; a diminuição dos poderes das magistraturas eliminando os arbítrios; veto temporário do monarca e não absoluto; iniciativa legislativa exclusiva do corpo legislativo. Apesar do autor não incluir nesse rol de instituições a autonomia provincial, é provável que ele também pensasse nessa característica como instituição republicana, devido pela sua negação da unidade da nação em prol de uma concepção de províncias independentes para aderir ou não a Constituinte de Lisboa.⁹⁷

Como podemos observar ao longo da exposição dessas acusações, o conceito de república foi utilizado por estes autores para descrever características de um Estado que fundamentaria a sua soberania, de maneira genérica, nos componentes populares que compunham a nação. Dessa forma, o conceito mobilizado permitiria a composição de arranjos políticos que abarcariam governos constitucionais, preocupação central dos escritos em circulação, e que preservassem a figura do Rei. Ou seja, no formato de uma monarquia com características republicanas, tal como alguns autores, como o próprio Barata, apontaram. Esse formato foi, pois, chamado por alguns autores de governo misto, ou governo representativo.

Contudo, a principal mobilização que foi feita pelos autores que apontavam o possível republicanismo de algum grupo, foi feita no sentido de denunciar postulados políticos que representariam um enfraquecimento do poder do Rei e, por consequência, da Monarquia. Denunciavam, também, aqueles que apelavam em seus escritos pela mobilização das camadas subalternas da hierarquia social a fim de alcançar objetivos políticos, transformando essas camadas em agentes políticos. O tom passou a ser de denúncia contra um mal a ser combatido, com exceção do texto de Cipriano Barata que nos pareceu, no mínimo, simpático à república (visto que se referiu ao ato de recorrer as camadas populares para a realização de transformações políticas com lembranças da Revolução Francesa). Assim, qualquer apelo à população passou a ser acusado de demagogia e de ressuscitar o perigo do despotismo, especificamente o despotismo das massas.

Pelo tom das críticas que os supostos republicanos sofreram podemos auferir que, mesmo para os autores que usam a palavra república em tom de denúncia, era possível, no limite, a composição de elementos republicanos na formação do governo constitucional, visto que, ao mesmo tempo que eles denunciavam o despotismo das massas, havia a preocupação

⁹⁷ Manifesto á Bahia de Todos os Sanctos por hum deputado às Côrtes Geraes Constituintes de Portugal Cypriano Jose barata de Almeida. Com algumas notas. Dezengano para brasileiros, e Europeos residentes no Brasil. In: CARVALHO, J. M.; BASTOS, L.; BASILE, M. (Org.). **Guerra literária**: panfletos da Independência (1820-1823). Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014. v. 3. p. 774-783.

com o despotismo de um só. Vale destacar que o Amigo da União destoava deste postulado, apresentando negativa a qualquer noção de participação dos povos no governo (chamando essa participação de republicanismo) e defendendo, assim, a forma de governo monárquica identificada com matrizes absolutistas.⁹⁸

Logo, a monarquia e a república não apareceram nestes escritos, feita a ressalva do Amigo da Philantropia, como conceitos mobilizados em termos de oposição, mas sim para descrever os diferentes elementos que compunham o governo constitucional. O problema político enfrentado por esses escritos era o de como equilibrar os elementos monárquico e republicano do governo constitucional, bem como dividir a soberania entre os diversos corpos da monarquia. Evitando, assim, que o conteúdo de soberania caísse totalmente nas mãos do monarca, o que ressuscitaria o despotismo absolutista, bem como evitando que o monarca ficasse totalmente desprovido de poderes a ponto de permitir a demagogia e, conseqüentemente, o despotismo de muitos.

O que não quer dizer que não se encontrasse elementos no debate como o Amigo da Philantropia, ou o próprio Cipriano Barata, que apresentassem posicionamentos que levaram essas soberanias e esse poderes a situações-limite. Mas cabe destacar que nessas duas situações o escrito de Barata, que fez uma forte defesa dos elementos que ele considerava republicano na Constituição que estava sendo feita, não excluía a existência do monarca e, ainda, reservava uma parcela de poderes a essa figura. Ou seja, nesses escritos que apontam explicitamente a existência do republicanismo encontramos elementos que nos mostram que o conceito república não foi usado para descrever uma forma de governo que eliminasse a existência do monarca do sistema político, mas sim que limitasse os seus poderes.

Vejamos uma última mobilização feita através dos panfletos, mas que, ao contrário dos outros apresentados, não contém uma acusação de republicanismo. Trata-se do sermão feito por Frei Caneca, em 1823⁹⁹, citado no capítulo anterior. Gostaríamos de chamar atenção mais uma

⁹⁸ ALYZE DOS DIREITOS NATURAES DO HOMEM INCULTO, E SELVAGEM, DEDUZISDOS DO MESMO DIREITO QUE REGE TODA A NATUREZA CREADA, DE QUE ELLE HE PARTE. Direitos de Convenção, em que os homens dão principio ao Copo Moral das Sociedades, seguindo na sua Organização o Systema dos Copos físicos sobre os Direitos da Soberania como Ordem natural DO SYSTEGENA UNIVERSAL POR P.PL. VEIGA CABRAL. AMIGO DA PHILANTROPIA In: CARVALHO, J. M.; BASTOS, L.; BASILE, M. (Org.). **Guerra literária**: panfletos da Independência (1820-1823). Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014. v. 2. p. 689.

⁹⁹ Sermão, que na solenidade da Acclamação do Muito Alto, e Muito Poderoso prinipe, o senhor D. Pedro de Alcantara, e Imperador Constitucional do Brasil, celebrada, no dia [da] Conceição Immaculada de Maria Santissima na matriz do Corpo Santo, pelo ilustríssimo Senado da Villa de Santo Antonio do Recife de Pernambuco, com a assistência da excellentissima Junta Provisoria, Rellação, Clero, Nobreza, e Povo, pregou Fr. Joaquim do Amor Divino Caneca; Carmelita Tuconence, e Lente Proprietario da Cadeira de Geometria Elementar, da mesma Villa. In: CARVALHO, J. M.; BASTOS, L.; BASILE, M. (Org.). **Guerra literária**: panfletos da Independência (1820-1823). Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014. v. 3.

vez, antes de tratarmos de como o discurso em torno do conceito república se organizou no periódico que destacamos, para este sermão através do seguinte trecho:

Enlaçando entre si os sentimentos, que hoje nos devem anumar quanto à Religião, e à Política; na Piedade Cristã, e na República Civil, nossos Corações se devem inundar da mais afluente alegria, e do mais completo júbilo pelo grande interesse, que reina nos dois objetos da presente Solenidade a Conceição intemerata da Imperatriz do Céu, e da Terra, e a Aclamação do Imperador Constitucional do Brasil,¹⁰⁰

Como tratamos anteriormente, se destacou aqui uma articulação de república que foi realizada dentro de um texto que continha vários elementos que caracterizaram o debate constitucionalista em curso na Independência. Em especial destacamos a defesa calcada na ideia de Constituição, a associação do discurso religioso à fundamentação do Estado, bem como a defesa da monarquia. De forma que, neste panfleto, o termo república foi articulado a fim de se descrever a própria organização do Estado, e não como uma forma de governo alternativa a monarquia. Também vale lembrar que este sermão tinha como objetivo o louvor à Dom Pedro I, por ocasião de sua aclamação como Imperador Constitucional e feito por Frei Caneca, uma das futuras lideranças da Confederação do Equador. Guardando essa breve consideração, vejamos como o temo apareceu nos escritos do *Reverbero Constitucional Fluminense*.

No periódico a palavra república, ou republicano, segundo o estudo hemerográfico de Marcello e Cybelle de Ipanema¹⁰¹, foi encontrada nas seguintes edições do primeiro volume: VI, 1º de dezembro de 1821; IX de 8 de janeiro de 1822; XI, 22 de janeiro de 1822; XVIII de 12 de março de 1822; XIX, 19 de março de 1822; XX, 26 de março de 1822; XXII, 9 de abril de 1822; XXIII, 16 de Abril 1822; XXVII, de 14 de maio de 1822. No segundo volume: II, 4 de junho de 1822; III, 10 de junho de 1822; IV, 18 de junho de 1822; V, 25 de junho de 1822; X, 30 de julho de 1822; XI, 6 de agosto de 1822; XII, 13 de agosto de 1822; XIII, 20 de Agosto de 1822; XIV, 27 de agosto de 1822; XVI, 10 de setembro de 1822; e XIX, 1 de outubro de 1822. Observando-se que, o vocábulo, foi recorrido com mais frequência nos meses de março, junho, e agosto de 1822, nas séries das edições XVIII, XIX e XX do primeiro volume e, depois,

¹⁰⁰ Sermão, que na solenidade da Acclamação do Muito Alto, e Muito Poderoso prinipe, o senhor D. Pedro de Alcantara, e Imperador Constitucional do Brasil, celebrada, no dia [da] Conceição Immaculada de Maria Santissima na matriz do Corpo Santo, pelo ilustríssimo Senado da Villa de Santo Antonio do Recife de Pernambuco, com a assistência da excellentissima Junta Provisoria, Rellação, Clero, Nobreza, e Povo, pregou Fr. Joaquim do Amor Divino Caneca; Carmelita Tuconence, e Lente Proprietario da Cadeira de Geometria Elementar, da mesma Villa. In: CARVALHO, J. M.; BASTOS, L.; BASILE, M. (Org.). **Guerra literária: panfletos da Independência (1820-1823)**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014. v. 3. p.239-240.

¹⁰¹ IPANEMA, C., IPANEMA, M. **Reverbero Constitucional Fluminense – 1821-1822: texto, estudo hemerográfico e indexação**. Rio de Janeiro: Edições Biblioteca Nacional, 2005. p. 278.

nas edições II, III, IV e V; X, XI, XII, XIII e XIV do segundo volume. Não encontramos uma explicação para a concentração da articulação do conceito nesses meses.

A primeira referência a república acontece no número VI, de 1º de dezembro de 1821 do periódico dentro de uma seção nomeada “Extratos do Discurso dos Deputados Americanos nas Cortes de Madri”¹⁰² em que se apresenta uma visão pessimista do futuro da américa espanhola, “[...] podem os Americanos appetecer hum plano de Governo mais liberal, melhor constituido, mais economico, e mais analogo ás idéas do nosso Seculo? Parece que não.”¹⁰³, bem como uma visão negativa do que seria uma república quando comparado com uma monarquia “[...] não fica exposta ás convulsões diarias de huma República [...]”¹⁰⁴. O sentido da palavra estava bem claro nesse enunciado, associando a ideia de república à ideia de convulsão e, por consequência, de anarquia. Dessa forma, definia a república como um regime em oposição ao da monarquia, porém com um viés depreciativo.

Na próxima referência, que aparece no dia número IX, 8 de janeiro de 1822, encontramos o termo mobilizado em um correspondência denominada “O Sacristão de Tambi ao Estudante Constitucional do Rio, Salutem Dicit”¹⁰⁵, que se concentrou em responder a célebre carta do Compadre de Lisboa¹⁰⁶, dentro de um contexto de defesa constitucionalista em reação às medidas tomadas pelo Congresso de Lisboa - que eram vistas por parte da imprensa brasileira, inclusive pelo *Reverbero Constitucional Fluminense*, como uma tentativa de recolonização do Brasil¹⁰⁷. A correspondência na qual o termo apareceu também rechaçou a ideia de Independência da América portuguesa.

Nesta carta o vocábulo “república” apareceu no seguinte trecho: “Não temo fallar deste modo, nem tão pouco que os inimigos da minha Patria me accusem de – Republicano -; sou Portuguez, amo a união fraternal do Brasil com Portugal, e odeio a Democracia [...]”¹⁰⁸. Nele, vemos o termo sendo articulado de maneira depreciativa pelos acusadores do correspondente visto que foi mobilizado em tom inquisitório contra a defesa da autonomia do Reino do Brasil; e pelo Sacristão que rebateu as acusações de republicanismo associando-o à ideia de

¹⁰² IPANEMA, C., IPANEMA, M. **Edição fac-similar do Reverbero Constitucional Fluminense (1821-1822)**. Tomo I. Rio de Janeiro: Edições Biblioteca Nacional, 2005. p. 61.

¹⁰³ Ibid., p. 64.

¹⁰⁴ Ibid., p. 64.

¹⁰⁵ Ibid., p. 100.

¹⁰⁶ Carta escrita no contexto da definição da sede da monarquia que continha inúmeras ofensas ao Brasil e aos seus habitantes.

¹⁰⁷ Sobre a retórica da recolonização no período e na historiografia Cf. ROCHA, A. P. **A recolonização do Brasil pelas cortes**: história de uma invenção historiográfica. São Paulo: Ed. UNESP, 2009.

¹⁰⁸ IPANEMA, C., IPANEMA, M., op. cit., p. 106.

democracia, a qual afirmava odiar; à ideia de ser antiportuguês, ou seja, inimigo dos interesses do Estado; e idependentista, por colocar que o republicanismo significaria Independência.

A próxima referência à república aconteceu na edição número 11, do dia 22 de janeiro de 1822, na seção de reflexões. Destoando das anteriores, aqui o termo apareceu de maneira indireta, não sendo enunciado explicitamente. Também foi tratado de maneira positiva, ao contrário das duas referências anteriores que associaram ao termo conteúdos depreciativos. Vejamos então o enunciado:

Se ficava preferindo hum Mundo na America a huma Procinia na Euroa, era impossivel que o Brasil situado no centro das Constituições Americanas communicando diariamente com povos constituídos, e contratando com homens Constituicionaes, tendo por estrella polar os Estados Unidos, que muito alto collocarão o farol para escapar ás vsitas dos Povos visinhos, se podesse subtrahir a este vortice de influencias.¹⁰⁹

O contexto de enunciação é o das repercussões em torno da questão de onde seria a sede da monarquia luso-brasileira, cujo um dos desfechos fora o episódio conhecido como o Dia do Fico. Neste caso em específico, observa-se que o vocábulo república ficou subentendido à referência aos Estados Unidos, grande exemplo republicano¹¹⁰ e aos países americanos que haviam se livrado do jugo colonial. É interessante também notar que, no artigo anterior chamado “Aos Povos da Europa” colocou-se os E.U.A. junto com Espanha, Inglaterra e Portugal, no conjunto dos países que eram constitucionais.¹¹¹ Não fazendo, pois, distinção se eram monarquias ou repúblicas.

Esta referência aos EUA e aos vizinhos americanos é importante para compreendermos o conceito de república em circulação, na medida em que assumia que estes países e povos seguiram um caminho constitucional, apesar de não formarem monarquias constitucionais. Esta enunciação elogiosa às repúblicas da América pode ser uma brecha para o entendimento da construção de uma saída republicana para a Independência do Brasil, visto que a retórica do jornal no momento estava direcionada à defesa da autonomia do Reino, e apresentava disposições de rompimento com Portugal caso essa autonomia fosse ferida.

¹⁰⁹ IPANEMA, C., IPANEMA, M. **Edição fac-similar do Reverbero Constitucional Fluminense (1821-1822)**. Tomo I. Rio de Janeiro: Edições Biblioteca Nacional, 2005. p. 129-130.

¹¹⁰ Referência sobre os EUA serem um exemplo ver. PIMENTA, J. P. **A independência do Brasil e a experiência hispano-americana (1808-1822)**. São Paulo: Hucitec: FAPESP, 2015.

¹¹¹ IPANEMA, C., IPANEMA, M., op. cit., p. 126.

Também fica claro que uma possível saída republicana¹¹² foi abortada na medida em que, posteriormente no mesmo artigo, o periódico afirmou: “O Brasil adoptando o Principe, adoptou o partido mais seguro: vai gosar dos bens da Liberdade sem as comoções da Democracia, e sem as violências da Arbitrariedade”¹¹³, mostrando prestígio e predileção pela forma da monarquia constitucional, em demérito às repúblicas, e repúdio pela democracia e arbitrariedade. Arbitrariedade que, aqui, representaria os abusos do antigo sistema despótico. É interessante esse repúdio às democracias visto que, posteriormente, o periódico faria a acusação de que as Cortes de Lisboa eram democráticas¹¹⁴ e, ao mesmo tempo em que crítica a democracia, o periódico dava vazão ao tipo de constitucionalismo que poderia fundamentá-la com base na defesa do princípio da vontade geral¹¹⁵.

O tema da república só voltou a aparecer no periódico em sua 18ª edição, de 12 de março de 1822. Desta vez em um texto de defesa à necessidade da instrução pública para a manutenção do regime constitucional. Como no número anterior, o tom foi elogioso, embora dessa vez o elogio tenha sido mais explícito, apesar do sentido da palavra república aqui não ser o mesmo dos números anteriores. Vejamos então dois trechos que mostram tanto a articulação do conceito, quanto o sentido dele:

A virtude he a alma da República; promovê-la por Leis de supressão do vicio e immoralidade seria hum meio tão ineficaz, como pela multiplicidade e grandeza de Carceres. O unico methodo de prevenir os crimes, e fazer o Governo duravel, he diffundir luzes e Sciencias pelo Estado.¹¹⁶

Observa-se aqui a ligação direta entre a ideia de república e a ideia de virtude, visto que a segunda não poderia viver sem a primeira. Para preservar essa virtude republicana, o meio mais eficiente seria a educação pública; com base nesse principio se encadearia toda a argumentação do artigo, repetindo-se a fórmula de argumentação que debatemos no capítulo anterior. Restaria em dúvida apenas ao que se referirira o conceito república ali levantado. Ou seja, qual era o significado de república ali articulado. Vejamos então o segundo texto: “Suppondo-se que os administradores da República são sabios, e habeis, não o sendo á Nação, ¿que opposição, que rivalidade na execução dos mais bellos projectos? Não basta que os Chefes

¹¹² No trabalho de Renato Lopes Leite, o autor aponta o episódio do fisco como evidência de que o grupo do Ledo é republicano. No livro *Astúcia Liberal*, Cecilia Helena coloca o grupo do ledos como interessado na partida do príncipe.

¹¹³ IPANEMA, C., IPANEMA, M. **Edição fac-similar do Reverbero Constitucional Fluminense (1821-1822)**. Tomo I. Rio de Janeiro: Edições Biblioteca Nacional, 2005. p. 131.

¹¹⁴ Por exemplo: no nº III do segundo volume página 36 do periódico.

¹¹⁵ IPANEMA, C., IPANEMA, M., op. cit., p. 2.

¹¹⁶ Ibid., p. 209.

possão dos formar os melhores planos, he tambem preciso que o Povo seja capz de recebê-los, [...]”¹¹⁷.

Observamos aqui mais claramente o significado de república que foi mobilizado. Era ele aquele referente ao sinonimo de Estado, usado a fim de descrever o conjunto das instituições públicas, da mesma forma como Caneca o fez no Sermão que vimos anteriormente.¹¹⁸ Há também uma diferenciação entre os que seriam os Chefes, os administradores da república, ou do Estado, e a nação como categorias separadas. Também se observa que, no final do panfleto, o autor comentou a questão da sede da monarquia, advogando pelo seu estabelecimento no Braisl¹¹⁹, reforçando a hipótese de mobilização do termo república compátivel com a concepção monarquica do Estado. Na edição de número 19º há uma breve referência ao termo república, no sentido de se invocar a república das letras¹²⁰, não havendo, pois, outros elementos associados ao termo.

No 20º número, de 26 de março de 1822, o contexto de enunciação do termo república mudou, voltando a ter as conotações negativas e representando um sistema de governo divergente do que representaria uma monarquia. A primeira aparição do número tratou da associação entre o constitucionalismo e a ideia de república. Essa associação, na visão do *Reverbero*, era falsa e uma trama realizada pelos despóticos como forma de escapar do nascente constitucionalismo, de forma que afirmou-se: “Os devotos da Arbitrariedade, [...], lançarão mão de todas as calumnias para macular os mais puros e mais decididos Liberaes.”¹²¹. As informações trazidas aqui são de que, tanto para os que o periódico chama de liberais, quanto para os que ele chama de devotos da arbitrariedade, denotam um peso negativo a denominação “republicano”. O que fez com que os redatores do *Reverbero* sintissem a necessidade de rebater as acusações de que eram republicanos.

Também chama-nos a atenção a segunda aparição do termo república neste número. Ela apareceu mobilizada a fim de descrever a Junta Governativa de Provincia, que havia se instalado em Minas Gerais na cidade de Vila Rica. Nesta ocasião, o periódico se utilizou do

¹¹⁷ IPANEMA, C., IPANEMA, M. **Edição fac-similar do Reverbero Constitucional Fluminense (1821-1822)**. Tomo I. Rio de Janeiro: Edições Biblioteca Nacional, 2005. p. 211.

¹¹⁸ Sermão, que na solenidade da Acclamação do Muito Alto, e Muito Poderoso prinipe, o senhor D. Pedro de Alcantara, e Imperador Constitucional do Brasil, celebrada, no dia [da] Conceição Immaculada de Maria Santissima na matriz do Corpo Santo, pelo ilustríssimo Senado da Villa de Santo Antonio do Recife de Pernambuco, com a assistência da excellentissima Junta Provisoria, Rellação, Clero, Nobreza, e Povo, pregou Fr. Joaquim do Amor Divino Caneca; Carmelita Tuconence, e Lente Proprietario da Cadeira de Geometria Elementar, da mesma Villa. In: CARVALHO, J. M.; BASTOS, L.; BASILE, M. (Org.). **Guerra literária: panfletos da Independência (1820-1823)**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014. v. 3.

¹¹⁹ IPANEMA, C., IPANEMA, M., op. cit., p. 212-213.

¹²⁰ Ibid., p. 226.

¹²¹ Ibid., p. 240.

mesmo expediente de acusação de republicanismo que páginas antes reabateu, afirmando que era obra dos arbitrários. Vejamos, então, como o *Reverbero* articulou esta acusação de republicanismo:

Entre os dissidentes da nossa justa causa, avulão de hum modo attendivel, os Membros do Governo de Villa Rica; dizendo-se Constitucionaes, elles parecem proceder como Republicanos; já fazem Proclamações incendiarias á frente da Tropa; já se arrogao attributos soberanos, e outros, só proprios do Poder Executivo; intenta-se a organização de huma Legião de Honra, conferem-se patentes e clama-se, apesar disto, que o Rio de Janeiro quer tombar no antigó Despotismo¹²²

A acusação aqui foi diretamente relacionada a dois elementos de republicanismo, dentre os que já foram enunciados. Acusou-se a Junta mineira de estar formando um Estado independente ao tomarem para si as atividades que seriam típicas do poder executivo, especificamente ao levantar um exército próprio. De forma que, aqui, podemos retomar a ideia de que o *Reverbero* estava acusando a Junta mineira, por meio da palavra república, de quererem se separar do conjunto do Reino Unido, visto que o periódico atribuiu a eles a ideia de reivindicação de soberania.

O desafio a autoridade real pôde, pois, ser lida como uma tentativa de transformar o reino em república, uma vez que acusavam o movimento de adesão ao príncipe regente de despotismo, enquanto eles estavam usurpando direitos régios. A acusação, nesse sentido, ficou mais aguda quando se adicionava o elemento de que a junta foi acusada de fazer proclamações incendiárias as tropas. Invocando-se, aqui, imagens de anarquismo, desordem e, por consequência, despotismo, que foram logo associadas à república quando ela foi ligada à ideia de democracia.

A próxima utilização do conceito foi feita em 9 de abril de 1822, na 22ª edição do periódico. O contexto de enunciação foi o de comparações entre os reinos do Brasil e de Portugal. Nesta comparação, invocando-se a superioridade do Brasil frente a Portugal, usou-se o exemplo da chamada República de Ragusa a fim de descrever o Portugal sem o Brasil.¹²³ Não há, portanto, muito elementos de especulação quanto ao sentido utilizado, que claramente foi o de descrição de um estado não monárquico. Contudo, chamamos a atenção a repetição desse uso no número subsequente, XXIII de 16 de abril de 1822, quando se fez uma comparação do

¹²² IPANEMA, C., IPANEMA, M. **Edição fac-similar do Reverbero Constitucional Fluminense (1821-1822)**. Tomo I. Rio de Janeiro: Edições Biblioteca Nacional, 2005. p. 243.

¹²³ *Ibid.*, p. 260.

Brasil, que estava em vias de adotar uma Monarquia Constitucional, aos outros países da América, todas repúblicas.

Invocou-se aqui uma imagem entre a fraqueza das repúblicas frente as monarquias constitucionais, visto que elas só seriam adotadas em pequenos estados. Podemos ver esse sentido no trecho: “Se a America do Norte, e do Sul restabelecêrão Republicas, he porque ainda contão dez habitantes por legua quadrada; quando porém cem ou duzentos, occuparem o mesmo espaço de terreno; [...]”¹²⁴. Profetizando que, no futuro “[...] que lhe convinha de justiça, que então a America toda procurará na Monarquia Constitucional hum refugio contra a sua propria grandeza, e contra o seu colossal engrandecimento.”¹²⁵. Ou seja, reforçava a noção de diferença entre as forças republicanas e monárquicas, de forma a colocar a monarquia como um regime superior.

Por fim, há uma última referência à república, no número XXVII de 14 de maio de 1822. Nesta referência houve uma mobilização do termo de maneira meramente descritiva, sendo que ele foi usado aqui como sinônimo de Estado, como podemos ver: “Toda a Republica bem entendida avança cabedades á taes empreendedores, ou os brinda com alguns annos de isenção.”¹²⁶. Não havendo muito mais elementos a serem associados ao termo neste número.

No segundo volume do periódico, a primeira referência ao termo foi encontrada em 4 de junho de 1822, dentro do texto de catecismo constitucional, que tinha por objetivo divulgar de maneira organizada e sintetizada o constitucionalismo que o periódico vinha defendendo em suas publicações. Nesse texto o vocábulo república foi utilizado dentro do contexto de descrição do modo como os legisladores deveriam proceder ao escreverem as constituições, de modo a defender que quaisquer decisões que estes tomassem deveriam ter como princípio fundamental a vontade geral, do contrário, só se obteria a ruína. Vejamos, então, como se encadeou esse argumento para, depois, pensarmos as consequências do mesmo. Segundo o periódico:

O legislador que não atende para os sentimentos dos Povos, para os primitivos elementos de sua educação, para a influencia daqueles costumes que com o tempo encorporarão no Código da Legislação Nacional, o Legislador que pertence fazer hum Romano hum Atheniense, que pertende dar as Republicas, ou Monarquias modernas, a tempera das antigas, em lugar de hum Condigo de Legislação offerecêrão aos Povos a setença de sua desgraça e da sua completa ruína.¹²⁷

¹²⁴ IPANEMA, C., IPANEMA, M. **Edição fac-similar do Reverbero Constitucional Fluminense (1821-1822)**. Tomo I. Rio de Janeiro: Edições Biblioteca Nacional, 2005. p. 290.

¹²⁵ Ibid., p. 290.

¹²⁶ Ibid., p. 317.

¹²⁷ Id. **Edição fac-similar do Reverbero Constitucional Fluminense (1821-1822)**. Tomo II. Rio de Janeiro: Edições Biblioteca Nacional, 2005. p.14.

Consideramos que esse lance linguístico abriu espaço para três reflexões sobre o conceito: A primeira reflexão é a de que era a partir da vontade geral dos povos que devia se basear as constituições, o que não destoava do restante das ideias veiculadas no periódico. A quebra deste princípio da vontade geral levaria a ruína estes mesmos povos; a segunda, é que os legisladores não deveria dar, aos povos, governos que eles não desejavam, ou seja, colocava a escolha entre um governo monárquico e republicano como desdobramentos válidos destas vontades, dissolvendo a hierarquia entre essas formas que havia sido veiculada pelo periódico anteriormente; por fim, a terceira é que este lance expressava a república como uma forma de governo distinta do que era uma monarquia.

Nos próximos números, a palavra república voltou a adquirir sentido meramente descritivo, aparecendo no número III do *Reverbero*, de 10 de junho de 1822, a fim de se descrever a República Romana: “Ninguém se lembra que homens tirados do campo salvarão a Republica Romana[...]”, comentando acerca dos homens comuns que a salvaram, em uma clara crítica à aristocracia do Antigo Regime¹²⁸. O interessante desta crítica à aristocracia é que logo depois segue-se uma crítica as Cortes de Lisboa, devido aos seus conteúdos excessivamente democráticos: “Lembrem-se que depois de pedirem esta Assembléia ficão na rigorosa responsabilidade de se desviarem do grande erro, em que cahio o Congresso de Portgal organizando o plano de huma Constituição com formas Deumocraticas para se applicar huma Monarquia.”¹²⁹. Dessa forma, apesar de criticar as estratificações sociais do Antigo Regime, também reiterava a abominação que veiculara outras vezes à ideia de democracia, ainda que a associasse aos seus inimigos do momento, as Cortes de Lisboa.

No número IV, de 18 de junho, o termo república foi usado a fim de descrever os países americanos que haviam sido reconhecidos pelos E.U.A., Buenos Aires, Chile, Colômbia, e México, louvando que estes haviam estabelecido as bases de suas soberanias ao se separar de suas metrópoles europeias, não havendo, no número, considerações sobre a natureza dessa soberania, nem sobre os conteúdos do termo república¹³⁰.

O número V de 25 de junho de 1822, contou com duas mobilizações do termo, no mesmo sentido do número IV. O primeiro se referia a organização da República de Columbia, descrevendo que ela havia sido estabelecida pela livre vontade de seus cidadãos, e exercia plena

¹²⁸ IPANEMA, C., IPANEMA, M. **Edição fac-similar do Reverbero Constitucional Fluminense (1821-1822)**. Tomo II. Rio de Janeiro: Edições Biblioteca Nacional, 2005. p. 35.

¹²⁹ Ibid., p. 36.

¹³⁰ Ibid., p. 47.

soberania¹³¹. O segundo uso do termo república também foi descritivo. Dessa forma, o termo foi utilizado a fim de justificar o porquê dever-se-ia reconhecer os governos das novas nações americanas que haviam se emancipado da Espanha. O argumento se organizou em torno da ideia de que os exemplos históricos demonstravam que os governos reconhecidos eram sempre os governos de fato, e não os governos de direito. Dessa forma, outras nações já haviam reconhecido monarquias que haviam se tornado repúblicas¹³². A única diferença dessas referências ao termo no número V, em comparação com a do número IV, foi em relação ao tom elogioso às repúblicas que se tornaram independentes, e a atenção dada ao fato de que essas repúblicas foram estabelecidas a partir do princípio da vontade geral.

Depois da menção do número V, o termo república só foi articulado novamente no *Reverbero* em seu 10º número, lançado em 30 de julho de 1822. Neste número o periódico levantou a existência de questões centrais ao entendimento da natureza constitucional do regime a ser construído em terras brasileiras como: a questão do veto real e a unicidade do poder legislativo em uma única câmara¹³³. Entretanto, ele não entrou no mérito de tais questões, se concentrando na ideia de que um governo constitucional funcional deveria necessariamente ser construído na base da confiança. Confiança que estava sendo negada ao príncipe regente, e que colocaria todo o edifício constitucional em risco.¹³⁴

Ao advogar por tal confiança, o periódico inicialmente mobilizou a ideia de república ao descrever a existência de um parlamento bicameral nos EUA. Fez isso para mostrar que um governo constitucional e republicano poderia ser organizado em duas câmaras sem que se fosse necessário construir uma classe de aristocratas¹³⁵ ou se atentar contra a liberdade: “[...]Outro, chama desgraça as duas Camaras, que a America do Norte, Republicana como he, tem hum Senado, e huma Camara de Representantes, sem que isto tenha eclipsado a sua fulgorosa Liberdade.”¹³⁶. Destacamos que, no exemplo, se associou a ideia de república à de um regime de liberdade.

Retomou-se também a ideia de que o regime constitucional só pode ser assentando na ideia de soberania da nação, como foi veiculado ao longo de todo o percurso do periódico, sob o risco de voltar às antigas formulações que degenerariam em despotismo¹³⁷. Fez, então, um

¹³¹ IPANEMA, C., IPANEMA, M. **Edição fac-similar do Reverbero Constitucional Fluminense (1821-1822)**. Tomo II. Rio de Janeiro: Edições Biblioteca Nacional, 2005. p. 60-61.

¹³² Ibid., p. 62-63.

¹³³ Ibid., p. 121.

¹³⁴ Ibid., p. 121.

¹³⁵ Ibid., p. 121.

¹³⁶ Ibid., p. 121.

¹³⁷ Ibid., p. 122.

apelo a união dos brasileiros em torno da construção de uma Monarquia Representativa, com base na ideia de confiança que deveria reger a relação entre o monarca e seu povo, a fim de “[...] bem marcar, bem equilibrar os diversos poderes”¹³⁸. Após fazer essa formulação, o periódico se dedicou a diferenciar o que seria um estado republicano e um estado monárquico-representativo.

Assim, caracterizou a república da seguinte maneira:

Em hum estado Republicano, cumpre dar ao Povo todo o poder, e ingerência no Governo, que be compatível com a ordem, e revestir este exercício do direitos do Povo com formas populares, ainda que sejam borrascosas: porque em hum Governo Republicano, a razão do Povo he a garantia da Ordem; e a razão do Povo deve formar-se, e assazoar-se pela atividade.¹³⁹

Ou seja, caracterizou-se a república como um regime onde o povo exerceria diretamente o governo. Cabe, ainda, o destaque de que o periódico acabou por negar todas as acusações de anarquismo que vinha veiculado às repúblicas. Também destacamos que, pela caracterização aqui feita à república, acabou-se por anular as acusações que fez as democracias nos números anteriores, visto que a associação da ideia de república a ideia de democracia se tornou comum quando a acusação apareceu. Lembramos também que, repetidas vezes, o periódico disse odiar tais sistemas democráticos, ódio que aqui pareceu ter desaparecido.¹⁴⁰

Também nos chamou a atenção a definição de monarquia representativa, na qual o rei “[...] deve possuir todo o poder, que he compatível com a Liberdade [...] porque na Monarchia Representativa a segurança do Monarcha he huma das garantias da Liberdade, e esta segurança só pôde nascer da consciência e convicção de huma força suficiente.”¹⁴¹. Pois, logo em seguida, fez-se a comparação entre os dois regimes: “Os Magistrados em huma Republica honrão-se honrando o Povo a fonte da sua autoridade: os Cidadãos de huma Monarchia Constitucional honrão-se honrando no Rei o Protector e Defensor da Nação”¹⁴², colocando ambos os regimes como regimes de defesa da liberdade, de forma a reforçar a regência de Dom Pedro -visto que a monarquia representativa que o *Reverbero* afirmava estar se formando se formaria devido a vontade dos povos, dependendo da confiança dos cidadãos para se sustentar.

¹³⁸ IPANEMA, C., IPANEMA, M. **Edição fac-similar do Reverbero Constitucional Fluminense (1821-1822)**. Tomo II. Rio de Janeiro: Edições Biblioteca Nacional, 2005. p. 122.

¹³⁹ Ibid., p. 122.

¹⁴⁰ Ver número 8 do primeiro volume do *Reverbero Constitucional Fluminense*. IPANEMA, C., IPANEMA, M. **Edição fac-similar do Reverbero Constitucional Fluminense (1821-1822)**. Tomo I. Rio de Janeiro: Edições Biblioteca Nacional, 2005. p. 106.

¹⁴¹ IPANEMA, C., IPANEMA, M. **Edição fac-similar do Reverbero Constitucional Fluminense (1821-1822)**. Tomo II. Rio de Janeiro: Edições Biblioteca Nacional, 2005. p. 122.

¹⁴² Ibid., p. 122.

Assim, após essa comparação entre os regimes da monarquia representativa e da república, o texto se utilizou do exemplo francês para justificar suas formulações, mostrando que a desconfiança destruíra aqueles governos, de forma que “No primeiro ensaio que fizeram da Monarchia Constitucional, tiveram medo do Rei: nos seus ensaios de Republica tiveram medo do Povo”¹⁴³. Fazendo, pois, um chamado a união em torno do príncipe, recorrendo ao medo do despotismo que poderia advir da falta de confiança e unidade para com o regime que estava sendo adotado pelo Reino do Brasil. Afirmava que a consequência desse medo do Rei, em um primeiro momento, e do povo, em um segundo momento, acabou por produzir o desaparecimento dos governos constitucionais na França, sendo estes substituídos por governos tirânicos como o de Napoleão Bonaparte¹⁴⁴.

Caberia, ainda, a pergunta: A quem se direcionaria tais reflexões? Isso, pois, a comparação entre a monarquia representativa e a república não foi feita de maneira a contrapô-las, ou seja, não se estabeleceu uma hierarquia entre os regimes. Pelo contrário, os dois foram colocados como regimes de defesa da liberdade, de forma que ambos seriam válidos, se fossem baseados na vontade dos povos, e bem-sucedidos, se fossem estabelecidos a partir do princípio de confiança, evitando-se os erros produzidos pelo exemplo francês. Isso pode nos ajudar a entender quem eram os alvos que ele definiu como os “[...] que tudo querem tirar ao Rei para dar ao Povo, ou tudo tirar ao Povo para dar ao Rei.”¹⁴⁵.

Neste número não há pistas além dessa afirmação, o que nos permitiu levantar a hipótese de que o periódico considerava que existia uma facção de defensores de uma monarquia representativa com exageradas preocupações e, por consequência, desconfiança para com o povo. Esta facção monárquica estaria se contrapondo a uma facção de republicanos que, com exageradas preocupações, desconfiava do poder real, representado pela regência de Dom Pedro. Dessa forma, o periódico estaria fazendo um chamado a união em torno do príncipe com base no princípio de confiança mútua, pois ambos os regimes seriam defensores da liberdade - objetivo comum de ambas as facções, se levarmos em conta toda análise em torno do discurso constitucionalista que fizemos no capítulo anterior.

Esta questão das facções em disputa no processo de Independência, tema de todo o primeiro capítulo desta dissertação, e à quem se direcionaria o discurso do texto do número X, fica mais clara ao analisarmos as referências ao republicanismo que são feitas no próximo

¹⁴³ IPANEMA, C., IPANEMA, M. **Edição fac-similar do Reverbero Constitucional Fluminense (1821-1822)**. Tomo II. Rio de Janeiro: Edições Biblioteca Nacional, 2005. p. 123.

¹⁴⁴ Ibid., p. 122.

¹⁴⁵ Ibid., p. 124.

número do periódico, de 6 de agosto de 1822. Trata-se de um texto que tem por objetivo, justamente, mostrar as diversas facções que estiveram presentes na disputa dos rumos do processo político em curso. Nele o *Reverbero* afirmava que o cenário político:

Está dividido em facções, e em seis diferentes partidos, que fraccionão a unidade de votos, e consequentemente a de acção. I. Indiferente. II Fluctuantes. III. Desejadores do Governo antigo. IV Republicanos. V. Adherentes às Cortes de Lisboa. VI. Acclamadores, e Sectarios do Serenissimo Senhor Principe Regente, e Nosso Defensor Perpetuo.¹⁴⁶

Observa-se, então, que o periódico identificava seis grupos diferentes: indiferentes; flutuantes; desejadores do governo antigo; republicanos; aderentes das cortes de Lisboa; acclamadores Sectarios do Serenissimo Senhor Principe Regente e Nosso Defensor Perpetuo. Não trataremos de todos os grupos apresentados, visto que o propósito deste capítulo é tratar especificamente sobre como se organizaram as concepções em torno do conceito de república dentro do debate constitucionalista em curso. Assim, selecionamos três destes seis grupos para trabalhar com detalhes, excluindo: os indiferentes, pois eram os que não se envolviam no processo político, sendo inertes;¹⁴⁷ os flutuantes, que estariam interessados no debate público, mas não apresentavam firmeza em suas convicções;¹⁴⁸ os Aderentes das cortes de Lisboa, que tramavam com os portugueses a recolonização do Brasil¹⁴⁹. Logo, ficaram os grupos que estariam articulados em torno da ideia de um Brasil não submisso a Portugal: desejadores do governo antigo; republicanos; Sectarios do Serenissimo Senhor Principe Regente, e Nosso Defensor Perpetuo.

O primeiro destes grupos, os desejadores do governo antigo, são descritos como virtuosos, saudosistas de Dom João VI, devido a suas “bondades”, e inimigos do que ele chamou de “novidades”, presos ao antigo sistema de governo baseado na tradição¹⁵⁰. A crítica do *Reverbero* a este grupo foi articulada em torno da ideia de que ao aderir ao constitucionalismo, não se estava agindo com falta de lealdade ao Dom João VI, visto que ele que havia aderido a Revolução, chamando os povos a se reunirem para fazerem uma nova Constituição¹⁵¹. O periódico também argumentou que, neste caso, as inovações propostas

¹⁴⁶ IPANEMA, C., IPANEMA, M. **Edição fac-similar do Reverbero Constitucional Fluminense (1821-1822)**. Tomo II. Rio de Janeiro: Edições Biblioteca Nacional, 2005. p. 126.

¹⁴⁷ Ibid., p. 126.

¹⁴⁸ Ibid., p. 126-127.

¹⁴⁹ Ibid., p. 131-134.

¹⁵⁰ Ibid., p. 127.

¹⁵¹ IPANEMA, C., IPANEMA, M. **Edição fac-similar do Reverbero Constitucional Fluminense (1821-1822)**. Tomo II. Rio de Janeiro: Edições Biblioteca Nacional, 2005. p. 127.

estariam claramente sendo empregadas em melhoria da condição dos povos, visto que os novos tempos exigiam adaptações na antiga Constituição portuguesa. Havia, então, a necessidade de se restituir os direitos naturais dos povos, construindo um pacto constitucional em torno da ideia de liberdade e união voluntária.¹⁵²

A segunda facção, ou partido, era o republicano. Esse grupo foi caracterizado como “filósofos do século XVIII”¹⁵³, e acusado, pelo *Reverbero*, de se perder em abstrações metafísicas, estando exaltados na ideia da perfectabilidade humana¹⁵⁴. Foram, ainda, qualificados de extremistas que acreditavam que por meio de sua vontade e da força de suas convicções seria possível se instalar suas utopias particulares. Dessa forma, o periódico afirmava que suas boas intenções, e prática política, se transformariam apenas em despotismo desenfreado. Nesse momento o *Reverbero* abandonava a visão positiva da república que foi veiculada no número anterior, visto que eles:

Quizerão benevolencia fraternal, e se tornarão malevolos; quizerão tolerancia, e se fizerão intolerantes; quizerão paz perpetua, e accenderão guerra inextinguível; quizerão em fim consolidar hua República eterna, e se reduzirão á desenfreada anarquia, da qual evadirão para o Despotismo Militar, [...] ¹⁵⁵

Ou seja, todas as virtudes que pregavam iriam se degenerar em despotismos, devido ao seu idealismo descolado da realidade concreta, visto que: “[...] os extremos, mesmo da virtude terminão em precipícios”¹⁵⁶. O *Reverbero* ainda associou os republicanos a ideia de igualdade e liberdade absoluta, que considerava uma quimera¹⁵⁷, e retomou as associações entre a ideia de república e democracia. Ao retomar essa qualificação do republicanismo o periódico recorreu ao mesmo tipo de argumentação que utilizou anteriormente, a fim de desacreditar o princípio democrático, afirmando que “Nem se pode imaginar o fazer Leis, e executalas Democracitamente, ainda no domestico recinto de hua família.”¹⁵⁸, para depois associá-la mais uma vez à ideia de que se imperaria a demagogia, que fatalmente se degeneraria em aristocracia e, pôr fim, em tirania.¹⁵⁹ O periódico ainda afirmou que todas as repúblicas que haviam sido estabelecidas a partir da derrubada de monarquias haviam se tornado mais despóticas que as

¹⁵² Ibid., p. 128.

¹⁵³ Ibid., p. 128.

¹⁵⁴ Ibid., p. 128.

¹⁵⁵ Ibid., p. 129.

¹⁵⁶ Ibid., p. 129.

¹⁵⁷ Ibid., p. 128.

¹⁵⁸ Ibid., p. 129.

¹⁵⁹ IPANEMA, C., IPANEMA, M. **Edição fac-similar do Reverbero Constitucional Fluminense (1821-1822)**. Tomo II. Rio de Janeiro: Edições Biblioteca Nacional, 2005. p. 129.

monarquias que haviam derrubado. Invocando aqui, mais uma vez, o exemplo da revolução francesa.¹⁶⁰

O interessante desta descrição que o *Reverbero* fez da república é que, ao mesmo tempo em a descreveu como um regime que inevitavelmente levaria ao despotismo, também a descrevia como um regime político calcado na ideia de virtude: “Com razão monatesquieu (a Aguia, como diz Bonnin, que se elevou acima de todos os filosofos posto que criticado, talvez por não ser entendido,) constitue na Virtude as bases do Republicanismo.”¹⁶¹. Após essas considerações, o *Reverbero* levantou exemplos históricos sobre o patriotismo dos cidadãos de algumas repúblicas do mundo antigo para afirmar, logo em seguida, que esse patriotismo sucumbiu aos defeitos inerentes do sistema republicano.¹⁶²

Depois desta consideração, o *Reverbero* lançou um último argumento contra o estabelecimento de uma república no Brasil, retomando a ideia de que esse tipo de sistema só era adequado a pequenos países.¹⁶³. Afirmou também que dadas as condições continentais do território brasileiro seria inviável o estabelecimento de uma república, pois tornaria o governo ineficiente pela demora na tomada de decisões, característica própria de uma república¹⁶⁴. Contudo, vemos aqui um novo elemento para a argumentação, pois explicitamente se combateu a ideia de se construir uma confederação em terras brasileiras. Vejamos como o periódico encadeou tal argumentação:

Se alguém entede, que por divisões Provinciaes em Republicas confederadas se obsta esse mal, tãobem entenda, que as fracções enfraquecerão o todo, e que rivalidades de interesses, e de preeminência, e paixões, que influem sobre as collecções Nacionaes, como sobre os individuos excitarão animozidades reciprocas, e ódios implacaveis, do que Grecia nos deixou exemplo.¹⁶⁵

Observamos, no trecho, um esforço do periódico em defender medidas centralizadoras do Estado na organização interna do reino do Brasil. Também se destacou a negação dos EUA como exemplo a ser seguido, visto que “se a sua opulência for sempre crescente, comprovarão as minhas asserções”¹⁶⁶, de que um governo republicano não era adequado a um país com

¹⁶⁰ Ibid., p. 129.

¹⁶¹ Ibid., p. 129.

¹⁶² Ibid., p. 129-130.

¹⁶³ Ver edição 22 do primeiro volume do *Reverbero Constitucional Fluminense* de 9 de abril de 1822. IPANEMA, C., IPANEMA, M. **Edição fac-similar do Reverbero Constitucional Fluminense (1821-1822)**. Tomo I. Rio de Janeiro: Edições Biblioteca Nacional, 2005. p. 260.

¹⁶⁴ IPANEMA, C., IPANEMA, M. **Edição fac-similar do Reverbero Constitucional Fluminense (1821-1822)**. Tomo II. Rio de Janeiro: Edições Biblioteca Nacional, 2005. p. 130.

¹⁶⁵ Ibid., p. 130.

¹⁶⁶ IPANEMA, C., IPANEMA, M. **Edição fac-similar do Reverbero Constitucional Fluminense (1821-1822)**. Tomo II. Rio de Janeiro: Edições Biblioteca Nacional, 2005. p. 130.

grande território. O interessante é que isso entrava em direto confronto com outras afirmações sobre a descentralização - quando se tratava defender a autonomia para o Reino do Brasil dentro do sistema do reino unido -, chegando até a negar o exemplo grego¹⁶⁷, que havia sido utilizado no número 22 do primeiro volume para defender justamente essa autonomia. Por fim, se recorreu à ideia de que era preciso se estabelecer um poder executivo fortalecido a fim de enfrentar os desafios e urgências que demandariam o governo de um Estado como o brasileiro, exaltando-se a adoção da monarquia representativa como a melhor forma de governo.¹⁶⁸

O último grupo que o *Reverbero* tratou neste texto foi o chamado Sectários do Sereníssimo Senhor Príncipe Regente, e Nosso Defensor Perpetuo. A saber, esse era o Grupo que o *Reverbero* se incluía, e foi descrito como “[...] saudável, justo, glorioso, o mais forte (pois compreende os nove décimos da População), e inspirado pela razão, e pelo conhecimento às Altas Qualidades do Jovem Príncipe, *Nosso Nume Tutelar, Nosso Restaurador, e Nosso Patricio*”¹⁶⁹, sendo basicamente um grande texto de autoelogio e saudação ao Príncipe regente.

No número XII, de 13 de agosto de 1822, encontramos uma pequena referência a república na descrição do processo de Independência do antigo Vice-reinado da Prata, e da incorporação da Cisplatina ao Brasil. Descreveu-se, portanto, o tipo de república que havia ali se formado, chamando-a de “*Répubblica unica e indivisivel*”¹⁷⁰, não havendo juízo de valor sobre o conceito neste texto. No número subsequente, de 20 de agosto de 1822, a referência a república apareceu em meio a uma defesa dos direitos dos povos, aqui qualificados como sendo de origem divina¹⁷¹, para logo em seguida retomar uma pequena referência de Mably, afirmando que “[...] o Governo Républicano só he próprio para o Ceo, o Monarquico para o Mundo, e o Despotico para o Inferno”¹⁷². Retomou-se, dessa forma, a ideia de que a república era um governo da virtude impraticável, já veiculada no número X e XI do segundo volume do periódico.

A próxima referência foi dada no XIV, em 27 de agosto de 1822, encerrando uma série de 5 números, iniciada em 30 julho, nas quais se mobilizou o conceito república seguidamente. Houve, neste número, uma série de articulações com o conceito, comportando sentidos diversos. No início, em um texto que trata sobre política mercantil, se usou o termo para

¹⁶⁷ Ver edição 22 do primeiro volume do *Reverbero Constitucional Fluminense* de 9 de abril de 1822. IPANEMA, C., IPANEMA, M. **Edição fac-similar do Reverbero Constitucional Fluminense (1821-1822)**. Tomo I. Rio de Janeiro: Edições Biblioteca Nacional, 2005. p. 259.

¹⁶⁸ IPANEMA, C., IPANEMA, M. **Edição fac-similar do Reverbero Constitucional Fluminense (1821-1822)**. Tomo II. Rio de Janeiro: Edições Biblioteca Nacional, 2005. p. 130.

¹⁶⁹ Ibid., p. 136.

¹⁷⁰ Ibid., p. 138.

¹⁷¹ Ibid., p. 154.

¹⁷² Ibid., p. 155.

descrever os estados que surgiram da antiga América espanhola e portuguesa: “[...] donde tem nascido na Europa tantos Reinos e Republicas, que de taes só tem o nome e o orgulho”¹⁷³ e “Assim que a paz tiver demarcado os limites de cada República[...]”¹⁷⁴. Não tendo sido feita, todavia, nenhuma valoração do termo nessas duas proposições.

No texto de reflexões do mesmo número, encontramos mais uma acusação de republicanismo, que repetiu as formas que foram usadas em números anteriores¹⁷⁵, nas quais o *Reverbero* afirmou que se usaram a alcunha de republicano a fim de destruir as reputações dos defensores das liberdades constitucionais. O interessante, nesta articulação, é que junto com o vocábulo república – utilizado como forma de depreciar os adversários - se incluiu também a ideia de corcunda seguindo a mesma lógica, como podemos ver no trecho: “Sabe-se que n’hum só dia, e a hum só sujeito se tem dado por diversas pessoas o epitetho de *Republicano*, e o de *Corcunda*. [...] que outros não cessão de fazer citações, e alarde de fofa nomenclatura [...] com o intuito de fazer suspeitoras tais ou tais pessoas; [...]”¹⁷⁶. No restante do texto a lógica de qualificação da república¹⁷⁷, como uma acusação direcionada aos liberais com intuito de chamá-los de democráticos e anárquicos, não apresentou nenhuma novidade.

Contudo, vale a pena chamar atenção em mais alguns detalhes deste texto quando, mais uma vez, se invocou as classificações dos atores políticos que se movimentavam no período. Aqui o *Reverbero* chamou a atenção a dois grupos em específico: “Os inimigos do Brasil podem classificar-se de dois modos – Inimigos da Assembléa Brazilica, e Inimigos de huma liberal Constituição”¹⁷⁸. Os primeiros, inimigos da Assembléia, seriam aqueles concentrados em atrasar a execução do decreto de convocação dela, e estariam chamando de repúblicanos os liberais que trabalharam pela sua convocação¹⁷⁹. O segundo grupo não foi caracterizado, mas recebeu uma resposta que nos ajuda a entender as definições de monarquia que circulavam no *Reverbero*: “[...] diremos que a Monarchia Representativa única que nós desejamos, e que he a perfeição Governos, liga a *Virtude das Republicas*, com *honra das Monarchias* [...]”¹⁸⁰. De forma que apresenta aqui a monarquia que planejava implantar como um regime de fusão de

¹⁷³ IPANEMA, C., IPANEMA, M. **Edição fac-similar do Reverbero Constitucional Fluminense (1821-1822)**. Tomo II. Rio de Janeiro: Edições Biblioteca Nacional, 2005. p. 167.

¹⁷⁴ Ibid., p. 168.

¹⁷⁵ Por exemplo, no número IX do primeiro volume de 8 de janeiro de 1822.

¹⁷⁶ IPANEMA, C., IPANEMA, M., op. cit., p. 169-170.

¹⁷⁷ Ibid., p. 174-175.

¹⁷⁸ Ibid., p. 171.

¹⁷⁹ Ibid., p. 171.

¹⁸⁰ IPANEMA, C., IPANEMA, M. **Edição fac-similar do Reverbero Constitucional Fluminense (1821-1822)**. Tomo II. Rio de Janeiro: Edições Biblioteca Nacional, 2005. p. 171.

outros dois regimes puros, a monarquia e a república. Estes regimes eram, pois, fundamentados na honra e virtude, valores compatíveis com aquele descrito por Monstequieu.¹⁸¹

Depois das referências do número XIV encontramos mais duas articulações a ideia de república no periódico, uma no número XVI, de 10 de setembro de 1822 e outra no penúltimo número do periódico, de 1º de outubro de 1822. A mobilização do dia 10 foi descritiva, usada para enaltecer o governo constitucional em vias de estabelecimento no Brasil, afirmando que: “Nenhuma Potencia do Mundo deixará de abençoar os nossos esforços, porque nós honramos os Reis; nenhuma República deixará de aplaudir o nosso entusiasmo, porque nós amamos a Liberdade, [...]”¹⁸², associando mais uma vez as ideias de república e liberdade. Por fim, a última referência ao republicanismo também foi descritiva, feita em um artigo dentro do periódico XIX, se dedicou a falar das emancipações da América espanhola, onde afirmou que estas independências já haviam sido reconhecidas pela “Poderosa Republica dos Estados Unidos. Hum Rei da Europa, (o de Portugal) já tinha dado o primeiro passo e reconhecido a Soberania dessas mesmas Provincias. Ellas pedem a Europa que faça pela sua parte o mesmo.”¹⁸³, de forma a finalizar as referências ao termo república usando-o para descrever os novos países americanos que a Europa havia recentemente reconhecido.¹⁸⁴

A partir da exposição que apresentamos acerca dos conceitos de república pudemos pensar como estes lances específicos se articularam dentro das linguagens constitucionais observadas no capítulo anterior. Conforme apresentado, estas Linguagens Constitucionais se organizaram em torno de um forte debate sobre como se fundamentaria a soberania do Estado e, por consequência, quais seriam as prerrogativas dos corpos sociais no novo regime a ser construído. As discussões em torno da república não escaparam a este padrão, e só podem ser entendidas levando em conta este debate. O que significa, para nós, que os lances republicanos foram realizados dentro da lógica constitucionalista, de forma que também comportaram concepções de soberania e de direitos que deveriam restaurados, ou preservados.

Neste sentido, destacamos que o entendimento destes lances republicanos se mostrou mais complexo nos lances que não tinham o objetivo de apenas descrever situações de fato, como ao apontar que Regusa era uma República¹⁸⁵, e sim em momentos que foram mobilizadas

¹⁸¹ Ver. FONSECA, S.C.P.B. Apontamentos para o estudo da linguagem republicana na conformação de identidades políticas na imprensa regencial fluminense. In: NEVES, L. M. B. P.; MOREL, M.; FERREIRA, T. M. B. C. (Org.). **História e Imprensa**: representações culturais e práticas de poder. Rio de Janeiro: DP&A: Faperj, 2006. p. 95.

¹⁸² IPANEMA, C., IPANEMA, M., op. cit., p. 206.

¹⁸³ Ibid., p. 243.

¹⁸⁴ Ibid., p. 243.

¹⁸⁵ IPANEMA, C., IPANEMA, M. **Edição fac-similar do Reverbero Constitucional Fluminense (1821-1822)**. Tomo I. Rio de Janeiro: Edições Biblioteca Nacional, 2005. p. 96

a fim de debater a organização do Estado. De forma que, como acompanhamos ao longo do trabalho, as definições do que seria um governo republicano, e o que seria um governo monárquico se apresentaram de maneira fluída durante o debate. Portanto, os lances que se mostraram mais ricos, e, sobre os quais nos focamos na apresentação dos panfletos, foram aqueles que continham as acusações de republicanismo.

Esta afirmação desperta as seguintes perguntas: *Quem* foi acusado de “republicanismo”? *Por que* foram acusados de “republicanismo”? Estas questões podem ser respondidas quando elucidamos que as mobilizações do termo república, de forma acusatória, foram direcionadas a entes políticos que estavam apelando, naquele momento - por princípio ou contingência -, a elementos de soberania que se fundamentavam na chamada vontade geral. Esta explicação abre margem à outra pergunta: Por que os mobilizadores da vontade geral foram acusados de republicanismo (levando em consideração que até o Príncipe Regente chegou a invocar tal princípio na ocasião do Fico)?

Esta pergunta pode ser respondida se levarmos em consideração que estes postulados calcados na soberania do Povo eram a única formulação constitucional, dentre as que circularam no período cuja retórica poderia ser invocada a fim de se defender postulados republicanos em um sentido antimonárquico. Queremos dizer que, como vimos no terceiro capítulo, a soberania calcada na Vontade Geral disputou espaço com pelo menos outros dois postulados: Um baseado no absolutismo, cuja defesa encontramos, por exemplo, em análise de 1823¹⁸⁶; A do constitucionalismo tradicional de raízes medievais calcados nas míticas Cortes de Lamego, que pode ser visto na descrição daqueles que o *Reverbero Constitucional Fluminense* chamou de Desejadores do Governo Antigo¹⁸⁷.

A primeira delas, a corrente absolutista, dispensa explicações dos motivos pelos quais não comportaria formulações republicanas. A corrente tradicional dispensaria também tais acusações visto que as antigas Cortes de Lamego foram entendidas como um pacto entre o povo e o rei ¹⁸⁸, ou seja, a figura monárquica era indispensável dentro da formulação de Lamego.

¹⁸⁶ ALYZE DOS DIREITOS NATURAES DO HOMEM INCULTO, E SELVAGEM, DEDUZISDOS DO MESMO DIREITO QUE REGE TODA A NATUREZA CREADA, DE QUE ELLE HE PARTE. Direitos de Convenção, em que os homens dão principio ao Copo Moral das Sociedades, seguindo na sua Organização o Systhema dos Copos físicos sobre os Direitos da Soberania como Ordem natural DO SYSTEGENA UNIVERSAL POR P.PL. VEIGA CABRAL. AMIGO DA PHILANTROPIA. In: CARVALHO, J. M.; BASTOS, L.; BASILE, M. (Org.). **Guerra literária**: panfletos da Independência (1820-1823). Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014. v. 3.

¹⁸⁷ IPANEMA, C., IPANEMA, M. **Edição fac-similar do Reverbero Constitucional Fluminense (1821-1822)**. Tomo II. Rio de Janeiro: Edições Biblioteca Nacional, 2005. p. 127.

¹⁸⁸ Como poder ser visto no panfleto: A Regeneração constitucional ou guerra e disputa entre os Carcundas e os Constitucionaes: origem destes nomes, e capitulação dos Coarcundas escripta pelo Constitucional Europeo ao Constitucional Brasileiro, e oferecida a todos os verdadeiros constitucionais. In: CARVALHO, J. M.; BASTOS,

Dessa forma, o único postulado constitucional que permitia a formulação de uma alternativa republicana era o calcado na ideia de que o Estado era formado a partir da Vontade Geral, na qual o poder do rei era uma concessão destes mesmos povos, conforme foi apresentado na formulação “*Quae sunt Caesaris, Cesari*”¹⁸⁹. Por óbvio, se contata que, dentro das formulações que tinham por base a monarquia, essa Vontade Geral não se expressou de maneira uniforme, havendo mobilizações diversas que invocavam o conceito a fim de fundamentar a formação de uma Monarquia na qual o Rei detinha parcela significativa de poder. Contudo, os escritos que destacaram com mais firmeza o princípio da Vontade Geral, ao defenderem um modelo constitucional em que o poder legislativo seria fortalecido no ordenamento do Estado, acabaram por serem associados aos perigos da democracia. Visto que o componente do governo que defendiam com mais firmeza foi componente eletivo.

Ao explorar isso podemos trazer outro ponto importante para entender as mobilizações do termo república e seu uso para descrever elementos específicos do governo, como foi feito por Frei Caneca em seu sermão constitucional. O que mostra que tanto as definições de monarquia quanto de república estiveram em aberto durante o debate, de forma que o governo que estava se estabelecendo foi visto por muitos autores, que utilizaram o termo república, como uma combinação de outras formas de governo. Tal combinação intencionava, para eles, construir uma monarquia constitucional que evitasse a repetição dos despotismos que os Revolucionários do Porto quiseram destruir.

Assim, essa defesa de elementos democratizantes dentro do sistema constitucional, entendidos aqui como fortalecedores do poder legislativo, independia o monarca de se converter em tirano. Contudo, esses elementos foram associados aos temores que aquela sociedade tinha de ver dissolvidas as hierarquias sociais que regiam o seu funcionamento e com isso se instaurar o despotismo do povo. O que explicaria, também, o motivo da acusação de republicanismo vir acompanhada de acusações de anarquia, descrita algumas vezes pelo *Reverbero* como pior que o antigo despotismo absolutista.

L.; BASILE, M. (Org.). **Guerra literária**: panfletos da Independência (1820-1823). Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014. v. 2.

¹⁸⁹ Sermão constitucional dirigido á Nação Portuguesa, e proferido no Concistorio particular dos verdadeiros Liberaes, amantes, e defensores da Patria pelo seu Presidente*** depois do juramento que todos prestarão em manter, defender, e perpetuar para toda a posteridade a feliz Constituição principiada na celebração das Cortes em 26 de Janeiro de 1821. Trata-se nelle convencer todos os Corcundas: os que presenciaram, e assistirão, convencidos ficarão... In: CARVALHO, J. M.; BASTOS, L.; BASILE, M., (Org.) **Guerra literária**: panfletos da Independência (1820-1823): Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014. V3 CARVALHO, J. M.; BASTOS, L.; BASILE, M. (Org.). **Guerra literária**: panfletos da Independência (1820-1823). Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014. v. 3. p. 107.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como vimos ao longo da dissertação, o processo político iniciado em 1820, a partir da Revolução do Porto, trouxe ao Reino do Brasil Portugal e Algarves, e, ao Rio de Janeiro, inúmeras transformações nos modos de se fazer política. Uma das mais importantes transformações foi o uso de panfletos e periódicos, levando ao debate público os destinos do Reino Unido, algo até então inédito na história portuguesa. Estas publicações se integraram nos modos de se fazer política, estes pautados por tradições do Antigo Regime português. Desta incorporação surgiram novos desafios que os autores políticos do período tiveram que lidar, aprendendo durante o processo político como manejar essas novas formas de atuação da política.

O processo de reorganização do Reino Unido fez com que as forças políticas do Império português se rearranjassem para influir no processo político em curso. Essas forças se utilizaram dos novos instrumentos de debate público, liberados através do afrouxamento dos controles de imprensa em decorrência do movimento do Porto. Essa reorganização das forças políticas, bem como o papel da imprensa no momento da Independência foram objetos de inúmeros trabalhos historiográficos.

Não há, contudo, um consenso historiográfico sobre a forma de organização - dos projetos e grupos políticos que estavam em disputa - para o futuro do reino. Ao analisarmos a historiografia mais tradicional, observamos que os historiadores do período organizaram, em sua maioria, os grupos do período em dois polos distintos, um de matriz liberal, e outro conservador. O primeiro apresentando tendências mais descentralizadoras na organização da administração pública e maior centralidade do povo na fundamentação da soberania do Estado. O segundo sendo apresentado como o oposto, fundado sobre tendências de fortalecimento da monarquia e da centralização estatal. Apesar dos posicionamentos em torno da centralidade do Estado serem um fator sempre presente nas descrições destes grupos, isso não é usado como um determinante na diferenciação entre os grupos políticos da Independência. Esta forma dicotômica de encarar o processo político da Independência é predominante no discurso historiográfico sobre o período.

A historiografia dos últimos 20 anos vem quebrando com essa concepção dual do jogo político da Independência, apontando a existência de um polo de poder intermediário entre estes dois posicionamentos. A existência desse polo intermediário pode ser vista nas obras de Lynch e Morel, analisadas ao longo deste trabalho. Nestas concepções mais modernas também vemos desaparecer as interpretações de que no grupo dos liberais, entre os anos de 1820 a 1822, havia

possíveis tendências republicanas. Ambos os trabalhos apontam que a existência de um republicanismo só é possível após o episódio do fechamento da Assembleia Constituinte, em novembro 1823, que ficou conhecido como a Noite da Agonia. Também foi importante levantar que há um silêncio sobre o papel das câmaras municipais nesses modos de classificação.

Também observamos que nos trabalhos que trataram especialmente sobre o *Reverbero Constitucional Fluminense*, do *Correio do Rio de Janeiro* e da imprensa do Rio de Janeiro, os redatores de ambos os periódicos sempre são definidos como pertencentes aos grupos liberais do debate empregado na imprensa. Contudo, o conteúdo deste liberalismo foi sendo reavaliado ao longo do tempo. Fizemos, portanto, um percurso saindo de avaliações mais clássicas nas quais esse liberalismo teria características republicanas como em Oliveira para o *Reverbero Constitucional Fluminense*, mesmo que de maneira sutil. Para Leite, essas características são colocadas de maneira explícitas, como observamos em sua análise do *Correio do Rio de Janeiro*. Nos trabalhos mais recentes esse “republicanismo” dos liberais desaparece, como vimos nos trabalhos de Virgínia Rodrigues da Silva e Paula Botafogo Caribucchio Ferreira.

Como apresentamos, as análises mais recentes sobre esses redatores têm se preocupado em compreender como seus postulados se inseriam dentro da configuração de Monarquia Constitucional que estava tentando se construir desde a eclosão da revolução de 1820. Também observamos que o último trabalho em que se apresenta uma forte e explícita defesa de que o pensamento dos liberais da Independência tem um forte conteúdo republicano, no sentido de uma rejeição completa à monarquia, foi a obra de Renato Lopes Leite *Republicanos e Libertários*.

A partir das considerações da historiografia mais recente que pontuamos e das fontes que elencamos observamos que, no período, se desenvolveu um debate no qual o vocábulo Constituição foi elemento central. Visto que as mais diversas questões foram debatidas em torno de se elas eram constitucionais ou inconstitucionais. O que determinava se o posicionamento que estaria sendo veiculado era, ou não, constitucional, estava diretamente ligado à concepção do que fundamentaria a Constituição para cada um dos autores que analisamos. Todas as posturas que levantamos, que foram consideradas por esses autores como anticonstitucionais, também foram chamadas de despóticas. Esse foi um padrão dos escritos, e mesmo os publicistas com posturas que destoavam da média dos postulados defendidos - a defesa de uma monarquia constitucional que afastasse os despotismos do Rei e do Povo - seguiram esse padrão discursivo.

Verificamos por meio da documentação, e da historiografia, que os periódicos do grupo do Ledo, ambos do Rio de Janeiro, o *Reverbero Constitucional Fluminense* e o *Correio do Rio de Janeiro*, se movimentaram no debate político do período seguindo este padrão de

argumentação, não destoando dos panfletos analisados. Sendo que ambos os periódicos até finais de 1822, quando houve um recrudescimento da censura, claramente agiram de maneira conjunta em torno da defesa de uma Constituição para o Brasil, que consagrasse o princípio da soberania popular através da defesa do voto direito para a escolha dos deputados para a Assembleia Constituinte sem, contudo, romper com a monarquia constitucional. Se a monarquia constitucional foi elemento central destas publicações e, como bem pontuou Neves, de toda Cultura Política do período, ficam abertas duas perguntas: Por que alguns historiadores chamaram determinadas personalidades do período de republicanos? Por que Ledo e seus partidários foram chamados de republicanos?

O primeiro ponto para entender isso, e que observamos ao analisar as mobilizações do termo constituição, é que naquele momento a grande preocupação dos publicistas era definir o que seria essa Constituição, visto que aquela comunidade de debates não tinha definições precisas do que seria uma monarquia constitucional. Os inúmeros exemplos que apresentamos nos mostrou que é bastante sutil a fronteira entre os modelos de Monarquia absolutista, representativa e democrática, o que quer dizer também que as definições do que significa *república* também foi fluida, apesar de seu significado lexical ser bem delimitado. Isto se deu porque em um dos elementos centrais do debate do que seria essa monarquia constitucional se encontra a ideia de governo misto, ou seja, de que o governo que estava sendo criado naquele momento era uma união de elementos de outras formas puras de governo. Portanto, da união de elementos da monarquia pura e da democracia pura é que se formaria a monarquia constitucional, ou representativa.

O segundo ponto para se entender essas acusações de republicanismo e porque Ledo e seus partidários foram chamados de republicanos, também se refere às linguagens constitucionais. As formas de mobilização deste conceito nos demonstraram que o grande mal a ser evitado pelos revolucionários do Porto foi o mal do despotismo, exercício arbitrário de poder, entendido ali como qualquer violação aos direitos e prerrogativas. Dessa forma, houve grandes desconfiças de que as formas de governo puras – ou seja, sem mistura de elementos de outras formas de governo-, tanto a democrática quanto a monárquica, se degenerariam em despotismo, e por isso precisavam ser evitadas. Além disso, ambos os elementos do governo precisavam estar em estado de equilíbrio, pois a falta deste equilíbrio os levaria à degeneração do despotismo das massas caso o elemento democrático se sobressaísse, ou no despotismo de um só, no caso do elemento monárquico.

Isso nos permitiu concluir que Ledo e seus partidários, ao defenderem a supremacia do elemento democrático abriram margem para que os defensores de uma maior parcela de poder

nas mãos da monarquia os acusassem de republicanismo. Isso porque a supremacia do elemento democrático pela adoção do voto direto para a Assembleia Constituinte, em uma firme defesa do princípio de que a Constituição era uma expressão dos direitos naturais e que o governo seria constituído com base na vontade dos cidadãos. Essa defesa de um princípio de soberania da vontade geral dos cidadãos era a única fundamentação possível para a formação de uma República, e colocava em risco o equilíbrio necessário à monarquia constitucional.

Há também, nesta acusação, um segundo elemento muito interessante, visto que o *Reverbero Constitucional Fluminense* sempre repudiou a democracia em suas páginas. A acusação de republicanismo não advinha só de apontar o exacerbamento do elemento democrático na estrutura do governo, mas também de apontar que as ideias defendidas pelos partidários de Ledo colocariam em risco toda a estrutura social que se procurava preservar. Inclusive aquela que os próprios liberais procuravam preservar, visto que, mesmo que estivessem buscando uma ascensão para o seu grupo dentro dessa sociedade, a nova liberdade não era para todos, e sim para o grupo dos proprietários de terra, como bem demonstrou Oliveira em sua descrição das atividades dos liberais. Assim, não era vislumbrado pelos liberais, por exemplo, mexer em instituições como a escravidão.

Neste sentido, é possível explicar também porque esses liberais procuravam preservar a monarquia constitucional, mesmo trabalhando ativamente pela partida do rei e do príncipe das terras brasileiras. A monarquia constitucional era, portanto, uma via segura para se modificar as estruturas sociais e permitir-lhes a ascensão, ao mesmo tempo em que preservaria as distinções entre eles e os setores mais pauperizados da sociedade do Rio de Janeiro. A partida do rei e do príncipe também permitiria que se desobstruíssem os espaços de poder que estavam sob controle direto da monarquia.

Dessa maneira, o conceito de *república* do período serviu para descrever outros estados na América, bem como descrever o próprio Estado monárquico. Exemplo disso foi o caso de Frei Caneca em seu sermão de aclamação a Dom Pedro como Imperador Constitucional do Brasil. Não que, necessariamente, o termo traga consigo alguma carga pejorativa intrínseca a ele. O problema da república só aparece para estes autores quando essa forma política é diretamente ligada à ideia de democracia. Quer dizer, o antagonismo da monarquia não se dá com a república, para estes autores, e sim com a ideia de um governo democrático. E, por conta disto, o grupo de Ledo foi identificado por seus adversários, e por parte da historiografia, como republicano; foi essa, pois, a expressão utilizada por eles para descrever a exacerbação deste elemento dentro do sistema constitucional, a ponto de até mesmo afirmar que os que chamamos de liberais desejavam uma monarquia republicana.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FONTES¹

Periódicos:

REVERBERO CONSTITUCIONAL FLUMINENSE. Rio de Janeiro. 1821-1822. Disponível em: <<http://hemerotecadigital.bn.br/reverbero-constitucional-fluminense/700223>>. Acesso em: 10 jul. 2016.

Documentos oficiais:

AS CORTES GERAES E EXTRAORDINARIAS DA NAÇÃO PORTUGUEZA AOS Habitantes do Brazil! Disponível em: <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/242805/000142510.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 10 jun. 2019.

BASES da Constituição Política da Monarquia Portuguesa, 10 de março de 1821. O Portal da História. Disponível em: <<http://www.arqnet.pt/portal/portugal/liberalismo/bases821.html>>. Acesso em: 27 ago. 2019.

BRASIL, DECRETO DE 1º DE OUTUBRO DE 1821. Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/historicos/dim/DIM-01-10-1821.htm>.

DIÁRIO DAS CORTES GERAES E EXTRAORDINÁRIAS DA NAÇÃO PORTUGUEZA. n.1, Lisboa, 1821. p. 2. **Assembleia da República**. Disponível em: <<http://debates.parlamento.pt/catalogo/mc/c1821/01/01/01/001/1821-01-24/>>. Acesso em: 14 jul. 2016.

MANIFESTO AOS SOBERANOS DA EUROPA. Manifesto de Portugal aos soberanos e povos da Europa, 1821. Acervo da Biblioteca Digital do Senado Federal. Brasil. Disponível em: <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518749/000144211.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 27 ago. 2019.

Cartas:

REPRESENTAÇÃO que a Sua Alteza Real o príncipe regente constitucional e defensor perpétuo do Reino do Brazil, dirige o povo do Rio de Janeiro, pelo Senado da Câmara desta corte. Rio de Janeiro: Imprensa de Silva Pato, 1822. Disponível em: <<https://archive.org/details/representaoquesu00ragu>>. Acesso em: 20 ago. 2016.

¹ A fim de facilitarmos a leitura de outros pesquisadores, dispusemos, antes da “bibliografia geral”, as fontes analisadas separadas por tipologias.

CARTA DE ANDRÉ MAMEDE AO SEU AMIGO BRAZ BARNABÉ, NA QUAL EXPLICA O QUE SÃO CORCUNDAS.

CARTA DIRIGIDA A CASSIANO SPIRIDIO DE MELLO MATTOS PEDINDO DEFINIÇÃO DE CORCUNDA, OU CONSTITUCIONAL.

CARTA DO COMPADRE DE LISBOA EM RESPOSTA A OUTRA DO COMPADRE DE BELEM, OU JUIZO CRITICO SOBRE A OPINIÃO PÚBLICA, Dirigida pelo Astro da Lusitania.

Carta do Compadre do Rio S. Francisco do Norte, ao Filho do Compadre do Rio de Janeiro, na qual se lhe queixa do paralelo, que faz dos índios com os cavallos, de não conceder aos homens pretos maior dignidade, que a de reis do Rozario e de asserverar, que o Brasil ainda agora está engatinhando. E crê provar o contrario de tudo isso. Por J.J. do C. M.

CARTA ESCRITA Á UM AMERICANO SOBRE LA FORMA DE GOBIERNO QUE PARA HACER PRACTICABLE LA CONSTITUCION Y LAS LEYS, CONVIENE ESTABELECER EM NEUVA ESPAÑA ATENDIDA SU ACTUAL SITUACION. COM OBSERVACIONES DEL EDITOR.

CARTA SEGUNDA DO COMPADRE DE BELEM AO REDACTOR DO ASTRO DA LUSITANIA DADA Á LUZ PELO COMPADRE DE LISBOA.

O AMIGO DA RAZÃO OU CARTA AOS REDACTORES DO REVERBERO, em que se mostraõ os Direitos, que tem o Brasil a formar a sua Camara especial de Cortes no próprio território, conservando a União com Portugal, em Ordem a salvar-sedos Horrores da Anarquia; evitando de um golpe de retrocesso do Despostismo; e as pretenções das Cortes de Portugal, contrarias aos seus interesses.

Carta Analytica, á cerca do Parecer da Comissão especial dos Negocios Politicos do Brasil apresentado na sessão de 18 de março.

Carta dirigida aos Redactores do Reverbero Constitucional Fluminense. Relativa aos apontamentos do Patriora Constitucional, para acudir ao Thesouro Publico, expostos no nº XIV. Do dito periódico.

Carta escripta por hum China, a hum amigo seu, residente na Capital de Pekin; sobre alguns males que existiaõ no systema do antigo governo portuguez, dada á luz por Antonio Vicente Dellanave. Por Chiannng-Tou.

Justa Retribuição dada ao Compadre de Lisboa em desagravo dos Brasileiros ofendidos por varias asserções, que escreveo na sua Carta em reposta ao Compadre de Belem, pelo Filho do Compadre do Rio de Janeiro, que a oferece, e dedica aos seus partricios. Segunda edição correcta e augmentada.

O pelotiqueiro desmacarado, ou Carta sobre o Nº62 do Correio do Rio de Janeiro dirigida aos Habitantes d'esta Provincia, a fim de acautelarem, e premunirem contra os que inculcão para serem seus Deputados.

Resposta a huma Carta, em que o respondente analysa a representação que a Sua Magestade Imperial dirigio em 2 de novembro de 1822 o Ex-Procurador desta província Joaquim Gonçalves Ledo.

Segunda Parte do Amigo da Razão, ou Continuação da correspondência com os Redactores do Reverbero; em que se responde á vários Argumentos que se tem feito contra a medida apontada primeiramente pelo Author, de se instalar uma Representação, em Assembêa Legislativa no Brasil. Autor: Amigo da Razão.

Análises:

Bases de uma constituição livre.

Os anti-constitucionaes. Prova-se que são mãos christãos, mãos vassalos: e os maiores inimigos da nossa Patria. Por José Anastácio Falvão. I. Parte.

Projecto para o estabelecimento político do Reino-Unido de Portugal, Brasil e Algarves, oferecido aos illustres legisladores, em Cortes Geraes e extraordinárias...

Quaes são os bens e os males que podem resultar da liberdade da Imprensa; e qual he a influencia que eles podem ter no momento em que os Representantes da Nação Portugueza se vão congregar?

Reflexões filosóficas sobre a liberdade, e igualdade.

A Regeneração constitucional ou guerra e disputa entre os Carcundas e os Constitucionaes: origem destes nomes, e capitulação dos Coarcundas escripta pelo Constitucional Europeo ao Constitucional Brasileiro, e oferecida a todos os verdadeiros constitucionais.

Analyse Das Observações criticas do Escritor da Malaguera, sobre o Decreto para a convocação de hum Conselho de Procuradores geraes do Brasil.

O Brasil indignado contra o projecto anti-constitucional sobre a privação das suas atribuições.

Considerações sobre as Cortes do Brasil.

A Constituição, e o Povo do Rio de Janeiro ofendido no requerimento que dirigio, á Sua Magestade Imperial, Joaquim Gonçalves Ledo. k, m, m.

A Concundice explicada magistralmente, ou resolução de dois problemas interessatens a respeito dos corcundas. I. Que cousa seja hum Corcunda? II. Quem são so verdadeiros Corcundas?

Esboço do systema politico natural com algumas applicações ao Brazil.

Exame critico do parecer que deu a comissão especial das Cortes sobre os negócios do brazil.

O liberalismo desenvolvido, ou os chamados liberais desmascarados e conhecidos como destruidores da nossa Regeneração, o que tudo serve de resposta a huma carta que corre impressa contra P. José Agostinho Macedo.

Prospecto para um novo periódico intitulado Correio do Rio de Janeiro, que sahirá todos os dias, excepto nos Domingos e Dias Sanctos.

Analyse dos direitos naturaes do homem inculto, e selvagem, deduzidos do mesmo direito que rege toda a natureza creada, de que ele he parte. Direitos de Convenção, e que os homens dão principio ao Coropo Moral das Sociedades, seguindo na sua Organização o Systhema dos Corpos fisicos sobre os Direitos da Soberania como Ordem natural do Systhema Universal.

Sermões, Discursos, Orações:

Discurso no fim da missa solemne do Espirito Santo celebrada na igreja dos Terceiros Minimos pelo reverendíssimo doutor vigário geral deste bispado, e que precedeo ao acto da junta eleitoral de comarca, no dia 15 de Maio de 1821, compoz, e recitou na dita igreja o padre Januario da Cunha Barboza, Professor Regio de Philosophia Racional e Moral e Eleitor da Parachia de Santa Rita. Rio de Janeiro. Na Typographia Regia. 1821. Com licença. FBN.

Discurso, que, em desagravo dos brasileiros ofendidos pelo Compadre de Lisboa na sua carta impolítica dirigida ao Compadre de Belem, escreveu José Joaquim Lopes de Lima. Segundo Tenente da Armada Nacional.

Discurso sobre a necessidade de huma bem entendida Constituição nos Governos Monarchicos, extrahido dos números 5,6,7,8, e 9 do Genio Constitucional.

Sermão constitucional dirigido á Nação Portugueza, e proferido no Concistorio particular dos verdadeiros Liberaes, amantes, e defensores da Patria pelo seu Presidente*** depois do juramento que todos prestarão em manter, defender, e perpetuar para toda a posteridade a feliz Constituição principiada na celebração das Cortes em 26 de Janeiro de 1821. Trata-se nelle convencer todos os Corcundas: os que presenciarão, e assistirão, convencidos ficarão...

“Falla, que o Juiz de Fóra José Clemente Pererira, Presidente do Senado da Camara, dirigio a S.A.R. no acto em que apresentou ao mesmo Senhor as Representações do Povo desta Cidade. Publicado em Cartas, e mais peças officiaes dirigidas a Sua Magestade o senhor D. João VI pelo príncipe real o senhor D. Pedro de Alcantara> e junctamente os officios e documentos, que o General Commandante da tropa expedicionária existente na Provincia do Rio de Janeiro tinha dirigido ao Governo.

Oração de acção de graças, que recitou na Real Capeala, no dia 26 de fevereiro, solemnizando-se por ordem de Sua Alteza Real o primeiro anniversario do juramento d’EL-Rey e Povo desta Corte a Constituição Lusitana, e oferece ao mesmo Augusto e Constitucional regente do Brasil.

Sermão de acção de graças, pela prosperidade do Brasil, pregado a 7 de março de 1822. Autor: Fr. Francisco de S. Paio.

Sermão, que na solenidade da Acclamação do Muito Alto, e Muito Poderoso prinipe, o senhor D. Pedro de Alcantara, e Imperador Constitucional do Brasil, celebrada, no dia [da] Conceição Immaculada de Maria Santissima na matriz do Corpo Santo, pelo ilustrissimo Senado da Villa de Santo Antonio do Recife de Pernambuco, com a assistência da excellentissima Junta Provisoria, Rellação, Clero, Nobreza, e Povo, pregou Fr. Joaquim do Amor Divino Caneca; Carmelita Tuconence, e Lente Proprietario da Cadeira de Geometria Elementar, da mesma Villa. Rio de Janeiro.

Diálogos, Catecismos e Dicionários:

Catecismo Constitucional.

Cathecismo Constitucional oferecido ás Cortes da Nação Portuguesa Demonstrando os principaes princípios em que deve ser instruído todo o Cidadão.

Constituição explicada.

Dialogo entre a Constituição, e o despotismo.

Dialogo entre dous Corcundas; Riveiro no seu Cazal, e Gomes no seu Riveiro

Dialogo entre o Corcunda Abatido e o Constitucional Exaltado

Dialogo instructivo, em que se explicaõ os fundamentos de huma Constituição, e a divisaõ das autoridades que formão, e executaõ

Dialogo critico á cerca dos acontecimentos políticos do Rio de Janeiro, no dia 12 de Janeiro de 1822

Manifestos, Proclamações Representações, Protestos, Apelos e Elogios:

Manifesto a Sua Alteza Real o Principe Regente do Brasil, e á nação portuguesa.

Manifesto do Povo do Rio de Janeiro sobre a residencia de Sua Alteza Real no Brasil dirigido ao Senado da Camara.

Representação que a Sua Alteza Real o Principe Regente Constitucional e Defensor Perpetuo do Reino do Brasil, dirige o Povo do Rio de Janeiro, pelo Senado da Carama desta Corte. e Ca.

A todos os perioditas de Lisboa um amigo da união sobre o Brasil sobre a Malagueta, Despertador Brasiliense, e Representação dos Paulistas.

Manifesto á Bahia de Todos os Sanctos Por hum Deputado ás Côrtes Geraes Constituintes de Portugal Cypriano Jose Barata de Almeida. Com algumas notas Dezenqano para brasileiros, e europeos residentes no Brasil

Relatos:

Noticia. De algumas Obras modernas e Constitucionaes chegadas modernamente à Loja de Paulo Martin. Rua da Quitanda. N.33. [Rio de Janeiro].

Noticia. Paulo Martin, mercador de Livros (...).

Extracto de hum artigo, que se lê no Astro da Lusitania N°313, mandado reimprimir á custa de hum Constitucional.

[Justificação que dá ao publico o Brigadeiro Francisco Maria Gordilho Velloso de Barbuda, contra o redactor do Correio do Rio de Janeiro].

Noticia [Convocação para assinar a Representação do Fico].

Panfletos²:

CARVALHO, J. M.; BASTOS, L.; BASILE, M. (Org.). **Guerra literária:** panfletos da Independência (1820-1823). Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014. v.1.

_____. **Guerra literária:** panfletos da Independência (1820-1823). Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014. v. 2.

_____. **Guerra literária:** panfletos da Independência (1820-1823). Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014. v.3.

_____. **Guerra literária:** panfletos da Independência (1820-1823). Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014. v. 4.

BIBLIOGRAFIA:

ABREU, M. Impressão Régia do Rio de Janeiro: novas perspectivas. In: **Seminário Brasileiro Sobre Livro e História Editorial**. n. 1, 2004, Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa. Disponível em: <<http://www.livroehistoriaeditorial.pro.br/pdf/marciaabreu.pdf>>.

ARAÚJO, V. L. **A experiência do tempo:** Conceitos e Narrativas na Formação Nacional Brasileira (1813-1845). São Paulo: Hucitec, 2008.

ARMITAGE, J. **História do Brasil**. São Paulo: Livraria Martins. 1972.

AS CORTES GERAES E EXTRAORDINARIAS DA NAÇÃO PORTUGUEZA AOS Habitantes do Brazil! Disponível em: <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/242805/000142510.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 10 jun. 2019.

² Os panfletos analisados encontram-se listados na obra *Guerra literária: panfletos da Independência (1820-1823)* e transcritos nestes quatro volumes a seguir.

BARATA, A. M. **Maçonaria, sociabilidade ilustrada e independência (Brasil 1790-1822)**. Campinas, SP: [s.n.], 2002.

BARATA, A. M. Política e religião no mundo luso-brasileiro: a trajetória do frei Francisco de Santa Teresa de Jesus Sampaio (1778-1830). In: CARVALHO J. M.; PEREIRA, M. H.; RIBEIRO, G. S.; VAZ, M. J. (Org.). **Linguagens e fronteiras do poder**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.

BARATA, C.; MOREL, M. (Org.). **A sentinela da liberdade e outros escritos (1821-1835)**. São Paulo: EDUSP, 2009.

BASES da Constituição Política da Monarquia Portuguesa, 10 de março de 1821. O Portal da História. Disponível em: <<http://www.arqnet.pt/portal/portugal/liberalismo/bases821.html>>. Acesso em: 27 ago. 2019.

BASILE, Marcello. Luzes a quem está nas trevas: a linguagem política radical nos primórdios do Império. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 3, p. 91-130, 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/topoi/v2n3/2237-101X-topoi-2-03-00091.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2017.

BASILE, Marcello. A guerra literária da Independência. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 4, n.7, p. 367-372, 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/topoi/v4n7/2237-101X-topoi-4-07-00367.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2017.

BERBEL, M. R. **A nação como artefato**. São Paulo: Hucitec, 1999.

BERBEL, M. R. A Constituição Espanhola no mundo luso-americano (1820-1823). **Revista de Índias**, 2008, v. LXVIII, n. 242. p. 225-254.

BERBEL, M. R. Deputados do Brasil nas Cortes Portuguesas de 1821-22. **Novos Estudos**. São Paulo: CEBRAP, 1998. Disponível em: <http://novosestudos.org.br/v1/files/uploads/contents/85/20080627_deputados_do_brasil.pdf>. Acesso em: 11 jun. 2017.

BERBEL, M. R. **Independência do Brasil**. São Paulo: Saraiva, 1999.

BERBEL, M. R. Liberalismo e idéia de Nação às vésperas da independência. **História** (São Paulo), Assis, v. 13, 1994.

BERBEL, M. R.; MARQUESE, R. B. A escravidão nas experiências constitucionais ibéricas - 1810/1824. In: OLIVEIRA, C.H.S.; COSTA, W. P.; BITTENCURT, V. L. N. (Org.). **Soberania e Conflito, configurações do Estado Nacional no Brasil do século XIX**. São Paulo: Hucitec, 2010.

BERNARDES, D. A. M. **O patriotismo constitucional: Pernambuco, 1820-1822**. São Paulo: Hucitec: FAPESP; Recife: Ed. UFPE, 2006.

BITTENCOURT, V.; COSTA, W. P. (Org.). **Soberania e conflito: configurações do Estado Nacional no Brasil do século XIX**. São Paulo: Hucitec: FAPESP, 2010.

BRAKE, Laurel; DEMOOR, Marysa (Ed.). **The Morning Chronicle**. Dictionary of Nineteenth-century Journalism in Great Britain and Ireland. 2009. p. 426-427.

BRASIL, DECRETO DE 1º DE OUTUBRO DE 1821. Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/historicos/dim/DIM-01-10-1821.htm>.

CANECA, F. J. A. D.; CHACON, V. (Org.). **O Typhis Pernambucano**. Brasília, DF: Senado Federal, 1984.

CARVALHO, J. M. **A construção da ordem: a elite política imperial**. Teatro de sombras: a política imperial. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

CARVALHO, J. M.; BASTOS, L.; BASILE, M. (Org.) **Guerra literária: panfletos da Independência (1820-1823)**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014. v.1.

CARVALHO, J. M.; BASTOS, L.; BASILE, M. (Org.). **Guerra literária: panfletos da Independência (1820-1823)**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014. v. 2.

CARVALHO, J. M.; BASTOS, L.; BASILE, M. (Org.). **Guerra literária: panfletos da Independência (1820-1823)**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014. v. 3.

CARVALHO, J. M.; BASTOS, L.; BASILE, M., (Org.) **Guerra literária: panfletos da Independência (1820-1823)**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014. v. 4.

CARVALHO, J. M.; BASTOS, L.; BASILE, M. Introdução geral: A independência dos Brasil narrada pelos panfletos políticos. In: CARVALHO, J. M.; BASTOS, L.; BASILE, M. (Org.). **Guerra literária: panfletos da Independência (1820-1823)**: Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

CASSIMIRO, Paulo Henrique Paschoeto. O Liberalismo Político e a República dos Modernos: a crítica de Benjamin Constant ao conceito rousseauiano de soberania popular. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n.20, p.249-286, ago. 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-33522016000200249&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 22 ago. 2017.

COSER, I. O pensamento político dos liberais: o conceito de americanismo na construção do Estado brasileiro. **Perspectivas: Revista de Ciências Sociais**, Araraquara. v. 38, p. 49-73, 2010.

COSER, I. **Visconde do Uruguai: centralização e federalismo no Brasil 1823-1866**. Belo Horizonte: Editora UFMG-IUPERJ, 2008.

COSER, I. Federalismo. **Ler História**, v. 55, p. 65-81, 2008.

COSER, I. O debate entre centralizadores e federalistas no século XIX: a trama dos conceitos. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 26, p. 191-227, 2011.

COSER, I. **Visconde do Uruguai** - centralização e federalismo no Brasil (1823-1866). Belo Horizonte: Editora UFMG-IUPERJ, 2008.

COSTA, E. V. **Da Monarquia à República**: momentos decisivos. 9. ed. São Paulo: Ed. UNESP, 2010.

COSTA, E. V. Liberalismo teoria e prática. In: _____. **Da Monarquia à República**: momentos decisivos. 9. ed. São Paulo: Ed. UNESP, 2010. p. 133-170.

DIÁRIO DAS CORTES GERAES E EXTRAORDINÁRIAS DA NAÇÃO PORTUGUEZA. n.1, Lisboa, 1821. p. 2. **Assembleia da República**. Disponível em: <<http://debates.parlamento.pt/catalogo/mc/c1821/01/01/01/001/1821-01-24/>>. Acesso em: 14 jul. 2016.

DIAS, M. O. L. S. Sociabilidades sem história: votantes pobres no império, 1824-1881. In: FREITAS, M. C. (Org.). **Historiografia Brasileira em perspectiva**. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2012.

FAORO, R. **Os donos do poder**: formação do patronato político brasileiro. 5. ed. São Paulo: Globo Editora, 2012.

FERES JUNIOR, J. (Org.). **Léxico da história dos conceitos políticos do Brasil**. 2. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

FERREIRA, M.R. **A evolução do sistema eleitoral brasileiro**. E-Book. Disponível em: <<http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/eletoral.pdf>>

FERREIRA, P. B. C. **Negócios, impressos e política**: a trajetória pública de João Soares Lisboa (1800-1824). 2017. 426 f. Tese. (Doutorado em História) Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP. 2017.

FERREIRA, P. B. C.; SCHIAVINATTO, I. L. As rememorações da 'bonifácia': entre a devassa de 1822 e o Processo dos cidadãos de 1824. **Revista do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro**, v. 175, p. 201-238, 2014.

FONSECA, S. C. P. B. Apontamentos para o estudo da linguagem republicana na conformação de identidades políticas na imprensa regencial fluminense. In: NEVES, L. M. B. P.; MOREL, M.; FERREIRA, T. M. B. C. (Org.). **História e Imprensa**: representações culturais e práticas de poder. Rio de Janeiro: DP&A: Faperj, 2006.

FONSECA, S. C. P. B. Federalismo: a experiência americana de um conceito (1820-1835). **Locus** (UFJF), v. 36, p. 85-116, 2013.

FONSECA, S. C. P. B. **A ideia de República no Império do Brasil**: Rio de Janeiro e Pernambuco (1824-1834). Jundiaí: Paco editorial. 2016.

IPANEMA, C., IPANEMA, M. **Edição fac-similar do Reverbero Constitucional Fluminense (1821-1822)**. Tomo I. Rio de Janeiro: Edições Biblioteca Nacional, 2005.

IPANEMA, C., IPANEMA, M. **Edição fac-similar do Reverbero Constitucional Fluminense (1821-1822)**. Tomo II. Rio de Janeiro: Edições Biblioteca Nacional, 2005.

IPANEMA, C., IPANEMA, M. **Reverbero Constitucional Fluminense – 1821-1822: texto, estudo hemerográfico e indexação**. Rio de Janeiro, Edições Biblioteca Nacional, 2005.

JANCSÓ, I. (Org.) **Independência: história e historiografia**. São Paulo: Hucitec, 2005.

KOSELLECK, R. **Crítica e crise: uma contribuição a patogênese do mundo burguês**. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio: EDUERJ, 1999.

KOSELLECK, R. **Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**, Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

LEITE, R. L. Livros e leituras do republicanismo feitas por alguns dos líderes da Confederação do Equador. In: CONGRESSO DE HISTÓRIA DA LEITURA E DO LIVRO NO BRASIL, 2., 2003, Campinas. Anais. Campinas: Associação de leitura do Brasil, 2003.

LEITE, R. L. O republicanismo na independência do Brasil: a retórica cívico-humanista do jornalista Cipriano Barata. **Espacio, Tiempo y Forma**. Serie V. História Contemporânea, v. 22, p. 67-78, 2010.

LEITE, R. L. **Republicanos e libertários: pensadores radicais no Rio de Janeiro (1822)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

LEME, M. S. Monopólios fiscal e da violência nas concepções federativas e confederativas da 'era das revoluções': a construção do estado nos Estados Unidos e no Brasil. In: CONGRESO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA: 'La Modernidad en Cuestión: confluencias y divergencias entre América Latina y Europa, siglos XIX Y XX, 2016, Anais. Quito: Academia Nacional De História, 2016. p. 1019-1034.

LEME, M. S. Soberania e fiscalidade no brasil independente: concepções da imprensa paulista. **Revista de História**, São Paulo, n. 173, p. 277-302, dez. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-83092015000200277&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 27 abr. 2017.

LIMA, O. **O movimento da Independência: o Império brasileiro** 2. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1962.

LUSTOSA, I. **Insultos impressos: a guerra dos jornalistas na Independência (1821-1823)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

LUSTOSA, I. **O nascimento da imprensa brasileira**. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

LYNCH, C. E. C. Democracia. In: FERES JUNIOR, J. (Org.). **Léxico da história dos conceitos políticos do Brasil**. 2. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

LYNCH, C. E. C. **Monarquia sem despotismo e liberdade sem anarquia: O pensamento político do Marquês de Caravelas**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

LYNCH, C. E. C. O pensamento conservador ibero-americano na era das independências (1808-1850). **Lua Nova [online]**, São Paulo, n. 74, p. 59-92, 2008. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-64452008000200004>>. Acesso em: 23 mar. 2017.

LYNCH, C. E. C. **Da monarquia a oligarquia**: história institucional e pensamento político brasileiro (1822-1930). São Paulo: Alameda. 2014.

LYNCH, C. E. C. O conceito de liberalismo no Brasil (1750-1850). **Araucaria**. Revista Iberoamericana de Filosofia, Política y Humanidades. v. 9, n. 17, p. 212-234, 2007. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=28291718>>. Acesso em: 27 abr. 2017.

LYNCH, C. E. C. O discurso político monarquiano e a recepção do conceito de poder moderador no Brasil (1822-1824). **Dados**, Rio de Janeiro, v. 48, n. 3, p. 611-653, set. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582005000300006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 27 abr. 2017.

LYNCH, C. E. C.; STARLING, H. M. M. República/Republicanos. In: FERES JUNIOR, J. (Org.). **Léxico da história dos conceitos políticos do Brasil**. 2. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

MANIFESTO AOS SOBERANOS DA EUROPA. Manifesto de Portugal aos soberanos e povos da Europa, 1821. Acervo da Biblioteca Digital do Senado Federal. Brasil. Disponível em: <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518749/000144211.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 27 ago. 2019.

MATTOS, I. R. **O tempo saquarema**. São Paulo: Hucitec, 2004.

MELLO, E. C. **A outra Independência**: o federalismo pernambucano de 1817 a 1824. São Paulo: Editora 34, 2004.

MELO, J. M. **História social da imprensa**: fatores socioculturais que retardaram a implantação da imprensa no Brasil. Porto Alegre: Edipucrs, 2003.

MOLINA, M. M. **História da Imprensa no Brasil**: Da era colônias à Regência (1500-1840). v.1. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

MOREL, M. **As transformações dos espaços públicos**: imprensa, atores políticos e sociabilidades na Cidade Imperial (1820-1840). São Paulo: Hucitec, 2005.

MOREL, M. Independência no papel: a imprensa periódica. In: JANCSÓ, I. (Org.). **Independência**: história e historiografia. São Paulo: Hucitec, 2005.

MOREL, M. O caminho incerto das Luzes francesas: o abade De Pradt e a Independência brasileira. **Almanack**, Guarulhos, n. 13, p. 112-129. mai. / ago. 2016. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/2236-463320161306>>. Acesso em: 14 Jul. 2019.

MOREL, M. Papéis incendiários, gritos e gestos: a cena pública e a construção nacional nos anos 1820 - 1830. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 4, p. 39-58, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S2237-101X2002000100039&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 10 jun. 2017.

NEVES, L. M. B. P. **Corcundas e Constitucionais**: a cultura política da Independência (1820-1822). Rio de Janeiro: Revan: FAPERJ, 2003.

NEVES, L. M. B. P. **Livros e Impressos**: retratos do setecentos e do oitocentos. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2009.

NEVES, L. M. B. P. Os Panfletos políticos e a cultura política da Independência do Brasil. In: JANCÓS, I. (Org.). **Independência**: história e historiografia. São Paulo: Hucitec, 2005.

NEVES, L. M. B. P. A guerra das penas: os impressos políticos e a independência do Brasil. **Tempo**, Lisboa, v. 4, n.8, p. 41-65, 1999.

NEVES, L. M. B. P.; MOREL, M.; FERREIRA, T. M. B. C. (Org.). **História e Imprensa**: representações culturais e práticas de poder. Rio de Janeiro: DP&A: Faperj, 2006.

NEVES, L. M. B. P.; NEVES, G.P. Constituição. In: FERES JUNIOR, J. (Org.). **Léxico da história dos conceitos políticos do Brasil**. 2. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

OLIVEIRA, C. H. L. S. **A astúcia liberal**. Relações de mercado e projetos políticas no Rio de Janeiro (1820-1824). Bragança Paulista: EDUSF: Ícone, 1999.

OLIVEIRA, C. H. L. S. O Correio do Rio de Janeiro e o debate em torno do governo constitucional. In: BRITO, S. C. P.; CORRÊA, M. L. (Org.). **200 anos de Imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2009.

OLIVEIRA, M. C. L. S. Na querela dos folhetos: o anonimato dos autores e a supressão de questões sociais. **Revista de História**, n. 116, p. 55-65, jun. 1984. ISSN 2316-9141. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/61360>>. Acesso em: 06 jun. 2016.

PEREIRA, L. R. Povo/Povos. In: FERES JUNIOR, J. (Org.). **Léxico da história dos conceitos políticos do Brasil**. 2. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

PIMENTA, J. P. **A independência do Brasil e a experiência hispano-americana (1808-1822)**. São Paulo: Hucitec: FAPESP, 2015.

PIMENTA, J. P. Portugueses, americanos, brasileiros: identidades políticas na crise do Antigo Regime luso-americano. **Almanack Braziliense**, São Paulo, v. 3, 2006. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/alb/article/view/11635>> Acesso em: 2 fev. 2017.

POCOCK, J. G. A. **Linguagens do ideário político**, São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, 2013.

PRADO JUNIOR, C. **Evolução política do Brasil e outros estudos**. 11. ed. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1979.

REVERBERO CONSTITUCIONAL FLUMINENSE. Rio de Janeiro. 1821-1822. Disponível em: <<http://hemerotecadigital.bn.br/reverbero-constitucional-fluminense/700223>>. Acesso em: 10 jan. 2019.

REPRESENTAÇÃO que a Sua Alteza Real o príncipe regente constitucional e defensor perpétuo do Reino do Brasil, dirige o povo do Rio de Janeiro, pelo Senado da Câmara desta corte. Rio de Janeiro: Imprensa de Silva Pato, 1822. Disponível em: <<https://archive.org/details/representaoquesu00ragu>>. Acesso em: 20 ago. 2016.

RIBEIRO, G. S. Nação e cidadania no jornal O Tamoio. Algumas considerações sobre José Bonifácio, sobre a Independência e a Constituinte de 1823. In: _____ (Org.). **Brasileiros e cidadãos: modernidade política (1822-1830)**. São Paulo: Alameda, 2008.

RIBEIRO, G. S. Nação e cidadania nos jornais cariocas na época da Independência: o Correio do Rio de Janeiro como estudo de caso. In: CARVALHO, J. M.; NEVES, L. M. B. P. (Org.). **Repensando o Brasil do Oitocentos: cidadania, política e liberdade**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2009.

ROCHA, A. P. **A recolonização do Brasil pelas cortes: história de uma invenção historiográfica**. São Paulo: Ed. UNESP, 2009.

SILVA, A. R. C. Constitucionalismo, autonomismos e os riscos da "mal-entendida liberdade": a gestação do liberalismo moderado em Minas Gerais, de 1820 a 1822. **Tempo**, Niterói, v. 18, n. 33, p. 243-268, 2012. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1413-77042012000200010>>. Acesso em: 06 jul. 2019.

SILVA, A. R. C. **Inventando a nação: intelectuais ilustrados e estadistas luso-brasileiros na crise do antigo regime português: 1750-1822**. São Paulo: Hucitec, 2006.

SILVA, C. P. B. F. **A ideia de República no Império do Brasil: Rio de Janeiro e Pernambuco (1824-1834)**. Jundiaí: Pacto Editorial, 2016.

SILVA, C. P. B. F. Federalismo: a experiência americana de um conceito (1820-1835). **Locus (UFJF)**, v. 36, p. 85-116, 2013.

SILVA, José Bonifácio de A. **Representações que á augusta presença de Sua Alteza Real o Príncipe Regente do Brasil, Levarão o Governo, Senado da Camara, e Clero de S. Paulo; por meio de seus respectivos Deputados; com o Discurso, que, em Audiencia Publica do dia 26 de Janeiro de 1822, dirigio em nome de todos ao Mesmo Augusto Senhor, o Concelheiro José Bonifacio de Andrada e Silva**. Rio de Janeiro, 1822. Disponível em: <<https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/4173>>.

SILVA, L. G. S.; FELDMAN, A. Revisitando o passado em tempos de crise: federalismo e memória no período regencial (1831-1840). **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 143-163, dez. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2237-101X2010000200143&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 21 jun. 2017.

SILVA, M. B. N. **Cultura Letrada e Cultura Oral no Rio de Janeiro dos vice-reis**. São Paulo: Ed. UNESP, 2013.

SILVA, M. C. V. **O pensamento constitucional de frei Sampaio** (contribuição ao estudo da Primeira Constituição Brasileira), 1821-1824. 1983 Dissertação (mestrado em História) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas USP, São Paulo, 1981.

SILVA, V. R. **Reverbero Constitucional Fluminense, constitucionalismo na imprensa do Rio de Janeiro à época da Independência**. 2010. 215 f. Dissertação (mestrado em História Social) Instituto de Ciências Humanas e Filosofia Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2010.

SILVA, V. R. O Revérbero Constitucional Fluminense, Imprensa e Constitucionalismo na Corte na Independência. **Almanack Braziliense**. São Paulo, n. 10, p. 171-179, nov. 2009. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/alb/article/view/11729>>. Acesso em: 2 fev. 2017

SLEMIAN, A. **Vida política em tempo de crise: Rio de Janeiro (18808-1824)**. São Paulo: Hucitec, 2006.

SODRÉ, N. W. **História da imprensa no Brasil**. 3.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

STARLING, H. M. **Ser republicano no Brasil Colônia: A história de uma tradição esquecida**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

VARNHAGEN, F. A. **História geral do Brasil, antes de sua separação e independência de Portugal**. 5.ed. São Paulo: Melhoramentos, 1956. v. 5.

VIANNA, H. **Contribuição à história da imprensa brasileira (1812-1869)**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945.